



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

RAQUEL KATLLYN SANTOS DA SILVA

**A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA MENTIRA NA POLÍTICA
INTERNACIONAL**

**JOÃO PESSOA - PB
2018**

RAQUEL KATLLYN SANTOS DA SILVA

**A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA MENTIRA NA POLÍTICA
INTERNACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento à exigência para a obtenção do título de mestre em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Alexandre César Cunha
Leite

JOÃO PESSOA - PB
2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586i Silva, Raquel Katllyn Santos da.
A instrumentalização da mentira na política internacional [manuscrito] / Raquel Katllyn Santos da Silva. - 2018.
164 p. : il. colorido.
Digitado.
Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2019.
"Orientação : Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."
1. Mentira. 2. Realismo ofensivo. 3. Invasão do Iraque. 4. Indústria bélica japonesa. 5. Desenvolvimento harmonioso chinês. I. Título

21. ed. CDD 327.1

RAQUEL KATLLYN SANTOS DA SILVA

**A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA MENTIRA NA POLÍTICA
INTERNACIONAL**

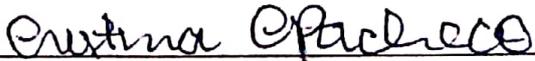
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Externa e Segurança

Aprovada em: 30/08/2018.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.ª Dr.ª Cristina Carvalho Pacheco
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.ª Dr.ª Elia Elisa Cia Alves
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

DEDICO à Severina, minha avó, à Rita e
Antonio, meus pais, e à toda a minha família
Santos e Silva.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao meu Deus de amor e eterno Senhor, Jesus. Estou absolutamente certa de que, por maiores que tenham sido os meus esforços na área acadêmica, assim como em todos os outros aspectos da vida, sem Ele, eu jamais teria chegado até aqui. Sua graça tem sido a minha porção nesta vida, eu reconheço a Sua bondade sobre mim em todos os meus caminhos. A Ele a glória!

Agradeço aos meus pais, meus heróis, meus referenciais e minha inspiração de integridade, esforço, superação e honra. Mainha e Painho, as palavras não podem traduzir tudo o que sinto por vocês, nem o quanto cada conquista na vida faz muito mais sentido se eu puder estendê-la a vocês. Obrigada por serem o suporte e o lugar de descanso para o meu coração sempre que sou desafiada a viver. Essa conquista também é de vocês.

Agradeço à segunda mãe que Deus me deu, Adinha. Obrigada por me amar como a uma filha, por ter participado ativamente da minha educação, por me encorajar tanto e por me ajudar a sempre avançar. Nem sei como agradecer por todo amor semeado, pela dedicação de uma vida inteira.

Agradeço à minha vovó Severina. E aqui preciso honrar o papel fundamental que essa mulher forte representa na minha existência. Minha avó enfrentou sozinha a pobreza, a violência e tantas perdas para criar seus muitos filhos, e até aqueles muitos outros que o seu coração adotou, em um tempo difícil. Na minha casa, dizer que é da família dela é sinônimo de força. É uma honra ser sua neta, voinha! Obrigada por ser uma coluna na nossa casa. Como sou grata a Deus por deixá-la viver para ver o que Ele tem feito em nós. Não posso esquecer de agradecer por sua fé e por todas as orações para que os meus trabalhos prosperem.

Agradeço (a Deus) por meu tio José Manuel, que para os mais próximos é “Dedé”, (*in memoriam*). Meu querido, esforçado e estudioso tio! A pessoa doce e forte que escolheu sustentar uma família inteira, foi também quem nos apresentou a Jesus. Fez tanto e merece tanto! Embora não esteja mais entre nós, sei que as honras acompanham tio Dedé. Minha gratidão por viver essa construção de amor.

Agradeço à Ruth, minha irmã amada! As palavras não dão conta de tanto afeto, gratidão e cumplicidade. Obrigada por ser minha irmã, minha melhor amiga, minha confidente, uma das melhores pessoas que eu conheço. Obrigada por ser a minha pessoa. Te ter ao lado, por toda a vida, me faz ser melhor, me faz tão feliz. Obrigada também por ler e corrigir as coisas que eu produzo, por sua paciência e sinceridade, além de toda a força e confiança que você consegue transmitir a mim.

Agradeço aos meus irmãos Isak, Sarah e Sandy e à minha afilhada, Sosô. Vocês estão sempre na torcida, no apoio e na melhor parte de tudo em minha vida. Além de irmãos, vocês são os meus amigos preciosos. Obrigada por se alegrarem com a minha alegria e por tudo o que vocês representaram para mim nessa minha jornada de mestranda.

Agradeço à toda minha grande família pelo suporte e amor. Especialmente, agradeço a tio Sinho, tio Cici, tia Nalva, Nene, tio Cláudio, tio Mimi, tia Linda e tia Guia. Vocês me animaram, ajudaram, deram carona, assim como acompanharam grande parte da minha correria e estresse, sempre com muita paciência e carinho.

Agradeço ao meu querido orientador, o Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite, quem tem a minha grande admiração, respeito e carinho. Obrigada por esses quase seis anos de orientação, do PIBIC ao TCC e, agora, no mestrado. Obrigada por ter acreditado em mim, desde o começo, por ter sido tão gentil e sério em todas as correções. Obrigada também pela tolerância com os prazos, por ser o orientador que me propiciou tanta segurança e conforto para crescer. Jamais esquecerei o quanto você contribuiu para o meu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Muita gratidão, Alexandre!

Agradeço aos meus amigos e amigas que oraram e torceram por mim, que me assistiram em momentos felizes e difíceis. Como a vida se torna mais bonita quando me cerco de vocês! Com alegria posso pensar em uma lista de pessoas especiais que poderiam ser citadas aqui, mas, no que concerne ao mestrado, eu não poderia deixar de mencionar: Pr. Antônio Monteiro, Késsio Lemos, Cemira Higino, Isadora Luna, Luan Matias, Matheus Lacerda, Arthur Felipe, Marcela Vasconcelos e Thomas Ewerton.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UEPB pela maravilhosa oportunidade que me concedeu no Mestrado. A todo o corpo docente, minha completa gratidão e respeito. Especialmente agradeço aos Profs. Drs. Alexandre Leite, Paulo Kuhlmann, Silvia Nogueira, Cristina Pacheco e Andrea Pacífico. Sinto-me privilegiada em ter sido ensinada por vocês! Obrigada pela competência e seriedade.

Agradeço ao programa CAPES por ter me viabilizado, através da bolsa de estudos, a aquisição de materiais relevantes à pesquisa, assim como a participação em eventos da área de Relações Internacionais. Certamente, esse investimento foi indispensável para o meu crescimento acadêmico.

Agradeço aos meus colegas do mestrado por todas as experiências trocadas, todo conhecimento e gentileza compartilhados. Agradeço a cada um e, principalmente, a Suerda Gabriela, que há tanto tempo tem sido de uma parceria incrível.

Agradeço à Ellem e a Valentim pelo auxílio em tudo que solicitei junto à Secretaria do Mestrado de Relações Internacionais. Agradeço também a todos os funcionais da UEPB pela cordialidade na prestação de serviços que tornaram o ambiente de estudos ainda mais agradável.

Os Estados discursam como liberais, mas agem como realistas. [...] costumam justificar seus comportamentos em termos de normas liberais e do direito internacional, mesmo quando suas ações são principalmente motivadas pelo tipo de cálculo estratégico obstinado identificado com o realismo (MEARSHEIMER, 2012, p. 114).

Cada vez que um grupo social age em sua própria defesa contra outro grupo, apela-se a uma ética distinta daquela geralmente válida para os indivíduos, a uma ética que responde a mesma lógica da razão de Estado (BOBBIO, 2000, p.177).

[...] o tratamento satírico da dissimulação política possui, sobre a imaginação moral, a vantagem de não pressupor um estado de virtude inicial ao qual a política teria corrompido (COURTINE, 2006, p. 26).

A política é um jogo de paixões e de interesses opostos, no qual a dissimulação constitui uma de suas regras essenciais (MAQUIAVEL, 2011, p.140-141 apud COURTINE, 2006, p. 27).

RESUMO

A instrumentalização da mentira na política internacional objetiva explicar porque e como o engano é utilizado para a obtenção de vantagens políticas no cenário interno e externo ao Estado. Pensar a mentira enquanto ferramenta estratégica de poder estatal dá margem para a concepção de uma razão e de um efeito, que motivariam e resultariam da articulação da mentira em manobras políticas. Esse instrumento captor de poder revela-se como um objeto passível de consideração analítica, pois, não obstante os múltiplos olhares que se lhe possam lançar as distintas vertentes, a mentira tem seduzido governantes de todas as épocas com sua potencial capacidade de otimizar tempo e recursos em reversão de circunstâncias difíceis, bem como em obtenção de vantagens estratégicas. Nesse sentido, a pesquisa que se segue concebe a mentira sob as lentes do utilitarismo político, o qual se manifesta no pragmatismo estratégico estatal, para fins de maximização de capacidades relativas, perspectiva que se aproxima do realismo ofensivo em sua lógica causal. Assim, à medida que se compreende a mentira enquanto recurso que serve à razão de Estado estabelece-se sua mínima de legitimidade política, estendida para além da moral coletiva e do senso comum. A construção desse estudo teórico emprega o método de abordagem dedutivo, sobre o qual se constrói a análise do aspecto mais geral para o mais específico do tema, destrinchando o conteúdo a partir das premissas, mediante revisão de literatura. No primeiro capítulo, a concepção de mentira como um instrumento político é introduzida, fornecendo embasamento conceitual e comportamental de seu uso, assim como apresentando suas classificações e tipificações. A construção teórica da mentira fundamentará o pressuposto de existência da relação mentira-poder, o qual é relativo à razão de Estado e, portanto, próxima do que postula o realismo ofensivo. Os capítulos posteriores examinarão a aplicabilidade da descrição e análise teórica do uso de mentiras na esfera política; tratarão, respectivamente, dos seguintes casos: a Invasão do Iraque, em 2003; o crescimento da indústria bélica japonesa, entre 2010 e 2017, e o desenvolvimento harmonioso chinês, entre 2010 e 2018. Sob o pano de fundo desses casos concretos, essa pesquisa pretende demonstrar como a mentira instrumentalizada com finalidades políticas está comprovadamente estabelecida entre os governos, no meio político nacional e internacional, sendo capaz de desempenhar ações tais qual uma hábil ferramenta de poder.

Palavras-Chave: Mentira. Realismo Ofensivo. Invasão do Iraque. Indústria Bélica Japonesa. Desenvolvimento Harmonioso Chinês.

ABSTRACT

The instrumentalisation of lies in international politics aims to explain why and how deception is used to obtain political advantages in the internal and external scenario to the State. Thinking lies as a strategic tool of state power leaves room for the conception of reason and effect, which would motivate and result from the articulation of lies in political maneuvers. This power-grabbing instrument reveals itself as an object capable of analytical consideration, for, despite the multiple glances that can be cast on the different slopes, lies have seduced rulers of all ages with their potential capacity to optimize time and resources in reversing difficult circumstances, as well as in gaining strategic advantages. In this sense, the research that follows conceives the lie under the lens of political utilitarianism, which manifests itself in state strategic pragmatism, for the purpose of maximizing relative capacities, a perspective that approaches offensive realism in its causal logic. Thus, as lie is understood as a resource that serves the reason of state, its minimum of political legitimacy is established, extending beyond collective morality and common sense. The construction of this theoretical study employs the method of deductive approach, on which the analysis of the more general aspect to the more specific aspect of the theme is constructed, unraveling the content from the premises, through a literature review. In the first chapter, the conception of lie as a political instrument is introduced, providing conceptual and behavioral basis of its use, as well as presenting its classifications and typifications. The theoretical construction of the lie will be based on the assumption of the existence of the lie-power relationship, which is relative to the state reason and, therefore, close to what the offensive realism postulates. The later chapters will examine the applicability of the description and theoretical analysis of the use of lies in the political sphere; the following cases: the Invasion of Iraq in 2003; the growth of the Japanese war industry between 2010 and 2017 and the Chinese harmonious development between 2010 and 2018. Against the backdrop of these concrete cases, this research aims to demonstrate how the instrumentalised lie for political purposes has been established among governments, in the national and international political environment, being able to perform actions such as a skillful tool of power.

Keywords: Lie. Offensive Realism. Invasion of Iraq. Japanese War Industry. Chinese Harmonious Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- 15 Principais Orçamentos de Defesa em 2017	99
Figura 2- Entorno Asiático Ameaçado pelos Mísseis Balísticos da Coreia do Norte	107
Figura 3- O Potencial Militar Chinês no Equilíbrio de Poder do Entorno Asiático.....	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- As Caracterizações da Mentira como Arte Política	46
Quadro 2- As Caracterizações da Mentira na Política Internacional	55
Quadro 3- A Relação Entre a Mentira Estratégica e o Realismo Ofensivo	68
Quadro 4- Discrepância de Gastos Militares em Milhões de Dólares	83
Quadro 5- Despesas Militares do Japão em Milhões de Dólares	98
Quadro 6- Despesas Militares por País em Milhões de Dólares	111
Quadro 7- Resumo do Mundo Real por Produção Per Capita	121
Quadro 8- Gastos com Defesa em Milhões de Dólares	128

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA MENTIRA NA POLÍTICA INTERNACIONAL	30
1.1 DEFINIÇÃO DA MENTIRA E OUTRAS FORMAS DE ENGANO	30
1.2 EMBASAMENTO CONCEITUAL E COMPORTAMENTAL DA MENTIRA..	34
1.3 CLASSIFICAÇÕES E TIPIFICAÇÕES DA MENTIRA	37
1.3.1 Platão e a Mentira como Remédio para Situações Prejudiciais à Ordem Pública	38
1.3.2 Maquiavel e a Mentira para a Aquisição e Manutenção do Principado	40
1.3.3 Swift e a Mentira como uma Arte Contínua no meio Político	43
1.3.4 Courtine e a Pseudologia da Política	48
1.3.5 Mearsheimer e a Mentira Estratégica	50
1.4 O REALISMO OFENSIVO COMO BASE TEÓRICA PARA A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA MENTIRA ESTRATÉGICA.....	57
1.4.1 A Relação Mentira-Poder na Política Externa	62
2 A DIFUSÃO DO MEDO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA NA INVASÃO DO IRAQUE EM 2003	71
2.1 HISTÓRICO DA INVASÃO	73
2.2 CONSTRUÇÃO E DELIMITAÇÃO TEÓRICA I	77
2.3 OS EFEITOS DA DIFUSÃO DO MEDO.....	87
3 OS ACOBERTAMENTOS ESTRATÉGICOS PARA A VIABILIZAÇÃO DO CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA BÉLICA JAPONESA ENTRE 2010 E 2017	91
3.1 DA RENÚNCIA À GUERRA AO PROCESSO DE REMILITARIZAÇÃO	92
3.2 CONSTRUÇÃO E DELIMITAÇÃO TEÓRICA II	101
3.3 AS CONSEQUÊNCIAS DOS ACOBERTAMENTOS ESTRATÉGICOS	112
4 O DESENVOLVIMENTO HARMONIOSO DAS MENTIRAS INTER-ESTATAIS: A ESTRATÉGIA CHINESA DAS “MEIAS VERDADES PARA AS MENTIRAS INTEIRAS” ENTRE 2010 E 2018	115
4.1 O PROCESSO DA ASCENSÃO	116
4.2 CONSTRUÇÃO E DELIMITAÇÃO TEÓRICA III.....	130
4.3 AS IMPLICAÇÕES DAS MENTIRAS INTER-ESTATAIS	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS	150
ANEXOS	159

ANEXO A- MUDANÇAS DAS VISÕES SOBRE A CAPACIDADE DE DEFESA JAPONESA	159
ANEXO B- O REGISTRO DAS FAD EM ATIVIDADES INTERNACIONAIS DE COOPERAÇÃO PARA A PAZ	160
ANEXO C- BASES MILITARES AMEAÇADAS PELA COREIA DO NORTE	162
ANEXO D- ALCANCE DE MÍSSEIS ENVELOPE CHINESES NA REGIÃO ASIÁTICA.....	163
ANEXO E- ÁREAS DE DISPUTA NO MAR DA CHINA ORIENTAL	164

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo analisar a utilização da mentira como um instrumento capaz de mover relações de poder no cenário político internacional. A mentira enquanto objeto de estudo no meio político remonta à filosofia clássica, aos debates referentes à harmonia da polis e aos conselhos reais sobre quais sejam as melhores formas de condução do principado. Em Platão (427-347) e Maquiavel (1469-1527) já se vislumbrava a presença desse artifício da persuasão discursiva entre governos e intelectuais ligados às autoridades nacionais. O que se tinha em vista, desde o período clássico, no que concerne ao uso de mentira para finalidades políticas, era a objetivação da manutenção de estruturas de poder, como também a aquisição de novas porções de domínio. Desde o princípio da concepção da mentira como um instrumento da política, o utilitarismo¹ foi o fundamento pragmático e o elemento da racionalidade estratégica que justificava a turbação da verdade em troca de um resultado válido e efetivo nas relações sociais. O questionamento obrigatório a ser feito é: mas que bem poderia advir da mentira? Adicionalmente, se tida por injustiça, à medida que nega a verdade, como a mentira poderia ser benéfica à população ou aos outros domínios com o quais determinado povo se relacionava? As respostas para essas perguntas perpassam diversos autores de múltiplas áreas do conhecimento, ao longo dos anos, tais como a filosofia, a psicologia, a sociologia e a ciência política. Entretanto, a resposta que importa a este estudo da mentira é aquela que ultrapassa a moral do senso comum, “o vasto conjunto de concepções geralmente aceitas como verdadeiras em determinado meio social” (COTRIM, 2002, p. 46), para refletir os interesses estratégicos mais amplos das unidades políticas independentes no cenário internacional anárquico.

Haja vista não ser possível contemplar toda a amplitude dos universos epistêmicos sobre os quais o estudo da mentira pode gerar profícuos postulados, convém o enfoque sobre determinada vertente análisa que dialogue com um arcabouço teórico correspondente. Assim, este trabalho toma por linha a análise das vantagens políticas adjacentes do uso estratégico de mentiras no cenário político interno e externo ao Estado. A teoria que fornece suporte analítico à instrumentalidade da mentira na política internacional é o realismo ofensivo, aperfeiçoado por Mearsheimer (2001), concebendo uma lógica causal de ofensividade entre os atores políticos

¹ O utilitarismo enquanto doutrina tem como seus principais autores Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873). Consiste não necessariamente na análise da virtude, ao fixar previamente os objetivos a serem alcançados, mas na análise daquilo que proporciona a felicidade. O caráter prático desse entendimento aplicado ao coletivo desenvolve o sentido de bem-estar social (ARAÚJO, 2006, p. 273). O pragmatismo político a que se refere a utilidade da mentira passa por esse aspecto, a análise da mentira estratégica não se detém na qualidade da mentira em si, tanto quanto o faz sobre as vantagens que dela possam advir para o todo social. A análise pragmática da mentira nas Relações Internacionais deve abraçar uma visão do pragmatismo consistente com o ecletismo/pluralismo metodológico (RALSTON, 2011, p. 92).

internacionais, que também se materializa por via sutil do uso de mentiras estratégicas. A mentira na política alimenta-se da lógica da razão de Estado e pode ser manejada como uma arma tanto de ataque quanto de defesa, como se verá posteriormente em sua caracterização. Nas relações internacionais, a mentira instrumentalizada por líderes políticos segue a racionalidade dos seus próprios interesses, mediante cálculos estratégicos de poder e não atende a nenhuma outra moral, que não aquela da maior vantagem política. Pois, como informa Bobbio (2000, p. 176-177), não há moral mais nobre ao Estado que a sua conservação e a garantia de proteção em meio a um mundo de luta de interesses sem um poder centralizador que assegure a existência dos atores. Tomando a perspectiva realista, a nobreza do Estado está em garantir seus próprios interesses.

Nesse sentido, esta pesquisa analisa a utilização da mentira na política internacional à luz do realismo ofensivo, à medida em que buscou responder a duas perguntas imprescindíveis ao tema, quais sejam: “por que a mentira é utilizada como um instrumento político” e “como a mentira pode ser instrumentalizada na política”. Se faz necessário ressaltar a importância de fazer da mentira um objeto de estudo. Sendo esta um fenômeno comprovadamente estabelecido nas relações políticas dos Estados e entre os Estados, desde aí justifica-se a sua relevância científica. A forma como uma mentira pode se disseminar entre os Estados pode determinar o rumo de políticas, a realocação de recursos, a abertura estratégica entre os atores internacionais. Não obstante, embora muito já se tenha dito sobre a mentira, desde a produção do conhecimento clássico, pouco foi dito sobre a sua instrumentalização no cenário político internacional para a captação de poder. É possível que seu caráter pejorativo em meio a um mundo convencionado pelo Direito Internacional favoreça a negligência da academia em estudar comportamentos e discursos mentirosos e suas relações com o rumo assumido por determinadas políticas a nível internacional e até mesmo nacional.

O uso de engano não é louvado entre governos, não é o tipo de conteúdo que se fala sem qualquer constrangimento ou se admite explicitamente, ainda que com a justificativa de visar o melhor para a coletividade nacional. Daí a compreensão de que o fornecimento de estudos analíticos, sobre como a mentira faz-se presente no jogo de poder internacional, não ter recebido a ênfase que os seus efeitos merecem no meio científico. Contudo, alguns autores contemporâneos, como Courtine (2006) e Mearsheimer (2012), respaldados pela filosofia clássica e moderna, teceram quadros analíticos válidos ao exame técnico de estadistas e estudiosos das Relações Internacionais para uma maior compreensão de estratégias políticas chaves na consecução de políticas no cenário internacional.

Mearsheimer (2012), sobretudo, no campo da Ciência Política e das Relações Internacionais, com a publicação de “Por que os líderes mentem: toda a verdade sobre as mentiras na política internacional”, fixou um marco no estudo de mentiras como ferramenta de poder entre Estados. Além de formular uma teoria realista agressiva na busca pela maximização do poder, e que se relaciona com este estudo da mentira, a saber; o realismo ofensivo; Mearsheimer (2012) também endossa a construção teórica do próprio objeto de pesquisa, por representar o início de um estudo contemporâneo mais completo sobre a mentira enquanto meio político no nível nacional e internacional. Embora Mearsheimer não seja o primeiro ou o único a tratar do assunto, outros autores não trouxeram essa temática ao contexto do cenário internacional com tanta sofisticação analítica. Mearsheimer (2012), por outro lado, estabeleceu as causas, os efeitos e as tipificações da mentira envolvida em articulações do jogo político, inserindo-a como uma das formas possíveis de engano, caracterizando-a conforme suas distintas expressões.

Desse modo, esta linha de pesquisa da política externa auxilia não apenas ao estadista, mas também a qualquer estudioso das relações internacionais. Tomadores de decisão de ordem privada e até mesmo a população, cada vez mais informada, encontram nesse estudo observações sistemáticas sobre o comportamento político nacional e internacional. Tais observações constroem-se à medida que a mentira é descrita em suas formas de manifestação e é analisada enquanto ferramenta utilizada para determinados fins. Os analistas das relações internacionais, cientes de que as relações sociais e entre Estados são pautadas pelo poder, não podem ignorar ou negligenciar as possibilidades estratégicas que também derivam de blefes, ocultamentos, manipulações e demais formas pelas quais a mentira possa se inserir em algum contexto da política internacional com o objetivo de beneficiar e prejudicar a alguém. O estudo da mentira política e estratégica serve às indagações desses estudiosos, pois oferece características, pressupostos e argumentos sólidos que embasam teorias, ajudando a desenhar padrões de comportamento dos atores políticos internacionais, bem como os próprios Estados nacionais.

Acerca da busca dos Estados por inserção internacional, via articulações estratégicas, é válido considerar o que Carr (2001, p. 4-5) afirma quanto ao “fazer a ciência política”: o pensamento maduro apresenta não apenas objetivo utópico, embora não negue qualquer objetivo; mas vai além, ele associa em certa medida os objetivos, a observação e a análise. Assim, considera-se que no estudo da política internacional, ousar estudar e considerar a presença de mentiras estratégicas, bem como qualquer outra manifestação de engano para a obtenção de vantagens estratégicas e para o “fazer política”, pode ser uma postura razoável do

estudo científico com maturidade. Considerando que a política visa ao poder, e a busca por ele nem sempre utilizará os meios convencionais ou mais aceitos pela sociedade, percebe-se a relevância de referir o uso de mentiras como objeto de pesquisa válido em nível nacional e externo.

A perspectiva utilitarista é basilar para a compreensão das vantagens estratégicas que estão envolvidas no uso de engano. Tem-se aqui a concepção pragmática do utilitarismo político, uma vez que o uso de mentiras se faz tolerável quando resulta em algum benefício estatal. Essa é mesma lógica que permeia a visão realista das relações internacionais no que tange a busca dos Estados por poder. O realismo não concebe Estado “maus” por serem ofensivos na busca de poder, mas Estados racionais, capazes de assumir riscos materiais pela preservação de sua própria sobrevivência e segurança (MEARSHEIMER, 2001). Desse modo, é possível vislumbrar na mentira agressividade e hostilidade similares as que se encontram na descrição realista do comportamento dos atores; considerando que ao defraudar, manipular e reverter circunstâncias em benefício de um, o uso da mentira geralmente dar-se-á em detrimento do outro. Na mentira, por conseguinte, verifica-se também a concorrência pelo poder, e como isso acarretará no prejuízo de outros para a obtenção da vantagem de um ou de um grupo seletivo.

Não obstante essas percepções iniciais, o que comumente um governo tomará em conta ao promover a mentira em suas ações será a ética da responsabilidade, que também embasa o pragmatismo presente no utilitarismo da mentira, somente quando esta visa o bem da pátria e de seus concidadãos. Em sua obra, “Política por vocação”, Weber (1996, p. 95), descreve a “ética da convicção” e a “ética da responsabilidade”, como sendo, respectivamente, referentes à perspectiva moral da coletividade social e à visão moral que rege a ação política. Na ética da responsabilidade, que encontra base no utilitarismo e no realismo político, os valores morais da aceitação social quanto ao que é “certo” e “errado”, “bom” e “mau” não deterão os objetivos estatais, pois estes só têm em vista um valor, qual seja, o seu próprio “bem”. A ética da responsabilidade faz menção, desse modo, a responsabilidade do Estado consigo mesmo, em se esforçar por obter seus objetivos para se proteger de ingerências externas e dar consecução à sua existência no sistema internacional.

A instrumentalização da mentira não deve ser considerada como um comportamento isolado na luta por poder. É necessário perceber que existem raciocínios, perspectivas e sentidos que explicam e fornecem análises sobre a manipulação da mentira no cenário político. O uso de mentiras está vinculado ao “fazer política” e, portanto, a um escopo teórico capaz de orientar sua aplicação. No realismo ofensivo, mentir como um subterfúgio para obtenção de poder,

manutenção de status e, até mesmo, maximização das capacidades dos atores, é uma condição possível e aceitável. É importante não perder de vista que governos não mentem sem uma razão, há sempre um porquê, um sentido que é chave para a análise da mentira como instrumento. Quais interesses são capazes de motivar o uso de mentiras? Quais urgências são capazes de justificá-las? Sob quais roupagens o engano pode ser introduzido no cenário internacional? Essas e outras questões refletem perspectivas mais amplas que o mero interesse pessoal de um governante específico em eventualmente usar de engano. Vale destacar que embora as indagações supracitadas não se configurem propriamente como a orientação adotada nesta pesquisa, em seu caráter reflexivo, apontam para as questões mais relevantes ao tema proposto: “por que a mentira é utilizada” e “como ela é utilizada na política internacional”.

Para Swift (2006, p. 49), o ato de mentir envolve o inventar, que é a construção do engano; envolve também o entreter, a saber, as distrações necessárias no jogo de mudança de foco da sociedade, de modo a viabilizar a aceitação do falseamento; e, por fim, a mentira envolve a vigilância, ou seja, a fiscalização da credulidade. É necessário sondar a eficácia da mentira crível, para que a sua manutenção viabilize propósitos políticos. Ao pensar a mentira enquanto uma ferramenta política, o referido autor vislumbra uma sociedade ideal de mentirosos, profissionais extremamente habilidosos na “pseudologia”, como nomeia a ciência da mentira política. Embora possa parecer chocante para conservadores da ética comum e da moral cristã ocidental o modo pelo qual naturaliza a mentira política, desde sua criação até os seus fins, Swift leva esse tema a sério e concebe uma lógica racional explicitamente extramoral. Sustentar a validade da construção intencional, racional e calculada do uso de mentiras para vantagens políticas, como o faz Swift, parece até mesmo constrangedor para qualquer cidadão comum que se julgue defensor da verdade como um ideal precursor da justiça, como faria o próprio Platão (2016). A despeito desse embate direto com a relação classicamente estabelecida entre verdade e justiça, muitos filósofos julgarão viáveis e amplamente consideráveis as concessões à verdade, que são requeridas por um “deve ser” intrinsecamente relacionado à razão de Estado.

Esse “deve ser” naturalizado por Swift (2006), visto como uma banalização do mal para alguns, pode ser compreendido também como uma mera exposição clara da política rotineira que se faz às escuras. Os discursos solenes, embasados no direito internacional, são, como diria Mearsheimer (2012), a máscara necessária para evitar o embargo de propósitos realistas e ofensivos. Acerca disso, é possível mencionar autores que também percebem na mentira a possibilidade de captar a máxima expressão nas finalidades políticas, amparados na premissa de atenção à conquista e à manutenção do poder político (Hobbes, 1651; Maquiavel,

1973; Mazarin, 1998; Richelieu, 2002; e Espinosa, 2002). Esses autores concedem à mentira carta branca para passar por cima da verdade, em prol de objetivos políticos mais amplos. Mearsheimer torna possível examinar qual estratégia de ataque ou defesa o Estado emprega em distintas situações.

Como será demonstrado mais proficuamente em momento posterior, para Mearsheimer (2012), as mentiras são uma derivação do engano, que seria a categoria geral de tudo quanto se opõe a verdade ou mesmo a veracidade dos fatos. Antes de mais nada é importante distinguir a verdade enquanto um dado absoluto e objetivo e a veracidade enquanto um dado subjetivo e sujeito ao olhar interpretativo das partes envolvidas e, até mesmo, expectadoras dos fatos. Feito o esclarecimento, segue introduzir que na concepção de Mearsheimer (2012, p. 40-42), as mentiras que são utilizadas nas políticas internas e externas dos Estados podem ser de sete tipos, a saber: as mentiras inter-Estados; a difusão do medo; os acobertamentos estratégicos; a mitificação nacionalista; as mentiras liberais; o imperialismo social e os acobertamentos deploráveis. Em vista de serem essas tipificações consideradas por esta pesquisa como formas mais amplas e melhor desenvolvidas no tratamento da utilização da mentira no cenário internacional, serão desde já definidas como uma introdução da seção descritiva sobre o comportamento político via engano.

Mentiras inter-Estados são voltadas diretamente para outros países, “quer para a obtenção de uma vantagem estratégica sobre eles, quer para impedi-los de obter alguma vantagem” (MEARSHEIMER, 2012, p. 40). A difusão do medo consiste na invenção ou exacerbação da ameaça para fins de obtenção do apoio nacional em políticas mais drásticas. Os acobertamentos estratégicos são referentes a ocultação de políticas que falharam ou políticas complexas, para a proteção de interesses nacionais mais amplos, que poderiam ser obstruídos, caso a verdade viesse à tona. A mitificação nacionalista visa fortalecer o sentimento nacional através de mentiras tidas como necessárias para a motivação de guerras, bem como para a coesão nacional. As mentiras liberais são as últimas das cinco mentiras utilizadas na política que são minimamente legitimadas por visarem o benefício nacional; nesse tipo de mentira as normas liberais são utilizadas como escudo para a ocultação dos reais interesses de determinado Estado ao empregar determinadas medidas. Já o imperialismo social e os acobertamentos deploráveis, embora sejam mentiras utilizadas na política, não podem ser consideradas, de fato, estratégicas ou minimamente legítimas; já que não contemplam o aproveitamento dos interesses relativos ao bem-estar e à segurança de uma nação, mas somente de um líder ou grupo seletivo que juntamente com ele se beneficia. No imperialismo social líderes mentem para a população em relação a outro país, afim de esconder as controvérsias do nível doméstico. Já nos

acobertamentos deploráveis, a ocultação de políticas malsucedidas visa somente a proteção e manutenção de governantes e grupo a ele relacionado (MEARSHEIMER, 2012, p. 40- 42).

Em Mearsheimer (2012), observa-se a construção de um estudo mais elaborado do uso de mentira entre os Estados e com vistas às vantagens estratégicas; no entanto, ele mesmo considera a sua iniciativa como sendo ainda embrionária, não propondo uma teoria da mentira ou uma análise sistêmica. Apesar disso, o estudo da mentira realizado por Mearsheimer pode ser considerado como um referencial para a análise do engano como partícipe da política externa, entre outras razões, em vista de sua elaboração de categorias embasadas em uma lógica de comportamento estatal e cálculo de poder. Sua obra se configura, de fato, como um incentivo aos estudiosos de política externa, e é nesse sentido que esta pesquisa visa se efetuar, dando continuidade ao que já foi construído sobre a mentira na esfera política contemporânea.

A análise da mentira, em suas diversas facetas e como um fato real nas relações de poder, perpassa também pelo exame dos custos e dos benefícios que dela se associam. O estudo da mentira tem como uma de suas bases o intuito de descobrir o porquê da utilização de mentiras no meio político, qual seja a razão que permeia a consideração dos governantes acerca da mentira enquanto um elemento viabilizador de ações estratégicas. As formas que a mentira pode assumir no meio nacional e internacional, que constituem a outra base do estudo, são referentes aos objetivos que cada líder político visa alcançar em determinada circunstância política; dizem respeito ao modo pelo qual o processo do engano se estabelece.

É importante ressaltar sobre os autores utilizados na construção dessa pesquisa que, não obstante o esforço para considerar os clássicos, assim como os mais relevantes aos objetivos traçados pela presente pesquisa, não é possível mencionar todos os autores que contribuíram para o entendimento do uso de mentiras políticas. Dada a dimensão da dissertação, do caminho a ser percorrido e da necessidade de trazer os casos que irão comprovar o argumento que este estudo propõe. O argumento que se apresenta para os demais esforços aqui propostos é: a mentira é utilizada como um instrumento para a obtenção de vantagens estratégicas na corrida internacional dos Estados, para o maior acúmulo de capacidades que lhes forneça maior poder, existência e segurança. Em razão disso, um dos principais autores a ser trabalhado é Mearsheimer (2001), o proponente do realismo ofensivo, teoria que embasa o uso da mentira no cenário político interno e externo; Mearsheimer (2012) também fornece relevantes taxonomias acerca do próprio objeto da mentira estratégica.

A perspectiva realista ofensiva pauta as relações de poder entre Estados a partir dos constrangimentos externos de um sistema internacional anárquico e gerador de insegurança. Apesar da consideração de Mearsheimer (2012) acerca do papel do líder político, enquanto

proponente do engano, a análise da mentira não causa embate à perspectiva realista que foca nas unidades políticas independentes, uma vez que não há uma mudança de foco do Estado para o indivíduo. O que ocorre é a ênfase nas articulações que o Estado possa assumir através dos líderes para a sua própria estabilidade. Assim, reitera-se que a mentira que interessa à instrumentalização na política é aquela que favorece a coletividade componente estatal. O fato de o líder ser o porta-voz da mentira não o faz central na análise, ele está imbuído no aparelho estatal. As decisões em prol da população, inclusive quanto ao uso de mentiras, não se centralizam nas mãos do indivíduo, mas são construídas no seio do grupo deliberativo que representa os interesses do todo estatal. Os interesses do Estado permanecem no centro da análise.

Para a devida compreensão do modo pelo qual se dá o uso de engano, sob quais pressupostos, com quais características e para quais finalidades a pesquisa sobre a mentira aborda três casos concretos, quais sejam, a invasão do Iraque, em 2003; o crescimento da indústria bélica japonesa, entre os anos de 2010 e 2017 e o desenvolvimento harmonioso chinês, entre 2010 e 2018. Como uma antecipação dos resultados desta pesquisa, segue-se um introito *preview* dos casos de instrumentalização da mentira supracitados.

A invasão do Iraque, em 2003, apresenta a utilização da mentira da disseminação do medo, comprovando que não se deve apressadamente crer que toda a política externa norte-americana foi mudada do dia para a noite em função do ataque surpresa do 11 de setembro de 2001, por mais trágico que este tenha sido. É preciso examinar sob lentes críticas a tônica do terror que ensejou a invasão do Iraque, tendo em vista que “anteriormente, poucas pessoas pensavam o terrorismo como uma séria ameaça à segurança global. Após o 11/9, de repente, o terrorismo tornou-se a peça central de segurança nacional da estratégia dos EUA, e uma prioridade mundial” (CRENSHAW, 2008, p. 67). A ênfase no terror não se dá sem definição de intencionalidade, há um cálculo de poder por trás de cada iniciativa política, porque o Estado é um ator racional que mede a consequência de suas ações e reações de modo a favorecer-se. Sob uma análise racional e pragmática seria mais provável pensar que os meios de efetivar a ação ofensiva é que foram rapidamente mudados, mas a política estadunidense sobre o Iraque continuava a mesma.

Nesse sentido, é possível considerar que a invasão do Iraque não fora realizada com base na vulnerabilidade dos Estados Unidos em relação aos ataques terroristas iminentes. Ao contrário, a ação ofensiva já se fazia presente no planejamento de governo dos EUA, desde que este decidiu mudar o modelo político de combate ao regime iraquiano. Segundo Ritchie e Rogers (2007), desde a guerra do Golfo, o Iraque contrariava os objetivos políticos dos Estados

Unidos e devido ao insuficiente progresso no enfrentamento do obstáculo iraquiano, a administração de Clinton fora fortemente criticada. Em Clinton, constatou-se que a política de contenção empregada ao Iraque era falha, os tomadores de decisão da política externa estadunidense compreendiam que “a mudança de regime era a única solução realista para o problema do regime de Saddam Hussein e sua ambição em desenvolver e implantar as ADMs” (RITCHIE e ROGERS, 2007, p. 1).

Nessa investida, embora a difusão do medo tenha sido a mentira carro-chefe para a invasão, todos os principais tipos de enganos desenvolvidos por Mearsheimer (2012) fizeram-se presentes e necessários. O Iraque não representava uma iminente ameaça ao governo estadunidense, haja vista as disparidades das capacidades relativas entre ambos os países. Além disso, não foram encontradas as tão enfatizadas armas nucleares, nem ainda qualquer prova de que houvesse uma real ligação entre o Iraque e a Al-Qaeda. Os Estados Unidos arquitetaram e efetivaram, ao longo de um decênio, uma guerra de escolha², ou seja, invadiram o Iraque com propósitos meramente baseados nos cálculos de poder, não havia evidências reais que justificassem o ataque (MEARSHEIMER, 2012). Por isso, a mentira foi o veículo estratégico para que o governo estadunidense lograsse bom êxito acerca de propósitos que estavam além do que parecia objetivar a guerra contra o terror.

No caso do crescimento da indústria bélica japonesa entre os anos de 2010 e 2017, a mentira estratégica que se tem em vista é o acobertamento estratégico, a qual, segundo Mearsheimer (2012), pode também ser utilizada quando um Estado vê-se em situação de risco em relação a outro.³ Esse tipo de mentira pode se expressar através da ocultação de política controversa, possibilitando ações tanto de ataque quanto de defesa, e, embora não seja de uso corriqueiro, é capaz de auxiliar a consecução de ações estratégicas difíceis, que doutra sorte não se efetivariam. É utilizada por países localizados em lugares de risco ou com a presença de países opositores e é capaz de resguardar ações externas e internas. Assim, a própria definição desse tipo de mentira estratégica já pode externar a situação na qual o Japão encontra-se atualmente, a saber, ameaçado pelos avanços da China na região asiática, além da ameaça da Coreia do Norte e da concorrência regional dos outros países. Acerca do Estado mais forte na Ásia, não é novidade que o crescimento chinês na região fere diretamente os interesses

² “Guerras de escolha” são iniciadas pela disposição ambiciosa do Estado por mais poder, “quando não há um perigo claro e iminente aos interesses do país que só possa ser enfrentado pela força” (MEARSHEIMER, 2012, p. 23).

³ As mentiras liberais também podem ser consideradas nesse caso, visto que o Japão pode estar, tal como diz o conceito deste tipo de mentira estratégica, evitando o julgamento adjacente do descumprimento de leis liberais, para realizar ações realistas. Entretanto, o acobertamento estratégico delineia com maior precisão o comportamento astuto do Japão, em ocultar um objetivo político mediante o discurso dissuasivo.

japoneses e que ambos os Estados, há anos, travam competição pelo controle regional. Contudo, o Japão, embora constitua-se como potência detentora de recursos tecnológicos e econômicos para sua própria defesa, mede as suas decisões sob a consideração dos interesses de segurança estadunidenses, “em nome, sobretudo, da estabilidade político-estratégica” (CAVAGNARI, 2013, p. 4).

A reação japonesa de fortalecer sua capacidade militar sob os argumentos de ajuda humanitária e *StateBuilding* explica-se na necessidade de o país desvencilhar-se de possíveis embargos derivados de constrangimentos externos contrários ao desenvolvimento militar do Japão. No jogo político internacional, nenhum ator se engrandece sem despertar a atenção e os receios de seus vizinhos. Não obstante o realismo confirmar que o crescimento ou desenvolvimento das capacidades relativas de um Estado inevitavelmente afetará a segurança dos demais, o que os Estados devem fazer é, de fato, maximizar suas capacidades relativas, tanto quanto lhes seja possível, a fim de obterem maior margem de segurança internacional. No entanto, o preceito realista de acúmulo de capacidades requererá maior capacidade criativa e estratégica para os atores que recebem maiores constrangimentos de outros Estados. Estando o Japão sob a mira da China e não podendo contrariar os Estados Unidos, será preciso construir um caminho alternativo ao confronto direto com as vontades do mais forte, é nesse ponto que a instrumentalização da mentira se insere.

Os argumentos utilizados para a viabilização da ação positiva japonesa, no desenvolvimento de poder bélico, tornam esse caso de mentira estratégica mais instigante. O Japão precisa contornar os efeitos negativos que seu posicionamento de fortalecimento bélico possa provocar em outros atores internacionais; para isso, o discurso diplomático com o uso de mentiras estratégicas manifesta-se como manobra política de escape. Sob a ótica realista, atores racionais não se fortalecem militarmente com fins de meramente auxiliar as deliberações de fóruns internacionais, no que tange às ajudas humanitárias e programas de paz. Ainda que não houvesse intenções de ataque, o simples acúmulo de poder não é assistido pacificamente por outros Estados, a concorrência por precaução de interesses particulares leva os atores internacionais, inevitavelmente, a oposição aos lucros indexados a outros que não eles mesmos. Evera confirma essa lógica, ao declarar que “poderes ganhos por outros, levantam ameaças maiores à segurança nacional, daí o expansionismo pede uma resposta mais violenta” (EVERA, 1998, p. 5). O Japão é forçado a usar de racionalidade estratégica, doutra sorte seria impedido de seguir seus propósitos políticos. É assim que a instrumentalização da mentira à luz do realismo ofensivo se insere, introduzindo a racionalidade para suprir a capacidade de força

resistiva sobre atores mais fortes; há um jogo político estratégico por trás das torções, omissões e mentiras ditas no cenário internacional⁴.

Por fim, a China com seu discurso de ascensão pacífica, entre 2010 e 2018, gera opiniões divergentes entre os Estados. O ponto inicial a ser analisado acerca da instrumentalização da mentira, nesse caso, remete ao avanço nacional chinês, que tem por base as modernizações, bem como aberturas e reformas econômicas no país. Segundo Oliveira (2008), esses fatores foram os responsáveis pela formação da “Teoria da China Ameaça”, a qual em muito atrapalharia os planos de ascensão chinesa, devido aos inúmeros constrangimentos externos que poderiam seguir da validação deste rótulo de ameaça entre os países. A ameaça decorrente do potencial crescimento chinês, afirma Oliveira (2008), apresenta duas considerações basilares: a da segurança estratégica e a da economia. Na segurança, sobressaem-se as considerações de uma estratégia armamentista irresponsável, capaz de dar margem a conflitos históricos mais drásticos, e a retomada forçada de porções territoriais nos seus limites fronteiriços. Já as considerações do ponto de vista econômico estão centradas na competitividade da economia chinesa, em face às extensas vantagens comparativas, bem como nos desajustes e prováveis dificuldades de assimilação do próprio país ao processo de desenvolvimento.

Em suma, a China precisava mitigar a consciência de ameaça que vinha se formando acerca de sua maior inserção no sistema internacional. A mentira estratégica inter-estatal auxilia o país a mitigar a percepção de seu poderio, assim como da ameaça internacional que suas capacidades possam representar (MEARSHEIMER, 2012, p. 53-54). Para Oliveira (2008), foi a constatação da necessidade estratégica de uma imagem menos ofensiva o que motivou a adoção chinesa do conceito de “ascensão pacífica”. Segundo Mearsheimer (2012), os Estados são discursivamente brandos, tão somente, para serem efetivamente ofensivos em suas ações; seus discursos pacíficos servem para legitimar ações claramente contendedentes ou reprováveis aos demais atores. Assim, a instrumentalização da mentira se expressa mais uma vez como o caminho estratégico viável para situações de controvérsia política internacional, encontrando também no caso da China um bom espaço experimental de sua utilização.

É válido questionar se os outros atores, de fato, aceitam como verídico o discurso de ascensão pacífica e desenvolvimento harmonioso ou se simplesmente não se opõem a essa retórica por conveniência decorrente de alguma relação benéfica sobre esse discurso. No

⁴ Acerca do desenvolvimento do poderio bélico japonês, ver: *The Diplomat* <http://thediplomat.com/2015/11/japan-set-to-boost-east-china-sea-troop-presence/?utm_content=bufferbe015&utm_medium=social&utm_source=facebook.com&utm_campaign=buffer>. Acesso em: 25 Jan 2016.

entanto, entre os crédulos do discurso chinês, a confiança poderia basear-se, por exemplo, no fato de que a China não estaria interessada em promover uma situação difícil com os Estados Unidos da América. Na maximização de suas capacidades relativas para fins de provocar alterações na balança de poder, a China estaria possibilitando um confronto direto com a maior potência dos últimos anos e seu atual aliado em termos de cooperação internacional. Portanto, ainda que o realismo potencialize a hostilidade sobre o fortalecimento dos Estados, o questionamento sobre a eficácia da mentira proposta, na ideia de desenvolvimento harmonioso, pode ser combatido sob o argumento de que existem razões estratégicas também para o não ataque e a não reversão da balança de poder; conferindo ao uso estratégico do engano algum espaço para manobras políticas.

A análise da mentira como instrumento de poder é capaz de abarcar numerosos e relevantes temas internacionais, dentre os quais, na perspectiva realista, aqueles que são relativos às questões de segurança internacional e política externa se sobressaem. Não obstante, o uso de engano com fins estratégicos não se detém na área de segurança internacional, nem necessariamente está limitado a lógica ofensiva. Desse modo, não apenas o terrorismo protagonizado na invasão do Iraque caracteriza-se como um bom exemplo da utilização da mentira política, mas também outros casos de recentes de estratagemas políticos podem ser evidenciados e avaliados acerca dos reais motivos políticos ocultados sob a roupagem de uma retórica de desenvolvimento pacifista.

Com supedâneo no pacifismo, o Japão recentemente vem buscando ocultar o desenvolvimento de uma indústria bélica nacional, ação que infringe diretamente o artigo 9º de sua constituição, a qual proíbe o Estado de assim o fazer. No entanto, diante da comunidade internacional, bem como de instituições, países e associações, regionais e globais, o argumento utilizado pelo governo japonês é o de que o fortalecimento de seu poder de fogo tem por finalidade, meramente, prover ajudas humanitárias, intervenções de *StateBuilding* e operações de paz. Tal argumento é questionável à medida que se considera a ameaça que o contínuo crescimento chinês representa ao Japão, bem como o fato de que o desenvolvimento de forças armadas, até o ponto de se fazer necessária a presença de um *Destroyer*⁵, está para além de operações pacíficas.

A China, por sua vez, sustenta nos fóruns internacionais que seu desenvolvimento político e econômico é absolutamente harmonioso. Contudo, não existe um real consenso entre os Estados acerca disso, muito menos entre aqueles que partilham da mesma região geográfica

⁵ Faz referência ao contratorpedeiro, navio de guerra rápido e manobrável. Os contratorpedeiros japoneses são conhecidos, desde 1928, por seus poderosos armamentos.

que o Estado chinês. A China não tem o reconhecimento de seus vizinhos acerca da liderança regional, embora apresente singular capacidade política para tal. Todavia, o país não cessa o uso do discurso de desenvolvimento harmonioso, enquanto prossegue avançando em intervenções e expansões de controle regional.

Os casos dos EUA, Japão e China demonstram como a instrumentalização da mentira não deve ser um tema restrito a determinados espaços geográficos ou certas formas de governo. A mentira não é uma arma política monopolizada nas mãos de governantes estadunidenses, ao longo dos anos, sua utilização não se limita ao *mainstream* das Relações Internacionais, mas faz menção às urgências nacionais de todos os Estados, as quais levam os líderes a extremos que julguem necessários para a defesa de interesses indispensáveis às suas nações. Contudo, não se deve confundir as urgências nacionais dos Estados com o exclusivo tema da segurança internacional, a instrumentalização da mentira estende-se sobre muitas outras circunstâncias do cenário político. É necessário reiterar também que o estudo da mentira vai muito além da política internacional, não obstante, mesmo dentro dessa esfera se requer um recorte seletivo entre os autores. A delimitação bibliográfica se justifica em função da impossibilidade de contemplar todas as vertentes em uma única pesquisa. A despeito disso, certamente entre as percepções contempladas por esta análise torna-se possível “lançar luz” como diria o “realista de carteirinha”, Mearsheimer (2001, p. 26; 2012, p.15) sobre o comportamento dos atores, mais especificamente, no que tange ao manuseio da mentira como arma para a obtenção de objetivos estratégicos.

Diante dos diversos questionamentos que se possam formular quanto ao uso de mentiras na política internacional, esta pesquisa atém-se a responder as duas já supracitadas questões centrais ao tema: como a mentira é instrumentalizada na política internacional e porque ela é utilizada por atores internacionais enquanto um instrumento político. Para responder a essas perguntas, a análise estabelece dois objetivos específicos. O primeiro objetivo consiste na construção conceitual e comportamental da mentira, objetiva-se fazer a descrição teórica da mentira como um instrumento de manipulação política, definindo-a e classificando-a nas suas múltiplas facetas, sob a ótica pragmática do utilitarismo. O segundo objetivo é analisar o uso estratégico da mentira na política internacional à luz da teoria realista ofensiva das Relações Internacionais. O terceiro objetivo enseja a avaliação da aplicabilidade da mentira em casos concretos da política internacional, desenvolvendo o exame da instrumentalidade da mentira para a viabilização de vantagens estratégicas; esses casos são: a invasão do Iraque em 2003, o crescimento da indústria bélica japonesa, entre 2010 e 2017 e o desenvolvimento harmonioso chinês, entre 2010 e 2018.

Os casos selecionados para a presente análise trazem consigo relevantes questões de interesse político, econômico e bélico no cenário internacional. No primeiro caso, verifica-se a articulação estadunidense para a obtenção de interesses geopolíticos no Oriente Médio, empreendimento para o qual precisou alçar da mentira estratégica, tanto a nível doméstico quanto em meio a comunidade internacional. Posteriormente, o caso de uso da mentira para a propiciar o crescimento da indústria japonesa demonstra os esforços do Japão em desvencilhar-se das restrições estratégicas impostas pelos EUA desde o final da segunda guerra mundial. Essa manobra resta delicada, dadas as ações diplomáticas que o Japão desenvolve com o auxílio estadunidense na balança de poder regional. E, por fim, no discurso sobre o desenvolvimento harmonioso chinês, a mentira estratégica será analisada em concomitância as medidas realísticas adotadas nos últimos anos pela China. Não obstante o discurso de paz, uma China cada vez maior na economia e nas relações interestatais não apresenta garantias confiáveis da manutenção do status quo regional e internacionalmente.

A metodologia que esta pesquisa segue é a imersão teórica e exposição empírica com apresentação de três estudos de caso. Mediante a revisão de literatura, este estudo se estrutura sob o método dedutivo, tomando como base as considerações gerais tecidas sobre a mentira até a sua aplicabilidade em casos concretos da política internacional. O que se objetiva metodologicamente é a comprovação conceitual e comportamental do estabelecimento de mentiras políticas entre atores internacionais, assim como a eficácia de sua instrumentalização, em efetivar e viabilizar vantagens estratégicas. Os construtos da política moderna e as obras recentes de política internacional, referentes ao uso de mentiras, fornecerão a base para a formulação deste estudo das mentiras e outras formas de enganação na política internacional. Entre as obras utilizadas para embasar o uso de mentiras no cenário político externo, os conceitos elaborados por Mearsheimer (2012) apresentam melhor sintetização de elementos capazes de explicar a lógica do engano pelas vias do poder, ao passo que suas considerações, também no que concerne ao realismo ofensivo como fundo teórico para a mentira, serão postas em diálogo com outros autores. De modo que as perspectivas teóricas sobre a mentira conduzam, sob o viés utilitarista, à compreensão estratégica e à análise da aplicação empírica.

A dissertação tem por estrutura quatro capítulos, cujos títulos são respectivamente: “A Instrumentalização da Mentira na Política Internacional”; “A Difusão do Medo como Estratégia Política na Invasão do Iraque em 2003”; “Os Acobertamentos Estratégicos para a viabilização do Crescimento da Indústria Bélica Japonesa entre 2010 e 2017”; e, finalmente, “O Desenvolvimento Harmonioso das Mentiras Inter-estatais: a Estratégia Chinesa das ‘Meias Verdades para as Mentiras Inteiras’ entre 2010 e 2018”. O primeiro capítulo tratará da parte

teórica do tema, descrevendo e analisando a mentira, em suas múltiplas formas, como um instrumento de poder com base no realismo ofensivo de Mearsheimer em diálogo com outros autores. Os capítulos seguintes consistem em análises da aplicação teórica da mentira em casos concretos, sendo considerados os tipos de mentira empregados em cada caso específico, para a conquista de vantagens estratégicas correspondentes a forma de engano escolhida por quem o instrumentalizou. Nas páginas seguintes, o estudo da mentira será apresentado, oferecendo definições, embasamento conceitual e comportamental, classificações e tipificações e, por fim, as relações estabelecidas entre a mentira e o poder político concebido pelo realismo ofensivo.

1 A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA MENTIRA NA POLÍTICA INTERNACIONAL

A mentira utilizada para fins de captação de poder propicia a realização de manobras políticas nos cenários nacional e internacional que, a rigor, requerem maior cuidado estratégico.⁶ Em um ambiente externo composto por atores internacionais dotados de interesses plurais, as negociações em torno da viabilização de recursos e da realocação de capacidades relativas na balança de poder pressupõem a necessidade de atuação cautelosa. A soberania estatal oferece igualdade e independência formal entre os Estados, no entanto, a autonomia dos Estados não lhes assegura a integridade de suas posições no sistema. A busca por sobrevivência e segurança internacional, sob a perspectiva realista, aponta para a grande probabilidade de conflitos de interesses, os quais são capazes de propiciar a materialização da agressividade estatal. Todavia, nem toda luta é bélica, nem toda ofensividade realista se manifesta em ações hostis e vultosas.

Na instrumentalização da mentira, faz-se possível atacar com outras armas e até mesmo impedir o uso de armas tradicionais; pela via discursiva, posições políticas podem ser revertidas ou desenvolvidas. Nesse jogo, ainda pode permanecer o ideal de soma zero, mas a sua efetivação requererá um estudo diferenciado de oponentes e amigos, e certamente uma atuação pouco convencional. Para a compreensão do tipo de mentira a que corresponde a instrumentalização política, é preciso delimitar a definição e as tipificações deste instrumento, esforço ao qual a próxima seção se dedica.

1.1 DEFINIÇÃO DA MENTIRA E OUTRAS FORMAS DE ENGANO

Antes de discorrer sobre o “porquê” e o “como” as mentiras são utilizadas no jogo político nacional e internacional, convém fornecer definições e perspectivas que orientem e signifiquem qual seja o conceito de mentira e as características que lhe sejam decorrentes, de um modo geral. Essas informações são relevantes ao tema e servem de base teórica para a posterior aplicação empírica nos próximos capítulos desta pesquisa.

Pseudos, em grego, pode significar a mentira tanto quanto a falsidade, o ardil ou o erro, o engano propositado, a fraude, assim como a invenção poética, o que multiplica os mal-entendidos sobre o que o mal-entendido pode significar” (DERRIDA, 1996, p. 8).

⁶ É válido ressaltar que não se pode simploriamente separar o nacional do internacional na análise da instrumentalização da mentira na política externa, haja vista que as suas causas e efeitos permeiam e transitam sob ambas as esferas, como posteriormente mais será demonstrado.

Partindo do grego, “*pseudos*” seria a forma mais geral de descrever o significado da mentira, vai de engano intencional até a invenção poética, parece referir-se a tudo aquilo que se afasta da verdade, ou da veracidade como elemento subjetivo de cada indivíduo ou de uma consciência coletiva. Talvez o “ardil” e o “erro”, como partes integrantes da conceituação da mentira para os gregos, derivem do apego filosófico à verdade como elo fundamental da harmonia na sociedade, ou, refiram-se aos efeitos gerados pelo receptor da mentira, o qual, ao receber uma percepção distorcida da realidade, poderá agir erroneamente para consigo mesmo ou para com os outros, sendo impedido de fazer escolhas acertadas, para além da vontade daquele que o enganou (DERRIDA, 1996, p. 8).

Entre todas as definições que se possam elencar no estudo da mentira, faz-se necessário eleger uma que forneça sumariamente os elementos indispensáveis para os interesses políticos. Dito isto, segue-se o exame de definições e perspectivas conceituais sobre a mentira para que se chegue ao objetivo de eleger uma definição basilar para a compreensão dessa pesquisa.

Santo Agostinho (2017), em “*On Lying*”, define a mentira como o ato efetuado com a intenção de enganar, seja pela utilização de fatos falsos ou verdadeiros. Assim, mentir de boa fé, sem intenção de enganar, não se configuraria como engano, mas somente a mentira construída com o propósito de fazer com que outrem incorra em erro. A partir desse nível de análise que baseia a definição de mentira agostiniana, pode-se considerar que é possível falar a verdade fazendo uso de fatos enganosos, bem como é possível falar a mentira utilizando fatos verídicos. Não obstante a ambiguidade desta definição, há que se considerar a faticidade de que a “veracidade” é subjetiva aos indivíduos e que, não sendo absoluta em seus efeitos, dá margem para a construção de um engano relativo e circunstancial.

Para Kant (2017, p. 5)⁷, a mentira define-se como “uma declaração intencionalmente não verdadeira feita a outro homem [...] efetivamente ela, ao inutilizar a fonte do direito, prejudica sempre outrem, mesmo se não é um homem determinado, mas a humanidade em geral”. Em Kant tem-se então a simples concepção de mentira enquanto declaração intencional e falsa, sempre em prejuízo de alguém, seja o enganado ou, em um plano geral, da humanidade; isso ele declara com base em seu imperativo categórico⁸ de ação universal, o qual contempla as repercussões bem mais amplas que a mentira possa assumir.

Mearsheimer (2012, p. 33-34) concorda com a visão agostiniana e kantiana, de que a mentira se efetua de modo intencional, assim como concorda que é possível enganar utilizando

⁷ Original de 1797.

⁸ Quanto ao imperativo categórico kantiano: “aja externamente de tal modo que o uso livre de seu arbítrio possa coexistir com a liberdade de cada um segundo uma lei universal” (KANT, 2013, p. 41). Original de 1875.

até mesmo fatos verídicos. No entanto, em Mearsheimer (2012) não há o mesmo juízo de valor reprobatório que permeia as concepções de Santo Agostinho e de Kant acerca do engano. Pelo contrário, para Mearsheimer, a mentira, se utilizada na política para a obtenção de vantagens estratégicas, será um meio de benefício do coletivo nacional. Não obstante, não se pode assumir benefícios decorrentes da mentira para aquele que é enganado, nem negar a existência de consequências para o uso de mentiras que não prosperaram em seu propósito, o que Mearsheimer (2012, p. 126) chamará de “sair pela culatra” produzindo “verdadeiros fiascos na política externa”.

A definição de Mearsheimer (2012) insere a mentira enquanto uma tipificação do engano, cujo propósito é o de levar ao público alvo uma credulidade sobre aquilo que é falso e, isto, com algum objetivo pré-constituído. Desse modo, concebe-se a mentira intencional, não apenas em obter êxito em ludibriar o ouvinte, mas enganando-o com um objetivo verídico pré-definido. Mearsheimer (2012, p. 34) considera que a mentira é mais que a oposição à verdade, pode envolver a invenção de fatos falsos, a inserção de fatos verdadeiros em um contexto que propicie o engano, e a negação de fatos verídicos. Mearsheimer define a mentira atribuindo-lhe o caráter de ação afirmativa, efetuada no intuito de enganar; é importante ter isso em conta ao analisar as multiformes variedades de seu uso no ambiente político.

Sissela Bok (1999, p. 14) compreende a mentira como a disposição de enganar a outros de modo intencional, formulando uma declaração enganosa que os faça crer naquilo que o mentiroso não acredita. Trata-se, no entanto, de uma “persuasão ilusória ou, [...] de uma persuasão oculta, portanto, de uma forma de manipulação” (BOBBIO, 1998, p. 727). Essa construção de realidade que Bobbio confunde com o ato da manipulação, é nomeada por Barnes (1994, p.11) como “joguete sobre o estado do mundo e das intenções e ações do mentiroso”. O elemento criativo que envolve a mentira se relaciona com a “arte” proposta por Swift, a mentira política é “a arte de convencer o povo, a arte de lhe fazer aumentar as falsidades úteis e isso para alguma boa finalidade” (SWIFT, 2006, p. 36)⁹.

A mentira é chamada de “arte” por Swift, porque nela existe a necessidade de modificação criativa da realidade dada ou da verdade que se assume como sendo aquela que é geral na sociedade. Acerca desses dois temas, arte e verdade, convém acrescentar que são

⁹ É possível questionar se a consideração da mentira enquanto arte, feita por Swift (2006), não se confunde com a capacidade criativa da “retórica”. No entanto, a retórica em si não necessariamente contém elementos componentes do engano. Antes, está mais voltada à estilística oratória, a retórica pode vir a ensinar o melhor o uso da mentira mediante o seu arcabouço discursivo. Todavia, nem a retórica, nem ainda a persuasão, podem se confundir com o próprio ato de mentir, pelo menos não se confundem com a mentira estratégica, a qual implica necessariamente na disposição de enganar.

ambos temas caros a Nietzsche (2001, p. 15), para quem a verdade absoluta sobre os objetos é algo inalcançável pelo corpo humano e a verdade que se constrói no seio social ali está porque foi elaborada e mantém-se pelos indivíduos que exercem o domínio. Já a arte, consiste na liberdade para pensar fora da caixa, fora da realidade do rebanho, qual seja o grupo de indivíduos que se submete às “verdades”, à moral e à toda construção de realidade social por indivíduos poderosos que lhe domina. Assim, faz sentido considerar a mentira política como uma arte e certa manifestação de liberdade ou supremacia sobre o meio social. Pois, os líderes que, em tese, representam a vontade e os interesses populacionais, tratando-se de governos democráticos, por exemplo, na realidade, estão considerando a si mesmos como superiores na percepção de qual seja o interesse mais amplo da população, pelo qual seja válido o uso de mentiras.

Todas essas definições sobre a mentira são válidas do ponto de vista analítico, no entanto, convém elencar uma definição geral que delimite de modo mais preciso o uso de mentiras, sob a perspectiva utilitarista, para a defesa dos interesses do coletivo nacional em articulações de nível internacional. Nesse sentido, a definição de mentira estratégica de Mearsheimer (2012) e de mentira política, “a arte de mentir”, de Swift (2006) ganham destaque, haja vista fornecerem noções básicas de como o mentir político possa se manifestar. Não obstante, Mearsheimer (2012) vai além ao pressupor a existência do “engano” como sendo a categoria geral de todas as espécies de falseamentos, considerando a mentira como uma das possíveis formas que o engano possa assumir. Além da mentira, Mearsheimer (2012) confere definições de outras duas formas de engano, a saber, a “torção” e a “omissão”.

Assim, a enganação ocorre quando “um indivíduo propositalmente toma medidas projetadas para impedir que outros conheçam toda a verdade – como esse indivíduo a entende – sobre um assunto em particular” (MEARSHEIMER, 2012, p. 33). Já a torção, embora seja difícil de distinguir da mentira em determinadas circunstâncias, ocorre quando em um discurso parte dos fatos são ressaltados ou minimizados e organizados de modo a distorcer a percepção dos ouvintes e a favorecer a condição de quem discursa. A história contada na torção não é uma história falsa, isso seria uma mentira, na torção, o jogo é sobre em que luz os fatos serão postos (MEARSHEIMER, 2012, p. 34-35). Finalmente, o terceiro tipo de enganação é omissão, a qual envolverá “a retenção de informações que possam prejudicar ou enfraquecer a posição de alguém” (MEARSHEIMER, 2012, p. 36). Segundo Mearsheimer (2012, p. 37), mentir é o tipo de enganação que recebe a maior reprovação das pessoas, em vista de que, diferentemente torcer e omitir, situações em que as pessoas podem perceber mais facilmente a incoerência da história

relatada com a veracidade dos fatos, na mentira, as informações falsas são apresentadas, sendo de difícil percepção e inteira vulnerabilidade dos que a ouvem.

Na construção de um entendimento sobre como as mentiras podem ser instrumentalizadas para finalidades políticas no meio nacional e internacional, a seção posterior apresentará um embasamento mais amplo da mentira, no que tange ao conceito e ao comportamento adjacente a ela. A próxima seção trará a síntese de perspectivas sobre a mentira que dialogam entre si, fazendo contraste com a verdade, bem como explicitando o aspecto manipulativo e conferindo lógica para o comportamento de quem promulga o engano.

1.2 EMBASAMENTO CONCEITUAL E COMPORTAMENTAL DA MENTIRA

Assim como já fora exposto, a mentira localiza-se dentro da amplitude do engano como uma variação das formas pelas quais a enganação possa manifestar-se. Modificar a compreensão da realidade dos fatos não necessariamente se poderá chamar de “mentir” em todos os casos. A dificuldade de categorizar tudo aquilo que se opõe ao que se nomeia como “verdade” passa pelo problema filosófico maior que é exatamente descobrir o que a verdade é, e para quem ela é. Foucault (2007, p. 271) dedicou-se a tarefa de postular sobre a história da verdade, apresentando-a como elemento subjetivo e passível a compreensões incompatíveis entre distintas partes ou sujeitos do discurso, em determinados momentos. De modo que aquilo que a verdade é pode variar entre um momento e outro, e entre um lugar e outro. A verdade, pelo viés humanista, pressupõe interpretação.

Verdade e mentira nas ciências sociais não se configuram como variáveis estáticas ou absolutas, uma vez que analisadas como construções humanas, não se desvinculam de interesses, visões de mundo e limitação de fatos evidenciados. Além disso, verdade e mentira são também produtos da linguagem, a qual não apresenta todos pontos e fatores existentes a serem considerados na formação de uma percepção sobre os fatos, mas dá voz às perspectivas dos sujeitos que as constroem. Assim, tal como afirma Heidegger (1951) e é reiterado por Nietzsche (2001), a verdade em essência não se pode humanamente atingir por meio da linguagem. Para Heidegger (1951), a verdade situa-se na essência da coisa, tal como o ouro falso só se constitui assim se posto em comparação ao ouro verdadeiro. Ainda assim, esse objeto, embora falso enquanto ouro, é verdadeiramente outro material. Portanto, na linguagem, a verdade e mentira são o que são somente de acordo com uma proposição pré-concebida e elaborada. A aceitação desse pressuposto poderia abrir margem para a flexibilização sobre o que possa ser a quebra da verdade, no entendimento do que seja mentira e engano. Todavia,

como a veracidade é o que se tem em vista, ao estudar a mentira política, ainda que aquilo que se considera verdadeiro oscile entre proponente e receptores, é na intencionalidade do proponente de reverter a construção da realidade percebida pelo receptor que ainda mais se evidencia ser o caso de mentir.

No que tange ao aspecto comportamental do uso da mentira na política, desde Platão (2016), a mentira, a despeito dos efeitos de sanção moral que poderia incutir no senso comum do povo, por sua utilidade benéfica ao coletivo, quando sendo política e ministrada pelo líder, era, no mínimo, aceitável, pela virtude do bem que construía no seio social. Em Platão (2016) já se percebe a ação pragmática que a mentira pode exercer na sociedade. A “mentira nobre” poderia ser tolerada, se o governante que a aplicasse fosse o rei-filósofo, o qual, idealizado em sua obra “A República”, era capaz de responder harmonicamente pela amplitude social, uma vez que possuía o ápice da sabedoria administrativa. O papel de tal liderança política permitia a condução de enganos que ajudassem na consecução de interesses estatais com eficácia e sensatez.

Em “O Príncipe” de Maquiavel¹⁰, no qual se observa algumas das principais fontes clássicas do realismo político, a mentira política se enlaça à função de Estado. Dessa forma, “ao conceder autonomia à política, Maquiavel operou um corte epistêmico que retirou a ética do núcleo da ciência política e conferiu à mentira um estatuto especial, na medida em que o príncipe tinha o direito de utilizar qualquer meio para alcançar seus fins” (MOREIRA, 2017, p.1). De Maquiavel também pode-se fixar um marco de construção utilitarista do uso de mentiras no meio político e mais especificamente entre unidades políticas independentes. Seguindo essa vertente, a supracitada definição de mentira vista no dicionário de política de Bobbio (1998, p. 727) moderniza a observação de sua aplicabilidade, e surge a partir da contraposição estabelecida entre a manipulação e a persuasão, especialmente política. Contudo, como adequadamente assevera Eric Alterman, ao citar Michel de Montaigne, o que é “oposto à verdade tem cem mil formas e um campo ilimitado” (MONTAIGNE apud ALTERMAN, 2004, p. 4). Por isso, insta a ressalva de que a mentira está localizada dentro do espectro maior

¹⁰ Em O Príncipe, Maquiavel (1469-1527) trata de uma questão de política local e em um período específico. Não obstante, o autor é eventualmente mal compreendido em sua totalidade. As edições e traduções de Maquiavel são exaustivas e, ao longo dos anos, enfrentam o desafio de interpretar um sistema cultural específico para a concepção moderna da política. À luz desses fatos, as aproximações analíticas relativas ao que determina O Príncipe devem guardar as devidas ressalvas e prevenções de anacronismos. A visão de busca por manutenção do poder, fornecida por Maquiavel, pode aplicar-se, em alguma medida, à busca dos interesses estatais sob a lógica realista da razão de Estado; mas os cuidados referentes ao período e ao contexto em que obra foi escrita, bem como as variações linguísticas, que incidem sobre a interpretação desse construto clássico, são dignos de serem considerados nesta análise.

do engano, o qual contempla também a torção e a omissão, formas de ludíbrio que, embora distintas entre si, correlacionam-se com a mentira.

Para Swift (2006), o uso de mentiras insere-se em um contexto de uma sociedade ideal de mentirosos; nessa perspectiva, todas as pessoas mentem. No entanto, há separação entre os níveis de mentira e entre as pessoas que têm acesso a elas. De acordo com Swift (2006, p. 41) a massa populacional é, de um modo geral, crédula e esse pressuposto é difícil de sustentar, pois, o manejo das mentiras políticas está relacionado com as “atividades secretas”, as quais lhes são “ordinariamente desconhecidas”. Swift, porém, mantém a ideia de credulidade das massas e evidencia que o uso de mentiras requer o sigilo e o trato cuidadoso como estratégia, tal como também descreve Mearsheimer (2012). No entanto, Swift (2006) é mais drástico quanto à relevância do sigilo, prescrevendo até mesmo o comportamento político sofisticado de adicionar ou definitivamente excluir membros a uma colisão de governantes que visa instrumentalizar alguma mentira no meio social. Em suas próprias palavras, Swift (2006) orienta a excluir absolutamente as pessoas que não sejam capazes de evitar ruborizar diante da verbalização de alguma mentira política. É por isso também que o autor a considera uma arte, porque requer mais que o uso de engano, requer articulações precisas para tornar a mentira estratégica, eficaz e capaz de atender às expectativas que motivam o seu uso; não se trata de uma tarefa que se possa executar irresponsavelmente, há muitos cálculos de poder envolvidos em cada um dos construtos do engano.

As mentiras para Swift (2006) também são consideradas como armas do poder que requerem cuidado e que são prerrogativas dos decisores políticos. Assim, a mentira é lícita para as pessoas que detém o direito sobre a verdade. Por “direito”, talvez seja possível estabelecer o termo “poder”, quem se estabelece no jogo político exerce poder e direito sobre conhecer qual seja a verdade, bem como os modos pelos quais possa encobri-la. O povo também teria direito à verdade, mas não à verdade política; as pessoas comuns podem esperar a verdade de seus semelhantes e em seus assuntos particulares. Swift (2006, p. 38) considera que o povo “possui menos direito sobre a verdade em matéria de governo do que o de possuir bens, terras e casas senhoriais”.

Não obstante essa concepção sobre direito à verdade e à mentira, Swift (2006, p. 39) concebe a possibilidade para que o próprio povo intervenha com mentiras de cunho político e de uma alçada que, por natureza, não lhe caberia. Este é o caso de quando o povo emprega as mesmas armas para abater os grupos políticos estabelecidos ou para se defender de suas deliberações. Caberia conceber, neste ponto, uma contradição entre as perspectivas do autor? Pode-se afirmar que sim, na medida em que se percebe que as mentiras políticas não são ações

que se aplicam apenas de cima para baixo, como Swift (2006) pressupôs, ser direito dos decisores nas relações de poder político; mas também é possível afirmar que não houve contradição, pois também se poderia entender que o autor considere as mentiras do povo uma situação de exceção na arte da mentira.

Swift é capaz de afirmar a mentira, a despeito de todo juízo de valor que se lhe é imputado ao longo dos anos, como sendo de valoração moral positiva; a mentira da perspectiva política seria até mesmo “boa” e “honestá” (SWIFT, 2006, p. 37). Contudo, o que o autor entende por “bom” não consiste naquilo que é bom por essência, mas corresponde ao que parece bom para quem a produz, a saber, o artista; este, por sua vez, é aquele que faz da mentira a sua profissão, é o político.

Enquanto para Mearsheimer (2012) os líderes mentem por causa da insegurança de um sistema internacional anárquico, para Swift (2006, p. 37) a mentira na política pode ocorrer para além da necessidade decorrente da insegurança internacional, também para a obtenção de lucros materiais, pela honra de servir a um lado partidário em disputa ou, até mesmo, pelo mero prazer da vingança. É bem verdade que Mearsheimer (2012) também admite a existência de mentiras que ocorrem no cenário político com vistas a conquista de interesses egoístas, relativos a uma só pessoa ou a um grupo particular. No entanto, aqui é onde se localiza novamente a grande divergência conceitual entre as proposições de mentira no contexto do poder político para Mearsheimer e Swift. Para Mearsheimer (2012), somente a mentira que tenha o propósito de proporcionar reais benefícios ao coletivo populacional é que poderá ser considerada uma mentira estratégica. Swift (2006), por sua vez, não fará discriminação semelhante, bem como não fará isso Maquiavel (2011), para quem o interesse de apenas um deverá ser resguardado, mesmo que por meios enganosos, qual seja este, o príncipe.

1.3 CLASSIFICAÇÕES E TIPIIFICAÇÕES DA MENTIRA

Como já fora dito, as mentiras podem ser categorizadas, sendo possível elencar modos, circunstâncias e formas pelas quais as mentiras sejam classificadas e tipificadas. Esta seção se propõe a sumarizar as categorias da mentira, construídas por alguns de seus estudiosos, ao longo do tempo. Em termos de classificação, serão dispostos modos e circunstâncias às quais a mentira se insere, e em termos de tipificação, as distintas formas que possa assumir.

1.3.1 Platão e a Mentira como Remédio para Situações Prejudiciais à Ordem Pública

Em Platão (2016), observa-se a classificação de mentiras a partir dos seguintes parâmetros: a mentira intencional ou por omissão; a mentira má ou de outra natureza; quando a mentira é útil; e, por fim, a verdadeira mentira. Em termos de tipificação, considera as seguintes formas: os falsos mitos; a mentira nobre; e a mentira como sedução. Segundo Platão (2016, p. 12), as mentiras podem se dar de modo intencional ou por omissão, afirmativa que abre pressuposto para que se possa inferir a ocorrência contínua de mentiras, uma vez que, para sua efetuação, não necessariamente se requer uma ação afirmativa da razão no propósito de enganar; assim como asseveram Santo Agostinho (2017) e Mearsheimer (2012), para os quais: sem intenção, a mentira não se dá. Não obstante a inferência supracitada sobre a omissão, Platão considera que a falsidade que não se percebe, isto é, aquela que, mesmo sendo falsa, sai do espírito humano sem o consentimento, continuará sendo uma opinião verdadeira (PLATÃO, 2016, p. 135). A partir dessa reiteração, há margem para se questionar para quem determinada fala pode ser mentira e para quem a mesma fala pode ser verdade. A resposta decorreria de uma análise intencional, que é estritamente subjetiva; daí ser mais prudente a simplificação que se realiza na delimitação da mentira em falseamento consciente e interesse no convencimento de alguém.

Outra classificação que Platão estabelece decorre sobre o fato de ser a mentira “má” ou de outra natureza. Para o filósofo, o ato de mentir, em si, já deve ser censurado, sobretudo, quando a mentira for má. A mentira má consiste em “oferecer, com palavras, uma imagem falsa da natureza dos deuses e dos homens, como um pintor cujo retrato não representasse a menor semelhança com o modelo” (PLATÃO, 2016, p. 81). A partir dessa descrição, toda forma de engano, ou exposição de uma realidade destoante daquela que se concebe pelos sentidos do corpo e pela concordância social, sobre aquilo que seria a realidade, implicaria em uma mentira, e uma mentira má. Mas, ainda segundo a descrição, o caráter de maldade atribuído à mentira se reflete sobre a modificação da natureza daquilo que se considera divino e do ser semelhante. Essa classificação da mentira é tão depreciada que chega a ser também considerada como “a maior de todas as mentiras”, provavelmente, aquela mentira que agride o caráter do divino e de outro humano. A mentira seria, assim, sempre má, digna de reprovação; mas, se há alguma flexibilização sobre o uso de mentira, alguma mentira que seja menos maléfica do que a mentira má, para Platão, esta ainda não seria uma mentira boa, seria, antes, uma mentira útil. No máximo, a mentira em Platão pode ser vista como nobre, mas essa nobreza não decorre de uma bondade no ato de enganar, mas é a relevância de sua utilidade o que engrandece o engano ao

nível da nobreza, ou da utilização pelos governantes da cidade. A utilidade da mentira consiste em mais uma de suas classificações.

Na última das classificações platônicas empregadas à mentira, considera-se a “mentira verdadeira”, que é “enganar-se, ser enganado ou permanecer na ignorância com respeito às coisas essenciais, na parte mais nobre de nós mesmos, que é a alma” (PLATÃO, 2016, p. 88). A verdadeira mentira é a categoria que abarca o mais alto nível de engano ao qual alguém possa se submeter, sua completa reprovabilidade se expressa sobre o fato de que o seu uso revela uma completa corrupção do ser de quem a emprega. No ato da fala, essa mentira reflete o estado da alma de quem a elaborou, não é o tipo de engano puro, desvinculado do ser do mentiroso, construída para algum fim mais nobre que a mera existência do engano por vãos objetivos do mentiroso.

No que tange à tipificação, os falsos mitos são o tipo de mentira má e intencional que altera a natureza dos deuses e dos homens, construindo uma imagem falsa sobre aquilo que seria essencial para construção de uma justiça harmônica na cidade, como o livro “A República” vem propor (PLATÃO, 2016, p.81). Para Platão (2016, p. 88), assim como para os filósofos de um modo geral, a verdade estava imanentemente ligada à justiça social, que por sua vez, era o fundamento de uma sociedade onde cada indivíduo exercia seu papel funcional, seja como pensador e político, soldado guerreiro ou população em outras atividades comuns. Haja vista, a relevância que a verdade exercia nesse contexto, a propagação de mitos que modificavam a visão atribuída aos deuses e turvavam a própria crença trazia danos à sociedade e, portanto, o mito deveria ser censurado, bem como os sofistas que o promulgavam.

A mentira como sedução é o engano que ocorre em decorrência da mudança de critério daqueles que são influenciados pelo medo ou pelo prazer (PLATÃO, 2016, p. 136). Esse tipo de mentira é equiparada ao roubo, isso porquê aqueles que são seduzidos por esse tipo de mentira, são furtados de tempo para racionalizar a realidade que se lhes apresenta, por causa do medo ao qual são submetidos ou circunstância de desgosto que os obrigue a mudar de opinião. Aqueles que são enganados pela mentira da sedução, podem ser comparados aos que são envolvidos pelo engano da “difusão do medo”, que é uma das tipificações da mentira construídas por Mearsheimer (2012, p. 70); esta é a mentira em que um governante difunde o terror populacional para tornar o povo maleável às suas decisões governamentais controversas.

A mentira nobre, por sua vez, é a maior contribuição platônica para a instrumentalização do engano na política. Consiste na mentira menos danosa, menos reprovável, que se utiliza excepcionalmente em uma sociedade que preza pela verdade, para fins de remediar alguma situação prejudicial à ordem ou à harmonia social. Esse tipo de mentira

trata-se de uma ferramenta perigosa e que só pode ser manipulada por um especialista, assim como um remédio só pode ser prescrito por um médico (PLATÃO, 2016, p. 96), tal é a mentira nobre; não obstante, continue sendo um engano, quanto à depreciação do valor moral, a sua utilidade lhe confere grande relevância e até mesmo “nobreza” (PLATÃO, 2016, p. 137). As mentiras úteis ao favorecimento nacional são as verdadeiras mentiras nobres, capazes de convencer não apenas os líderes de outros governos, como também a própria população. Essa mentiras são consideradas, por Platão (2016, p. 200), como até mesmo frequentes entre os governantes, porque elas se dão para a obtenção dos interesses dos governados, que é a função primordial daqueles que os governam.

Quanto à recorrência do uso da mentira nobre de Platão (2016), que se equipara a mentira política de Swift (2006), bem como a mentira estratégica de Mearsheimer (2012), ou seja, a mentira legitimada pelo benefício coletivo que proporciona sobre uma nação, os autores citados convergem e divergem em opinião. Para Swift (2006), as mentiras são recorrentes e quase que inevitáveis, porque o engano em sua concepção é uma das principais vias da política, sobretudo tendo em conta que o autor postula sobre uma sociedade ideal de mentirosos. Já para Mearsheimer (2012), as mentiras, embora muito úteis e comprovadamente estabelecidas na política internacional, não são corriqueiras; pois, doutra sorte, não haveria credulidade entre os enganados, tampouco credibilidade entre os líderes que a empregam. Bobbio, no entanto, concorda com os primeiros autores sobre a frequência da mentira e a estende para além do nível da política em sua recorrência; no entanto, especialmente, na política é que se pode verificar a frequência entre aqueles que manipulam a outros para fins de adesão aos seus propósitos (BOBBIO, 1998, p. 727). Embora os autores discordem sobre o fato de as mentiras serem frequentes ou não, sobre a sua utilidade para os objetivos da persuasão e sobre a necessidade de cuidado estratégico ao empregar o engano, todos serão concordes. As contribuições destes e dos demais autores desta seção ajudarão a delinear o escopo do tema, a descrição da mentira que é útil à política internacional.

1.3.2 Maquiavel e a Mentira para a Aquisição e Manutenção do Principado

Em Maquiavel, as classificações sobre a utilização da mentira são mais genéricas e não discrimina explicitamente sua vinculação como uma das múltiplas vertentes do engano. Pelo contrário, de um modo geral, a mentira é percebida nas prescrições de comportamento prudente do príncipe e é nomeada basicamente como “engano”. Se com Platão (2016) fica claro que somente aos governantes da cidade é lícito faltar com a verdade, Maquiavel ratifica que ao

servo nunca caberá a mentira (MAQUIAVEL, 2011, p. 178). Para Maquiavel, não somente a mentira pode ser, como também deve ser utilizada pelo governante; o príncipe tem necessidade de saber enganar (MAQUIAVEL, 2011, p. 140). Ao estudar a mentira em Maquiavel é preciso ter em vista seu objetivo de instruir o governo italiano de sua época quanto às ações estratégicas de manutenção do poder.¹¹ Feita essa ressalva, entre as formas de engano prescritas por Maquiavel estão: a mentira para conquistar um favor; a mentira para propiciar a mudança de governo; o pretexto para punir o povo rebelde; o engano para ajudar a destruir; o engano para a aprovação populacional do príncipe.

A mentira para conquistar um favor é descrita logo no início de sua obra “O Príncipe”, e é um ensinamento que poderia estar em plena ação, haja vista que o próprio Maquiavel o empregava para granjear a solicitude e a confiança do rei, a quem lhe convinha servir como pessoa de confiança. Esse tipo de engano poderia ser questionado em termos de pouca evidência de falsamento dos fatos para a sua execução. No entanto, Maquiavel (2011, p. 13) utiliza-se da persuasão oral para barganhar interesses políticos, enquanto “aqueles que desejam conquistar as graças de um príncipe costumam apresentar-se diante dele com objetos que considerem os mais preciosos ou que possam ser de seu máximo agrado”. A possibilidade de engano que se apresenta aqui consiste em cessão de benefícios materiais para influenciar as tomadas de decisões daquele que recebe os benefícios disso.

A mentira para a mudança de governo ocorre quando um povo é levado a crer que poderá se esquivar do julgo do domínio ao investir na derrocada de algum príncipe. Segundo Maquiavel (2011, p. 25), o povo jamais será livre do domínio, porque, embora as pessoas mudem de governantes com satisfação, julgando estar fazendo o melhor para si mesmas, por fim, a experiência prática revela que isso lhe acabará mal, pois a mudança de governo requererá rédeas firmes do novo príncipe, que saberá do que o seu povo é capaz. Platão (2016) concorda que a mudança de um governo, em seu caso, o governo ideal, qual seja o aristocrático, por um governo insurgente do povo, que acredita agora encontrar melhor representação, tenderá ao fracasso. Ocorre que a mudança de governo para a democracia levará ao despotismo, que requererá, por fim, que outro grupo, o aristocrático, volte a dominar. Assim, a mentira que insurgentes propagam entre o povo, é eficaz, no entanto, com a prática, vem a evidenciar as suas más consequências.

¹¹ Faz-se necessário acrescer que não se deve erroneamente atribuir à Maquiavel o caráter “maquiavélico” de subversor do bem pelo mal na busca do poder. O que se prima aqui em observar é a forma pragmática pela qual o autor é capaz de construir a política, de modo a favorecer, antes de tudo, ao Estado italiano de sua época. Suas orientações de lógica estatal auxiliam ainda nos dias de hoje a razão de Estado que fundamenta o postulado realista.

O pretexto para punir um povo rebelde é, em sua própria nomenclatura, uma obviedade que melhor se emprega ao regime absolutista. Esse tipo de mentira ocorre quando um príncipe deposto volta a exercer o poder sobre determinado povo. Segundo Maquiavel (2011, p. 26), após retomar o poder, torna-se mais difícil perdê-lo, e isso ocorre, em parte, devido ao fato de que o príncipe engradece a sua imagem de autoridade responsabilizando punitivamente o povo pelos problemas decorrentes da insurgência. Está claro que o governante objetiva amedrontar o seu povo para mantê-lo sob as suas rédeas, mas para o povo não estará tão claro, através da mentira de punição, que os concidadãos poderão novamente se livrar do tirano.

O engano para ajudar a destruir é o tipo de mentira fria e calculista que Maquiavel (2011, p. 73) aponta como estratégia utilizada por homens que objetivassem deter o poder pelas vias da força e da destituição de seus detentores. Maquiavel afirma que Oliverotto de Fermo fora enganado por César Bórgia, e foi esse engano o que propiciou a facilidade com que fora destruído. Bórgia persuadiu Oliverotto de Fermo, bem como os seus demais inimigos para esperá-lo em seu palácio, em Senigallia, “sendo grande dissimulador, não deixou de, por todas as maneiras, fazer com que acreditassem que desejava que fosse deles o que havia conquistado pelas armas; que lhe bastava o título de príncipe, mas que o principado fosse deles” (MAQUIAVEL, 1973, p. 150); não obstante, o plano de Bórgia era assassiná-los, como de fato ocorreu. Esse tipo de engano é claramente despido de valores morais, prima pela busca do poder a qualquer custo, até mesmo o uso de mentira para a destruição de quem possa, com a morte, propiciar o domínio. Villari (1972, p. 20) descreverá essa lógica como “uma ciência política distinta e independente de qualquer consideração de ordem moral”. Essa assertiva pode ser confirmada com o fato de que não se tinha em vista o benefício de um grupo populacional que não se sentia bem representado, ou que se sentia oprimido; o objetivo era a transferência de poder para beneficiar quem o receberia.

Finalmente, o engano para que o povo confie no príncipe é uma das principais mentiras descritas por Maquiavel (2011, p. 80) em seu realismo político, para proporcionar ao príncipe a aquisição e a manutenção de seu poder. Esse tipo de mentira é baseada na aparência de virtude e de bondade. Segundo Maquiavel (2011, p. 141), o governante não precisa ter todas as qualidades que externa, sob as quais a confiança do povo se apoia, mas o governante deve saber aparentar possuir todas as virtudes de “piedade, fidelidade, humanidade, religiosidade e integridade [...] de modo que ‘precisando não ser’ essas coisas, ‘possa e saiba ser o contrário’”. Aparentemente, a mentira para a obtenção da confiança e do apoio nacional se constituiria como a ferramenta útil através da qual se conquista e se mantém estrategicamente o domínio. Isso ocorre porque, para Maquiavel (2011, p. 142), “o povo sempre se deixa levar pelas aparências

e pelos resultados e no mundo não existe senão o povo, pois poucos encontram um lugar quando muitos não têm onde se apoiar”. Sendo assim, o pouco hábil na arte da dissimulação é aquele que “não prega senão a paz e a fé, e ele é hostil a ambas, se as tivesse praticado, teria perdido sua reputação e o seu Estado em mais de uma ocasião”.

Swift (2006) e Mearsheimer (2012) coadunam com Maquiavel quanto à faticidade da existência contínua de uma massa populacional crédula. Segundo todos esses autores, o povo é enganado porque se deixa enganar, inclusive gosta de ser enganado, de ser conduzido pelo discurso daqueles que aparentam figura de integridade e de responsabilidade para com o coletivo social. Finalmente, no que se refere às categorizações estabelecidas por Maquiavel, tem-se que as suas variações derivam dos propósitos pelos quais são utilizadas. Não são fornecidos muitos detalhes acerca do modo pelo qual se constroem as estruturas de cada tipo de engano proposto por Maquiavel, no entanto, o sucesso do uso de engano se apoia sobre os resultados que a sua aplicação possa gerar, por resultados se compreendam a obtenção e a manutenção do poder. Estes são diretamente referentes ao objetivo que motiva o comportamento agressivo dos Estados na busca pelo poder para a sobrevivência, segundo o realismo. Um meio internacional sem garantias reais de paz e de segurança para todos os atores é a base do argumento da mentira estratégica; o engano tem sido a violência mais sutil empregada por meio de palavras brandas e cooperativas na comunidade internacional.

1.3.3 Swift e a Mentira como uma Arte Contínua no meio Político

Segundo Swift¹², arte é a orientação geral fornecida sobre o uso de mentiras no cenário político; as mentiras se situam na esfera do maravilhoso, isto é, requer o esforço para fugir da realidade dada, construída para a criação de algo mais que forneça uma nova e crível realidade aos receptores do artista do engano. Para Swift (2006), as mentiras políticas podem ser organizadas em classes, a saber: inventar; disseminar e multiplicar; e em espécies, quais sejam: a mentira de calúnia ou a mentira difamatória; a mentira de adição; a mentira de translação; a mentira para animar; a mentira para espantar; a mentira de teste e a mentira de promessa. De

¹² Em O Mentir Verdadeiro, Courtine (2006) esclarece que o texto “A Arte da Mentira Política”, atribuído a Jonathan Swift, é na realidade de autoria de seu amigo, John Arbuthnot (1667-1735), com quem compartilhava as ideias políticas. Acerca do contexto de 1712, ano em que surgiu a A Arte da Mentira Política, Courtine (2006, p. 28) discorre: “ele [John Arbuthnot] também era como Swift, membro do ‘*Scriblerus Club*’ [...] Este clube muito fechado agrupava alguns homens de letras ligados ao partido *Tory* e engajados em violentas polêmicas contra os *Whigs*. O jogo político do momento, que mobilizava a Swift e seus amigos, era fazer cessar a guerra da Sucessão na Espanha, que tinha começado junto com o século e que os *Whigs* queriam prolongar” (Grifo nosso).

acordo com Swift (2006, p. 49), a mentira de um modo geral envolve invenção; entretenimento; vigilância e fiscalização, de credibilidade e abertura aos novos enganos.

As classes da mentira são referentes à forma como são criadas e propagadas: quando se inventa uma mentira, tem-se em conta a criação de um falseamento; quando a mentira se dissemina e o engano é espalhado ao povo, e quando se multiplica essa mentira, os fatos falsos são acrescidos (SWIFT, 2006, p. 39). Já as espécies das mentiras, para Swift, são referentes às formas que elas assumem. Algumas mentiras, afirma Swift (2006, p. 50), estabelecem-se de forma pública e aberta, outras requerem “pequeno barulho”, ambas as formas são basilares para que cada tipo de mentira funcione.

A mentira de calúnia ou a mentira difamatória materializa-se de forma mais barulhenta, mediante “os rumores, notícias, panfletos difamatórios que atacam a reputação de quem tem o poder” (SWIFT, 2006, p. 40). Esse tipo de mentira também poderá receber as nomeclaturas de “mentira de maldizer” e “mentira de depreciação”, é uma mentira elaborada com vista a atacar a reputação e a imagem de uma grande personalidade no cenário político, o qual adquiriu com seu poder o direito de fazer uso de mentiras políticas. As pessoas responsáveis pela elaboração da mentira de calúnia o fazem por medo de que o governante, alvo dos maldizeres, não esteja atendendo aos interesses do povo.

A mentira de adição atua de modo oposto à mentira de calúnia, seu objetivo é acrescentar, adicionar, à boa reputação que seja de fato referente a uma grande personalidade política. A função dessa mentira é a de propiciar a esse governante a oportunidade de servir a “alguma boa finalidade ou a alguma intenção que se tem” (SWIFT, 2006, p. 40), visa favorecer o benefício coletivo à medida que assegura a determinado líder a permanência tranquila no poder.

Já a mentira de translação é aquela que não cresce ou mitiga o prestígio do governante, mas o atribui, literalmente, o transfere para outra pessoa, que seja considerado pelos mentirosos, melhor e de mérito superior. A mentira de translação também pode se apresentar em “excluir o desmérito de uma má ação àquele que a cometeu para transferí-lo a um homem que mereça ainda menos” (SWIFT, 2006, p. 40). Para Swift, a mentira de translação é extremamente útil para objetivos públicos, pois, ao alterar as percepções populares sobre as virtudes de um homem político, favorece sua inserção no poder para dar consecução a propósitos melhores do que se havia antes. Nesse sentido, ao manejar esse instrumento enganoso, as pessoas podem ser consideradas, inclusive, como nobres e honestas, dado que, para Swift (2006, p. 41), mentir para o bem da pátria, é exercer uma grande tarefa.

A mentira para animar, de acordo com Swift (2006, p. 44) não precisa exceder em muito a verosimilhança. Sua função é motivar positivamente o povo, encorajando-o em alguma

ação política; é o tipo de mentira útil que pode ser aplicada em muitas situações, se isso for feito com cuidado. Acerca das regras que essa mentira requer, a variação de sua aplicação é fundamental. Swift (2006, p. 45) afirma que não é necessário insistir sobre um único modo desta mentira, bem como não é prudente fixar predições rapidamente, visto que isso facilitaria a confusão e o contradito que demascararia o engano.

Já a mentira para espantar, apesar de situar-se na esfera do maravilhoso, ou seja ultrapassar os níveis da veracidade, requer muito mais cautela na aplicação do que a mentira para animar. Swift (2006, p. 44) afirma que este tipo de mentira não requer a exposição ao povo de objetivos terríveis, os quais lhes causem medo, mas com o tempo se tornem familiares, de modo que o povo acostume-se com eles. Esse tipo de mentira requer ainda intervalos de tempo específicos para ser empregada com sucesso; uma vez aplicada esta mentira, em seguida, será preciso ao menos um ano sem os efeitos do terror sobre o povo (SWIFT, 2006, p. 45). A mentira para espantar de Swift (2006) aproxima-se, em certa medida, da “difusão do medo” de Mearsheimer (2012). Não obstante os dois autores pressuponham a possibilidade de infligir o terror enganoso para a obtenção de vantagens políticas, Mearsheimer (2012) não fixa períodos de tempo para a aplicação bem-sucedida deste tipo de engano.

A mentira de teste é aquela que tem função experimental, “como uma primeira carga que se coloca em uma peça de artilharia para experimentá-la” (SWIFT, 2006, p. 50). Sua função é verificar até que ponto se sustenta a credulidade daqueles a quem se fala. Segundo Swift (2006), esse teste dá-se averiguando a credulidade do povo através da exposição de fatos mentirosos difíceis de se acreditar para saber como anda a credulidade populacional antes de aplicar uma mentira específica com finalidade política maior, sem desabonar a imagem do promulgador do engano.

A mentira de promessa é descrita por Swift (2006, p. 53) desde os simples gestos que envolveram a sua aplicação. É um tipo de mentira elaborada por grandes personalidades na sociedade, detentores do poder, os quais “colocam a mão em teu ombro, eles te abraçam, te cumprimentam, eles sorriem, eles se dobram ao te saudar”; são essas e muitas outras formas de reconhecer esse tipo de mentira. O mentiroso, quanto às promessas, gesticula receptivamente e utiliza-se, por vezes, da retomada de sermões para fundamentar suas ações externas.

Com base na descrição de todos os últimos tipos de mentiras, é possível inferir que em cada um destes casos seja necessária a utilização da forma “barulhenta” de propagação, ou seja, mais aberta para o alcance de um número maior de crédulos. Todavia, se as descrições de Swift (2006) sobre estes tipos de mentiras pudessem ser pensadas para a aplicação em grupo mais seletivo, de grupos dominantes, ou para o efeito de caso particular, não seria impossível imaginar

que tais mentiras precisassem adotar a aplicação “surda”. Acerca destes casos específicos, Swift (2006, p. 50) afirma que é o caso de “comitê particular, ou Conselho Privado, composto pelos mais hábeis da sociedade”.

Acerca da velocidade e da duração das mentiras, Swift (2006, p. 51) assevera que as mentiras para causar espanto ou intimidação são aquelas que se difundem com uma velocidade, quase que “prodigiosa”, para grande número de ouvintes. Enquanto que aquelas que devem ser aplicadas “surdamente”, embora não alcancem um número tão exponencial como as primeiras, também circulam com certa rapidez para certa circunferência de ouvintes. Quanto à duração das mentiras, Swift (2006, p. 52) considera quase que todo tipo de tempo, sejam horas, dias, anos ou séculos; contudo, “os bons artistas”, que são “os grandes magnatas da sociedade”, são tão hábeis em mentir que são capazes de calcular os efeitos da duração do engano que promulgam. Os grandes mentirosos constroem mentiras que subsistiram até a concretização de seus propósitos, essas mentiras bem elaboradas permanecem na credulidade dos que as ouvem até quando for do interesses de quem as construiu. Essa percepção de mentira duradoura até a produção esperada de seus efeitos é compatível com o que Mearsheimer (2012) orienta enquanto sucesso na utilização do engano.

Quadro 1- As Caracterizações da Mentira como Arte Política

MENTIRAS	FORMA	RAZÃO
Calúnia ou Difamatória	- Pública e aberta; - Atacar a reputação de uma personalidade política	- Suspeita de que o político (alvo da calúnia) não esteja atendendo aos interesses do povo.
De adição	- Pública e aberta; - Oposta a de calúnia; - Acrescer a boa fama de uma personalidade política	- Garantir a permanência no poder de um líder que tem satisfeito o interesse do povo
De translação	- Pública e aberta; - Atribuir os méritos de um político a outro que se crê ser melhor para o povo; - Excluir demérito de uma má ação de um político de mérito para atribuí-lo a outro que mereça menos.	- Favorecer a inserção no poder de um político que possa melhorar a condição populacional
Para animar	- Pública e aberta; - Não excede muito a verossimilhança	- Encorajar o povo sobre a aceitação de determinada política
Para espantar	- Pública e aberta; - Gradativamente aplicada;	- Conduzir a vontade do povo sobre temas

	- Com ao menos um ano de intervalo sobre a tônica do medo	importantes que, por outras vias que não a do espanto, não se daria de modo benéfico.
De teste	- Pública e aberta; - Experimental; - Primeira parte de um engano; - Exposição de fatos falsos difíceis de se acreditar	- Experimentar a credulidade daqueles a quem se fala
De promessa	- Pública e aberta; - Elaborada por políticos estimados pelo povo; - Expressa no discurso afetuoso	- Aumentar aprovação do líder político
Para Comitê/Conselho Particular	- Aplicação “surda”	- Persuadir os mais hábeis da sociedade

Fonte: SWIFT (2006). Elaboração própria.

Para além das classificações e tipificações já enunciadas, Swift (2006, p. 46), concebe a orientação para a existência de intervalos entre períodos de tempo em que a política utilizará de mentiras e períodos de tempo em que o discurso político só pronunciará verdades. O objetivo é claro: aumentar a credibilidade das próximas mentiras. Além de preparar o terreno para as próximas mentiras, os intervalos de tempo sem a presença de mentira nos discursos são de fundamental importância para o restabelecimento da credibilidade de certos partidos políticos. Para o caso de restabelecimento de crédito partidário, Swift (2006, p. 46-47) fixa períodos específicos: “é preciso que o partido que queira restabelecer seu crédito e sua autoridade concorde em nada dizer e em nada publicar durante três meses, nada que não seja verdadeiro e real; seria o melhor meio para adquirir o direito de debitar as mentiras dos próximos seis meses”.

As mentiras concebidas por Swift (2006) são mais aplicadas ao âmbito nacional, embora não sejam exclusivamente deste meio e, por vezes, seja necessário preparar o ambiente interno para ações mais radicais no ambiente externo. Sendo assim, ao propor vários tipos de mentiras, na “arte de mentir”, Swift (2006, p. 48) tinha em vista o “projeto para reunir em um só corpo várias pequenas sociedades de mentirosos”. Esse sistema consistiria em um conjunto articulado de mentirosos profissionais. Deveriam estar incluídos nessa sociedade os chefes de cada partido e nenhuma mentira seria posta em prática sem a aprovação de todos, esse grupo seletivo unanimemente decidiria, em diferentes situações, qual tipo de mentira seria mais conveniente. Esse projeto deveria abarcar as pessoas de todos os Estados e profissões, deveria ser composta de “gênios de grande esperança”. Nesta sociedade, somente as pessoas

definitivamente capazes de responsabilmente empregar o uso de mentiras políticas é que poderiam manejar o engano no meio social.

Finalmente, Swift (2006, p. 54) apresenta a reflexão acerca de como o uso de mentiras pode ser combatido e questiona se a mentira pode ser enfrentada melhor com a verdade ou com outra mentira. O autor conclui, com base na grande tendência de todos os homens em mentir e em se deixar enganar, ao longo dos anos, que “o meio mais limpo e mais eficaz para destruir uma mentira é lhe opor a uma outra mentira”. Sob essa assertiva verifica-se pouca escapatória ao uso de falsidades no meio político; entre as potências que exercem maior influência no cenário político internacional, a preservação de *status* pacifista requer esforços cooperativos maiores, tais como o engano, para driblar a percepção de ações e reações hostis. Esse papel vem sendo desempenhado pela China, que tenta preservar-se de ingerências resultantes de sua notória ascensão; enquanto os EUA, que não se prendem a cooperação como único discurso, dada a sua estrutura representativa interna, necessita fazer maiores esforços para convencer a sua população, mesmo que por vias do medo e da estrutura teatral interna.

1.3.4 Courtine e a Pseudologia da Política

Em uma releitura da “Arte da Mentira” de Jonathan Swift, Courtine (2006, p. 16) aborda a pseudologia da política em o “Mentir Verdadeiro”. Courtine (2006) conecta a mentira política à arte de governar, atendo-se mais especificamente a três tipologias da mentira, a saber, a mentira de calúnia; a mentira de adição e a mentira de traslado, já descritas por Swift (2006). Apesar disso, o Courtine estabelece regras básicas que devem pautar o mentir verdadeiro, quais sejam: somente quem governa deve mentir e isto para o bem do povo; subtrair as mentiras de toda possibilidade de verificação e contradição; nunca ultrapassar os limites da verossimilhança e fazer variar as falsidades salutares (COURTINE. 2006, p. 19). Courtine (2006, p. 21 - 22) também analisa as ideias de Swift (2006), estabelecendo como condições necessárias para a mentira a presença de massa crédula; a utilização das mentiras de prova, ou de teste; a desvinculação do artista da mentira com os políticos sinceros e o uso moderado do engano.

As mentiras, nessa perspectiva, podem ser costumeiras; para Courtine (2006, p. 19), essa seria a classificação geral do tipo de mentira proposta para o prognóstico de catástrofes, para infundir o terror sobre o povo e convencê-lo a se “contentar com um presente cinza”. Courtine considera a mentira para o espanto, assim como a mentira de promessa de Swift (2006), mentiras rotineiras, as quais, não obstante a recorrência do uso requereriam prudência

e ausência de predições de curto prazo. A despeito de todo cuidado com a moderação no ato de enganar, Courtine (2006, p. 21) observa a arte da mentira, construída enquanto um sistema por Swift, da seguinte maneira: “fazer a mentira obrigatória e produzir mentirosos imperturbáveis, que mentem melhor do que respiram: é por esta causa que surgiram os partidos políticos, para aplicar estes princípios ao pé da letra”.

Estando desse modo estabelecida a mentira no seio social, Courtine (2006) discrimina as mentiras totalitárias e as mentiras democráticas. Essas duas tipologias são referentes à evolução que a prática da mentira tem sofrido com a inovação tecnológica. A mentira totalitária é referente a forma antiga, ao que se poderia vislumbrar no século XVIII, quando o panfleto da “Arte da Mentira” fora publicado; no entanto, muito do que a globalização e a revolução tecnológica proporcionou aos meios comunicativos, favoreceu o uso de mentiras no meio social, como nunca antes. A mentira antiga, a totalitária “descreve, com efeito, o que era só um estado artesanal da dissimulação: os rumores, o boca a boca, as práticas orais, um acúmulo e uma circulação pré-moderna da calúnia” (COURTINE, 2006, p. 22).

A mentira democrática é pluralista, ou seja, é capaz de coexistir com outras mentiras que lhe sejam concorrentes; contudo não ambiciona a longa duração. Antes, “a mentira democrática é efêmera, eclética e pós-moderna. Desembaraçada do obstáculo das morais de antigamente, revivificada por uma ética minimalista e indolor, ela se expandiu sutilmente pela vida pública” (COURTINE, 2006, p. 26). Esse tipo de mentira está relacionada aos desconstrucionismos atuais, que abarcam progressos delicados de “falsidades salutares”, vê-se disso na dificuldade de separar, hoje em dia, a verdade da mentira, em aspectos até mesmo científicos. Assim a informação ou a “intoxicação” tornou-se mais comum do que nunca antes, desferindo o último golpe a qualquer resquício de remorso decorrente da utilização do engano no meio político. Segundo Courtine (2006, p. 23), a “sociedade de mentirosos”, idealizada por Swift, encontrou no século XX o seu ápice, a invenção de políticas inéditas e com alcance e efeito sem precedentes. A mentira pós-moderna é “eletrônica, instantânea, global; o produto de uma organização racional e de uma estrita divisão do trabalho”.

O fracasso das mentiras, para Courtine (2006, p. 20), pode se dar, em geral, devido ao modo grosseiro como possam ser produzidas. Se o mentir verdadeiro for a arte produzida por mãos inabilidosas, este engano terá fortes probabilidades de falhar em produzir os resultados que dele se espera. A falha poderá ocorrer quando a utilização da mentira ocorrer em uma tentativa de “engolir o povo de um só trago”, ou se as ameaças que lhe são apresentadas estão em demasia. Courtine (2006) afirma isto atentando novamente para a seriedade que envolve o

ato de mentir na vida pública, esta não é uma ferramenta para todos, antes, ela requer a capacidade de fazer cálculos proporcionais, “pesados” e “destilados” para o bom sucedimento.

As concepções de Courtine (2006) acerca da mentira evidenciam a necessidade de que seus elementos e características coadunem com a forma estratégica para a aplicação do engano. As regras descritas por Courtine, como básicas para que a mentira gere a credulidade do público alvo, servem como indicativos de como a instrumentalização da mentira deve pautar-se para a devida eficácia. O uso de mentiras somente por líderes políticos interessados no bem do povo e com o cuidado em fugir de obviedades e de contradições é base sobre a qual se pode adicionar o alerta de Mearsheimer (2012) ao uso não recorrente do engano e as variações salutares, que são requeridas para que a mentira funcione entre governos não propensos a creditar confiança aos seus concorrentes. Tais elementos, componentes do uso útil de mentiras, poderão ser observados mais claramente nos casos específicos que serão abordados nos próximos capítulos, nos quais Estados, como EUA, Japão e China, são descritos fazendo cálculos cuidadosos de poder, bem como analisando as possibilidades pelas vias do discurso engano e do *soft power* para proteger os seus principais interesses e as suas políticas estratégicas.

1.3.5 Mearsheimer e a Mentira Estratégica

A classificação das mentiras que se encontra em Mearsheimer (2012) toca basicamente as mentiras domésticas; as mentiras internacionais; as mentiras estratégicas e as mentiras sem legitimidade social. Além destas, é válido acrescentar que, para o referido autor, a mentira utilizada no cenário político não será frequente. Os tipos de mentiras elencados por Mearsheimer (2012) como apresentando o mínimo de legitimidade são: a mentira inter-Estados; a difusão do medo; os acobertamentos estratégicos; a mitificação nacionalista e as mentiras liberais. Já as mentiras sem legitimidade, são de dois tipos, as saber: o imperialismo social e os acobertamentos deploráveis.

Mearsheimer (2012) compreende o efeito duplo das mentiras sobre o ambiente doméstico e externo, de modo que ações políticas que visam o cenário internacional, em geral, requerem uma preparação do cenário interno para fins de obtenção da legitimidade que é parte componente da viabilidade do engano. Segundo Mearsheimer (2012, p. 23), os líderes políticos não mentem tanto para os outros governos quanto mentem para o seu próprio povo, no que tange à questão de política externa. Isso ocorre em virtude de que, especialmente em países

democráticos, nos quais a permanência de posições políticas carece de apoio populacional, para que alguns líderes desenvolvam determinadas políticas à nível internacional, sobretudo quando desejam incitar guerras de escolhas, esses líderes precisarão que o povo compre a causa e acredite no discurso político que encobre a ação estratégica sorrateira. Todavia, Mearsheimer (2012, p. 27) considera que a população não costuma punir seus líderes por mentiras políticas no meio internacional, somente quando estas geram resultados negativos: “quando se trata de política externa, o sucesso desculpa a mentira, ou pelo menos a torna tolerável”.

As mentiras domésticas são mais reprováveis do que aquelas ditas no meio internacional, porque as do meio internacional visam alcançar benefícios nacionais, já as domésticas levam o povo a considerar a possibilidade de estar sendo traído. Para Mearsheimer (2012, p. 24 – 25), o fato de no seio nacional não imperar a necessidade de sobrevivência, como insta o ambiente anárquico internacional, eleva a reprovabilidade da mentira doméstica. Mas não é assim que ocorre no plano externo, Mearsheimer (2012, p. 25) explica que “no mundo cruel da política internacional, não há um número de emergência para o qual ligar, caso um Estado se meta em encrenca, e, mesmo que houvesse, não há ninguém do outro lado para atender o telefone”. Então, se para o resguardo do bem do Estado “isso significa trair e enganar, que assim seja” (MEARSHEIMER, 2012, p. 25).

A alusão da possibilidade de existência de um número de emergência para o socorro dos Estados na política internacional, além da ausência de uma pessoa do outro lado da linha, pode se referir a incapacidade de organismos internacionais de punir Estados ofensivos ou mesmo impedir as ações egoístas daqueles que detiverem poder material para executá-las. Mearsheimer reitera esse pensamento, afirmando que a política internacional “tende a ser um território em que regras muitas vezes são quebradas com poucas consequências” (MEARSHEIMER, 2012, p. 25). Assim, a anarquia externa e a hierarquia interna de poderes são o filtro pelo qual passará a maior possibilidade de aceitação ou reprovação populacional das mentiras ditas por seus governos. Se nos governos democráticos a importância de resguardo da sutileza sobre as mentiras ditas no nível doméstico manifesta-se em função da carência de legitimidade hierárquica do governo, é possível inferir, por outro lado, que nos governos autocráticos a vontade da população não tem tanta vez no critério da legitimação. Apesar disso, Mearsheimer (2012) afirma que, mesmo em governos totalitários, é do interesse do governante ser aprovado pelo povo, ao que Maquiavel (2011) coadunará, afirmando que entre ser temido e amado é melhor ser temido, mas isso não descarta as vantagens de ser amado, quais sejam, os benefícios de coesão social.

A principal das categorias elencadas por Mearsheimer (2012, p. 29) sobre as mentiras utilizadas no meio internacional é a categoria das mentiras estratégicas. As mentiras estratégicas, são todas aquelas mentiras ditas com a finalidade de favorecer a coletividade nacional. Já as mentiras que são ditas a fim de beneficiar somente a uma pessoa são mentiras sem legitimidade social. Acerca das mentiras internacionais, Mearsheimer (2012, p.15) assegura que, embora existam muitas, sua utilização não é frequente. A prova disso dá-se basicamente pelo fato de que Estados já desconfiam das intenções de seus vizinhos naturalmente, por serem auto-interessados; portanto, se os governos mentissem com frequência entre si, os acordos não conseguiriam se firmar, nem haveria qualquer credibilidade mínima que possibilitasse a coexistência de unidades políticas autônomas.

As mentiras inter-Estados são aquelas ditas diretamente a outros países, entre os seus objetivos estão: a obtenção de alguma vantagem estratégica sobre outro país ou impedir que o país enganado gague algum benefício à custa daquele que o engana (MEARSHEIMER, 2012, p. 40). Mearsheimer (2012) afirma que esse tipo de mentira se aplica mais aos rivais, mas, se for preciso enganar até mesmo os amigos, o Estado não deixará de aplicar esse tipo de mentira aos aliados também. Entre as possíveis manifestações da mentira inter-Estados, destacam-se as seguintes: o engrandecimento exacerbado do poder de seu país, para impedir uma ação do inimigo ou coagí-lo a algo; a minimização ou a ocultação de determinado poderio militar, para evitar um ataque que destrua esse poderio “ou impedir outro países de forçá-lo a desistir desse poderio” (MEARSHEIMER, 2012, p. 54) ou ainda evitar um dilema de segurança; a minimização da percepção de intenções hostis sobre um país, para disfarçar um ataque ou para evitar provocar desnecessariamente a um rival (MEARSHEIMER, 2012, p. 58).

Outras possibilidades de utilização da mentira inter-Estados são referentes as situações tais como quando o país deseja afetar o comportamento do país rival, ameaçando um ataque que não intenta ou não pode, de fato, efetuar; quando um país deseja instigar o outro a atacá-lo ou atacar a um terceiro. De acordo com Mearsheimer (2012, p. 61-62), os governantes usam mentiras inter-Estados também em situações onde desejam aumentar a imagem de poder ou de agressividade que se tem sobre um país adversário; podem também usar a mentira inter-Estados para facilitar a espionagem, a sabotagem em tempos de paz e, até mesmo, para minimizar consequências internacionais, caso sejam expostas as suas intenções. Os países também podem usar desse tipo de mentira para conduzir operações militares em tempos de guerra e beneficiar a si mesmos nas negociações de acordos e tratados internacionais (MEARSHEIMER, 2012, p. 64).

A difusão de medo é um outro tipo de mentira internacional, utilizada quando líderes acreditam reconhecer uma grave ameaça à segurança internacional e aos interesses estatais, mas acredita também que a população doméstica não será capaz de visualizar a relevância disso. Sendo assim, como o único modo de mobilizar o apoio nacional na obtenção de seus próprios interesses, encobertos por sua imperícia em termos de estratégia política, os governantes são levados a mentir. Entretanto, Mearsheimer (2012, p.70) afirma que não apenas a população incauta, mas também as elites educadas e muitos especialistas independentes precisam ser ludibriados para que estes não mitiguem a construção da ameaça de modo perigoso para a condução da política externa. Essa mentira pode se dar de modo a potencializar uma ameaça existente ou a inventar riscos inexistentes para mover a população sobre a ameaça real.

Os acobertamentos estratégicos são mentiras referentes à ocultação de uma política que falhou ou de uma estratégia controversa, em ambos os casos para refrear a resistência populacional. Segundo Mearsheimer (2012, p. 92), o que se tem em vista no primeiro caso é a proteção dos interesses do país, e não de indivíduos reponsáveis pelo fracasso de determinada política, evitando abalos na coesão interna nacional. Já no segundo caso, objetiva-se implementar uma política inteligente, mas com os seus devidos custos, driblando a oposição populacional. Os acobertamentos estratégicos se diferem de outro tipo de engano já explicitado, que é a omissão, quando os líderes enganam o seu público alvo dizendo quase nada sobre um tema importante da política externa (MEARSHEIMER, 2012, p. 93). Nos acobertamentos estratégicos, por sua vez, argumentos são tecidos para enganar, não se engana somente pela ausência de informações, mas também pela turvação daquelas que são explicitadas. É importante perceber que tanto na difusão do medo quanto nos acobertamentos estratégicos a aplicação da mentira em nível internacional requererá, antes de mais nada, a sua aplicação no plano doméstico, de modo que é possível afirmar que parte das mentiras internacionais estão diretamente correlacionadas às mentiras ditas no âmbito nacional.

As mitificações nacionalistas são mentiras especialmente nacionais, que se aplicam também no âmbito externo e fazem menção ao passado do país, de modo a legitimar e encorajar as políticas atuais. Para Peterson (2018), o mito pode considerado como “a descrição do mundo como ele significa (para a ação)”. Desse modo, descreve as coisas em termos de sua valência afetiva única ou compartilhada, seu valor, sua significância motivacional. A utilização do mito nacionalista como mentira estratégica na política, nesse sentido, compreende o mítico como “um lugar para agir, não um lugar para perceber” (PETERSON, 2018, p. 37). Assim, a realidade é moldada para ativar as ações que o promulgador do mito deseja impulsionar. O mito nacionalista pode transformar a nação em os vencedores da história, sendo estes sempre

“certos” e os outros sempre “errados”, cria-se “um forte sentimento de identidade de grupo na população mais ampla, algo necessário para a construção e a manutenção de um Estado-nação viável para motivar as pessoas a lutar em guerras pela pátria (MEARSHEIMER, 2012, p. 42-43). Essa construção de força e vitalidade nacional não apenas incide sobre a coesão interna do Estado, mas também o favorece em termos de legitimidade diante dos demais.

As mentiras liberais, por sua vez, são o último dos cinco tipos de mentiras descritas por Mearsheimer (2012) como estratégicas para os interesses do Estado. Este é o tipo de mentira que visa encobrir o Estado em suas infrações ao amplo conjunto de normas liberais que regem, ao menos no nível do discurso político, as relações estabelecidas entre os atores internacionais. Mearsheimer (2012, p. 109) afirma que o conjunto de normas sistematizadas pelo direito internacional, referentes à teoria da guerra justa e à ideologia liberal, são, por vezes, contraditas pelos interesses estatais, levando os atores a descumpri-las. Todavia, não convém aos Estados explicitar as suas infrações, as quais uma vez expostas poderiam suscitar constrangimentos externos ou ainda desconfortos formais, a depender do poderio e da influência internacional de quem infringe as normas. Assim, os Estados agem segundo os seus interesses realistas, mas encontram no discurso liberal uma forma de camuflar suas ações.

O imperialismo social e os acobertamentos deploráveis também são mentiras utilizadas pela política, mas Mearsheimer (2012) as reprova no que tange ao valor estratégico. Sendo estas construídas para favorecer os interesses de particulares e não de um corpo nacional, essas mentiras são egoístas e impensáveis para o manejo de líderes políticos. No imperialismo social, ao utilizar a mentira sobre outro país se objetiva alcançar interesses econômicos e políticos para determinado grupo e classe social, desviando a atenção da população dos problemas e controvérsias domésticas. Já nos acobertamentos deploráveis, diferentemente do que ocorre nos acobertamentos estratégicos, a ocultação dos erros políticos visa a mera manutenção egoísta de determinados grupos de poder (MEARSHEIMER, 2012, p. 42). Essas mentiras, embora existentes na política internacional, não são consideradas pela instrumentalização da mentira do ponto de vista estratégico, já que não há benefício estatal, somente pessoal.¹³

Nas descrições das mentiras encontradas em Mearsheimer (2012), são observados elementos componentes das definições e descrições de todos os autores citados nesta seção de categorias e tipificações, feitas as devidas ressalvas. Em Mearsheimer (2012), as mentiras são utilizadas como um remédio para a situação prejudicial instaurada na anarquia internacional,

¹³ Ver Quadro 2

como visto em Platão (2016), embora a anarquia seja um contínuo e não a circunstância específica na polis. As mentiras são prerrogativa do príncipe, como visto em Maquiavel (2011), ainda que, para Mearsheimer, as estratégicas não possam beneficiar somente ao príncipe a qualquer custo. E, finalmente, o engano se apresenta com a arte que requer precisos cálculos de poder, como observado em Swift e Courtine (2006). Todas essas descrições, incluindo as de Mearsheimer, servem de base para conceituação da mentira política, haja vista serem definições pautadas no utilitarismo que alimenta a razão de Estado.

Sob a ótica realista, torna-se clara a lógica de enganar para a obtenção de benefício próprio; na perspectiva do poder, permanece o mais forte, o mais ágil, o mais hábil em proteger os seus interesses por quais que sejam os meios, incluindo o mentir. Nas mentiras ditas pelos Estados Unidos, Japão e China, os objetivos de expansionismo, acúmulo de capacidades e legitimidade internacional para a alteração na balança de poder são precipuamente concernentes à concorrência pelo poder que baseia o pensamento realista. Acerca disso, mais será desenvolvido na análise empírica dos próximos capítulos.

Quadro 2- As Caracterizações da Mentira na Política Internacional

MENTIRAS	PÚBLICO ALVO	DESVANTAGEM
Inter-estados	- Outros Estados	- Mínima em termos domésticos - Pouco risco de ricochete - Risco de sair pela culatra (A mentira é imediatamente descoberta ou muito bem contada, acarretando prejuízo ao emissor)
Difusão do Medo	- População Doméstica - Outros Estados	- Transbordamento para a esfera doméstica - Propícia a ricochete - Sair pela culatra
Acobertamentos Estratégicos	- População Doméstica - Outros Estados	- Propícia a ricochete - Grande risco de sair pela culatra
Mitificação Nacionalista	- População Doméstica - Outros Estados	- Pouco risco de prejuízos nacionais ou internacionais - Pouco risco de ricochete - Os mitos não acompanham o nacionalismo em si na motivação das guerras (ou seja, mitos não provocam as guerras)

Mentiras Liberais	- População Doméstica - Outros Países	- Pouco risco de prejuízos nacionais ou internacionais - Pouco risco de ricochete
Imperialismo Social	- População Doméstica	- Não é uma mentira estratégica - Tem influência corruptora na sociedade - Põe em risco o interesse nacional mais amplo - Não tem legitimidade
Acobertamentos Deploráveis	- População Doméstica	- Não é uma mentira estratégica - Tem influência corruptora na sociedade - Põe em risco o interesse nacional mais
FORMA	RAZÃO	FREQUÊNCIA
- Exagero do poderio - Mitigação do poderio - Mitigação da hostilidade para ataque/defesa - Mentir sobre ameaçar/ser ameaçado - Mentir para provocar o ataque alheio - Mentir para a espionagem /sabotagem	- Interesses estratégicos	Não frequente em geral (+) Situações de risco (+) Tempos de crise (+) Tempos de guerra
- Potencialização da ameaça	- Urgência da ameaça	(+) Democracias (-) Autocracias (-) Países fronteiriços de rivais (+) Países geograficamente distantes de rivais (+) <i>Offshore Balancers</i> (+) Países que fazem guerras de escolha
- Ocultação de política falha - Ocultação de política estratégica controversa	- Esconder a fraqueza do adversário - Não danificar relações externas - Não minar a unidade nacional - Esconder política controversa estratégica para obter vantagem	(+) Localização de risco (+) Tempos de crise (+) Tempos de guerra (+) Países rivais (+) Democracias (-) Autocracias
- Mito que engrandece o próprio Estado e deprecia os rivais (- Autoglorificação)	- Estimular a solidariedade em grupo - Fortalecer a identidade nacional	Ocorre o tempo todo (e são atualizados) (+) Em tempos de guerra

- Autocaição - Difamação do outro)*	- Conquistar legitimidade internacional	(+) Em disputas sobre a fundação de um país (especialmente se ocorreu recentemente e de modo cruel)
- Mentir ao utilizar o discurso liberal para justificar ações motivadas por interesses realistas.	- Acobertar o comportamento cruel do próprio país - Evitar o julgamento adjacente do descumprimento das leis liberais - Conquistar legitimidade internacional	Ocorre o tempo todo (+) Quando os países agem contrariamente às normas liberais
- Mentir ao povo sobre a ameaça externa para a permanência dos mesmos líderes no governo.	- Desviar a tenção da frente doméstica para beneficiar apenas a uma parte da população - Unir a população em torno do regime	-
- Ocultação de política falha - Ocultação de política estratégica	- Evitar que um líder e seus amigos recebam a devida punição pelos erros que cometeram	-

Fonte: MEARSHEIMER (2012); Adaptado em (LEITE e SILVA, 2016).

* Estas caracterizações da mitificação nacionalista são observações de Van Evera, citadas por Mearsheimer (2012).

1.4 O REALISMO OFENSIVO COMO BASE TEÓRICA PARA A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA MENTIRA ESTRATÉGICA

O realismo ofensivo é uma teoria das Relações Internacionais, derivada do realismo clássico ontológico e aperfeiçoada no aspecto científico-metodológico. Seu formulador, Mearsheimer (2001), a desenvolveu na “Tragédia das Grandes Potências Políticas”, apresentando entre as suas premissas: a anarquia do sistema internacional; a intenção de sobrevivência e de acúmulo de poder por parte dos atores internacionais; e a busca pelo poder, que resulta dos constrangimentos advindos da insegurança estrutural do meio externo. Para Mearsheimer (2001), a elaboração de uma teoria de viés realista nas Relações Internacionais precisa atender a dois objetivos para que venha a alcançar validade teórica, quais sejam as respostas dos seguintes questionamentos: “porque os Estados perseguem o poder” e “por quanto poder os Estados estão interessados” (MEARSHEIMER, 2001, p. 28). Considerando que o realismo dera grande passo científico com as postulações de Morgenthau (2003) e de Waltz (2002), Mearsheimer (2001) se propõe a ir além, aperfeiçoando a teoria quanto à ofensividade dos Estados na maximização das capacidades relativas, assim como quanto aos cálculos

estratégicos de poder. O interesse pelo poder está intrinsecamente relacionado à lógica realista, por isso, qualquer aperfeiçoamento teórico dessa linha só será devidamente crível se apresentar respostas concernentes a esse tema.

No que se refere a Morgenthau (2003) e a Waltz (2002) no estabelecimento de pontos de congruência e de distanciamento em relação a abordagem ofensiva de Mearsheimer (2001), é necessário considerar o “estado de natureza”¹⁴ refletido em Morgenthau, bem como o caráter defensivo de Waltz. O realismo em Morgenthau (2003, p. 4) pode ser nomeado também como “realismo da natureza humana” em razão de considerar que os Estados se regem por leis baseadas em uma “vontade de poder” humana. Os Estados, assim como os seres humanos que o constituem, são levados ao conflito decorrente da busca pelos mesmos objetivos, a saber, o poder. Daí o surgimento da insegurança, sendo iguais e perseguindo interesses similares, se instaura a violência que dá vitória ao mais forte ou ao mais rápido no ataque (HOBBS, 2003, p. 46). Mearsheimer (2001, p. 35-36) afirma, todavia, que o realismo da natureza humana, ainda que reconheça a influência da anarquia no equilíbrio de poder, põe a causa estrutural como segunda ordem no comportamento do Estado. Já em sua teoria, Mearsheimer (2001) assevera que os Estados perseguem o poder por se sentirem inseguros, e não por desejarem o poder, como um estado de natureza imanente à racionalidade estatal. Waltz, a seu turno, a despeito de partilhar da razão estrutural para a busca do poder estatal, como se observa em Mearsheimer (2001, p. 36-37), se distancia do realismo ofensivo ao sugerir a preferência pela estabilidade sistêmica às possibilidades de ganhos relativos decorrentes de iniciativas ofensivas estatais.¹⁵

Os atores internacionais, constrangidos pela insegurança estrutural da anarquia, atuam ofensivamente para obter poder; e a quantidade de poder que todos os atores buscam é máxima capacidade relativa (MEARSHEIMER, 2001, p. 31). Os Estados buscam ter o maior poder

¹⁴ A natureza humana em Hobbes faz menção a um estado anterior à sociedade civil, no qual os homens são iguais, objetiva e subjetivamente. Neste estado inicial da vida em sociedade, dotados exclusivamente da força bruta, os homens entram em violência ao perseguirem os mesmos objetivos. O homem se torna “o lobo do homem”, em condição de hostilidade e igualdade com os demais, tendo título legal para subjugar ou matar, segundo a sua própria consciência e discrição, fazendo-o para garantir segurança e benefício para si (HOBBS, 2003, p. 46; 1928, p. 73). Não havendo autoridade que exerça controle da violência, instaura-se a insegurança quanto a própria existência e integridade. As três principais razões de discórdia são as seguintes: primeira, a competição que leva os homens ao ataque com vistas ao lucro; segunda, a desconfiança para a garantia da própria segurança; e terceira, a glória pela estima de sua reputação. O estado de natureza que norteia o realismo clássico de Morgenthau se distancia do realismo ofensivo de Mearsheimer quanto à glória, mas se aproxima do ataque para a vantagem e da desconfiança para a sobrevivência.

¹⁵ Jervis, Snyder e Evera concentram-se em um conceito estrutural conhecido como defesa contraofensiva, no qual o poder bélico atende ao ataque e à defesa. O ataque dependerá dos incentivos sistêmicos, assim como a defesa. No entanto, enquanto os realistas defensivos argumentam que “o equilíbrio eficiente aliado às vantagens naturais da defesa sobre a ofensa deve desencorajar grandes poderes a buscar estratégias agressivas e, ao invés disso, torná-las ‘posicionalistas defensivas’, o realismo ofensivo vê na estrutura internacional mais incentivos aos Estados para a busca de incrementos adicionais de poder (MEARSHEIMER, 2001, p. 36-38).

relativo porque a melhor forma de se protegerem dos riscos provenientes de um sistema sem poder central é sendo capaz de resistir a qualquer força relativa externa. A existência e a consecução da vontade de um ator internacional estarão mais seguras, quando este detiver maiores capacidades de defendê-las. A ofensividade realista objetiva a defesa do Estado, mas ao invés de preferir a manutenção de uma parcela de poder, para não promover a instabilidade externa, o realismo ofensivo afirma que a defesa se confirma em saber aproveitar as oportunidades de ganhos de ainda mais poder. Mearsheimer (2001) não pressupõe qualquer possibilidade de *status quo*, implícito em Waltz (2002, p. 165) e também sustentado por Morgenthau (2003, p. 131-132), como também não admite a situação na qual um ator internacional, em havendo a possibilidade, deixe de maximizar seu poder para a manutenção da segurança; pois a melhor chance de segurança será o poder hegemônico.

Para Mearsheimer (2001, p. 48), os Estados são racionais e, portanto, pensam estrategicamente as suas próprias capacidades tanto quanto pensam as dos demais. Seus pressupostos não se limitam à materialização da violência, outros instrumentos de agressão podem ser utilizados para garantir a maximização do poder. A racionalidade em Mearsheimer (2001, p. 50-51), também incide no “como” e “em que momento” os Estados maximizam as suas capacidades. Os atores não deixam de ser ofensivos quando não materializam o conflito, eles também o são nos cálculos de poder que determinam sua postura mais estratégica, seja esta a ação, a aparente inércia, a instrumentalização de pressupostos morais, o discurso liberal, ou até mesmo a mentira política (LEITE e SILVA, 2016, p. 17).

No realismo ofensivo, somente as grandes potências apresentam real capacidade de reconfigurar a organização do sistema internacional, que, embora anárquico, não pressupõe a desordem ou o caos total (MEARSHEIMER, 2001, p. 19). Pelo contrário, motivados por cálculos de poder para resguardar a própria sobrevivência, todos os atores internacionais estão interessados em fazer o que for preciso para atingir o maior poder. Contudo, levando em consideração que dominar o mundo é algo pouco provável de ocorrer, em vista das dificuldades adjacentes da corrida pelo acúmulo de capacidades militar e nuclear para isso, os Estados mais fortes tentam se tornar hegemônias regionais (MEARSHEIMER, 2001, p. 60-61). A maximização do poder a nível regional torna possível aos Estados a obtenção de melhor favorecimento no equilíbrio de poder internacional.

Considerado o modo como descreve a perseguição dos Estados pelo poder, o realismo ofensivo é uma lente pela qual a mentira utilizada na política pode ser analisada. Sendo uma teoria prescritiva, o realismo ofensivo se pauta em um “dever ser” do comportamento estatal, que se baseia no “como é” que funciona no sistema anárquico internacional (MEARSHEIMER,

2001, p. 27). Nesse sentido, se trata de uma teoria estrutural, em que a estrutura do sistema dita o comportamento de suas unidades autônomas componentes. A despeito da inexistência de um poder central regulador e garantidor da integridade dos Estados, a própria racionalidade estatal orienta os atores a buscarem a melhor condição para si, até mesmo cedendo em relação ao modo hostil, para o alcance de um benefício maior que o ataque. Desse modo, se preciso for, até mesmo a cooperação é utilizada por atores autointeressados; mesmo o caminho da “cordialidade” será trilhado, desde que essa ação lhe propicie condição mais benéfica do que aquela em que ele se encontrara anteriormente (MEARSHEIMER, 2001, p. 47). Contudo, cooperar não é a regra geral, afinal, além de egoístas, os Estados são militarmente perigosos. Em vista de que nenhum Estado tem certeza sobre a intenção do outro, a única forma segura de se manter será a ofensividade na busca pela maior aquisição de capacidades relativas; embora isso não necessariamente signifique que os atores a todo tempo intencionam atacar uns aos outros (MEARSHEIMER, 2001, p. 47-48).

Sendo racionais, os atores pensam estrategicamente as suas próprias intenções e as dos outros, de modo que não perderão oportunidades de conquistar maiores vantagens no sistema, mas não atacarão a todo custo. Os Estados se movem pelo poder, sempre que possível, sempre que a ação agressiva seja calculada para lhes elevar os benefícios superiores aos que detenha no momento. Mas a busca pela superioridade está intrinsecamente relacionada ao prejuízo alheio, uma vez que postos na balança de poder, o movimento pelo poder de um lado modifica a configuração do outro. Os constrangimentos da estrutura externa condicionam o conflito e as investidas estatais porque as capacidades adquiridas não precisam ser apenas militares para que gerem ameaça. As capacidades de outra natureza, como a econômica, por exemplo, podem ser revertidas em potencialidade para o ataque militar, o que intensifica o sentimento de insegurança; mas também outras vantagens estratégicas influenciam na consecução de políticas que beneficiam ou não os atores.

Embora a concorrência aumente ou diminua, os Estados sempre temem uns aos outros e sempre concorrem pelo poder (MEARSHEIMER, 2001, p. 16-17). Contudo, o medo de um ataque iminente que motiva as ações ofensivas, não é o único elemento que justifica a agressividade dos Estados; mesmo quando estes não se sentem ameaçados por um Estado específico, os cálculos de poder que fazem sobre o funcionamento do sistema também serão condicionantes significativas. Segundo Mearsheimer (2001, p. 65-66), os sistemas multipolares são mais propensos à guerra, em função da fragmentação das parcelas de poder que estimulam os atores a se aventurarem em tentativas de reversão da balança de poder, gerando mais guerras. Quanto maiores pareçam ser as chances para uma ofensiva estatal, maiores as ameaças à

estabilidade sistêmica; quanto mais concentradas estão as parcelas de poder, maior a estabilidade estrutural, porque os Estados pensam os riscos a si mesmos antes de enfrentar um poder maior. Assim, os sistemas bipolares são, doutra sorte, menos propensos à guerra, porque os Estados mais fracos preferem se aliar aos polos de poder do que arriscar sua existência ou posição no sistema atacando indiscriminadamente. Nesse ponto, se percebe novamente que a ofensividade não é uma ação cega do ator político internacional insaciável por grandeza, mas é uma atitude pensada, ora materialmente agressiva, ora estrategicamente ocultada em uma aparente paz, ora conveniente e temporariamente “inerte” na associação com o maior poder que lhe beneficie.

Assim como em quaisquer tipos de sistemas, a obtenção do maior poder sempre será a única garantia de proteção real do Estado (MEARSHEIMER, 2001, p. 229), a única detenção da realidade, de igual modo, é a garantia de vantagem na aplicação de uma política estratégica. A manipulação da realidade pelo engano é a vantagem da mentira, pois, reconfigurada a percepção da realidade, restritas estarão também as saídas, os recursos e a própria vontade do enganado. Para a consecução de propósitos políticos, seja de desenvolvimento econômico, integração regional, ataque militar ou quaisquer outras circunstâncias externas de aquisição de capacidades, os Estados em ascensão precisarão preparar as condições de defesa de seus interesses, porque Estados mais fortes, pela lógica realista ofensiva, certamente não assistirão a isso de modo passivo.

Na busca por ocultar intenções hostis, os Estados que não se eximem de atacar militarmente quando podem, também não deixam de atacar pelo discurso, se isso lhe configurar plano estratégico para adquirir vantagem externa. Mas o uso de mentira para a obtenção de interesses não é a arma exclusiva dos pequenos atores a procura de grandeza. Mesmo Estados mais fortes, precaver-se-ão de que suas intenções expansionistas sejam evidenciadas, ainda que detenham condições de infringirem o direito internacional e os preceitos liberais; não convém ao hábil político incitar os ânimos de seus concorrentes desnecessariamente. Aos Estados mais fracos, necessitados por alianças com Estados mais fortes, o uso de mentiras requererá um esforço estratégico ainda maior, em vista da carência de recursos que embasem discursos tais quais “crescimento da indústria bélica para ajudar em operações de paz”. Ora, quem não tem como ajudar, como ocultará suas razões expansionista por esse caminho? Assim como os Estados, racionalmente, só atacarão quando visualizam possibilidades estratégicas de levar maior vantagem, não o fazendo sem os devidos cálculos de como se sair bem, de igual modo ocorre com a mentira: se não houver chances reais de instrumentalização, não deverá ser utilizada pelos Estados. Para que estes não venham a perder a credibilidade que lhe favoreça

mais em relação aos demais atores nem percam ainda os recursos que já acumulam para futura tentativa de aquisição de mais poder.

1.4.1 A Relação Mentira-Poder na Política Externa

Dada a forma autointeressada, mesmo que para determinado coletivo nacional, pela qual a mentira se apresenta, é plenamente possível associá-la e explicá-la sob a lógica realista ofensiva. Mearsheimer (2012) concorda com essa afirmativa, acrescentando que, em se tratando de obtenção de vantagens, “a melhor maneira de maximizar suas perspectivas de sobrevivência é adquirindo poder sobre seus rivais [...], o que inclui a mentira” (MEARSHEIMER, 2012, p. 52). Contudo, embora os Estados na lógica realista se esforcem na busca do poder, pelo qual sempre concorrem entre si (MEARSHEIMER, 2001, p. 16-17), esse pressuposto não fundamenta a ideia de que, sendo a mentira um meio para a obtenção de vantagens, será também um recurso ao qual os Estados sempre recorrerão. A retórica do realismo ofensivo não pressupõe o uso frequente de mentiras entre os líderes políticos, assevera Mearsheimer (2012, p. 15). Isso ocorre em virtude de que os riscos do ambiente internacional anárquico já introduzem nos Estados uma desconfiança prévia sobre as intenções de outros; se as mentiras forem um recurso sempre à mão dos governos na política internacional, conseqüentemente não haverá margem para qualquer credibilidade que propicie os acordos e demais ações cooperativas entre os atores, além de que aniquiliria as reais chances de obtenção de vantagens estratégicas.

O realismo ofensivo pressupõe o comportamento pessimista do Estado e um comportamento mesquinho, autointeressado, disposto a tão somente fazer aquilo que melhor lhe favoreça. Faz sentido pensar a mentira sob essa lógica, uma vez que, em uma relação de engano para obtenção de vantagens estratégicas, apenas quem mente sai no lucro, o enganado tem suas chances de escolha mitigadas à medida que é submetido a realidade construída para a condução de ações concernentes aos propósitos do enganador. Nesse sentido, “a mentira também apresenta o caráter de ‘soma-zero’, pois ao mentir, um Estado exclui os interesses de todos os demais (LEITE e SILVA, 2016, p. 16)”. Essa assertiva não implica negar qualquer possibilidade de que mais de um Estado adquira vantagens em determinada política estratégica viabilizada pela mentira, afinal até mesmo o realismo ofensivo é capaz de conceber a cooperação autointeressada. O que se tem em vista na soma zero é a percepção da lógica que norteia o comportamento estatal; para maior somatização de recursos, convém a busca disso

em detrimento dos outros atores. Ademais, como já fora dito, as vantagens adquiridas por um, necessariamente, afetarão a percepção de segurança dos demais atores.

Essa concepção de soma zero, que não se exime de destruir para conquistar, expressa uma violência implícita no comportamento estatal. Essa agressividade em analisar os possíveis modos de ataque, inclusive no uso mentiras, faz pensar a guerra por outros meios, mas sob o mesmo fundamento realista. Acerca disso, Leite e Silva (2016) acrescentam quem é “possível parafrasear as enfáticas palavras de Clausewitz (1976) para conceber que a mentira: assim como a guerra, ‘é uma extensão da política por outros meios’”. Mentira e guerra tecem relações imbuídas na mesma perspectiva de análise e não se limitam ao fato de que esta é, por vezes, veiculada por aquela para manifestar sua agressividade. A mentira em si é um ato de violência ao receptor (BOK, 1999), assim como a guerra perpétua é uma política que não se deixa persuadir pelas vias diplomáticas, a mentira estabelece novos e violentos caminhos discursivos para obter a persuasão que lhe convém. Ainda se relaciona com a guerra no caráter de “injusta” ou “de escolha”, uma vez que quem mente não encontra legitimidade no direito internacional e moral, construído no âmbito da vontade deliberada das nações; antes, faz valer os seus próprios interesses pela “força” da coerção enganosa e utiliza, até mesmo, o direito internacional para atender a seus propósitos.

No que tange ao fato de os Estados serem constituídos por seres humanos, os quais na condição de líderes políticos, pensam a razão de Estado para o uso da mentira, pode-se refletir a consideração de Swift (2006, p. 35 - 36) de que “toda arte ou sucesso da mentira política depende do lado cilíndrico da alma”, o qual é atribuído, pelo referido autor, a parte da alma tocada de modo a distorcer e “representar os verdadeiros objetos falsos e falsos objetos verdadeiros”. A ideia de natureza humana que toca o comportamento do próprio coletivo estatal, ainda que se remeta a uma consciência humana tendente à malícia e à maravilha, tem base na paixão pelo poder que Swift (2006) descreverá como motivada pela incompletude da própria alma e precisa ser avaliada com os devidos cuidados. Visto que Swift (2006) inova ao interligar as paixões da alma ao aspecto metafísico, mas difere do pensamento hobbesiano, que assinala em primeiro lugar:

como tendência geral de todos os homens, um perpétuo e irrequieto desejo de poder e mais poder, que cessa apenas com a morte. E a causa disto nem sempre é que se espere um prazer mais intenso do que aquele que já se alcançou, ou que cada um não possa contentar-se com um poder moderado, mas o fato de não se poder garantir o poder e os meios para viver bem que atualmente se possuem sem adquirir mais ainda (HOBBS, 2003, p. 37).

Em Hobbes, a malícia da alma e toda a agressividade presente nas competições e buscas por domínio humano não remetem a uma esfera fora do mundo material, que, em Nietzsche (2001), seria onde se situa a verdade, enquanto uma construção dos mais fortes. A essência hobbesiana do entendimento sobre a busca pelo poder parece basear-se sob os riscos e a insegurança que o mundo material, sem um poder supranacional, é capaz de propiciar; remete à esfera da anarquia internacional e ao temor dos atores autônomos plasmados nessa estrutura sem regras.

Para esta análise, considera-se que o temor, antes do prazer, é causa primeira da busca pelo poder. Mearsheimer (2001) não atende a análise dos impulsos da alma, na violência que se relaciona à perseguição do poder; o desejo pelo poder, por si só, não baseia o interesse realista ofensivo quanto ao acúmulo de capacidades. Mas o desejo pelo poder encontra efetivo sentido em ser resposta à insegurança dos atores. Daí a mentira ser eximida do julgamento moral quando usada em prol de um coletivo populacional; a existência concorrente de Estados independentes gera a insegurança estrutural que conduz os líderes políticos à adoção de medidas mais ofensivas, tais como investidas militares ou o uso de mentiras estratégicas. Assim, “antes que as palavras ‘justo’ e ‘injusto’ possam ter lugar, é necessário haver alguma espécie de poder coercitivo capaz de obrigar igualmente ao cumprimento de seus pactos. “Onde não há Estado, nada é injusto” (HOBBS, 2003, p. 47). Sendo a política internacional um lugar sem regras, a mentira se refugia na legitimidade que decorre da sentença “não há obrigação moral mais elevada do que garantir a sobrevivência de seu país (MEARSHEIMER, 2012, p. 24).

A relação da mentira com o poder está intrinsecamente ligada à relação do poder com a política e, na perspectiva realista, a política serve ao intuito de concorrência pelo poder. A lógica do poder que se materializa nas ações políticas é a mesma que confere racionalidade à mentira como um instrumento a serviço da razão de Estado. Em vista de que o realismo pretende descrever a realidade da política internacional “como ela é” e não “como deveria ser”, se reflete uma condição de inescapabilidade; a mentira, por outro lado, é um instrumento derivado desta condição estabelecida, mas não o único instrumento disponível. O uso de mentiras não se configura como a única saída, mas como uma opção estratégica. Faz-se importante ressaltar esse argumento, porque, ainda que se aproximem em muitos aspectos, objeto e teoria, mentira e realismo ofensivo não são inseparáveis, são convenientes um ao outro e para o uso do Estado. A exemplo disso, é o fato de que o realismo ofensivo considera que as grandes potências são os atores internacionais capazes de promover reais impactos no cenário político internacional, não obstante a mentira estratégica não estabeleça parâmetros de acúmulo de capacidade para a execução bem sucedida de seu uso. Nesse sentido, via mentira estratégica, Estados mais fracos

poderiam exercer impactos sobre a vontade e os interesses de Estados mais fortes no sistema internacional.

Outro aspecto importante a se ressaltar, quanto aos limites da base realista ofensiva para a explicação do uso da mentira com finalidades políticas, é que o realismo ofensivo descreve um comportamento estatal de modo irrestrito às distintas formas de governo. Sendo assim, tanto países democráticos quanto autocráticos são considerados sob a mesma lógica da anarquia que motiva a maximização de capacidades, via concorrência ofensiva pelo poder. A despeito de não impor restrições referentes ao tipo de governo para a sua utilização, podendo ser utilizada por democracias e autocracias, Mearsheimer (2012, p. 139) assegura que a mentira estratégica é mais incidente sobre democracias, nas quais o apoio populacional se faz mais requisitado para a manutenção de governos. Nas autocracias, ainda que os governantes não desejem se indispor desnecessariamente com o povo, não têm sua posição de poder ameaçada por uma estrutura interna exigente de apoio popular para a viabilização e a manutenção de ações estratégicas.

Feitas as devidas observações sobre os limites que a relação entre a mentira e o realismo ofensivo possa assumir, segue-se a análise da proximidade que objeto e teoria podem alcançar no exercício político. Em primeiro lugar, ambos pressupõem a somatização de vantagem estatal à custa de outros atores (MEARSHEIMER, 2001, p. 16). Mentira e realismo encontram ganhos em fazer com que outros percam. Em segundo lugar, tanto a mentira quanto o realismo ofensivo optam pela ação positiva para a captação de poder, seja via ataque material ofensivo ou discurso enganoso (MEARSHEIMER, 2012, p. 33-34). Para que os preceitos do realismo pela abordagem ofensiva se concretizem, se faz necessário que os atores vislumbrem maiores vantagens na ação, para além da conformação com uma estabilidade sistêmica. A mentira, similarmente, se expressa como um passo positivo para o estabelecimento do engano; a efetividade de propósito requer a inserção de elementos mentirosos pela via discursiva para que a realidade seja conformada segundo a intenção do enganador. Assim como mentira detém fortes motivos pelos quais se justifique a sua aplicação por um Estado sobre outros, ou ainda sobre seu próprio povo (MEARSHEIMER, 2012, p. 32), o realismo ofensivo prevê fortes incentivos pelos quais os Estados devam buscar vantagens em ações ofensivas no sistema internacional (MEARSHEIMER, 2001, p. 36).

Em terceiro lugar, as lógicas que definem a mentira estratégica e a teoria realista se constroem no seio dos tomadores de decisão do Estado (MEARSHEIMER, 2001, p. 19; 2012, p. 29). Ainda que cidadãos comuns possam suscitar mentiras, como considera Swift (2006), e, sobretudo, em tempos de grandes inovações tecnológicas na área da comunicação, são as

mentiras cosntruídas no meio político-decisório aquelas com maiores impactos na consecução de investidas estratégicas para captação de recursos no meio internacional. Mentiras domésticas suscitadas por cidadãos desprovidos de poder político não possuem força suficiente para impactar a política externa, por isso não são relevantes à instrumentalização da mentira na política internacional. Contudo, o mesmo não se pode afirmar sobre a mentira doméstica contada pelos próprios líderes políticos com motivos estratégicos. O realismo, nessa mesma linha, prioriza o Estado em sua análise do poder internacional; ora, o Estado se compõe por seres humanos, mas não é o coletivo populacional que necessariamente o articula, antes, são os centros de poder, os grupos seletos organizados e dirigentes, aqueles que estabelecem as prioridades e os interesses estatais.

Em quarto lugar, mentira e realismo ofensivo se relacionam com o poder. A mentira se move para a captação de poder, e o poder é aquilo que dá sentido à manipulação política do engano. O realismo ofensivo, em eu turno, classifica o poder como elemento central e indispensável para a sua própria formulação teórica, absolutamente indispensável para a compreensão do comportamento dos atores internacionais. A teoria realista ofensiva, inclusive, elabora as suas questões fundantes em torno do conceito “poder”; “dinheiro é para a economia o que o poder é para as relações internacionais” (MEARSHEIMER, 2001, p. 27-28). Desse modo e em quinto lugar, os cálculos estratégicos sobre a distribuição de poder no cenário externo são imprescindíveis para a construção da mentira e das prescrições do realismo ofensivo.

Em sexto lugar, objeto e teoria, ainda que refletindo a dinâmica das relações de poder a nível externo, são, por vezes, impreteríveis quanto à conexão com a política doméstica (MEARSHEIMER, 2012, p. 135). “Uma mentira direcionada a qualquer um desses públicos [externo ou doméstico] chegará aos outros, o que pode ter consequências positivas ou negativas” (MEARSHEIMER, 2012, p. 40).¹⁶ Isso ocorre, entre outras razões, porque a mentira utilizada na política internacional, em muitos dos casos, precisa convencer a opinião pública do Estado que a promulga para que o engano ganhe força de inserção no meio externo. Ademais, é de grande relevância ressaltar a relação entre a mentira do âmbito externo e a mentira de âmbito interno ao Estado, em virtude de que as mentiras domésticas são, em geral, mais perigosas que as mentiras externas para a manutenção do governo estatal e, por conseguinte, para a viabilização de ações estratégicas em benefício do coletivo estatal. Mearsheimer (2012, p. 24) explica que a população costuma punir mais os governantes que mentem a seu próprio

¹⁶ Grifo nosso.

povo, se descobertos, do que aos líderes que enganam a outros países para o benefício de seu povo.¹⁷ Ocorre que determinadas mentiras requerem o engano de sua própria população para a obtenção do apoio interno que impulsionará a política externa, a exemplo disso está a “difusão do medo”, mentira que implica no terror do próprio povo para a celeridade de medidas externas urgentes.

Em sétimo lugar, embora resguardem distintos níveis de uso, tanto a mentira quanto o realismo ofensivo estão presentes em diferentes formas de governo, visto que os Estados são todos subjugados pela anarquia externa, e todos igualmente racionais a ponto de considerar mentir, se isso lhes for politicamente mais proveitoso e viável do que a verdade. A esse respeito, Mearsheimer (2001, p. 34) é categórico ao considerar que todos os Estados “agem de acordo com a mesma lógica, independentemente de sua cultura, sistema político ou quem dirige o governo”, assim como ao declarar sobre a mentira que “líderes de todos os tipos acreditam que ela é um instrumento útil de governo que pode e deve ser empregado em uma variedade de circunstâncias” (MEARSHEIMER, 2012 p. 135). Novamente, o pano de fundo da insegurança internacional norteia o comportamento dos atores, conferindo similar lógica à instrumentalização da mentira.

Em oitavo lugar, a mentira e o realismo ofensivo juntamente reiteram a concepção de ser mais favorável atacar para a defesa na busca pelo resguardo de interesses estatais. Os Estados, por serem dotados de distintas parcelas de poder relativo a outros, são concomitante e distintamente dispostos na balança de poder, de diversos modos perigosos uns aos outros. E, a despeito de o risco não necessariamente determinar a hostilidade dos Estados, os incentivos são estabelecidos. Se os Estados podem atacar, embora não se saiba se de fato o farão, mais seguro estará o Estado que maior parcela de poder acumular, ou que, detendo capacidades, atacar primeiro. A ação da mentira se baseia em similar ataque estratégico, mas por outros meios, visto que ao mentir, ainda que para se defender, a ação promove o dano de outrem. Desse modo, têm-se em vista a defesa e a preservação de interesses estatais. Os incentivos da anarquia encorajam a adoção de medidas e, diferentemente do realismo defensivo waltzeano, maiores vantagens encontram-se no ataque e não na manutenção de *status quo*. Nesse mesmo sentido e em nono

¹⁷ Quanto à condenação populacional, cujo o líder foi descoberto em mentira ao próprio povo, sobretudo no caso das democracias, nas quais se espera que a liderança estatal represente a vontade do povo, que não parece se cumprir democraticamente, se o próprio povo for enganado, se faz necessário acrescer que as mentiras domésticas tendem a ser antidemocráticas. De fato, as mentiras estratégicas não são democráticas (MEARSHEIMER, 2012, p. 82-83), uma vez que se constroem “de cima para baixo” e assume-se que os centros de decisão política do Estado são mais amparados pelo suposto “direito de mentir” em benefício populacional. Esse direito, afirmado aos políticos por Swift (2006) e Constant (2002), entre outros aspectos, se baseia no fato de que aos governantes é dado a conhecer as maiores necessidades do povo, em virtude do nível de aperfeiçoamento técnico e procedimental que possuem à medida que se inteiram das causas e deliberam para o coletivo.

lugar, prevalece o ideal de “soma zero” nas relações entre Estados, de todos contra todos e cada um por si. E, finalmente, em décimo lugar, convém reiterar, com base nos argumentos já expostos, que tanto a mentira quanto a teoria realista são elementos componentes das relações de poder e estão estabelecidas nas articulações estatais.

Quadro 3- A Relação Entre a Mentira Estratégica e o Realismo Ofensivo

Ação	Mentira Estratégica	Lógica Realista Ofensiva	Convergência	Divergência
- Adquirir vantagem à custa de outrem	x	X	x	
- Ação positiva para a captação de poder	x	X	x	
- Execução no seio dos tomadores de decisão do Estado	x	X	x	
- Requerer cálculos estratégicos no cenário externo	x	X	x	
- Enfoque no ataque para a maior defesa de interesses	x	X	x	
- Ideal de soma Zero	x	x	x	
- Estabelecimento nas relações políticas estatais	x	X	x	
- Associação à violência da guerra	x	X	x	
- Utilização independente da forma de governo	x	X	x	
- Recorrência na execução		X		x
- Inescapabilidade na execução		X		x
- Opcionalidade na execução	x			x
- Maior incidência de atuação das grandes potências		X		x
- Incidência independente da posição no sistema internacional	x			x
- Incidência independente da forma de governo		X		x
- Maior incidência de nos governos democráticos	x			x

Fonte: Elaboração própria.

A lógica da mentira está ligada ao princípio de Aron (2002), que considera a guerra na paz e a paz na guerra. Os Estados querem a paz da sobrevivência e da manutenção de poder, mas estão cientes de que a guerra será a regra para um sistema inseguro. A mentira pressupõe que o conflito de vontades entre atores políticos e, portanto, detentores de poder zelosos por suas parcelas, dificultará a viabilização de interesses mediante o caminho da transparência dos acordos e ações pacíficas no cenário internacional. Assim, distorcendo a realidade, aumentando e/ou diminuindo a ênfase sobre fatos, ocultando partes da realidade e/ou, literalmente, criando fatos inverídicos, a mentira forja a aceitabilidade de determinados propósitos. Não há nas políticas viabilizadas pela mentira a realização de escolhas racionais por parte dos enganados, ou seja, escolhas lógicas e concernentes com seu benefício; pelo contrário, o único detentor da razão no ludíbrio é o seu promulgador, o único que vê claramente a desobstrução de seus objetivos em turvar a visão alheia.

Para Bok (1999, p. 19), o engano equiparado a uma forma de violência pode ser utilizado também para a defesa ou para a sobrevivência. A violência da mentira, ao modificar a realidade, tem efeito duplo: ataque, quanto ao prejuízo do enganado, e defesa, quanto à vantagem adquirida por aquele que engana. Como uma arma de ataque e defesa estrategicamente utilizada, a mentira pode tornar o jogo manipulativo da política internacional em relações mais tensas ou mais brandas entre os atores políticos. A mentira pode ser utilizada para a deflagração de uma guerra, mas também pode ser utilizada para evitá-la. Estados podem ser defensivos através de um discurso humanitário e de paz. Sendo a mentira uma ação positiva em enganar, mesmo que buscando defender, ainda se constituirá como uma forma concomitante de ataque.

A teorização sobre a mentira se faz fundamental para a compreensão de como se seguirá a aplicação do engano nos três casos concretos seguintes. Ao examinar o modo pelo qual Estados forjam circunstâncias teatrais, por vias do terror, da ocultação ou da cooperação para a consecução dos seus objetivos, é necessário ter em conta o que é a mentira estratégica, qual a sua recorrência no sistema internacional e quais as suas possíveis características. A fim de que o analista das relações internacionais, o estadista e a população possam mais facilmente detectar indícios de engano e proteger os seus interesses políticos mediante uma percepção mais livre da névoa de imprevisibilidades que a mentira é capaz de fornecer. A parte prática que se seguirá nos próximos capítulos deste estudo propiciará a observação e a análise da instrumentalização da mentira, quais sejam os seus efeitos e quais possíveis prejuízos decorrentes de suas falhas para os Estados que a utilizam. A difusão do medo, os acobertamentos estratégicos e as mentiras inter-estatais, concebidas por Mearsheimer (2012), e

correlacionadas aos elementos descritos por outros autores ao longo da descrição, serão estudadas quanto à sua funcionalidade nos respectivos países dos EUA, Japão e China.

2 A DIFUSÃO DO MEDO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA NA INVASÃO DO IRAQUE EM 2003

A invasão do Iraque em 2003 recebeu o apoio e a legitimação de boa parte do Ocidente, tanto na população doméstica estadunidense quanto entre países aliados aos Estados Unidos, em virtude do grande clamor que a maior potência mundial fez ecoar ao globo quando ocorreu o atentado do 11 de setembro de 2001. É difícil pensar em uma oportunidade maior para um ataque ao Oriente Médio, naquelas proporções, do que este em que o mundo noticiava e se consternava diante da lamentável perda de milhares de cidadãos norte-americanos. Até mesmo o conceito de “guerra justa” poderia ser utilizado em lugar de “invasão territorial”, em razão de serem os “Estados do Eixo do Mal”, Coreia do Norte, Irã e Iraque, os responsáveis pelo alarde internacional e os detentores de poder bélico nuclear capaz de abalar as estruturas do mundo. Sendo guerra justa¹⁸ aquela que se manifesta em resposta a um primeiro ataque, para fins de proteção da vida e da integridade da sociedade nacional, nada mais justo também do que os Estados Unidos se livrem daquela condição de terror, instabilidade e vulnerabilidade externa e interna.

É bem verdade que o ataque às torres gêmeas foi um evento paradigmático nas relações internacionais e uma ferida no orgulho estadunidense, fazendo alusão ao fortalecimento do conceito de “guerra de quarta geração”, aquela em que os campos de batalha são as cidades e os combatentes, os civis. Entretanto, se esta romantização da “realidade estadunidense” for contrastada por uma análise crítica das relações dos Estados Unidos com o Oriente Médio, bem como com o Iraque, desde a Guerra do Golfo, mais especificamente, outros interesses oportunos poderiam fortalecer a “necessidade” de os Estados Unidos se estabelecerem como a polícia do mundo. De acordo com Cervo (2003, p. 1), “não são as armas de destruição em massa, tampouco a ditadura, ou a liberdade, as razões da guerra, mas os interesses econômicos e estratégicos dos Estados Unidos”.

O regime iraquiano, no entanto, não passou a se configurar como um problema estratégico a ser resolvido pelo governo dos Estados Unidos em 2001. Segundo Yergin (2014, p. 182), desde Harry Truman, os Estados Unidos tinham estabelecido o combate da influência de potência hostil sobre o Golfo Pérsico e seu petróleo. Apesar disso, o Iraque vinha se

¹⁸ Segundo Míngst (2009, p. 216), para que uma guerra seja considerada justa “é preciso haver uma causa justa (autodefesa ou defesa contra outros, ou uma violação maciça dos direitos humanos) e uma declaração de intenção por uma autoridade competente (cujo significado, desde a formação das Nações Unidas, é interpretado como Conselho de Segurança). É preciso que os líderes tenham intenções corretas, desejem dar um fim a abusos e estabelecer uma paz justa, também é necessário que já tenham esgotado as outras possibilidades para dar um fim às violações e que estejam apelando para a guerra como o último recurso”.

manifestando como o problema que os EUA gostariam de evitar, um Estado ditatorial que não se submete aos interesses estadunidenses sobre a região rica em recursos petrolíferos. Yergin (2014) compreende que não fora o petróleo a principal causa da invasão do Iraque em 2003, assim como ocorreu na Guerra do Golfo, entre 1990 e 1991, “quando o Iraque conquistara o Kuwait e ameaçara os campos petrolíferos sauditas”. Não obstante Yergin (2014, p. 183) fugir da questão do petróleo como a principal causa do conflito, o autor admite que, em 2001, a posse do petróleo não era tão problemática quanto a disponibilidade do produto no mercado. No pano de fundo, o que os EUA queriam era um regime iraquiano “democrático e confiável”, capaz de expandir a produção conforme os seus interesses geopolíticos; uma vez frustrado o propósito estadunidense, as ações ofensivas se manifestaram. As articulações de mera política de contenção, vistas em Clinton, já não estavam sendo efetivas para barrar o fortalecimento do Iraque para além dos interesses americanos. O 11/9 foi a oportunidade que o governo dos EUA encontrou para reagir ofensivamente contra o regime iraquiano, fornecendo a oportunidade de colocar o Iraque no centro “de um paradigma de segurança pós 11/9 [...] da guerra global contra o terror” (RITCHIE e ROGES, 2007, p. 2).

A instrumentalização da mentira neste caso se insere sobre o modo como os Estados Unidos colocaram em prática o projeto antigo de adotar medidas mais drásticas sobre o Iraque. Sendo os interesses geopolíticos sobre o Oriente Médio uma das causas fundantes da invasão, é possível inferir que a ausência de um ataque terrorista não impediria os EUA de conflituarem por outras vias. Entretanto, o massacre iraquiano, como se presenciou por um decênio, sem justificativas plausíveis à opinião pública estadunidense e à comunidade internacional, não acarretaria aos Estados Unidos a liberdade para intervir que daria celeridade e apoio político internacional aos seus propósitos. Sendo assim, ocorrido o atentado do 11/9, os EUA tinham em mãos todas as ferramentas discursivas para a obtenção do apoio imediato de sua população, bem como de países aliados. A ameaça surpresa somada ao risco iminente de um terrorismo ainda mais grave, de nível nuclear, foram as bases da mentira da difusão do medo para a legitimação de uma invasão com fins de controle energético e de vantagem geoestratégica. Como se verá neste capítulo, a disseminação do medo é a principal mentira utilizada no caso EUA-Iraque e, mesmo após sua falha, poucos anos após o início do confronto, a sua instrumentalidade ainda foi efetiva, porque os EUA conquistaram a vantagem que objetivavam com este tipo de engano.

2.1 HISTÓRICO DA INVASÃO

Desde 2002, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos estava montando um grupo de consultoria em petróleo, averiguando as condições nas quais se achavam a indústria petrolífera iraquiana. Nesse período, já se emitiam sinais de que os países componentes da “Coalizão da Vontade” deflagariam um ataque bélico em prol de recursos energéticos em breve. Segundo Yergin (2014, p. 174), o Iraque, como um dos principais exportadores de petróleo do mundo, era objeto de grande prospecção, todavia, a sua exploração, desde a década de 1970, era moderada em vista dos demais países exportadores. Não obstante a ênfase petrolífera que distinguia a relevância estratégica do Iraque diante dos mercados globais de energia, a invasão que se sucedeu em 2003 apresenta outros fatores de análise que tecem o pano de fundo das motivações do ataque, entre os quais: o ataque do 11 de setembro de 2001; as ameaças de armas de destruição em massa (ADM)s; o desfecho da Guerra do Golfo, em 1991, e o regime antidemocrático de Saddam Hussein.

O Oriente Médio e seus recursos naturais são alvos de históricas disputas políticas e, em especial, o Golfo Pérsico, tornou-se central para o equilíbrio de poder da região. Devido a abundância de recursos, afirma Yergin (2014), desde o governo Truman, os Estados Unidos traçaram o interesse de exercer controle sobre o Golfo. Mas a existência de regimes resistentes às intervenções ocidentais apresentaram certo embargo aos propósitos estadunidenses. Assim, pode se observar que em 1991, com a Guerra do Golfo, o Iraque passou a representar mais nitidamente uma ameaça aos interesses estratégicos da grande potência ocidental. Anteriormente à invasão de 2003, o conflito armado entre os Estados Unidos e o Iraque na Guerra do Golfo intensificou os pontos de embate que se tornaram cumulativos entre ambos os países e se desdobraram até momento oportuno para nova investida ocidental.

O Iraque havia invadido o território do Kuwait a fim de que, detendo dois terços das reservas de petróleo do mundo, maximizasse o seu domínio sobre o Golfo Pérsico e viesse a alcançar, inclusive, melhor posicionamento internacional. Nesse período, além de se constituir em um regime claramente opositor aos ideais ocidentais de democracia, o Iraque possuía também o quarto maior exército do planeta em número de soldados. O aumento expansivo da posse do petróleo conferia ao país maior projeção de poder e influência que se estendia para além do Golfo (YERGIN, 2014, p. 18); era exatamente o tipo de conjuntura política que a grande potência estadunidense não poderia tolerar, no propósito de evitar uma oscilação desfavorável na balança de poder. Os efeitos da Guerra da Golfo ecoaram sobre o Iraque em sanções e regimes de inspeções impostos à Bagdá, além do enfraquecimento político e de

recursos, adjacentes da derrota (MEARSHEIMER, 2012, p. 19-20). Todavia, também sobre os Estados Unidos não cessaram as implicações, uma vez que o governo de Saddam Hussein se manteve após o conflito e, como se não bastasse a obstrução de controle na região pelo regime que não submetia aos seus ditames, a própria administração Clinton viria a ser motivo de crítica, com a aparente ineficácia da política de contenção adotada (RITCHIE e ROGERS, 2007, p. 1).

O Iraque era considerado um petro-Estado, o petróleo era o seu principal e único produto exportado, estimando-se que três quartos do PIB do país advinham do produto antes da invasão (YERGIN, 2014, p. 195). Contudo, a ambição externa, manifestada na invasão em 2003, visava reestruturar a indústria iraquiana, que estava defasada desde a Guerra do Golfo. O objetivo era gerar um retorno do crescimento industrial para uma produção de 95% da receita do governo. A preocupação era, tão logo derrocado o regime de Saddam Hussein, desenvolver um trabalho logístico que melhorasse a condição das indústrias petrolíferas, de modo a elevar a quantidade do produto no mercado global.

As contrariedades iraquianas sobre os interesses geopolíticos dos Estados Unidos ainda se estendiam sobre os erros de cálculo estratégico de Saddam Hussein, em seus discursos inflamados sobre a produção de ADMs, ferramenta discursiva que viria a ser, posteriormente, muito melhor manejada pelo governo Bush e em detrimento do Iraque. Especialmente preocupado com um ataque do Irã ou dos Estados Unidos, Saddam disseminou a informação falsa de que detinha ADMs que seriam utilizadas em havendo conflito (MEARSHEIMER, 2012, p. 20). A mentira do líder iraquiano foi corroborada pela incerteza que pairava na ONU quanto a posse de tais armas. De fato, inclusive a França, que posteriormente se posicionaria veementemente contrária à invasão, alegou que, não obstante não acreditasse que tais armas existiam, não podia assegurar com clareza que realmente não existissem. A esse respeito, se posicionou o presidente francês, Jacques Chirac: “não tínhamos provas de que o Iraque tivesse armas de destruição em massa, mas também não tínhamos provas de que não tivesse. Podia ser que as sanções estivessem funcionando muito melhor do que imaginávamos” (YERGIN, 2014, p. 179).¹⁹

Diante dos elementos já narrados sobre o cenário que propiciaria a invasão em março de 2003, resta mencionar o papel desempenhado pelo atentado às torres gêmeas em 2001. Esse acontecimento foi de fundamental importância para que os Estados Unidos dessem celeridade ao planejamento de invasão que já se delineava na política estadunidense, desde que o país decidiu mudar o trato com o regime iraquiano, de política de contenção à frente ofensiva. O

¹⁹ *New York Times*, 10 de fevereiro de 2003. Entrevista (DEPALMA, 2003).

governo Bush já havia começado a direcionar à ofensividade o trato político com o Iraque, mesmo antes do ataque às torres. No entanto, diante da magnitude do acontecimento terrorista, pôde dar justificativa ao redirecionamento político das relações pelas vias da ofensividade e auxiliar a inserção do Iraque no cerne da imputabilidade sobre os ataques. No 11 de setembro, todos os demais elementos que já ensejavam uma invasão encontram o estopim. Contudo, nem mesmo a ação terrorista seria o bastante para camuflar os interesses previamente fixados sobre o conflito, para a obtenção de legitimidade internacional, além do apoio da opinião pública, os Estados Unidos precisariam dar um passo positivo a mais; e é nesse ponto que se insere a mentira estratégica.

Para a adoção de política que colocava a mudança de regime iraquiano como a prioridade estratégica da nação, os Estados Unidos contaram com o auxílio do medo. Como características da ação terrorista, a imprevisibilidade do ataque e as proporções do alcance recaem sobre civis e instauram a percepção de insegurança dentro do próprio território nacional. Mesmo sendo os Estados Unidos a nação com o maior poderio bélico de que se tinha ciência, o ataque bem-sucedido às torres ajudou a construir a ideia de que nenhum lugar estaria totalmente seguro, bem como qualquer ameaça poderia se materializar em ação subversiva. Esses pressupostos foram mais que bem-vindos para a veiculação da guerra preventiva, cujo nome não poderia ser mais emblemático e, como depois se fará saber, também mais contraditório, “guerra ao terror”. No discurso histórico de 20 de setembro de 2001, o presidente George W. Bush introduz o termo original *War on Terror*, que se difundiria sobre o mundo todo. Com o discurso vinha também uma promessa de restauração da estabilidade internacional, a qual somente se obteria com a caça aos agentes do medo, não surpreendentemente, todos os países que apresentavam alguma resistência aos interesses dos Estados Unidos. Com o Iraque figurando papel principal da guerra ao terror, a legitimidade da invasão em 2003 alçava maior concretude, dava-se início a formação do paradigma de segurança pós 11 de setembro, no qual o Iraque se localizava no centro da guerra global contra o terror (RITCHIE e ROGERS, 2007, p. 2).

Ao Iraque também fora atribuída pelos Estados Unidos a associação com a Al-Qaeda e com o regime Talibã, considerado como o sustentador desse movimento terrorista. Assim, o Iraque adquiria o status de parte integrante do “eixo do mal”, composto pelos Estados párias²⁰, considerados os patrocinadores dos ataques terroristas e que representavam “o maior perigo a ser considerado porque vinha daqueles que estavam desenvolvendo ADM’s, sendo os três

²⁰ Desde o governo Clinton, “Estados párias” fazem menção a uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos, capaz de influir sobre a ordem mundial como elemento desestabilizador.

membros-chave do eixo, a Coreia do Norte, o Irã e o Iraque” (RITCHIE e ROGERS, 2007, p. 1). Têm-se então os alvos, desde outrora, estabelecidos: regimes ditatoriais detentores de expressivas reservas petrolíferas. O cenário ideal para que motivações políticas realistas sejam dissimuladas no massacre provocado no Iraque em 2003 envolve: os interesses de controle sobre recursos energéticos, a insubordinação de Estados mais fracos e detentores de tais recursos, aliados à difusão da informação de que ADMs estavam sendo desenvolvidas pelos potenciais responsáveis pela ofensiva do 11 de setembro. Mas é o 11/9 o principal aspecto evidenciado para o ataque, a guerra ao terror era um pretexto necessário.

Não era o petróleo ou o equilíbrio de poder regional, via ingerência sobre a indústria iraquiana tão logo subjulgado Saddam Hussein, aquilo que se noticiava, mas era um mundo em perigo contínuo e a maior potência bélica mundial acuada pela ameaça de um grupo de países que sequer dispunham de armamento necessário para a guerra. Acerca da retórica liberal associada ao uso de engano estadunidense, Chomsky tece forte crítica sobre a controvérsia do próprio fenômeno do terrorismo. O autor destaca que os Estados Unidos foram os únicos no mundo condenados pelo Tribunal de Justiça Internacional pela prática do terrorismo. “E o princípio é que, quando alguém pratica o terrorismo contra nós ou contra nossos aliados, isso é terrorismo, mas, quando nós ou nossos aliados o praticamos contra outros, talvez um terrorismo muito pior, isso não é terrorismo, é antiterrorismo ou guerra justa” (CHOMSKY, 2005, p. 78).

As ofensivas manifestações de poder estadunidenses são, em geral, precedidas pela manipulação discursiva, que, a rigor, se utiliza de princípios liberais. Em 1991, o argumento era o de que Saddam Hussein se articulava tal qual Adolf Hitler em sua busca pela monopolização de recursos energéticos que viabilizariam as suas ações expansivas e ofensivas no mundo (YERGIN, 2014, p. 19). Contudo, os Estados Unidos maximizaram o acúmulo de poder bélico e energético para si mesmos, tanto quanto puderam ao longo da história. A controvérsia que deriva das acusações de Washington para justificar os ataques recai sobre a sua causa de combate; aquilo o Estado se propõe a conter é concomitantemente aquilo que o Estado faz e persegue. Os argumentos de expansionismo do poder com o potencial de colocar o mundo em instabilidade política também se observam na invasão ao Iraque em 2003. Novamente, os Estados Unidos fazem o que condenam para subjugar os seus empecilhos estratégicos; ao lutar contra o terror, os Estados Unidos causaram um terrorismo muito maior do que o ataque ao *World Trade Center* causou em número de vítimas, por exemplo. Desse modo, não era o terrorismo o motivo principal da luta estadunidense, mas era a preocupação com a manutenção do equilíbrio de poder e com a estabilidade política da região do Golfo em prol dos interesses dos EUA.

Dada a controvérsia inerente às justificativas para o ataque, o governo estadunidense precisaria ir além, instrumentalizando os seus argumentos pelo engano em suas mais distintas formas, seja distorcendo números, omitindo dados ou literalmente mentindo sobre a repercussão que o 11 de setembro poderia trazer ao mundo ocidental. Assim, o Iraque foi culpabilizado pelos EUA sobre os ataques às torres gêmeas e classificado como ameaça mundial por apresentar potencial capacidade de promover um terrorismo nuclear, com base na crença de que o regime era detentor de ADMs. A mentira que foi o carro-chefe para a construção da legitimidade dada ao ataque foi a difusão do medo, pela qual os riscos foram potencializados, legando ao governo dos EUA carta branca para extinguir o terror. Acerca da construção dessas mentiras e da forma pela qual foram utilizadas, mais será analisado nas próximas seções.

2.2 CONSTRUÇÃO E DELIMITAÇÃO TEÓRICA I

As mentiras estratégicas descritas por Mearsheimer (2012), como já fora dito, apresentam a sua relevância analítica no modo como são construídas estrategicamente e para propiciar a determinado coletivo nacional maior vantagem no cenário internacional. Dentre os cinco tipos de mentiras estratégicas já narrados, a saber, mentiras inter-Estados, difusão do medo, acobertamentos estratégicos, mitificação nacionalista e mentiras liberais, é na difusão do medo que melhor se compreende o comportamento dos Estados Unidos durante a invasão do Iraque em 2003. Embora outras formas de mentira e engano possam ser percebidas em entrevistas e discursos do governo estadunidense, a difusão do medo consistiu no meio pelo qual os EUA conseguiram apoio interno e legitimidade para invadir os países orientais em questão. A mentira da difusão do medo naturalmente precisa estabelecer vilões e heróis; de um lado estão aqueles que instalaram a insegurança e do outro, aqueles que heroicamente combaterão o mal iminente. Esse tipo de mentira estratégica requer a existência de uma ameaça; se esta não existir, será criada e se existir, será agigantada até gerar os efeitos que se esperam desse tipo específico de engano: convencer a população a combater a situação de urgência com maior rigor.

Na difusão do medo não ocorre atitude leviana por parte dos governantes que a aplicam ao povo. De fato, o Iraque se constituía em um empecilho para a obtenção de uma excelente vantagem estratégica na região do Golfo. Contudo, dada a superioridade de poder estadunidense em relação ao Iraque, agir com base na veracidade dos fatos não se justificaria sob o discurso liberal que tanto se preza no meio político internacional. Tampouco, conseguiria se manter com bons olhos, a administração dos Estados Unidos da época, se revelando à população os

interesses subversivos na região. Ainda que objetivando o benefício do povo, quando líderes utilizam a difusão do medo que traz engano sobre o próprio povo, isso ocorre por acreditarem que a população não será capaz de calcular o que seja mais proveitoso para o seu Estado. Os governantes acreditam não serem capazes de alertar a população com a devida persuasão quanto ao modo correto pelo qual o risco deva ser tratado. Em um sistema anárquico de contínua insegurança, não permitir que um Estado opositor se mantenha, adquirindo pela força as capacidades que este lhe impedia de possuir, parece ser a atitude mais provável de atores que buscam aumentar suas parcelas de poder como melhor lhes favorecer; e, nesse caso, usando a mentira para ajudar a promover a guerra. A difusão do medo, portanto, traria consigo a aceitação interna da política externa, bem como disposição sobre os gastos despendidos em defesa.

Na invasão do Iraque em 2003, promovida sob a legitimação de uma mentira estratégica, se evidencia que a instrumentalização da mentira não se dá apenas como forma de poder político em ambientes diplomáticos, mediante a manipulação da vontade sobre acordos. A mentira estratégica é também arma utilizada em manifestação de poder bélico de guerra e de ataque direto. O realismo ofensivo fornece o fundamento para crer que não se deve pensar a mentira política desconsiderando as múltiplas possibilidades de ação ofensiva que esta possa assumir. Analisar a mentira meramente no nível diplomático implicaria em incorrer na limitação teórica do realismo defensivo, que considera ser mais favorável ao Estado equilibrar parcelas de poder para garantir a segurança, negligenciando as maiores vantagens que somente o ataque pode galgar em determinadas conjunturas políticas. Assim como o realismo ofensivo prescreve o comportamento estatal coerente à anarquia sistêmica, na busca pela maximização do poder relativo, as ações dos Estados Unidos acerca do Iraque foram racionais e dotadas de lógicas estratégicas.

Não ter escolha, a não ser perseguir a maior parcela de poder, é retórica fundamentalmente realista, tendo em vista o valor primordial da sobrevivência estatal por meio da contínua aquisição de poder. Essa mesma lógica de inescapabilidade ajudou a tecer uma das principais mentiras ditas acerca da invasão, qual seja, a ênfase dos personagens-chave da administração Bush de que atacar ao Iraque em 2003 era inevitável e não uma opção política ofensiva ou uma guerra de escolha. A justificativa não poderia ser mais realista, pois, se o terrorismo com ADMs ameaça a sobrevivência do Estado, o governo não tem outra alternativa senão atacar para defender a nação, destruindo os focos de armas com o potencial de dizimar uma população. É possível pressupor que uma ameaça nessas proporções poderia elevar a classificação do ataque para o caráter, inclusive, de “guerra justa”. Afinal, o que poderia ser

mais legítimo para a deflagração de um conflito do que a morte de mais de três mil pessoas, nas investidas contra o centro financeiro, assim como ao quartel general das forças armadas estadunidenses, com perdas econômicas estimadas em cerca de 33 bilhões de dólares? Se existe alguém capaz de causar tamanho estrago na economia, na segurança e na estabilidade interna de um Estado, este não tem escolha, precisa atacar primeiro e estrategicamente a fim de conter a ameaça.

Os Estados Unidos precisavam camuflar o caráter da guerra em razão dos objetivos expansionistas que principiavam os motivos da invasão. Desse modo, era imprescindível a guerra de escolha em uma aparente “guerra justa”, um evento inevitável, sob o argumento de que o elemento nuclear na posse de terroristas nivelava as expressíveis discrepâncias de poder entre EUA e Iraque. Ainda que os Estados Unidos fossem incomparavelmente mais fortes em um confronto com o Iraque, as ADMs em posse de terroristas era o tipo de temor difícil de questionar. No entanto, a ameaça nuclear se limitava as afirmativas dos defensores da guerra, as quais se fundavam, tão somente, em “fortes evidências”, que mais tarde vieram a não se comprovar.

O objetivo dessas alegações era inculcar na população o entendimento de que invadir o Iraque era essencial para desarmar o país e depor Saddam (MEARSHEIMER, 2012, p. 19). De fato, esse propósito se cumpriu, os argumentos mentirosos foram tão bem entranhados no pensamento dos cidadãos estadunidenses que questionar a necessidade da guerra parecia ser uma “atitude completamente idiota e antipatriota” (MEARSHEIMER, 2012, p. 19). O realismo ofensivo pressupõe a necessidade de que um Estado esteja em contínua avaliação de seu poder em relação aos demais, por isso, se de fato os argumentos levantados pela administração estadunidense fossem verídicos, haveria motivos reais para atacar em defesa do Estado. Ademais, até mesmo os motivos verídicos de expansionismo, ocultados pelo engano da mentira internacional, recebem o respaldo da teoria realista ofensiva. Atacar quando se tem a capacidade para tal, com a finalidade de maximizar potencial também é característica do Estado, como forma de resguardar o seu posicionamento seguro no equilíbrio de poder.

A visão de “novo século Americano”, construída desde meados de 2001 pela administração Bush, conduzia os EUA por “posturas unilaterais sobre determinadas questões-chave que estavam sendo desenvolvidas e parecia por cada perspectiva que a comunidade internacional viria a aceitar a liderança americana como sendo essencial para a segurança internacional” (ROGERS, 2008, p. 173). O ideal de polícia do mundo foi somado à difusão do medo, transbordando a onda de terror ao hemisférico ocidental de um modo geral e conferindo aos EUA maior liberdade de manobra para agir como melhor lhe favorecesse. A potencialização

da ameaça não se limitou ao público estadunidense, por isso a invasão do Iraque em 2003 prefigurava um ato simbólico de combate ao terror civilizacional, de modo que se vislumbrava o oriente subversivo sendo refreado pelo ocidente liberal e “promotor da justiça”.

Acerca da utilização específica da difusão do medo, os registros históricos comprovam a relevância dessa mentira estratégica para a política externa dos Estados Unidos. O país, como se espera de toda grande potência, tem se mantido empenhado em expandir sua quota de poder relativo mediante investidas ofensivas em outros países, comportamento que requer bons argumentos para se legitimar em um mundo do direito internacional e do discurso liberal. Desse modo, a criação ou o exagero sobre a ameaça de outros atores tem sido funcional para amenizar o impacto de suas políticas contrárias aos princípios de justiça e de civilidade internacional, que eles mesmos propõem e defendem. Mearsheimer (2012, p. 24) afirma que a “mentira é parte integrante das relações internacionais” e essa assertiva se torna ainda mais categórica quando aplicada nas relações estabelecidas pelos EUA com outros atores que toquem os seus interesses políticos. É estimada a comprovação de pelo menos setenta anos de uso da mentira estratégica na política estadunidense, período no qual a difusão do medo foi particularmente o subterfúgio mais recorrido pelos presidentes e seus assessores. Acerca disso, Mearsheimer (2012, p. 23) assevera, o presidente Franklin D. Roosevelt mentiu sobre o incidente do *Uss Greer* em 1941; o presidente Lyndon Johnson, em 1964, mentiu a respeito do incidente do Golfo de Tonquim, e o Presidente George W. Bush mentiu a respeito da guerra do Iraque, em 2003.

Dada a velocidade pela qual a informação passou a se propagar nos últimos anos, convém salientar a importância da imprensa no processo da difusão do engano. Tendo em vista que, em um mundo pós-moderno e globalizado, a informação também incide sobre o poder, a imprensa se tornou uma variável ainda mais relevante, cujo papel não se pode negligenciar em qualquer avaliação da utilização da difusão do medo. Vê-se isso após os primeiros anos do conflito no Iraque, em 2003, quando foi se tornando perceptível que “o terrorismo é um foco contínuo para a mídia dos EUA” (SAID, 2001, p. 1). Os riscos derivados da participação dos avanços tecnológicos na comunicação podem ser mitigados com a manipulação da própria informação; assim, os veículos comunicativos ao invés de combater a mentira estratégica, passam a servir ao interesse estatal, otimizando o tempo para que o alarde da ameaça seja disseminado com mais força e com maior credibilidade. Na difusão do medo, necessariamente, o Estado precisará fornecer informações, dados, relatórios e “fortes indícios” falsos; doutra sorte, não se fará convencer. No que tange à questão de ser a imprensa comprada ou não pelo governo, faz-se prudente acrescentar que mesmo ela será abarcada e utilizada para o engano. Na verdade, quando se trata de difundir o terror, o grupo seletivo do governo que promulga o engano

precisará convencer, se possível, até os especialistas em política externa, os aliados e os influentes no poder mais próximos.

A difusão do medo necessariamente confere aos governantes o julgamento do que seja melhor à coletividade social, não obstante se pressuponha o mesmo sobre qualquer mentira estratégica, à medida que em todos os casos ocorre a concessão ao governo da prerrogativa de enganar o povo para o seu próprio bem. No entanto, o caso de alarmar a população, encurralando-a em contínuo horror que amaina o seu senso crítico em submissão ao desígnio da política-resposta, proposta à ameaça, parece ser uma atitude ainda mais violenta por parte do governo. A partir desta perspectiva, convém reiterar que, embora seja um “comportamento de cima para baixo”, este tipo de mentira é uma importante estratégia política para países democráticos, nos quais a legitimação das ações políticas é requerida pelo povo, que também detém maior acesso à informação que populações de regimes totalitários. Ainda que centralize o poder de decisão nas mãos da administração política, com vistas nos fortes incentivos da insegurança estrutural, da qual os tomadores de decisão estão bem inteirados, a razão de Estado vence a objeção moral para o uso dessa ferramenta. É provável que o aspecto da violência, pela qual essa mentira se materializa, se constituía em um dos principais motivos de condenação popular ao governo, caso a mentira venha a ser descoberta e, pior, falhe em seu propósito de beneficiar o maior contingente populacional. Por esta razão, a difusão do medo é considerada como estratégica e apresenta um mínimo de legitimidade baseada na razão de Estado, mas também configura um excelente exemplo de quão sutil e calculado deve ser a sua instrumentalização, pois os danos que dela podem decorrer podem vir a ser piores que os bens que objetiva (MEARSHEIMER, 2012, p. 82-83).

Ainda que Ritchie e Rogers (2007) neguem tentar provar que todo o conjunto de fatos antecedentes desembocaria em uma guerra previsível contra o terror, afirmam que o desenrolar dos fatos possibilita o argumento de que houve manipulação estratégica estadunidense, assim como Mearsheimer (2012) assevera. A análise retrospectiva dos registros históricos permite considerar que as intenções de um governo em “tempo A” desembocariam em determinadas ações em “tempo B” (RITCHIE e ROGERS, 2007, p. 2). Contudo, a intencionalidade dos Estados Unidos já havia sido traçada desde que decidiu substituir a política de contenção pela ação ofensiva, o impacto do 11 de setembro veio na hora certa para realizar o conflito que daria acesso às reservas energéticas da região na qual o Iraque se insere.

Outra variável que torna relevante a escolha da difusão do medo para o uso da mentira estratégica era o fato de que a necessidade de conflito não foi bem aceita pelos próprios militares e a comunidade de inteligência dos estadunidenses. Nem mesmo a CIA considerou a

possibilidade de haver ADMs no Iraque como motivo suficiente para a invasão e, ainda por cima, duvidava de que Saddam Hussein houvesse conseguido desenvolver tais armas. Ademais, alguns grupos de analistas de inteligência dos Estados Unidos, em especial a Agência de Inteligência e Pesquisa do Departamento de Estado, haviam discordado do caráter de urgência considerado pelos EUA quanto à invasão. Mas a difusão do medo foi tão convincente no estado de choque pós 11/9 que a visão geral era a de engrandecimento do poderio iraquiano e, por conseguinte, da sua capacidade de ameaça (YERGIN, 2014, p. 178). O caso narrado de difusão do medo cumpriu plenamente a descrição de seu conceito, assumindo dimensões para além do limiar da população civil, enganando também diversas personalidades políticas, entre as mais sérias e relevantes da nação, como também parte das nações do hemisfério ocidental. Assim, houve uma completa harmonia entre o presidente estadunidense e seus assessores de governo acerca das mentiras contadas à opinião pública.

É válido ressaltar que a invasão de 2003 foi um ato de contrariedade às proibições do Conselho de Segurança das Nações Unidas, do qual os Estados Unidos são integrantes. França e Rússia se opuseram veementemente ao conflito, todavia novamente o realismo ofensivo se comprova quanto à maior força para ditar suas próprias regras (YERGIN, 2014, p. 178-179). A notícia do *The New York Times*, no dia 10 de março de 2003, evidencia a indisposição dos Estados Unidos em ser contido pela diplomacia internacional: “Bush ameaçou desarmar o Iraque à força, com ou sem a aprovação das Nações Unidas, mas trabalhou com os telefones o dia todo, fazendo *lobby* furiosamente para obter votos suficientes no Conselho de Segurança”. O jornal acresce que, a despeito de a decisão pró-ataque já estar claramente tomada, o governo dos EUA ainda se esforçava em reverter o veto do Conselho de Segurança a fim de obter “pelo menos um senso de autoridade moral para as ações dos Estados Unidos”²¹.

Quanto ao comportamento resoluto e inegociável dos EUA sob a decisão de ataque, evidentemente o realismo ofensivo subsidia a negação da retórica liberal democrática para investidas estatais no ambiente externo. Diferente do liberalismo político, o comportamento que se espera para nações democráticas é de ainda mais vigor hostil, mesmo que todos os Estados se pautem pela mesma pressão estrutural. Para assegurar os seus próprios interesses, precisam agir contrários ao discurso pacífico que propagam e para mitigar os danos, farão da instrumentalização da mentira o atenuante ideal. Sendo assim, encontrar democracias enganando, matando e explorando outros Estados é agenda esperada no cenário internacional. A sagacidade maior em captar poder sem maiores embargos da comunidade internacional e da

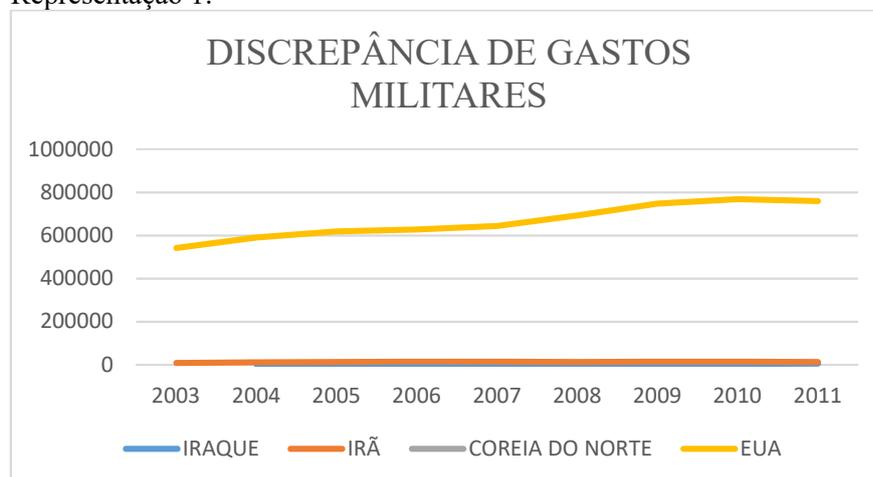
²¹ *THREATS AND RESPONSES: AN OVERVIEW: MARCH 10, 2003; Support at Home but Not in France, Battle Plans and Basketball* (DEPALMA, 2003).

população doméstica está em encontrar subterfúgios para atenuar a reprobabilidade de suas ações, inclusive inocentando culpados e culpando inocentes.

É difícil imaginar um líder político moderno pedindo abertamente ao público para lutar e morrer para melhorar o equilíbrio de poder. Nenhum líder europeu ou americano fez isso durante qualquer Guerra Mundial ou a Guerra Fria. A maioria das pessoas prefere pensar em brigas entre seus próprios Estados e rivais como confrontos entre o bem e o mal, onde eles estão do lado dos anjos e seus oponentes estão alinhados com o diabo. Assim, os líderes tendem a retratar a guerra como uma cruzada moral ou uma competição ideológica, e não como uma luta pelo poder (MEARSHEIMER, 2001, p. 40).

Nessa perspectiva de distorção da realidade dos fatos, um aspecto importantíssimo a ser considerado, sobre a distância gritante entre os argumentos de guerra inevitável, tecidos pelos Estados Unidos, e a realidade da guerra de escolha que foi conduzida, é o fato de os EUA serem um *Offshore Balancer*. O realismo ofensivo confere essa categoria específica às hegemônias regionais que atuam de modo direto no equilíbrio de poder do sistema internacional, localizadas geograficamente em posição favorecida pela imponente barreira defensiva das águas oceânicas. Mearsheimer, concebe esses Estados como os mais propensos a utilização da difusão do medo, pois a grande massa de águas que os circunda como uma barreira defensiva diminui a percepção da ameaça, tornando maior a necessidade de incrementos discursivos do terror por parte dos governantes sobre a sua própria população, a fim de motivar o ataque (MEARSHEIMER, 2012, p. 90). Toda análise do poderio estadunidense recai na conclusão de que: os EUA não mudaram sua política do dia para noite em relação ao Iraque; apesar da grande consternação gerada pelo 11/9, o Estado já estava disposto a seguir planos de utilização da força contra o Iraque. A difusão do medo só endossa esses argumentos. Acerca da discrepância de poderio bélico entre os EUA, o Iraque e os demais países acusados de integrantes do “eixo do mal”, ver abaixo:

Quadro 4- Discrepância de Gastos Militares em Milhões de Dólares
Representação 1:



Representação 2:

PAÍS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Iraque*	-	2101	2836	2035	3115	4118	3925	4423	4766
Iran	8198	10593	12597	14824	13647	13114	13728	13962	12616
Coreia do Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EUA	541734	590447	618605	628211	644705	692402	747940	768466	758988

* Os números sobre o Iraque apresentam alto índice de incerteza.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados SIBRI 2018.

A iniciativa estadunidense, desse modo, não foge do que prevê o realismo ofensivo, o qual não somente descreve o funcionamento do sistema internacional, como também prescreve qual seja o melhor comportamento para a sobrevivência, via captação de poder. Na posição que possui, considerar a si mesmo como detentor da “responsabilidade moral e estratégica de não apenas policiar o mundo inteiro, mas também de tentar moldar a política de países específicos” (MEARSHEIMER, 2012, p. 138) é conveniente para encobrir o desígnio de mover os outros Estados de modo a favorecer-se; sob o discurso estratégico da campanha do medo, esse processo ganha celeridade. Os valores morais não refreiam as ações dos Estados, logo, não são estas as reais justificativas para que os EUA policiem o mundo. O que leva um Estado a ingerir em esferas de ação além de sua soberania não é a cooperação para o benefício de todos, mas a configuração da balança de poder, assim como as alterações de equilíbrio que afetam sua própria segurança. Como já fora dito, os Estados se articulam tendo em vista propósitos realistas, mas a viabilização disto requer o discurso liberal; não é estrategicamente recomendável instigar a hostilidade desnecessariamente. Assim, a instrumentalização da mentira demonstra que, embora o poder seja central nas relações internacionais, cuidar da opinião pública e dos ânimos externos são medidas que não devem ser negligenciadas.

No caso da invasão do Iraque, como já fora mencionado, é importante notar a possibilidade de que a mentira estratégica tenha sido uma ferramenta utilizada também pelo regime iraquiano, porém sem comprovada eficácia no propósito pelo qual se construiu. Yergin (2014, p. 178 - 179) fala a respeito do erro de cálculo estratégico por parte de Saddam Hussein, ao afirmar estar desenvolvendo ADMs que seriam utilizadas em caso de invasão. Saddam vislumbrava defender o Iraque de prováveis ataques do Irã e dos Estados Unidos; assim, a ameaça das armas era um elemento dissuasivo para um ataque que se pressupunha iminente pela conjuntura construída desde a Guerra do Golfo. O ditador provavelmente também errou em manter a defesa do Iraque via mentira estratégica ao se apoiar na relutância europeia sobre a invasão estadunidense.

Mearsheimer (2012, p. 9) chega a considerar que Saddam Hussein também tenha tentado utilizar a difusão do medo para fins estratégicos de defesa, mas afirma não haver registros oficiais, nos quais o líder iraquiano se expresse sobre a posse de ADMs. Ainda assim, mesmo que Saddam não tivesse se expressado sobre deter tais armas, o seu silêncio quanto ao tema, em meio a crença internacional sobre as ADMs no Iraque, acabou por não lhe ser favorável. Tenha o Iraque mentido ou omitido para defender-se de ataque, os Estados Unidos fizeram disso ocasião para a investida. Se o Iraque mentiu, os Estados Unidos mentiram melhor, ainda se utilizaram da estratégia do inimigo para favorecer o ataque contra ele. Contudo, é possível também considerar que o blefe de Saddam era, na verdade, mais uma mentira dos EUA, em virtude de que o Relatório de Duelfer observa que “Saddam nunca discutiu usar a enganação como uma política” (MEARSHEIMER, 2012, p. 21).

Na hipótese de que esses dois países com poderes assimétricos tenham tentado usar a mentira como ferramenta política, seria também possível inferir que as mentiras estratégicas são instrumentos de poder melhor utilizados por quem tem maior poder. Essa linha de pensamento coadunaria com o realismo ofensivo que considera serem as grandes potências os atores que de fato geram impactos relativos no sistema. Contudo, a análise da mentira como arma mais eficaz nas mãos de Estados mais fortes se estende para além dos limites fixados para o presente trabalho, ainda que o realismo ofensivo embase a ideia de maiores recursos determinarem maiores vantagens e, por conseguinte, o Estado mais forte terá maiores facilidades na persuasão política mediante o engano.

Ainda sobre a articulação dos Estados Unidos para a invasão do Iraque pode-se acrescentar que, mesmo que não afirmando de modo direto, com a retórica da guerra contra o terror, o governo estadunidense incutiu na crença de sua população que Saddam Hussein estaria envolvido nos atentados do 11 de setembro, embora não exista qualquer evidência disso (MEARSHEIMER, 2012, p. 79). Como se não bastasse levar metade da população acreditar em todas as mentiras já narradas, o governo também tentou aparentar o interesse na diplomacia pacífica através do diálogo político, quando a deliberação sobre a invasão já havia sido tomada desde meados de 2002. A atitude estadunidense de levar a questão à ONU, em setembro desse mesmo ano, “foi planejada para oferecer cobertura para o conflito, não para evitá-lo” (MEARSHEIMER, 2012, p. 81).

Desse modo, a mentira estratégica na política internacional pode perfeitamente ser utilizada para legitimar a guerra. Essa constatação aproxima-se do conceito de guerra em Clausewitz (1976): a guerra como sendo uma estratégia do Estado para conduzir interesses políticos concernentes à razão de Estado. A racionalidade realista na guerra está em que a sua

motivação seja servir a propósitos maiores, ainda que encarando os danos derivados do conflito. Considerando as perdas humanas e materiais que a guerra proporciona, deve ser o último recurso a ser utilizado para que a luta por sobrevivência do Estado não se torne a maior das perdas em questão. Sob essa perspectiva, a atitude dos EUA em antecipar a ameaça do Iraque, reflete a preocupação dos atores internacionais em antecipar conflitos para a garantia da segurança, mesmo em tempos de relativa tranquilidade. A anarquia sistêmica associa os Estados aos soldados, cuja “principal tarefa em tempo de paz é se preparar efetivamente para a próxima guerra. A fim de fazer isso, ele deve antecipar o que a próxima guerra pode vir a ser” (LIND, 1989, p. 22). Ritchie e Rogers (2007, p. 1) reforçam esse entendimento ao afirmar que o tema de antecipar futuras ameaças à segurança dos EUA esteve presente no discurso de Bush e gerou em Washington a discussão sobre a urgência de enfrentar o regime de Saddam Hussein no Iraque. Cabe ainda ressaltar que o terrorismo promovido pelos EUA sobre a ameaça iraquiana pode também ser considerado o início do ataque; visto que o terrorismo consiste em uma forma de guerra assimétrica, que envolve quatro elementos principais:

1) premeditação, a decisão tomada por um perpetrador de cometer um ato para instilar terror ou medo em outros; 2) motivação ou uma causa, seja política, religiosa ou econômica; 3) alvos, normalmente não-combatentes, como figuras políticas, burocratas ou civis inocentes; 4) segredo, quando perpetradores pertencem a grupos clandestinos ou são patrocinados secretamente por Estados” (MINGST, 2009, p. 212).

A partir desse conceito de guerra, verifica-se o terrorismo por duas vias, o ataque do 11/9, que promove a instabilidade ocidental, e a difusão do medo promovida pelos EUA. Essas duas vias culpabilizam sem provas e instigam o ódio que culminou na morte de milhares de civis iraquianos. Daí reiterar-se, embora Lind (1989) não o faça a partir de sua associação de terrorismo à guerra assimétrica, a aproximação simbólica do terrorismo com as guerras de quarta geração. Pois, nesse cenário inexistente delimitação de campo de batalha ou distinção entre civis e soldados.

O conceito de guerra continua sendo o resultado de intenções políticas que não se atingem por vias menos custosas ao cálculo estratégico. Na invasão do Iraque, a guerra continua sendo “um ato de violência destinado a obrigar o adversário” a realizar a vontade de quem ataca (CLAUSEWITZ, 1976, p. 51). Assim, é de se esperar que os atores internacionais continuarão fazendo uso da força, mas a instrumentalização da mentira, quanto aos intentos realistas, os auxilia a estimar o custo-benefício desse ato. Os cálculos do uso da mentira não se confundam com os cálculos dos custos da guerra, mas ambos se relacionam com os cálculos de poder para materializar as ações ofensivas dos Estados. Dessa maneira, os Estados Unidos levaram em

conta a ameaça iraquiana, os riscos de promover uma guerra de escolha e ainda as possíveis desvantagens de enganar a população interméstica;²² pesadas todas as variáveis para a ação positiva. No que tange aos custos do ataque vale a reflexão:

Tudo indica que doravante a condução das guerras será ainda mais política do que no passado. Não se pensa mais em dar aos comandantes militares uma autonomia completa para ganhar a guerra, sem que importe, ou a que preço. A própria noção de "ganhar a guerra" provavelmente não é a mesma, e a questão do custo, que sempre existiu, tornou-se hoje decisiva: de que vale destruir o meu inimigo se ele me pode também destruir simultaneamente? (ARON, 2002, p. 93-94).

A análise sobre os custos da invasão precisa passar pela ciência de que, mais político do que nunca, o uso da força trará consequências que precisam ser avaliadas para além da obtenção de resultados imediatos. A mentira estratégica para a deflagração do conflito pode ser extramente eficaz em levar o Estado à conquista política em um primeiro momento, mas os riscos de que o engano seja descoberto podem gerar prejuízos vultosos no ambiente diplomático e reprovação interna ao governo estabelecido. Nesse sentido, segue-se na próxima seção a análise das consequências adjacentes do uso da difusão do medo no caso do Iraque.

2.3 OS EFEITOS DA DIFUSÃO DO MEDO

A difusão do medo foi a principal mentira estratégica utilizada para a invasão do Iraque em 2003, no entanto, durante o processo da ofensiva outras manifestações de engano se desdobraram em discursos, entrevistas e pronunciamentos do governo. No curso do conflito, se observa o esforço conjuntural da campanha política para a persuasão enganosa. Após os primeiros anos da invasão, foi ficando cada vez mais claro o estratagema americano, mediante várias denúncias referentes as mentiras ditas pelos EUA. Contudo, Mearsheimer (2012, p. 21) aponta quatro mentiras que deram certo por terem sido capazes de legitimar a escalada do conflito: 1- figuras-chave no governo mentiram sobre ter a completa certeza de que o Iraque possuía ADMs; 2- mentiram sobre haver evidências seguras de que Saddam Hussein estava associado a Osama Bin Laden; 3- mentiram quando indicaram a responsabilização de Saddam no 11 de setembro; 4- a administração Bush também alegou abertura diplomática para a resolução pacífica das controvérsias, mas já havia decidido prosseguir com a invasão.

As mentiras em prol da invasão foram bem-sucedidas ao atingir o objetivo central de sua utilização no momento em que foram empregadas. Os EUA obtiveram o apoio populacional

²² Cunhado por Manning (1977), o termo toca as populações domésticas e internacionais simultaneamente.

para o ataque e conseguiram instituir o paradigma de segurança internacional que facilitou as suas atuações de ingerência no mundo. Portanto, é possível afirmar que a difusão do medo funcionou em seu papel estratégico inicial, legitimar a investida ofensiva. Contudo, com o passar dos anos, as mentiras em prol do conflito foram sendo descobertas uma a uma, quando já se podia considerar que a estratégia estadunidense havia prosperado. Em 4 de outubro de 2004, o secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, admite ao Conselho de Relações Internacionais que não dispunha das “provas irrefutáveis” da ligação de Saddam com Osama bin Laden.²³ Os inspetores da ONU não encontraram indícios de ADMs entre novembro de 2002 e março de 2003, mesmo detendo liberdade de busca por todo o Iraque. O apoio baseado na mentira da responsabilização do regime iraquiano nos ataques terroristas do 11/9 enfraqueceu já no final do ano de 2003 (MEARSHEIMER, 2012, p. 80). Finalmente, Bush já havia decidido tomar ação militar em julho de 2002,²⁴ como veio a se revelar depois do argumento de que “ninguém queria a guerra”. Abalados os argumentos de combate ao terrorismo dos EUA e injustificada a invasão de quase um decênio, fica claro que a ação estratégica no equilíbrio de poder era o motivo de ataque ao Iraque (MEARSHEIMER, 2012, p. 77-79).

A legitimidade para o combate e a maximização das capacidades constituem os ganhos adquiridos pelos Estados Unidos mediante a difusão do medo, os objetivos estratégicos se cumpriram ao ponto de se considerar a empreitada de sucesso inicial. Entretanto, a descoberta do conjunto de mentiras estadunidenses foi gradativamente se transformando em um problema estratégico para os EUA. Mearsheimer (2012) alerta sobre a contrapartida à utilidade estratégica do engano, pois existem custos e até mesmo desvantagens no uso de mentiras no cenário interno e externo. As mentiras estratégicas, como já foi exposto, divergem em suas atuações e efeitos, diferindo também sobre os riscos estratégicos que impõe sobre os Estados. Nesse sentido, algumas mentiras podem ser mais perigosas que outras em função de fatores como: o público alvo, a razão política, e o modo pelo qual se empregam. Diante desse alerta, Mearsheimer (2012) acrescenta que por maiores desvantagens que outras mentiras sejam capaz de causar a um Estado, o pior dos danos não se aproxima do estrago estratégico que as mentiras da “difusão do medo” e do “acobertamento estratégico” podem ocasionar. Desse modo, fica claro que a instrumentalização da mentira não é um jogo político para iniciantes. Não se trata de um mundo de facilidades na saga por solapar o crescimento alheio em busca de maiores vantagens

²³ *THREATS AND RESPONSES: INTELLIGENCE; Rumsfeld Says U.S. Has 'Bulletproof' Evidence of Iraq's Links to Al Qaeda* (SCHMITT, 2002).

²⁴ *The Secret Downing Street Memo* (SMITH, 2003).

políticas, trata-se da tomada de decisões sérias e com riscos potenciais ao próprio Estado e ao governo.

Os resultados da mentira utilizada pelos EUA em 2003 repercutiram diferente do desejado nos anos posteriores à invasão, quando o conflito ia mal, ficava cada vez mais claro que houve engano para que ocorresse o ataque (MEARSHEIMER, 2012, p. 127). O governo estadunidense precisaria agora enfrentar as consequências de estar tão equivocado quanto as convicções que levaram ao conflito, quando as ADMs não foram achadas e as denúncias se proliferavam, tornando cada vez mais fácil perceber os intentos expansionistas do país. A situação em que o promulgador da mentira se encontra agora pode se encaixar em dois efeitos potenciais da difusão do medo, a saber o “ricochete” e o “sair pela culatra”. O uso insuficientemente cauteloso dessa arma perigosa corrompe as próprias estruturas democráticas da nação, à medida que o governo cai no descrédito do povo, e vai se construindo uma “cultura de desonestidade” (MEARSHEIMER 2012, p. 137). A falha na difusão do medo é tão séria que provoca problemas na coesão interna do Estado, se constitui em risco estratégico aos seus interesses e compromete sua imagem interna e externamente. A depender do caso e da cautela quanto a aplicação, a mentira estratégica pode se tornar um problema, ao invés de um subterfúgio para a conquista.

É válido reiterar que a difusão do medo é o tipo de mentira estratégica utilizada por setenta anos em administrações estadunidenses com vistas a legitimar conflitos. O uso repetido desse instrumento pode gerar problemas, talvez, até mais sérios que a reprovação interna dos governos; pode produzir algo como um efeito *boomerang*, no qual o ato de hostilidade retorna a seu autor. Segundo Said (2001), as contínuas intervenções estadunidenses no Oriente Médio, gerando a insegurança e a instabilidade dos poderes estabelecidos na região, acentua a hostilidade dos grupos políticos atacados. E nesse sentido, o 11 de setembro exemplifica o problema nacional em que se transformaram os ataques externos. O acúmulo de anos de ingerência bélica dos EUA no mundo islâmico recaiu sobre civis estadunidenses.

O poder e a riqueza dos Estados Unidos são tais que a maioria das pessoas não tem consciência do dano que foi causado em seu nome ou do ódio que foi construído contra ele em todo o Oriente Médio e no mundo islâmico - sem outro propósito senão para garantir o domínio continuado dos formuladores de políticas e algumas pessoas cujos interesses estão vinculados a essa política ridícula e desumana (SAID, 2001, p. 3).

Os prejuízos do uso da mentira podem recair drasticamente sobre o ambiente doméstico, mas também comprometer a política externa das próximas administrações; para Brigham (2006), o legado de erros estratégicos na guerra do Vietnã e Iraque demonstra isso. Nesse sentido,

sobretudo na administração Bush, os EUA se excederam ao tentar reconfigurar o mundo pela manifestação de poderio bélico; essa postura imprudente, “com seus infinitos pontos de vista wilsonianos sobre promoção da democracia”, acabou por “algemar” o próximo presidente.

Ainda que os Estados se movam em ciência dos riscos da anarquia, não devem desconsiderar as consequências de ataques diretos. Uma vez descoberta, a mentira estratégica põe em risco os ganhos do Estado e, no caso ofensivo de guerra, não há muito o que ser feito para limitar o prejuízo estratégico. Na ação ofensiva indireta do uso da mentira, quando não ocorre guerra, os danos da descoberta podem ser mitigados. Apesar de o realismo ofensivo encorajar o ataque do Estado, se este detém oportunidade e capacidade relativa para tal, os cálculos da antecipação do ataque serão imprescindíveis. O resultado inicialmente bem sucedido de uma ação estratégica precisa se confirmar livre de desvantagem estratégica maior e posterior.

3 OS ACOBERTAMENTOS ESTRATÉGICOS PARA A VIABILIZAÇÃO DO CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA BÉLICA JAPONESA ENTRE 2010 E 2017

O Japão, ao longo dos anos, tem se demonstrado com um ator sagaz na obtenção de recursos materiais, bem como participante dos jogos de poder a nível global. Isso pode-se perceber claramente em suas investidas por ascensão via participação intensiva na Segunda Guerra Mundial, período em que o ator chegou a desafiar a potência emergente estaduniense, a qual lhe imputou severa retaliação militar. Apesar dos grandes danos decorrentes das explosões nucleares em território japonês, o Estado reagiu a perda com visível capacidade reconstrutiva. O Japão se ergueu como potência novamente em um intervalo de tempo consideravelmente curto e isso se tornou fato notório entre as demais potências. Tão logo recuperado dos prejuízos materiais decorrentes da Segunda Grande Guerra, o Japão já dava prosseguimento intensivo em seu propósito constante de controle regional, posição que teria de continuar disputando com a China ascendente ao nível global. Não obstante sua capacidade de rápida recuperação, a derrota na Segunda Guerra Mundial infligiu ao Japão o impedimento de livre aquisição de recursos bélicos, fator que será determinante para compreender os esforços japoneses em viabilizar políticas estratégicas em meio a fiscalização internacional de atores mais fortes e também interessados nas mesmas porções de domínio.

O artigo 9º da Constituição Japonesa, coloca o Estado em uma posição de pacificidade que definitivamente não condiz com aquilo que o realismo ofensivo descreve quanto à natureza dos atores, assim como destoa das ações pragmáticas evidenciadas por seu comportamento. Contudo, o Japão está legalmente impossibilitado de maximizar a sua potência pelo acúmulo de material bélico e, embora essa punição venha sendo sutilmente revista nos últimos anos, sua formulação imputa ao Estado o peso simbólico do constrangimento externo e o embargo empírico de ações militares pró-inserção bélica japonesa. A despeito desse cenário desfavorável aos seus interesses de potência, o Japão tem cumprido aquilo que o realismo ofensivo preceitua sobre o comportamento do Estado, ênfase que também dá razão à mentira: Estados discursam como liberais, mas agem como realistas. Esse tem sido o comportamento japonês, o Estado não cessou sua busca por acúmulo de recursos militares; no entanto, o faz de modo sutil, sem negar o discurso de responsabilidade global e do direito internacional, mas descumprindo o artigo 9º tanto quanto lhe seja possível.

O que se sabe é que a indústria bélica japonesa alavancou nos últimos anos e, ainda, que o fornecimento de dados, concedidos por Estados soberanos e egoístas, possa ser forjado, o Japão precisará se fazer convencer aos concorrentes. Nesse propósito se encaixa a instrumentalização da mentira, embasada no realismo ofensivo, assim como se vê na estratégia

do *balancing*, elaborada por Mearsheimer (2001, p. 29). O Estado ameaçado “aceita o fardo de dissuadir seu adversário e compromete recursos substanciais para alcançar esse objetivo”, de igual modo o Japão vem gastando o que pode e participando de intervenções humanitárias para camuflar a sua insuflada adesão de material bélico diante da China e dos Estados, sobretudo, mas também, com menor rigor, sobre os seus vizinhos asiáticos, que não aceitam facilmente qualquer liderança, quer chinesa, quer japonesa.

Muitos dos conceitos abordados por Mearsheimer (2012) podem ser considerados na análise das articulações japonesas para avançar em seu propósito de crescimento bélico sem despertar negativamente a atenção de seus adversários na concorrência regional. Entre as tipificações de mentira aplicáveis, inicialmente será abordado o acobertamento estratégico. Como já definido, este tipo de mentira visa encobrir uma política controversa para viabilizá-la no cenário político internacional. A controvérsia japonesa consiste no avanço da indústria bélica a despeito de seu impedimento, ação observada pelos EUA e pela China, porém ocultada sob o discurso japonês de uso do bélico para a promoção da paz. O que ocorre é que o Japão justifica o seu material bélico como sendo referente ao cumprimento da promoção da paz global, objetivada pela ONU mediante ações humanitárias. A mentira do Japão está baseada em ocultar reais propósitos ao fazer sua indústria de guerra crescer, e este engano pode ser comprovado na disparidade entre a necessidade requerida pelas intervenções humanitárias e o contingente, bem como o potencial destrutivo, de seu armamento.

3.1 DA RENÚNCIA À GUERRA AO PROCESSO DE REMILITARIZAÇÃO

Para a compreensão do comportamento do Japão, especificamente entre os anos de 2010 e 2017, no que tange à sua política de expansionismo militar, faz-se necessário refletir as transformações históricas no ambiente internacional, assim como no ambiente interno japonês. Mais precisamente nos anos em torno da Primeira Guerra Mundial, o mundo presenciava a configuração de um novo arranjo no equilíbrio de poder, com a ascensão de novas grandes potências, a saber, Estados Unidos e Japão. Em verdade, desde 1914, o país já se posicionava entre os atores mais influentes do cenário internacional, entre os quais estavam as cinco potências europeias (Grã-Bretanha, França, Rússia, Áustria-Hungria, Alemanha) e os EUA. Nos anos posteriores ao fim da Primeira Guerra Mundial, a ascensão internacional dos Estados Unidos e do Japão os elevava à substituição gradativa da Grã-Bretanha e da França na concorrência pela hegemonia. Nesse processo, contudo, começaram a surgir atritos entre os, outrora, aliados na última Grande Guerra, os quais viriam a contribuir, entre outros fatores, para

a oposição entre EUA e Japão na deflagração da Segunda Guerra Mundial (SAKURAI, 2011, p. 199-200).

Havendo o Japão sofrido uma grande derrota, com danos expressivos e de caráter até mesmo nuclear, fato inédito na história, os “heróis” da guerra, sob o discurso de buscar restabelecer a paz, fizeram cumprir os seus objetivos realistas de obstrução do crescimento alheio para a potencialização de seu próprio poder. As sanções fixadas foram de tal modo rigorosas sobre o Japão, que a sua rendição, em 15 de agosto de 1945, foi de subserviência incondicional; mediante a ocupação de seu território pelos Aliados, sob liderança estadunidense, na pessoa do General Douglas MacArthur (UEHARA, 2003, p. 79). As sanções visavam deixar o Japão sem armas e democratizado, as exigências do pós-guerra evidenciavam que não era a paz o que se buscava ali, mas era abrir caminho para a difusão do poder americano no arquipélago. O decorrente estabelecimento de nova constituição japonesa, em 1946, tirou do país o caráter de “normalidade”, à medida que este perdeu a sua autonomia em termos de segurança e defesa nacional, no padrão tradicional de Estados. Ao ser obrigado pelas forças da ocupação a abandonar os seus meios potenciais de luta, o Japão perdeu as suas bases tradicionais de guerra: o simbolismo imperial e a ênfase no combate (SAKURAI, 2011, p. 235-236). Além de modificar o sistema político japonês, legando ao parlamento o poder de decisão no país, mediante a legislatura bicameral, em seu artigo 9º, a Constituição japonesa insta o próprio povo a renunciar os seus recursos conflitivos. Assim como se segue:

Capítulo II. Renúncia à guerra. ARTIGO 9. Sinceramente aspirantes a uma paz internacional baseada na justiça e na ordem, o povo japonês renuncia à guerra para sempre como o direito soberano da nação e a ameaça ou uso da força como meio de resolver disputas internacionais. A fim de realizar o desejo expresso no parágrafo anterior, as forças terrestres, marítimas ou aéreas, bem como outros potenciais de guerra, não serão mais mantidos. O direito de beligerância do Estado não será reconhecido. (CONSTITUIÇÃO JAPONESA, 1946).

O Japão, claramente, de modo forçoso, foi levado a abrir mão de proteger-se em níveis terrestres, marítimos e aéreos. Sua busca por segurança na maximização de capacidades materiais bélicas, que segundo o realismo ofensivo são a real garantia de sobrevivência como Estado, estava sendo impedida para a satisfação do Estado vencedor mais forte. No entanto, a política antimilitar, não se firma como condição aceitável para qualquer Estado que pretenda continuar a existir, exemplo disso foi o que aconteceu à Alemanha ao final da Primeira Guerra Mundial. A forma como a nação alemã se reergueu e voltou a atacar, embora com erros de cálculo estratégico tão expressivos que não lhe legaram posição claramente mais favorável que outrora, testificam da luta estatal por sobrevivência baseada na força que aqui se afirma. O

realismo ofensivo fornece os subsídios teóricos para fazer crer que nenhum Estado, no qual se intente tamanha ingerência, assistirá a tais imposições de forma inativa; certamente que o Estado precisará desobedecer a essa sanção (MEARSHEIMER, 2001, p 16-17). Nesse sentido, o Japão, diferente da Alemanha derrotada em 1918 e 1945, decidiu investir em uma reestruturação estrategicamente silenciosa, embora igualmente desobediente às sanções internacionais. O Estado não deixou de reagir em prol de uma autonomia ofensiva, mas precisou traçar um caminho estratégico via discurso pacífico e humanitarista.

Com a derrota sofrida na Segunda Guerra Mundial, o Japão passou por um período de ocupação que durou sete anos, de 1945-1952. Nesse período, o país esteve sob o controle da Força de Ocupação, o Comando Supremo das Forças Aliadas (CSFA), liderado pelos Estados Unidos. Mas sob a perspectiva japonesa, no entanto, o primeiro-ministro Yoshida Shiguero, responsável pela construção da primeira fase da ocupação, tentou aproveitar a preocupação estadunidense com a Guerra Fria para reestruturar o país. Assim, na medida do possível, os aspectos de soberania e de segurança japonesa, bem como algumas relações comerciais, foram assistidos. Não obstante, o Japão esteve nesses sete anos com sua soberania limitada quanto às relações externas, assim permanecendo até o Tratado de Paz de São Francisco, em 1951 (UEHARA, 2003, p. 80), quando houve o fim do período de ocupação americana e de supervisão do CSFA; embora as tropas estadunidenses ainda se fizessem presentes no Japão.

Mesmo após todo retrocesso nacional, decorrente da guerra, o Japão ainda era tratado no âmbito externo como um país inclinado ao conflito. Percebe-se isso quando, ainda em 1952, o nome das tropas japonesas fora mudado como uma medida de contenção do interesse militar no Japão. Os EUA haviam percebido a necessidade de fortalecer a segurança no Japão, para que suas tropas auxiliassem as tropas estadunidenses em razão da Guerra da Coreia, em 1950, (SAKURAI, 2011, p. 246) e do concomitante avanço do comunismo. Contudo, havia a preocupação de que se mudasse o nome inicial da milícia japonesa de “Reserva de Polícia Nacional” para “Forças de Segurança Nacional”, porque pairava sobre o Japão o estigma de país interessado em rearmar-se militarmente (HENSHALL, 2008, p. 215). O emblema de país refreado ao conflito não apenas furtava ao Japão a liberdade de garantir de modo autônomo a sua própria sobrevivência e segurança, como também o coloca em um lugar estratégico difícil. Era preciso desenvolver um caminho discursivo, pragmaticamente favorável, rumo a tornar-se um ator em igualdade de ação para o desenvolvimento de suas capacidades.

Foi em 1954 que as Forças de Segurança Nacional passaram a ser nomeadas “Forças de AutoDefesa do Japão” (FAD), cujos princípios se restringiam à defesa com proibição de poderio militar, não possuindo, desenvolvendo, nem ainda permitindo, a entrada de armas

nucleares no país. As FAD estariam submetidas ao controle civil (KURASHIMA, 2005, p. 115). Assim, o Japão iniciou um processo lento e paulatino de retomada à normalização, desde 1954, com a Doutrina Yoshida. Essa doutrina primava pela reconstrução econômica japonesa, ainda que sob a dependência do pressuposto de segurança estadunidense. A emergência japonesa precisou passar pela implantação de tecnologia científica e articulação negocial. Nesse processo, as estratégias discursivas, já perpassadas por ambiguidades, se utilizaram de termos tais quais “guerra moderna” para respaldar o estabelecimento das FAD. Esse propósito se realizaria sem promover a revisão da Constituição, medida que saltaria aos olhos do constrangimento externo. Somente em 1992, com a aprovação da Lei de Cooperação Internacional para Manutenção da Paz, as FAD receberam permissão para a articulação externa. Isso não ocorreu, porém, sem a revisão estadunidense das diretrizes de acordo com o Japão, em 1997; as quais submetiam o país a fornecer apoio logístico não-militar aos militares dos EUA na circunscrição do território japonês.²⁵

Em decorrência da Guerra Fria, o Japão passou a vivenciar um período mais intenso de transformações nacionais. Desse modo, o envio de tropas ao exterior sinalizou o seu avanço sobre as restrições impostas desde o final da Segunda Guerra. Os empenhos do Estado em fortalecer sua contribuição de caráter “humano” à comunidade internacional, caminha junto de seus esforços em “sair da sombra maior dos Estados Unidos” para uma parceria menos assimétrica no globo (COONEY, 2007, p. 3). Inoguche e Bacon (2006) afirmam que, desde 1945, o Japão vivenciou a evolução de sua política externa em cinco fases, que culminam no ressurgimento do país como uma potência ordinária global. De 1956 a 1960, observa-se o trabalho conjunto entre os EUA e o Japão, com margem de questionamento sobre até que ponto ambos os países trabalham juntos. Entre 1960 e 1975, mediante a doutrina Yoshida, o Japão se relaciona com os EUA com vistas em maximizar recursos econômicos, não obstante essa política impute reconhecida dependência estadunidense. Entre 1975 e 1990, o Japão se torna de tal modo aliado estadunidense que passa a auxiliar a consolidação de liderança estadunidense no meio internacional. De 1990 a 2005, o Japão enfoca no papel pacifista voltado à segurança humana. No último dos cinco períodos, entre 2005 e 2020, vê-se no Japão o processo paulatino de ascensão enquanto ator internacional normal.

A normalização do Japão, que consiste nas atribuições ordinárias a qualquer Estado, remete a um mais significativo rompimento com as restrições antimilitarista do final da Segunda Guerra Mundial. Na medida em que o Japão vai se tornando um ator mais influente

²⁵ *Revising Japan's Article 9: Yes, but not now.* (CHOONG, 2018) *The Straits Times*.

na política internacional, auxiliando o ideal cooperativo dos arranjos internacionais para a manutenção de um cenário externo pacífico, que preza, acima de tudo, pela extinção da violência sobre os indivíduos, o país vai se fortalecendo em termos militares. A externalização das Forças de Autodefesa Japonesas, conferem ensejo para o que o país aprimore o âmbito de ação de seu uso da força, para galgar níveis mais altos de desenvolvimento bélico, ainda que alegue uma identidade desinteressada na militarização e preocupada em manter a paz e a estabilidade.²⁶

A relação com os EUA propiciou ao Japão, apesar da dependência que isso veio a gerar, desenvolvimento econômico. Além de o enfoque no viés econômico ajudar a fortalecer a parceria com os Estados Unidos, reinserindo o Japão na economia mundial, também o estigma de ameaça em remilitarização japonesa seria afastado (FORSBERG, 2000, p. 51). Com o apoio dos Estados Unidos, o país não apenas se recuperou rapidamente do pós-Segunda Guerra Mundial, como também alcançou a posição de potência novamente no sistema. Mesmo não possuindo forças militares, já em 1950, com a Reserva de Polícia Nacional, o país foi suprido por um mecanismo de segurança, mas que pretendia a modéstia em termos militares. Desde a Guerra da Coreia, a indústria de defesa no Japão voltou a apresentar atividade, mas como um meio de atender às demandas estadunidenses, de modo a fornecer suporte às suas tropas (OLIVEIRA, 2017, p. 210).

A percepção externa quanto ao Japão se divide entre os países, sobretudo asiáticos, que temem o Japão militarmente, com base nas experiências históricas com o militarismo japonês, e as nações, especialmente as ocidentais, que não somente não temem a remilitarização japonesa, como também prefeririam que o Japão fosse um ator mais ativo no cenário internacional. Os países asiáticos em geral, assim como a população doméstica japonesa não consideram que o país esteja pronto para assumir esta postura (COONEY, 2007, p. 45). Apesar da variação de opiniões sobre o Japão, no século XXI, o militarismo volta a assumir um papel relevante, não apenas na política externa como também entre a população japonesa. Com a administração de Shinzo Abe, em 2012, o nacionalismo ganhou maior ênfase, especialmente no seu segundo mandato, com a retomada de propostas de revisão do artigo 9º da Constituição. Com o fortalecimento da ideia de “remilitarização” e uma população japonesa que ainda se divide entre o pensamento pacifista, engenhosamente construído, mesmo dentro do Japão, e entre a “remilitarização” decorrente da região asiática (BERGER, 2014, p. 10-11),

²⁶ Ver as mudanças das visões japonesas sobre a capacidade de defesa, no anexo A.

nada mais conveniente que a elaboração de uma política externa que se militariza em prol da paz e da cooperação internacional.

A proposta de revisão do artigo 9º vem sendo discutida há anos e o primeiro ministro, Shinzo Abe, deixa claro acreditar na necessidade de adequar as disposições constitucionais ao novo tempo que o Japão vivencia no cenário internacional. Não obstante, as tentativas anteriores de revisão foram encaradas com ceticismo no Japão e em países como a China e a Coreia do Sul, os quais convenientemente se opõem a quaisquer sinais de remilitarização japonesa. Abe, porém, buscou meios discursivos pelos quais fez surgir uma interpretação constitucional, a fim de garantir leis de segurança que permitiram missões de combate no exterior sob o nome de "autodefesa coletiva" e juntamente com as tropas aliadas. Com as mudanças em relação à segurança, o Japão promulgou em setembro de 2015 a Legislação de Paz e Segurança, acerca da qual Abe se pronunciou: “Prepare-se com firmeza para poder responder perfeitamente a qualquer situação e evitar a guerra para garantir a paz e a estabilidade regional: estas são as principais questões abordadas pela Legislação de Paz e Segurança”.²⁷ Haja vista a repercussão política que essa postura mais incisiva enseja, o primeiro ministro discursou em maio de 2017 sobre a necessidade de que o Japão “se apegue à ideia de pacifismo”. Considerando que em pesquisa, realizada em abril de 2017 por uma emissora pública NHK, 82% dos entrevistados estavam "orgulhosos da atual Constituição que defende o pacifismo", o discurso de militarização necessária não poderá se sustentar na opinião pública japonesa sem o ideal de pacifismo.²⁸ Sendo a região asiática uma área de contínua vigilância e concorrência pelo poder, os vizinhos do Japão certamente precisarão de bons motivos, como as operações humanitárias e a atuação conjunta a aliados para que a política externa de remilitarização se faça sem maiores empecilhos externos.

Uma outra questão que auxilia o Japão a desenvolver sua indústria militar sem chamar negativamente a atenção internacional é o fato de que as tensões regionais colocam o país em uma situação de ainda maior insegurança. Não apenas a ascensão chinesa, mas o empenho da Coreia do Norte em articular demonstração de força material, via lançamento de mísseis, pode conferir ao Japão uma oportuna justificativa de fortalecer a sua defesa.²⁹ A administração Abe estabeleceu a Estratégia Nacional de Segurança e as Diretrizes do Programa

²⁷ *Ministry of Foreign Affairs of Japan* (2016).

²⁸ *Shinzo Abe Announces Plan to Revise Japan's Pacifist Constitution. New York Times*, (RICHE, 2017).

²⁹ A ameaça representada pela Coreia do Norte já ensejou outros usos de mentira na política internacional. Em 2005, o governo Bush empregou a mentira “inter-Estados”, no sentido de avultar a percepção do comportamento agressivo da Coreia do Norte, por acreditar que a China, o Japão e a Coreia do Sul não estivessem avaliando nas devidas proporções o perigo que aquele país infundia (MEARSHEIMER, 2012, p. 61).

de Defesa Nacional, retomando a elevação nos orçamentos de defesa, que haviam sido cortados de 2007 a 2017, período em que o Ministério da Defesa (MD)/FAD revisou as Diretrizes para a Cooperação de Defesa Japão-EUA e buscou fortalecer a Aliança Japão-EUA (WHITE PAPER, 2017). O país tem visto na aproximação com os Estados Unidos uma maior oportunidade para o desenvolvimento militar nacional. Simbolicamente, Schaller (1985, p. 298) faz lembrar o que disse Yoshida Shigeru, quando, em 1950, acreditou que haveria uma modificação na balança de poder em favor do Japão, tal qual ocorrera entre as colônias americanas e o império britânico. Apoiar os EUA ainda parece ser parte da estratégia de tornar o Japão mais forte.

Apesar do discurso japonês de ser historicamente um país pacífico, cuja indústria bélica começou a mostrar algum avanço somente devido às mudanças conjunturais do ambiente externo, que chama os atores à atuação conjunta para a manutenção da paz, os saltos no orçamento de defesa japonês indicam outras conclusões. A questão militar se configura como elemento central para melhor posicionamento estratégico do Japão no cenário internacional e, embora o país oculte a ênfase militar nos discursos humanitários em função de sua constituição impeditiva, o país pode ser considerado militarizado e inserido entre os países com maiores gastos em defesa no globo (SIPRI, 2018; IISS, 2017). Quanto à evolução recente das despesas militares japonesas no período recente de 1998 a 2017, o quadro a seguir demonstra a manutenção da elevação de gastos que se iniciou com as modificações da política externa japonesa no entorno da Guerra Fria. Os anos de 2010 a 2017 ganham destaque em virtude do recorte temporal adotado nesta análise.

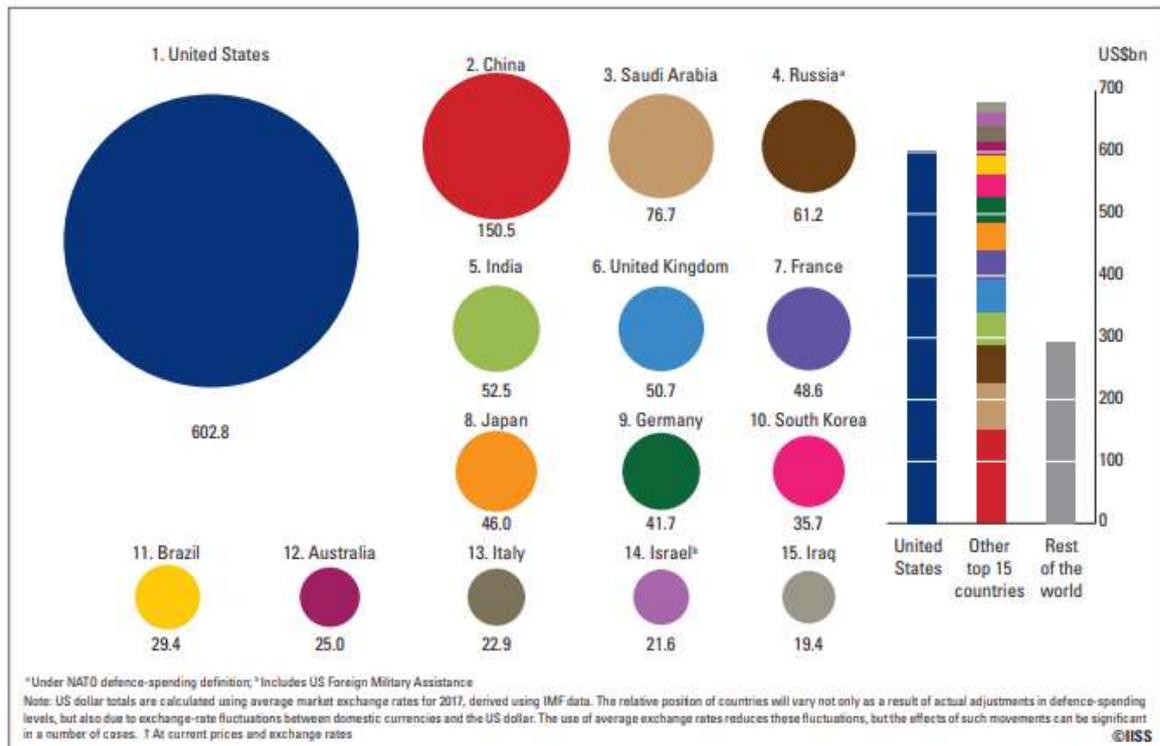
Quadro 5- Despesas Militares do Japão em Milhões de Dólares

1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
38334	39993	41951	43011	43657	43481	43466	44186	44992	45367
1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
45418	45176	45402	46197	46427	46486	46300	46216	45627	45034
2008	2009	2010*	2011*	2012*	2013*	2014*	2015*	2016*	2017*
44601	45436	45595	46209	45653	45459	45944	46754	46471	46556/ 45387

Fonte: SIPRI 2018. Elaboração própria.

* O destaque entre os anos de 2010 e 2017 corresponde ao recorte temporal com o qual esta análise se relaciona.

Figura 1- 15 Principais Orçamentos de Defesa em 2017
Top 15 defence budgets 2017† US\$bn



Fonte: IISS. The Military Balance (2017).

Como se pode observar nos quadros e imagens apresentados, o Japão, a despeito de sua constituição pacífica que impede a sua remilitarização, está entre os 15 maiores orçamentos em defesa do mundo; sendo o oitavo entre os maiores potenciais de fogo. De 2010 à 2014, reverbera a manutenção do crescimento contínuo em defesa, desde a Guerra Fria e alcançando números mais altos na virada do milênio. Não há como negar que o país tem crescido e que, aliado aos EUA, está a caminho de se tornar uma potência ainda mais forte na Àsia. Na Àsia, o Japão perde para a China que, por sua vez, só fica atrás dos Estados Unidos em gastos com defesa; não obstante, entre os anos de 2011 e 2016, os EUA tenha reduzido seus gastos com defesa, ao passo que a China se manteve ascendente.

Os motivos para pensar o fortalecimento da defesa japonesa não poderiam ser mais justificáveis ao realismo ofensivo, em vista de que existem reais ameaças à segurança do Japão no entorno regional, entre as quais a ascensão chinesa e o contínuo perigo advindo da capacidade aperfeiçoada de mísseis balísticos da Coreia do Norte. Não bastasse as ameaças reais, o Japão ainda precisa despender recursos para ocultar as suas próprias intenções de fazer crescer o seu próprio poderio bélico, enviando tropas em auxílio, não apenas de aliados, mas também nas operações de paz em outras regiões do mundo. Ademais, o país também justifica, em seus Livros de Defesa, a intensificação no desenvolvimento de suas capacidades em função

das vulnerabilidades de segurança, “como desastres naturais frequentes, concentração populacional e um grande número de desastres nucleares” (INDEX OF US MILITARY STRENGTH, 2017, p. 220; 222).

Ao longo da última década, o Ministério da Defesa (MD)/FAD precisou reagir com presteza às pressões frequentes, que vão desde desastres naturais, como o Grande Terremoto no Japão Oriental, até os lançamentos de mísseis balísticos pela Coreia do Norte e o seu contínuo desenvolvimento de armas nucleares; conferindo o caráter de maior gravidade e iminente ameaça na região e na comunidade internacional. Os discursos do primeiro ministro Shinzo Abe, têm sido concernentes a uma legislação que preze pela paz e pela segurança, a fim de colocar o Japão em um patamar ainda mais proativo e enfático na estabilidade da comunidade internacional (WHITE PAPER, 2017). Os discursos pacíficos japoneses passaram a apresentar, ao longo da última década, dois importantes elementos para a compreensão dos novos esforços empreendidos pelo Japão, quais sejam tais elementos: destaque em um ambiente internacional que se tornou mais grave à segurança nacional e a necessidade de revisão do artigo 9º com fins de "explicitar o status" das FAD do Japão com a emenda a constituição até 2020.³⁰

O realismo ofensivo confere suporte teórico para afirmar que o comportamento discreto do japão na captação de recursos militares não diz sobre a sua identidade nacional, mas sobre os ditames de uma balança de poder que limitou a sua esfera de ação por algum tempo, fazendo o país submeter-se a uma não normalização por não haver posição estratégica mais factível após a Segunda Guerra Mundial. Historicamente também é possível comprovar, para além do período de sanção antimilitar, um Japão interessado em desenvolver a sua indústria bélica, articulado entre os principais grupos de ataque das piores guerras de que se tem registro, sem esquecer do interesse na liderança regional, há muito tempo pareado às articulações da China.

Após esse breve histórico que toca o processo de instituição da Constituição impeditiva de militarização, assim como toca o comportamento japonês pró reestruturação econômica e militar, em parceria aos EUA e a despeito do artigo 9º, se faz necessário analisar como o discurso humanitário de segurança e pacifismo se relaciona à mentira estratégica aqui estudada. Se o Japão não tem como viabilizar o seu crescimento militar de modo livre e há um cenário circunvizinhopositor tanto da revisão do artigo 9º quanto de um Japão mais ativo na conjuntura regional, o governo japonês precisaria desempenhar uma estratégia capaz de apaziguar os ânimos internacionais, tirando o foco de si para o benefício da comunidade

³⁰ Heng on Revising Japan's Pacifist Constitution. *New Yor Times* (HENG, 2017).

internacional. Os Estados são tão interessados em levar vantagem nas relações internacionais que são capazes de deixarem-se convencer, se determinado ator ascendentemente habilidosamente usar de subterfúgios capazes de abrandar as hostilidades com o adicional de segurança externa. O salto estratégico, ao confundir os demais Estados quanto às reais intenções ofensivas do país que emprega o engano, é fazê-los errar no cálculo estratégico, de modo a fornecer espaço para o avanço do país que utilizou de mentira estratégica para a maximização de suas capacidades. É assim que o ideal de segurança humana ganha força interna e externamente ao Japão. Acerca dos interesses ofensivos japoneses, ocultados enganosamente sob o discurso humano e pacífico, mais será apresentado na próxima seção, através da aplicação da mentira do acobertamento estratégico, descrita como ferramenta de análise do comportamento estatal por Mearsheimer (2012).

3.2 CONSTRUÇÃO E DELIMITAÇÃO TEÓRICA II

O acobertamento estratégico é o tipo de mentira utilizada na política internacional quando um país deseja, entre outras possibilidades de atuação externa, proteger o desenvolvimento de vantagens estratégicas, ocultando-as, a fim de prevenir possíveis retaliações hostis dos demais países (MEARSHEIMER, 2012, p. 95). A política internacional instiga a competição e a hostilidade em função da limitação de recursos e da inexistência de poder central que faça cumprir, até as últimas instâncias, as normas com as quais os Estados se comprometem. O realismo ofensivo sugere que, em havendo suficiente força, os Estados, não serão detidos pelo direito ou liberalismo internacional para perseguirem maiores capacidades garantidoras da manutenção de sua força, que, por sua vez, asseguram a sua sobrevivência. Pelo contrário, os Estados utilizarão até o discurso liberal “sem ter que discutir as realidades de poder subjacentes”, tornando o caminho mais fácil. As Guerras Mundiais e a Guerra Fria, a exemplo disso, ocorreram por razões predominantemente realistas. “Mas ambas as lutas também eram consistentes com os princípios liberais e, assim, os formuladores de políticas tiveram pouca dificuldade em vendê-los ao público como conflitos ideológicos” (MEARSHEIMER, 2001, p. 44). Desde agora, tenha-se em vista, o recurso ideológico é um excelente elemento na instrumentalização da mentira estratégica, pois abre caminho para a legitimidade nas desvantagens impostas a outros atores e encobre realidades de poder adjacentes.

Quando um Estado em processo de recrudescimento militar, tal qual o Japão, se depara com a oposição, até mesmo, de sua própria lei constitucional, coercitivamente criada, sabe-se que desenvolver os seus recursos bélicos requererá significativa astúcia e convincente

discurso político. Por vezes, a paz que se prega para fins de guerra faz uso do engano que mitiga, distorce, oculta e afirma enganosamente os interesses relativos à razão de Estado. Mearsheimer (2012) fornece pelo menos três mentiras estratégicas passíveis de aplicação no caso japonês: as mentiras liberais, as mentiras inter-Estados e os acobertamentos estratégicos. Contudo, os acobertamentos estratégicos são a arma política escolhida pelo cerne da necessidade do engano no Japão, qual seja, esconder as intenções ofensivas e o crescimento industrial militar, mitigando a percepção de poderio no meio externo e ocultando a política estratégica controversa aos interesses de outros países. As mentiras liberais e inter-Estados, por sua vez, podem abarcar uma variedade de outras situações, como já fora descrito no primeiro capítulo e mais se discorrerá no quarto. Sob estes aspectos, essa seção discorrerá, sobre o esforço japonês em legitimar as suas ações, demonstrando-as ao mínimo possível, quanto à integridade dos fatos, e distraindo a atenção internacional por meios cooperativos e estratégicos; a fim de que, por muita diplomacia e participação em operações pacíficas, o crescimento industrial nacional seja ocultado pela aparência de insuficiência de recursos para ofensivas estatais.

Acerca do salto estratégico, que se iniciara à discussão na seção anterior, convém acrescentar que o realismo ofensivo faz menção a estratégia estatal do *balancing*, já mencionada. Por meio do *balancing*, o Estado chega a dispor de seus recursos, em determinada medida para fins de dissuasão (MEARSHEIMER, 2001, p. 29). Nisto está a estratégia japonesa ao utilizar-se da mentira do acobertamento estratégico para fazer crescer seu poderio bélico. O gasto econômico empreendido pelo Japão, aliado ao custo militar de cunho defensivo, auxilia a executabilidade da mentira no propósito de ocultar intenções e ações práticas, mediante a persuasão errônea. O Japão precisa proteger-se da ingerência externa iminente, tão logo se faça ainda mais evidente o seu processo de remilitarização e intensificação de concorrência regional. Assim, o país se envolve em ações externas, como o suporte de tropas a países aliados e operações das Nações Unidas, nas quais realiza determinados gastos capazes de gerar a percepção internacional de que os incrementos nos seus recursos bélicos estão sendo escoados na manutenção da estabilidade internacional.³¹

Sendo o Estado, sob o viés realista, um ator capaz de se articular ofensivamente, não apenas no ataque como também na cooperação que solapa o interesse alheio, não é difícil acreditar que não somente os dados externados, referentes às operações de paz, não correspondam a realidade, como também isso ocorra para que o Japão leve vantagem nos erros de cálculo internacional e na percepção da ameaça. Têm-se em vista aqui, aliar-se a um poder

³¹ Ver empenho das FAD em atividades internacionais de cooperação para a paz no anexo B.

mais forte, os EUA, para refrear os avanços de um concorrente regional mais forte, a China, e mediante um discurso brando, fazer-se convencer de interesse meramente centrados na segurança humana, no nível interno, conduzindo a população a apoiar a revisão do artigo 9º ou, pelo menos, apoiar a sua desobediência justificada, bem como no nível externo, turvando a percepção de ameaça que o crescimento japonês possa vir a significar aos interesses de seus vizinhos asiáticos.

O realismo ofensivo apresenta a ideia de segurança atrelada diretamente aos impactos do cenário externo. A sobrevivência e a integridade das capacidades relativas já adquiridas pelo Estado dependerão, em termos de segurança, do quão bem posicionado tal Estado esteja em relação aos demais atores. Por segurança, é possível compreender o que discorrem Rudzitz e Nogami (2010, p. 6): a mitigação de vulnerabilidades internas aliada a contenção de ameaças externas. Em linhas gerais, esse conceito poderia se comunicar ao realismo ofensivo, sendo atribuídas à mitigação de vulnerabilidades internas a maximização de capacidades relativas, e à contenção de ameaças externas as vantagens previstas no ataque (MEARSHEIMER, 2001, p. 50). O cuidado discursivo em separar as noções de segurança e defesa favorecem o diálogo japonês junto ao meio internacional, em razão de que o Japão reclama para si distinção de comportamento em relação aos demais Estados, quanto à busca por segurança internacional pelas vias ofensivas de maximização do poder. Isso ocorre em função das restrições militares impostas ao país, desde a Segunda Guerra Mundial, que, supostamente, modificaram não apenas a ênfase política de expansionismo e defesa para uma centralidade em questões econômicas e políticas, como também ajudaram a desenvolver certa “identidade nacional”³² voltada ao benefício do indivíduo antes do foco conflitivo.

O discurso pacífico japonês objetiva conectar o interesse nacional do Estado com a imagem pacífica demonstrada no ambiente externo. Nesse processo, o Japão busca fazer crescer o seu poderio militar, sem colocar a questão bélica como o ponto central a ser buscado. Para Dantas (2014), essa tática pode estar sendo desenvolvida mediante o discurso de segurança humana, abordagem filosófica sobre o Japão, quanto aos seus objetivos voltarem-se à proteção do indivíduo através da extinção da violência. O conceito de segurança humana, utilizado na formulação de política externa japonesa sugere a orientação de interesses nacionais voltados à proteção do indivíduo e à manutenção da paz. O ponto estratégico desse conceito é que indica

³² O realismo ofensivo não confere relevância a análise do comportamento estatal pelo viés da identidade, em vista de que as ameaças externas conferem aos atores internacionais lógica de ação similar. Ademais, a teoria realista prima pelos aspectos macros de um funcionamento internacional como de fato é, e não em noções mais próprias ao construtivismo.

a superação do modo tradicional de obtenção de segurança no âmbito externo, haja vista que o foco no conflito é transferido para a atenção ao indivíduo. Daí o conflito ser pensado pela causa da contenção e não do expansionismo militar. Atanassova-Corneles (2005, p. 58) afirma que o entendimento sobre segurança humana deve evitar delinear-la como um conceito coerente, pois, a segurança humana deve ser pensada dentro do contexto de sua abordagem “de natureza multifacetada e com foco nas perspectivas de diferentes atores, cujas abordagens são provavelmente uma expressão de suas origens e preferências políticas específicas”. Este pode ser o argumento brando propício aos interesses estratégicos de ascensão militar para dominância regional.

Acerca disso, o papel de militarismo global exercido pelo Japão é compreendido por Singh e Shetler-Jones (2011, p.1-2) como uma expansão do conceito de defesa territorial para o ambiente externo em função do cenário cada vez mais interdependente, ocasionando, pelo advento da globalização, o impacto mútuo, externo e interno. Ora, nada mais conveniente que pensar o expansionismo militar japonês sob a ótica da segurança do globo, sob o argumento de interesse em promover a paz e o equilíbrio externo. O Japão é assim concebido sob preferências não militares e centradas no indivíduo (ATANASSOVA-CORNELES, 2005, p. 58). “No entanto, a abordagem da segurança humana também enfatiza a necessidade de prevenir e resolver conflitos, e lidar com as suas consequências para os seres humanos em consonância com as normas internacionalmente incorporadas de paz e cooperação [...], portanto, reflete o histórico do Japão e das normas anti-militaristas, sua evolução de reativo a um Estado pró-ativo e sua preferência particular por uma política externa pacífica.” (ATANASSOVA-CORNELES, 2005, p. 70). A evolução das FAD se refletiu na adoção do internacionalismo pelo Japão, assim como no surgimento da identidade do Estado internacional na definição do comportamento de segurança japonesa (SINGH, 2013, p. 31). De atuação policial interna à segurança coletiva no meio externo, as Forças de Autodefesa, sob o emblema da estabilidade, desempenham um papel essencial para o processo de remilitarização japonesa.

De fato, o Japão precisou se articular de modo meticuloso e estratégico para fazer prevalecer os seus interesses militares, comuns a qualquer Estado, driblando grupos de pressão antimilitaristas, bem como ocultando os seus propósitos da China, Coreia do Norte e Coreia do Sul, países que estão continuamente atentos à balança de poder regional. A astúcia japonesa está em conseguir ocultar no discurso pacifista e de foco interno as questões de defesa que o nivelam aos interesses dos demais atores internacionais. Isso fortalece a ideia de que o Japão não alcançara o status de normalidade e, portanto, não é um Estado a se temer. No entanto, Krause (2007) vê na estratégia japonesa de articulação internacional sob a ênfase de atenção à

segurança humana, materializada em operações de paz, um caminho para desenvolver a segurança tradicional, que permite pensar, inclusive, ações ofensivas de conflitos regionais.

Assim se demonstra um mecanismo

...paradoxo nas políticas de segurança humana: apesar do desejo de “colocar pessoas primeiro” ou “adotar uma abordagem centrada nas pessoas” para a segurança, a maior parte medidas políticas na agenda da segurança humana envolvem, de fato, o fortalecimento do papel e dos recursos do estado. Programas para melhorar a governança do setor de segurança, ou para reduzir a violência armada através da proliferação e uso indevido de armas pequenas, ou para melhorar o sistema de justiça criminal, concentram-se no nível nacional e envolvem o fortalecimento das instituições do Estado e o trabalho com autoridades do Estado (KRAUSE, 2007, p. 13).

O caminho realista é traçado por conveniência e pragmatismo, considerando sob essa luz o comportamento estatal, mesmo quando este decide cooperar e submeter-se às instituições alheias, nas devidas proporções, percebe-se qual objetivo político prevalece sobre os discursos. Estratégia é palavra-chave para descrever o comportamento japonês desde a virada do século XXI, como afirma Pyle (2007, p. 16-17), o Japão tem se movido discretamente para a transformação de sua política interna de modo adotar-se à economia internacional. Entre as inovações, verificam-se novos rumos políticos e o abandono de restrições militares; as mudanças japonesas apontam para a inserção cada vez maior do país como um ator influente no sistema internacional.

Há que se ter em vista que a guinada militar do Japão, apesar dos recorrentes apelos populacionais à construção de uma tradição pacífica, não está sendo encoberta pelos tomadores de decisão em deliberado descaso para com a opinião pública japonesa quanto às ações externas do país. Os líderes japoneses enxergam “sólidas razões estratégicas para o acobertamento. Eles estão mentindo em nome do que julgam ser o bem do país” (MEARSHEIMER, 2012, p. 92). O desfecho da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, testemunha do que pode ser o bem do país, em termos militares e, especialmente em face do perigo nuclear. Uma nação que se reergueu das cinzas após experimentar as tragédias das bombas nucleares, não pode realisticamente se apoiar na segurança humana e coletiva para garantir a paz que seu povo busca.

Acerca da relevante temática nuclear, é possível datar a utilização do acobertamento estratégico, como mentira que lhe propicia maior aquisição de poder, a série de acordos secretos estabelecidos com os EUA durante a Guerra Fria. Em 1969, Mearsheimer (2012, p. 97-98) alega, o Japão permitiu que navios americanos com armas nucleares atracassem em portos japoneses, fato que sua legislação proíbe terminantemente. Segundo o texto constitucional,³³ é

³³ Constituição Japonesa. 1946. Disponível em: <<http://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/pdf/constituica>

vedado ao Japão possuir, desenvolver ou, sequer, manter armas nucleares em seu território. Não obstante, tanto agora como antes, os governantes japoneses, ainda que incluam atualmente e com maior recorrência as variáveis segurança e independência japonesas em seus discursos pacíficos, continuam mentindo sobre o interesse em remilitarização massiva para fins ofensivos. No período da Guerra Fria também, como já era de esperar, o Japão negou quando confrontados por especialistas sobre a existência daqueles acordos secretos; assim os líderes japoneses ocultaram estrategicamente, em nível doméstico e externo, aquilo que julgaram ser de interesse nacional.

Os interesses relativos à segurança do Japão encontram maior clareza à luz do posicionamento geográfico do país. Na geografia do poder e em termos militares, o nordeste da Ásia pode ser descrito como o lugar dos cinco países que mais gastam com capacidades militares no mundo. Nessa região estão inseridos, junto com o Japão, a China, Rússia, Coreia do Sul e Estados Unidos. É válido ressaltar que, na proximidade do Mar do Japão, há também a Coreia do Norte que avança com míssil balístico intercontinental e armamento nuclear, que ameaça os Estados Unidos continentais.³⁴ Pensar em aumentar os gastos militares, racionalmente, não se desvincula do aspecto de defesa, o qual, por sua vez pressupõem a agressividade, embora o discurso pacífico assegure que não seja necessariamente assim.³⁵ De acordo com o Military Balance (2018), a aceleração dos programas nortecoreanos de armas nucleares e de mísseis tem conduzido Washington, Seoul e Tóquio à cooperação, bem como impulsionado as mudanças estratégicas na Ásia.

Em 2017, a Coreia do Norte lançou repetidamente mísseis balísticos, incluindo os considerados de novo tipo, cuja capacidade operacional aprimorada tem elevado o nível da ameaça regional e internacional. Acerca disso, o Japão tem se posicionado no sentido de lidar adequadamente, desenvolvendo, por sua vez, o seu próprio sistema de defesa de mísseis balísticos e aperfeiçoando as capacidades de dissuasão e resposta da aliança Japão-EUA (DEFENSE OF JAPAN, 2017, p. 330). Desde 2010, a mudança no equilíbrio de poder global, que envolve a situação militar complexa em torno do Japão, tem intensificado a diversificação do papel militar japonês na esfera global. Em 2013, a situação de segurança na circunvizinhança do Japão tornou-se ainda mais grave com o reequilíbrio dos EUA na região da Ásia-Pacífico (DEFENSE OF JAPAN, 2017, p. 219). No que tange à geopolítica na qual o Japão se insere, o

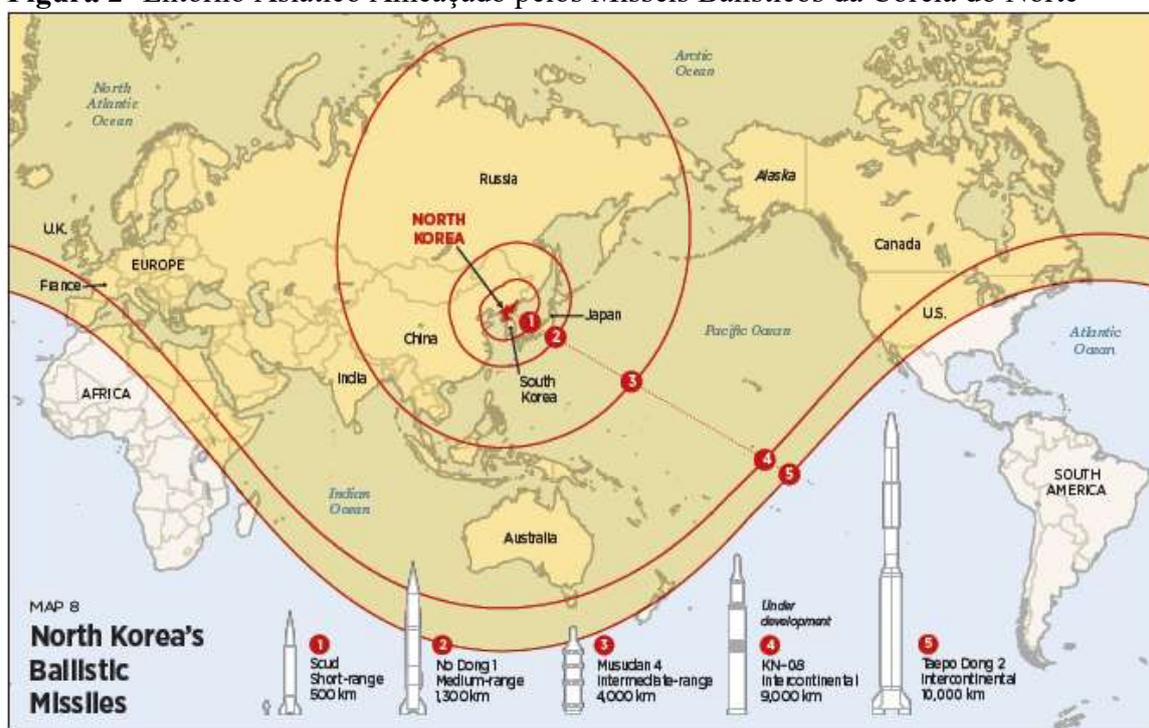
o.pdf>. Acesso em: 19 mai 2018.

³⁴ Ver no anexo C o nível de ameaça representada pela Coreia do Norte aos EUA e seus aliados, entre os quais, o Japão.

³⁵ *Revising Japan's Article 9: Yes, but not now. The Straits Times* (CHOONG, 2018).

país apresenta única saída sem empecilhos pelo Leste e é circundado por países com os quais, não obstante apresente relações econômicas, já travou dissuasões políticas históricas e ainda vivencia a concorrência por hegemonia regional. Entre os países próximos ao Japão, com os quais o país já se envolvera em algum conflito estão China, Coreia do Norte e a Rússia, conflitos tais quais: a Primeira Guerra Sino-Japonesa, entre 1894 e 1895; a Guerra Russo Japonesa, entre 1904 e 1905; a Ocupação Japonesa da Coreia, entre 1910 e 1945 e a Segunda Guerra Sino-Japonesa, entre 1937 e 1945. A recordação de tais conflitos auxilia as compreensões de equilíbrio de poder e de insegurança regional com as quais o Japão se relaciona (OLIVEIRA, 2017, p. 206). A figura abaixo aponta a posição japonesa em relação aos Estados supracitados como belicamente perigosos, sob a ênfase da ameaça norte-coreana.

Figura 2- Entorno Asiático Ameaçado pelos Mísseis Balísticos da Coreia do Norte



SOURCES: Missilethreat.com, "Ballistic Missiles;" Reuters, "North Korea Missiles Could Reach US, Says South," NBC News, December 23, 2012; and John Schilling, "Where's That North Korean ICBM Everyone Was Talking About?" 38 North, March 12, 2015, <http://38north.org/2015/03/jchilling031215/> (accessed August 24, 2015).
Fonte: Index of Us Military Strength (2017, p. 224).

Em White Paper (2017) publicado pelo *Defense of Japan*, o ministro da defesa, Itsunori Onodera, fez menção a elevação da ameaça, em especial no ano passado, em virtude dois testes nucleares e o lançamento de mais de 20 mísseis balísticos pela a Coreia do Norte. A despeito das relações cooperativas que se possam arguir entre China e Japão, o ministro da defesa ressaltou a China como disposta atender as suas demandas unilaterais, que não estabilizam a região, mas ainda assim tomam por base suas próprias afirmações que não se adequam à realidade da ordem internacional estabelecida. Sob esses argumentos, Onodera

justifica as crescentes preocupações sobre a segurança do Japão e do ambiente internacional, bem como as seguintes medidas para a manutenção da soberania e da paz no Japão: 1- os próprios esforços desenvolvidos pelo Japão; 2- fortalecimento da Aliança Japão-EUA; e 3- promoção ativa de cooperação em segurança. O MD/FAD fixou o fortalecimento da segurança na região sudoeste, mediante o desenvolvimento da defesa de mísseis balísticos, assim como alçou iniciativas como espaço e ciberespaço.

A região em que o país se localiza é alvo de contínua atenção de potências internacionais, como EUA e China; não é sem razão que o redirecionamento da política externa japonesa instiga os cuidados de outros atores que alegam similar pacifividade na ascensão internacional. Para além da atenção externa, em agosto de 2014, a China se posicionou com dura crítica ao livro branco de defesa do Japão por haver apoiado sua necessidade de fortalecimento militar na insegurança causada pela ideia de “China-ameaça”.³⁶ Não somente o país se opõe a remilitarização japonesa, como também busca, a seu turno, sustentar sua ascensão desvinculada de ameaças militares, o que vai de encontro ao argumento japonês de ameaça militar chinesa. Não obstante a crítica às declarações que lhe são concernentes no livro branco do Japão, a China tem expandido seus gastos militares, tema que será melhor explanado no quarto capítulo e que pode ser analisado no anexo D, o qual aborda o nível de alcance dos mísseis envelope chineses, tocando imediatamente as dimensões territoriais do Japão. Além disso, no Mar da China Meridional, a China tem lançado iniciativas para expandir seu espaço ao mar em grande escala, através da construção de ilhas artificiais.³⁷

Com os rumos de ameaça que a região asiática vem assumindo nos últimos anos, a aliança Japão-EUA tende ao estreitamento, assim como é posta enquanto aproximação benéfica para além dos dois Estados envolvidos “também funciona como ‘bens públicos’ que contribuem para a estabilidade e prosperidade da região Ásia-Pacífico e do mundo como um todo” (DEFENSE OF JAPAN, 2017, p. 261). Com o agravamento da questão de segurança, a Aliança Japão-EUA se tornou peça central para o desenvolvimento bélico-industrial no Japão. Contudo, o apoio estadunidense não se dá em qualquer medida; nos cálculos realísticos de poder, os EUA precisariam estabilizar a Ásia para mitigar riscos de inserções de atores que ameacem seu ideal de supremacia. O Japão é um importante aliado enquanto convém; a força japonesa impulsionada pelo apoio estadunidense faz estabilizar a balança de poder sob os aspectos ocidentais, ajuda a mitigar o distanciamento da ascensão chinesa, impedindo que um único ator asiático exerça preponderância na região. A estratégia dos Estados Unidos passa por ingerir na

³⁶ Embaixada da República Popular da China no Brasil.

³⁷ *Ministry of Foreign Affairs of Japan* (2016).

Ásia através do Japão, já a astúcia do Japão precisa saber tirar vantagem do interesse estadunidense, e isso requer um salto estratégico.

A mentira do acobertamento estratégico se relaciona a isso, envolve a ocultação de recursos bélicos e de interesses ofensivos japoneses, ação que turva a análise estudinense sobre o seu real nível de influência sobre o Japão. Os acobertamentos estratégicos japoneses passam pelo transpor da pressão estadunidense que acompanha as vantagens materiais de ser seu aliado. Para as vantagens estratégicas relativas ao Japão, por si só, mais se requererá da aliança com os EUA. Será preciso crescer para acumular os recursos necessários a uma postura mais independente no cenário internacional. Assim, o Japão busca sair da sombra dos EUA, mas esse processo requer ações estratégicas sutis e paulatinas. Ainda que lhe seja favorável permanecer aliado estadunidense, para o respaldo sobre a política de segurança coletiva, que ocasiona seu rearmamento militar, cabe ao Japão o discernimento estratégico proativo para se fazer independente sem despertar animosidades até mesmo de aliados atuais.

Ocorre que a questão de maior poder regional é explanada no realismo ofensivo como sendo de crucial importância. Mearsheimer (2001, p. 61-62) considera que o melhor resultado esperado por uma grande potência é “ser uma hegemonia regional e possivelmente controlar outra região próxima e acessível por terra”. Desse modo, ao atingir o status de hegemonia regional, o Estado buscará impedir que outros atores alcancem patamar similar e lhe faça oposição nas vantagens adquiridas para a maximização de maiores recursos ainda.³⁸ Assim, tendo em vista a relação próxima que se estabelece entre Estados Unidos e Japão com o pós-Segunda Guerra Mundial, é válido acrescentar que os EUA tem feito o que podem para levar vantagem sobre o Japão, mesmo quando consente, sob as devidas medidas, com o crescimento da indústria bélica japonesa. Isso ocorre em função de que o Japão é utilizado pela estratégia estadunidense para fortalecer a permanência de seu domínio na região. Apesar disso, não há por parte dos Estados Unidos, com base no que postula o realismo ofensivo, a intenção de que o Japão se remilitarize em grande medida e é aí que se insere a utilização do discurso enganoso japonês, para ocultar os seus interesses realistas de gerar uma reviravolta na balança de poder regional.

³⁸ Pelo viés econômico, Chang (2004, p. 14) afirma que os países desenvolvidos tentam impedir que os países em desenvolvimento alcancem similar patamar, mediante a construção de instituições que embargam sua ascensão. Em “Chutando a escada”, países também solapam o desenvolvimento alheio para o próprio benefício, mas no realismo ofensivo são apresentadas as pressões estruturais como fonte da insegurança que motiva a aquisição de poder, assim atribui aos cálculos de poder a função de orientar a política estratégica a ser aplicada para a vantagem do Estado.

A história testemunha do esforço estadunidense, uma vez que considerado o único Estado que alcançou o nível de *hegemon* regional, em desempenhar “um papel fundamental na prevenção do Japão imperial, da Alemanha guilhermina, da Alemanha nazista e da União Soviética de ganhar supremacia regional”. Não é da segurança coletiva que se fala aqui sob o viés ideológico, é de poder. As ações da estabilização falam de controle de ascensão e de supervisão no crescimento bélico. Quando as tropas japonesas deixarem de servir aos interesses dos Estados Unidos o Japão precisa de mais que bons argumentos pacíficos, daí a sua necessidade de tirar o melhor proveito dessa aliança, rumando à normalização através de um crescimento involucrado na mentira estratégica.

A configuração de poder do entorno regional conflituoso deve ser considerada como maior ênfase para o uso da mentira estratégica, não é o discurso humanitarizado a justificativa real para o recrudescimento da indústria bélica japonesa, atuante a nível interno e externo. Ainda que seja uma realidade a percepção de que região asiática é propícia à corrida armamentista, que, por sua vez, desenvolve o risco de deflagração de conflitos preventivos com base na ameaça, a razão de Estado confirma que a militarização ultrapassa o argumento de defesa “humana”. Como afirma Oliveira (2017, p. 204), “a despeito da existência de Forças de Autodefesa, não se pode considerar que o Japão é desmilitarizado ou inofensivo no cenário asiático”. O objetivo do Japão, assim como o de qualquer Estado que busca ocultar o seu real poderio e as suas intenções realistas contidas nas novas políticas de incremento de poder, é o de viabilizar a ação ofensiva sem abrir espaço para a retaliação, ou contra-ataque externo, que seria adjacente a um aumento significativo da cota de poder sem o uso de engano.

Os acobertamentos estratégicos, já descritos no primeiro capítulo, compreendidos como uma política estratégica que precisa ocultar uma ação estatal complexa, em geral, podem ocorrer com democracias, cujo respaldo popular se faz necessário ao governo e nas quais a *accountability* é indispensável. Autocracias, em geral, ainda que evitem indisposição popular não se preocupam tanto com prestar contas, e possivelmente expõe mais a sua agressividade, a exemplo disso, a Coreia do Norte faz da explicitação do uso da força um escudo de política externa e não se constrange em não disponibilizar dados sobre gastos com defesa, como são instados a fazer as democracias, como o Japão.

Quadro 6- Despesas Militares por País em Milhões de Dólares

Country	Notes	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2017 Current
Asia & Oceania											
<i>Central Asia</i>											
Kazakhstan	† 44	922	1016	1120	1308	1478	1475	1518	1281	1184	1337
Kyrgyzstan	45	145	178	175	175	187	207	213	228	211	223
Tajikistan		39.8	44.7	55.5	57.6	...	74	79.9
Turkmenistan	46
Uzbekistan	47
<i>East Asia</i>											
China, P.R.	48	131353	138028	149022	161797	176860	191917	204505	216031	228173	228231
Japan	† 49	45436	45595	46209	45653	45459	45944	46754	46471	46556	45387
Korea, North	50
Korea, South	51	30861	31117	31544	32347	33157	34638	35983	36934	37560	39153
Mongolia		45.7	57.0	77.2	94	88	95	94	96	90	83
Taiwan		10060	9508	9598	9936	9384	9329	9833	9924	9875	10569
<i>South Asia</i>											
Afghanistan	52	252	273	272	203	186	227	183	186	181	191
Bangladesh	53	1813	2184	2329	2450	2441	2609	2948	3240	3473	3594
India	54	48407	48600	49071	48896	48536	50909	51393	56638	59757	63924
Nepal	¶	274	288	297	282	309	349	336	322	360	386
Pakistan	‡ 55	7061	7322	7719	8186	8455	8883	9649	9974	10378	10774
Sri Lanka	56	1711	1594	1671	1509	1550	1825	1996	1741	1843	1867
<i>South-East Asia</i>											
Brunei	57	375	391	376	368	368	478	419	403	348	347
Cambodia		175	209	220	241	262	288	394	370	446	463
Indonesia	58	3722	4371	5011	5754	7736	6816	7972	7385	7911	8178
Laos		19.8	19.9	22.3	22.8	23.5
Malaysia	59	3946	3447	3863	3685	4015	4045	4357	4169	3505	3495
Myanmar	60	2969	3269	3276	3801	3634	2604	1709
Philippines	61	2635	2767	2813	2853	3243	2994	3252	3722	4508	4378
Singapore		9187	9012	8691	8492	8463	8711	9289	9881	10122	10198
Thailand		5322	4925	5072	4999	5197	5235	5565	5876	6076	6334

† Os números para esses países não incluem pensões militares.

‡ Os números para esses países são apenas para gastos correntes (ou seja, excluem gastos de capital).

¶ Os números para esses países não incluem gastos com forças paramilitares.

Fonte: SIPRI 2018. Adaptado e tradução livre.

O quadro acima, sobre a não explicitação de gastos militares por parte da Coreia do Norte, entre os anos de 2010 e 2017, em face aos demais países da Ásia, revela ao menos três fenômenos incidentes na região asiática: 1- o tipo de comportamento intransigente estatal autocrático; 2- a geração de instabilidade na percepção da segurança internacional; 3- o contraste com as articulações de países mais carentes de legitimação frente a comunidade internacional, como o Japão, que deseja maior autonomia estratégica sem insuflar a hostilidade externa regional e internacional.

O tipo de mentira estratégica, ora discutida, se constrói para que uma ação estratégica controversa seja viabilizada sem danificar as relações externas ou minar a unidade nacional (MEARSHEIMER, 2012, p. 92-93). Aos EUA pode-se atribuir um dos maiores interesses do Japão em mentir para não danificar relações. O apoio estadunidense, como já fora exposto verifica-se como de suma importância para o crescimento da indústria militar japonesa. É útil, também, ao Japão proteger as suas relações com os países da região, a fim de mitigar a ameaça de ataques capazes de obstruir seu processo de remilitarização incutida no discurso pacífico. No que tange à região, é relevante acrescer que os acobertamentos estratégicos são o tipo de mentira empregada por países situados em locais de risco, que vivenciam períodos de

crise ou são ameaçados por rivais. O Japão, pode-se considerar, toca todos esses itens. Não bastassem os recorrentes desastres naturais, incidentes no país estabelecido sobre três placas tectônicas e com uma geografia pouco favorável à manutenção do desenvolvimento, o Japão ainda lida com ameaças nucleares, de armamento pesado, terrestre, aéreo e marítimo, de seus vizinhos não favoráveis à sua remilitarização.

3.3 AS CONSEQUÊNCIAS DOS ACOBERTAMENTOS ESTRATÉGICOS

Os acobertamentos estratégicos são mentiras tão perigosas quanto é a difusão do medo, em vista de que podem causar problemas para as políticas doméstica e externa de um Estado. A aplicação desse tipo de mentira traz consigo relevante potencial de ricochete, o que faz dos acobertamentos estratégicos o tipo de engano que requer os cálculos estratégicos apropriados e contínuo reparo de seus artificios, de modo a torná-la uma estratégia política funcional. A consequência do ricochete é ainda mais peculiar porque quando políticos assumem que a população precisa ser enganada, juntamente com o ambiente internacional, é possível que eles pressuponham similar incapacidade populacional para discernir os problemas de sua própria política nacional (MEARSHEIMER, 2012, p. 128). Esse pensamento, se não refreado, para que tal engano seja utilizado tão somente em condições específicas e imprescindíveis, é capaz de gerar significativos problemas de coesão interna.

Os problemas na esfera da política, decorrentes do funcionamento inadequado dos acobertamentos estratégicos, são acrescidos a depender de como essa mentira repercute na esfera interna ao Estado. Acerca disso, insta considerar a relevância da aceitabilidade da população japonesa em relação a remilitarização enquanto diretriz nacional, haja vista que se nem mesmo o próprio povo abraça a ideia de que o militarismo pode ser fomentado para o benefício de reforçar a suposta identidade pacífica que o país adquiriu, quando forçado no pós-Segunda Guerra Mundial a se desmilitarizar, tão menos os vizinhos asiáticos e a comunidade internacional comprarão esse discusso. Considerando que o povo japonês se divide entre o pensamento pacifista antimilitar e o pensamento de militarização para fins de segurança e estabilidade externa, a utilização dos acobertamentos estratégicos para o caso do crescimento da indústria bélica japonesa pode ser considerada de grande risco. Não obstante, o processo paulatino que vem sendo induzido por Shinzo Abe, de incutir a política pacifista sob o pressuposto humanitário de contenção da ameaça externa, tem conduzido a opinião pública a um processo de maior aceitabilidade. Se outrora, conforme a pesquisa supracitada, 82% dos entrevistados no Japão se orgulhavam do artigo 9º em sua Constituição e não simpatizavam à

remilitarização, hoje, no entanto, a opinião pública já se divide,³⁹ quando pensadas as ameaças nucleares da Coreia do Norte e as ingerências chinesas sobre ilhas que o Japão reclama para si.

Mearsheimer (2012, p. 128-129) também nomeia outro tipo de consequência negativa possível à utilização dos acobertamentos estratégicos, a saber, “o tiro sair pela culatra”. Isso ocorre quando a dificuldade de convencer a população sobre a necessidade de determinada política está relacionada ao fato de que essa política seja problemática e não o discernimento público incapaz de perceber a sua eficácia estratégica.⁴⁰ No caso do Japão, tem-se o acobertamento estratégico referente ao discurso de segurança humana para ocultar o interesse de se tornar um país mais forte e relevante no equilíbrio regional em função do significativo incremento militar. Considerar inadequado o uso do discurso brando como solução estratégica para a situação política na qual o Japão se insere no sistema internacional, provavelmente, não será a posição mais acertada, haja vista que o país se encontra encerrado em difíceis condições de crescimento livre de represálias. Apesar de seu poderoso aliado ocidental fornecer moderados incentivos para o desenvolvimento militar atualmente, o Japão é por vezes conduzido pelos EUA à uma condição de subserviência, de modo que seus recursos adicionais são pesados e considerados até mesmo por aliados. Além disso, o Japão é cercado por nações com relevante interesse em crescimento bélico próprio. Pode-se destacar, sobretudo, a China, mas também países como Coreias do Norte e Sul, Índia e outros que veriam na expansão bélica japonesa ocasião para deflagração de uma corrida armamentista que propicia em muitos conflitos menores regionais, desnecessários para um país que deseja acumular a sua força para uma maior inserção posterior. Nesse sentido, provavelmente a escolha desse tipo de engano está entre uma das melhores opções dentre as mentiras estratégicas para abrir caminho à política controversa japonesa.

Ainda assim, quando a política estatégica que o governo pretende implementar, por meios enganosos que pareçam mais exequíveis, passa por debate público, Mearsheimer (2012, p. 129) afirma, os riscos de essa política ser equivocada são reduzidos pelo “vaivém” nacional. O que parece, portanto, difícil de se incutir a nível interno e externo, em virtude da aceitação gradativa, ao longo dos anos, na população japonesa, pode vir a ser elemento garantidor de sua

³⁹ De acordo com um *survey*, realizado em janeiro de 2015, a população apoia as operações das FAD em 56,0%. Reference (2017, p. 518).

⁴⁰ É de suma importância acrescentar que quando os acobertamentos estratégicos são utilizados para ocultar uma política falha, além das consequências de ricochete e de o tiro sair pela culatra, aquela política falha permanecerá no seio social por mais tempo, trazendo prejuízos internos. Ademais, encobrir uma política falha, furta ao povo e ao governo a oportunidade de avaliar os erros e prevenir futuras falhas. “Nenhuma organização pode funcionar de maneira eficaz sem *accountability* em todos os níveis de operação (MEARSHEIMER, 2012, p. 130).

funcionalidade. As dificuldades que o primeiro ministro vem encontrando sobre as propostas de revisão do artigo 9º, aliadas às pressões decorrentes da ameaça externa e da intensificação do nacionalismo japonês, podem vir a contribuir para a breve aceitação majoritária populacional de que a remilitarização sob o lema da estabilidade e da segurança humanitária será o melhor caminho. Ademais, o vaivém da reconfiguração da opinião pública auxilia o governo a aparar as arestas de sua política estratégica, tornando-a ainda mais eficaz. Há que se ter em conta que ainda que o artigo 9º não seja modificado nos próximos anos, a permissividade constitucional japonesa quanto ao direito de defender-se é, por vezes, lembrada como breve para ações mais ofensivas. Faz-se necessário ressaltar também, a depender das capacidades e das alianças políticas, que as leis não costumam ser empecilhos para ofensivas estatais, sobretudo, no caso de um Estado aliado dos Estados Unidos.

Assim, se verifica a funcionalidade dos acobertamentos estratégicos no caso japonês, em vista de que o discurso mentiroso instrumentalizado para favorecer a sua maior inserção internacional pelas vias militares estabiliza os ânimos circunvizinhos, se adequa aos interesses de seu aliado mais forte, à medida que o recrudescimento militar japonês auxilia as bases militares estadunidenses na região, bem como, e acima de tudo, coloca o Japão em um patamar mais elevado de poder dissuasivo em face a um entorno asiático propício à hostilidade iminente. A estratégia discursiva de “fazer o Japão mais pacífico recriando as forças armadas de luta”, por mais absurda que possa soar aos ouvidos de qualquer realista, se apresenta à análise de sua instrumentalização como um caminho difícil, mas com potencial de viabilidade. Provavelmente essa ação está entre as mais exequíveis em um sistema internacional que funciona realisticamente sob o discurso mentiroso e estratégico liberal.

4 O DESENVOLVIMENTO HARMONIOSO DAS MENTIRAS INTER-ESTATAIS: A ESTRATÉGIA CHINESA DAS “MEIAS VERDADES PARA AS MENTIRAS INTEIRAS” ENTRE 2010 E 2018

A China, em seu desenvolvimento acelerado dos últimos anos, vem sendo considerada como uma possível e futura alternativa à hegemonia dos Estados Unidos. Muito se tem produzido acerca do rápido crescimento e desenvolvimento nacional chinês, desde a década de 1970, quando o Estado alavancou um processo de rápidas melhorias nacionais. Além disso, as articulações chinesas em torno da região asiática, em prol de uma integração com os países vizinhos que lhe propicie maiores vantagens enquanto um equilibrador externo, constituem-se como outro relevante fator de evidência da ascensão chinesa. A China, historicamente conhecida como império milenar, tem se mostrado hesitante às projeções que lhe são imputadas como um futuro concorrente à virada na balança de poder global.

A abertura chinesa à economia de mercado tem propiciado inúmeras vantagens ao comércio chinês, elevando o Estado ao status atual de primeira economia do mundo. Sendo ela *global player*⁴¹ e *global trader*⁴², suas possibilidades enquanto potência tendem a maximização. Diante desse cenário de boas venturas, o governo chinês decidiu resguardar-se do que postula o realismo ofensivo sobre o fortalecimento de um Estado sobre outros: o conflito de interesses e o embargo externo como uma forma de boicote à sua inserção. É assim que surge o ideal de “ascensão pacífica”, logo mais sucedido pelo ideal de “desenvolvimento harmonioso”. Nada mais oportuno do que a aquisição de amistividade entre os seus vizinhos, o único problema dessa concepção é quando os vizinhos não compram, de todo, o discurso, não havendo consenso sobre as intenções do *rising power*, tampouco a aceitação de seu batalhado *status* de liderança regional asiática. Ainda assim, o subterfúgio discursivo tem sido continuamente construído pelo governo chinês e seus construtos, bem como seus efeitos em driblar a oposição ao crescimento internacional, são dignos de análise.

No caso chinês, verifica-se o tipo de mentira inter-Estados, no qual se intenta, entre outras possibilidades, a diminuição da aparência da ameaça que o país pode oferecer aos demais, assim como suas possíveis intenções hostis de reversão da balança de poder. Sob a lógica neorrealista, os Estados só cooperam caso obtenham maior vantagem, como “se preocupam profundamente com o equilíbrio de poder, seu pensamento se concentra em ganhos relativos quando consideram cooperar com outros Estados” (MEARSHEIMER, 2001, p. 73-

⁴¹ Apresenta poder capaz de influenciar o cenário político mundial.

⁴² Consiste em uma das economias mais importantes do cenário internacional, a partir da qual se estabelecem numerosas relações de interdependência entre os atores políticos.

74). A China, inserida no mesmo ambiente anárquico internacional, e ciente dos cálculos de poder, como qualquer outro Estado, não está desavisada das vantagens estratégicas que a cooperação possa lhe fornecer a nível regional e internacional. O pressuposto chinês de cooperação ainda não tem conferido à China a aceitação regional de sua liderança, nem desviado a atenção de Estados mais fortes sobre o seu desenvolvimento político e econômico. Contudo, mediante o discurso pacífico chinês, materializado nos acordos estabelecidos a nível internacional, em seus discursos preferidos em fóruns internacionais e nas vantagens que a economia chinesa é capaz de proporcionar, tanto para grandes potências quanto para Estados em desenvolvimento, a China tem efetivado a instrumentalização da mentira de mitigação de poderio e ocultação de intenções.

Convém à China ganhar mais tempo em um ambiente internacional receptivo para a continuidade de seu processo de desenvolvimento, e é nesse sentido que fazer uso da mentira como instrumento político lhe tem favorecido. Além disso, a análise das medidas políticas aplicadas na esfera doméstica chinesa em paralelo às mentiras ditas no meio internacional apresentam uma oportunidade de análise do tema em um país concomitantemente democrático, no plano externo, e autocrático, no plano interno. Mas as estratégias de *soft power* chinês, com vistas a diminuir as possibilidades de oposição internacional ao seu crescimento acelerado, serão discorridas e examinadas quanto à eficácia da instrumentalização da mentira na política internacional.

4.1 O PROCESSO DA ASCENSÃO

A ascensão da China é um fenômeno reconhecido a nível internacional. Contudo é um processo que ainda está em andamento e que apresenta características que distinguem as ações estratégicas chinesas das ações estratégicas ocidentais, em tempo e modo. “Esse ascenso é lento e faz-se à chinesa e não à ocidental [...] e não salta etapas, não ignora fatores internos e está atento aos desafios dos anos imediatos” (SOUSA, 2014, p. 13). A China distingue-se por apresentar visão própria, cujas origens são milenares, haja vista os cerca de 5000 anos de existência. O imediatismo e a conformidade ao padrão ocidental, que remonta à articulação conjunta de grandes potências desde o Concerto Europeu, não condiz com as diretrizes traçadas por esse país. Talvez a sua estratégia de maximização de recursos pelas vias da mentira estratégica, que toca o discurso harmonioso, encontre funcionalidade justamente no aspecto lento e gradual que se difere da forma pela qual o Ocidente se articula. O ataque tardio confere aos demais Estados a ilusão de ausência da ofensividade. Desse modo, a questão central que,

oportunamente, a China busca negar é que: embora o dragão não esteja visível, não significa dizer que ele não esteja ali (SOUSA, 2014, p. 13).

Na década de 1970, quando o mundo vivenciava os rearranjos políticos decorrentes da Guerra Fria, as relações internacionais seguiram um tempo de transformação. Nesse período, havendo os Estados Unidos percebido os riscos relativos a uma possível invasão soviética na China, que, por sua vez, percebia a necessidade de precaver-se desse confronto, ocorreu uma reaproximação sino-americana. Esse processo de reconciliação sino-americana, após 20 anos considerados os países como inimigos implacáveis, demandou muito esforço por parte de Nixon e Mao Zedong, em função da efervescência em que se encontravam ambos os atores. Haja vista a posição que a China já ocupava no tabuleiro do poder internacional, “excluir das opções diplomáticas da América um país com a dimensão da China significava que a América estava a agir internacionalmente com uma mão presa atrás das costas.”(KISSINGER, 2011, p. 286; 2007, p. 629). Antes do restabelecimento das relações diplomáticas com os EUA, em 1971, a China vinha desenvolvendo uma política externa de isolacionismo, com articulações sutis e indiretas (KISSINGER, 2007, p. 633). Essa postura chinesa, entre os anos de 1949-1973 inseriu o país na grande diplomacia internacional, passo importante para o início da diplomacia moderna chinesa, que tem fundamento no ideal de desenvolvimento pacífico para a ascensão.

A reafirmação chinesa da coexistência pacífica, anunciada primeiramente na Conferência de Genebra, em 1954, trazia à China da década de 1970 a abertura necessária para a aproximação com o Ocidente (ANDRADE, 2014, p. 102-103). O reatamento das relações sino-americanas proporcionava à China mais que vantagens estratégico-militares em relação ao risco de conflito com a URSS, o espaço para uma multilateralização das suas relações (ANDRADE, 2014, p. 139). Esse processo de abertura foi indispensável para o desenvolvimento do setor industrial e tecnológico nacional, consistia em uma estratégia para a sua ascensão internacional. Para Andrade (2014), a estratégia de ascensão chinesa na multilateralização das relações era percebida pelos EUA, que negociaram a sua reentrada na ONU em 1971. Contudo, o plano estadunidense envolvia utilizar a China como mais uma grande força à frente da URSS no plano político internacional, além de monitorar com maior liberdade o expansionismo chinês na Ásia.

Desse modo, a década de 1970 também foi um período de grandes melhorias nacionais, entre as quais: a abertura econômica, em 1978, gerando desenvolvimento para os principais setores da economia chinesa, como agricultura, defesa, indústria e tecnologia. A ascensão da China como potência envolveu mais de trinta anos de contínuo e elevado crescimento econômico, que fez o país emergir como “um ator internacional cada vez mais

central e ativo, a ponto de suscitar dúvidas e debates internos e externos sobre a própria natureza desta ascensão, se pacífica ou ameaçadora da ordem regional e mundial” (LYRIO, 2010, p. 11). Segundo Duarte (2014, p. 17) as percepções sobre a ascensão chinesa variam entre “modelo a se seguir e ameaça a se combater”. Isso se torna mais enfático sob o caráter das relações estabelecidas com outras potências do cenário internacional, que são, ao mesmo tempo, relações de parceria e de rivalidade, entre as quais estão: Índia, Rússia, Estados Unidos e Japão. Segundo o Military Balance (2018), a despeito da relativa deferência que alguns Estados do Sudeste Asiático parecem demonstrar em relação à China, a região continua sendo alvo de crescente nacionalismo, competição por recursos e rivalidade geopolítica, através das disputas territoriais no Mar da China Meridional, assim como ocorre no Mar da China oriental⁴³.

Há atores internacionais, por outro lado, que encontram na China um aliado ideal, em virtude da característica de flexibilidade chinesa nos acordos, que difere das normas de “boa governança” e dos “direitos homem” ocidentais. Esses atores, visivelmente menos contrariados com o avanço chinês, são em geral países do “mundo não desenvolvido”, os quais buscam a parceria chinesa com o propósito de impulsionar seu próprio desenvolvimento (DUARTE, 2014, p. 15). O fato de a China se enquadrar na situação de potência emergente favorece o estabelecimento de relações com países em desenvolvimento, uma vez que a China busca terreno para a expansão de seus mercados e, injetando capital em países menos desenvolvidos, encontra ela mesma vantagens para a maior projeção de seu poder no cenário externo. A América Latina e a África expressam bem essa ideia de expansionismo chinês, via troca de terreno para mercado pela injeção de capital. A China move-se estrategicamente nesses terrenos, aliando os seus interesses de modo complementar aos de outros atores em emergência; o propósito é claro: preencher as suas lacunas de desenvolvimento.

Nessa perspectiva, a China também pode se enquadrar entre os chamados *rising powers*, países em processo de desenvolvimento que já alcançaram um patamar mais elevado em relação a categoria “subdesenvolvidos”, que engloba boa parte da América Latina e da África. Ainda que países subdesenvolvidos e Estados emergentes, ou *rising powers*, assemelhem-se por ainda não terem alçado o *status* de “desenvolvidos”, sua discrepância incide em níveis de capacidade de articulação que gere efeitos relevantes no cenário internacional, situação que ocorre aos *rising powers*. Essa categoria ainda está aquém das “grandes potências”, definida por Hurrell (2006, p. 1-2) mediante quatro critérios: capacidade de contribuir para a ordem internacional, regional ou global; alguma coesão interna que permite efetiva ação estatal;

⁴³ Observar, especificamente, a problemática que envolve o Mar da China Oriental no anexo E; dada a importância estratégica de territórios como Taiwan para que a China exerça controle sobre as rotas marítimas na Ásia Oriental.

poder econômico com altas taxas de crescimento e amplo mercado; poder militar capaz de competir com outras potências dominantes em uma guerra convencional. Entre os exemplos de *rising powers*, os BRICS, dos quais China é integrante, empenham-se em ascensão via ações estratégicas conjuntas e complementares. O objetivo desse grupo em processo intermediário de desenvolvimento é a descentralização da atenção dos principais condutores da política internacional, as grandes potências, a fim de se resguardar de possíveis boicotes. Nessa descrição de categorias de desenvolvimento estatal, a China pode ainda ser posta como um dos principais *rising powers* da atualidade, com seu potencial de influência internacional, pelas vias da economia, é provável que seja encarada pelas grandes potências da atualidade como um similar. Nessa perspectiva, faz-se essencial a análise de como a China se articula estrategicamente por meio do discurso mentiroso, que distorce a percepção internacional a seu respeito, para que a sua ascensão tenha o seu triunfalismo proveitosamente ofuscado do temor competitivo externo.

A seu favor, a China tem o discurso de potência emergente peculiar, ou seja com características milenares, diferentes da padronização ocidental, que procura pressupor conseqüente um comportamento diferente na aquisição do poder. Caminho estratégico que o realismo ofensivo denuncia, mas que a mentira estratégica desconversa em favor do Estado proponente do discurso identitário de paz e harmonia mundial (MEARSHEIMER, 2012, p. 55). Os realistas não atribuem aos Estados maior ou menor ofensividade com base em diferenças culturais, tipos de sistema político ou personalidade que dirige o governo, porque os Estados estão encerrados na mesma lógica estrutural anárquica que faz o ator mover-se por poder para sobrevivência (MEARSHEIMER, 2001, p. 34). Os líderes chineses têm se utilizado da promoção do conceito de “ascensão pacífica” porque reconhecem a necessidade de evitar o caminho político já percorrido pelas primeiras potências ascendentes, a República Alemã, o Japão Imperial e a União Soviética, que acarretou em uma crise sistêmica culminante no enfraquecimento das referidas potências (MOHAN, 2004, p. 3700). Contudo, o argumento de que a China pode fazer parte do jogo de poder sem desestabilizar a ordem estabelecida não convence o pensamento realista. É por isso que a mentira estratégica entra em cena como um elemento facilitador da ascensão, agindo como um escudo da percepção, e conseqüente hostilidade externa, bem como uma arma de ataque, à medida que não cessa o avanço. No realismo ofensivo, quanto maior o acúmulo de capacidades maior o nível de ofensividade.

Segundo Duarte (2014), a China também se insere em condição intermediária entre os Estados ocidentais e aqueles Estados considerados problemáticos à ordem global, geralmente nomeados, “Estados párias”. Por vezes, as relações chinesas intercambiam os interesses

ocidentais com os interesses dos Estados párias, ainda que a comunidade internacional pressione a China para o distanciamento de um trato permissivo com esses países (DUARTE, 2014, p. 17). Contudo, há controvérsias sobre a possibilidade de a China conseguir articular-se concomitantemente com Estados mais influentes e com os mais problemáticos no ambiente externo. Independentemente do entendimento que se adote quanto a sua multilateralização no meio internacional, pode-se afirmar que a China articula meticulosamente as suas ações. O país precisa aliar seus interesses externos de execução paulatina com as influências decorrentes das pressões geradas pela anarquia, em “um equilíbrio desequilibrado feito de um sistema unipolar mitigado, condicionado [...] à míngua de substituição por modelo alternativo” (SOUSA, 2014, p. 12) ou uma “uni-multipolaridade”, na qual ser potência emergente constitui-se em desafio duplo, ao próprio país e aos aliados-adversários.

No que tange a configuração do atual cenário externo no qual a China vislumbra o desenvolvimento para a ascensão, convém breve reflexão. Para Smith (2002, p. 171) o cenário internacional parecia caminhar para uma dinâmica política cada vez mais multilateral, embora não estivesse certo de que se estabeleceria, de fato, um multilateralismo. Krauthammer, por outro lado, via no ataque às torres gêmeas a sobressalência do poderio estadunidense, assim como a influência de suas ações unilaterais ao redor do mundo (KRAUTHAMMER, 2002, p. 7). A ideia de unilateralismo pós-Guerra Fria, no entanto, não representava um empecilho para o comportamento realista dos demais atores em se esforçarem por ascensão como novas potências (LAYNE, 1993 p. 32). O pragmatismo dos atores em concorrência por poder poderia levá-los, inclusive, ao alinhamento contra a superpotência (LAYNE, 1993, p. 48). As potências em emergência representam esse esforço, entre elas, destaca-se a China por sua velocidade de crescimento e pela especulação internacional acerca de sua capacidade para provocar uma reviravolta na ordem internacional; não é de se estranhar que os EUA estejam tão próximos e atentos aos seus passos. Embora a China ainda represente uma vaga ameaça em relação ao poderio acumulado pelos Estados Unidos ao longo dos anos, o monitoramento de potenciais concorrentes, sobretudo aqueles que estimam a hegemonia regional, é uma prática contínua de qualquer grande potência (MEARSHEIMER, 2006, p. 160-161).

O fator econômico ganha ênfase no debate sobre a influência chinesa. Em 2015, a China detinha ativos bancários comerciais que totalizavam US \$ 24,2 trilhões, conferindo ao país o abrigo de um dos maiores sistemas bancários do mundo. “À medida que o comércio e os investimentos se fortalecem na economia global, os bancos chineses estão começando a criar uma rede global de serviços financeiros que apóia clientes domésticos e contribui para o desenvolvimento financeiro dos países de acolhimento” (WORLD BANK, 2018, p. 65). A

expansão da China ganhou um impulso maior com a sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. A sua presença bancária foi além dos países anfitriões regionais, como Austrália, República da Coreia e Federação Russa, chegou à Europa Ocidental, Turquia, países do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC), América Latina, assim como diversos países da África Subsaariana. Acerca disso pode-se acrescentar que, nos últimos anos, o papel fundamental que a China vem desempenhando no comércio global tem sido proporcional a internacionalização dos bancos chineses, e isso vem facilitando o uso do “yuan” como uma moeda que está ganhando maior relevância para os assentamentos (EICHENGREEN, WALSH e WEIR, 2014 apud WORLD BANK, 2018, p. 65).

Segundo o FMI (2018, p. 16-18), o comércio internacional chinês expandiu-se nos últimos 20 anos, ultrapassando a indústria têxtil e alcançando, inclusive, os setores mais intensivos em inovação, como equipamentos elétricos e ópticos e equipamentos de transporte. O aumento da participação chinesa no comércio internacional dá impulso à inovação doméstica, assim como à difusão de tecnologia, que consiste em um canal fundamental para que a globalização impacte a competição internacional. Estudos recentes apontam para o impacto sobre as taxas de inovação nas economias avançadas, fato que ocorre em razão do aumento da pressão competitiva, exercida pelos efeitos da globalização e da entrada da China no comércio mundial. Esses impactos têm se mostrado positivos na Europa e negativos nos Estados Unidos (FMI, 2018, p. 26). A respeito do posicionamento da China em face a produção per capita mundial, o quadro abaixo fornece um resumo de sua projeção anual.

Quadro 7- Resumo do Mundo Real por Produção Per Capita

Annex Table 1.1.7. Summary of World Real per Capita Output

(Annual percent change; in international currency at purchasing power parity)

	Average										Projections		
	2000-09	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2023	
World	2.4	4.0	3.0	2.0	2.2	2.3	2.1	1.9	2.4	2.7	2.7	2.5	
Advanced Economies	1.1	2.5	1.1	0.7	0.9	1.6	1.7	1.1	1.9	2.0	1.8	1.1	
United States	0.8	1.7	0.9	1.5	1.0	1.8	2.1	0.7	1.5	2.1	1.8	0.6	
Euro area ¹	1.0	1.8	1.3	-1.1	-0.5	1.1	1.7	1.5	2.3	2.2	1.9	1.4	
Germany	0.9	4.2	3.7	0.5	0.3	1.5	0.6	1.0	2.1	2.4	1.9	1.3	
France	0.7	1.5	1.6	-0.3	0.1	0.4	0.6	0.8	1.5	1.6	1.6	1.1	
Italy	0.1	1.2	0.2	-3.2	-2.3	-0.3	0.9	1.1	1.6	1.3	1.2	0.8	
Spain	1.3	-0.4	-1.4	-3.0	-1.3	1.7	3.5	3.3	3.2	2.9	2.3	1.8	
Japan	0.4	4.2	-0.3	1.7	2.2	0.5	1.5	1.0	1.9	1.4	1.2	1.0	
United Kingdom	1.1	0.9	0.6	0.8	1.4	2.3	1.5	1.1	1.2	1.0	0.9	1.2	
Canada	1.0	1.9	2.1	0.6	1.3	1.7	0.1	0.3	1.7	0.8	1.1	0.7	
Other Advanced Economies ²	2.6	5.0	2.5	1.3	1.6	2.1	1.3	1.5	2.0	1.9	1.9	1.6	
Emerging Market and Developing Economies	4.4	5.9	4.9	3.7	3.6	3.2	2.8	2.8	3.3	3.6	3.7	3.7	
Commonwealth of Independent States	5.9	4.3	4.9	2.8	2.0	1.4	-2.5	0.0	1.8	1.9	1.8	2.0	
Russia	5.7	4.5	5.0	3.6	1.7	0.6	-2.6	-0.3	1.5	1.7	1.5	1.7	
CIS excluding Russia	7.0	4.4	5.2	1.9	3.4	2.6	-1.7	1.0	2.9	2.8	2.9	3.2	
Emerging and Developing Asia	6.9	8.5	6.7	5.9	5.9	5.8	5.8	5.4	5.5	5.5	5.6	5.4	
China	9.6	10.1	9.0	7.4	7.3	6.7	6.4	6.1	6.3	6.0	5.9	5.4	
India ³	5.2	8.7	5.2	4.1	5.0	6.0	6.8	5.7	5.4	6.0	6.4	6.8	

ASEAN-5 ⁴	3.6	5.5	3.2	4.7	3.7	3.3	3.6	3.7	4.0	4.1	4.1	4.2
Emerging and Developing Europe	3.5	3.7	6.2	2.1	4.3	3.4	4.3	2.8	5.3	3.8	3.2	2.8
Latin America and the Caribbean	1.6	4.7	3.4	1.7	1.8	0.2	-0.9	-1.9	0.1	0.9	1.7	1.8
Brazil	2.1	6.5	3.0	1.0	2.1	-0.4	-4.3	-4.2	0.2	1.5	1.8	1.6
Mexico	0.2	3.8	2.4	2.4	0.2	1.7	2.2	1.8	1.0	1.3	2.1	2.0
Middle East, North Africa, Afghanistan, and Pakistan	1.9	2.5	3.9	1.0	0.1	-0.1	0.2	2.3	-0.1	1.4	1.7	1.7
Saudi Arabia	0.5	1.3	7.1	2.5	-0.1	1.1	3.3	-0.7	-2.7	-0.3	-0.1	0.3
Sub-Saharan Africa	2.7	4.2	2.4	1.3	2.6	2.4	0.7	-1.2	0.1	0.8	1.0	1.4
Nigeria	5.4	8.3	2.1	1.5	2.6	3.5	-0.1	-4.2	-1.9	-0.6	-0.8	-0.8
South Africa	2.3	1.6	1.8	0.7	1.0	0.3	-0.3	-1.0	-0.3	-0.1	0.1	0.2
<i>Memorandum</i>												
European Union	1.4	1.8	1.5	-0.6	0.1	1.6	2.0	1.7	2.4	2.3	2.0	1.6
Low-income Developing Countries	3.7	5.3	3.5	1.9	3.7	3.7	1.9	0.9	2.3	2.8	3.1	3.2

Fonte: FMI (2018, p. 68) Adaptado.

A China atingiu o patamar de ser o maior parceiro comercial de mais que o dobro do número de países com os quais os Estados Unidos tinham parceria em 2016, a China detinha parceria com 124 países e os EUA com 56. Segundo Khanna (2016, p. 470), a China estaria construindo uma cadeia de complementaridades de suprimentos ao redor do mundo.

Khanna (2016, p. 18) atribui à conectividade o caráter de intensa geopolítica, em vista da alteração do papel que exerce sobre as fronteiras no cenário internacional. O mapeamento da geografia funcional, que abarca as rotas de transporte, redes de energia, bases operacionais avançadas, redes financeiras e serviços na Internet, demonstra também o curso seguido pela projeção de poder, juntamente com a ascensão que dela deriva. Nesse sentido, Khanna (2016) considera que os EUA buscam acomodar a ascensão chinesa de modo a promover a manutenção da liderança estadunidense no ambiente internacional, em atenção a ênfase de primazia americana. No entanto, o realismo ofensivo não pressupõe qualquer preferência da estrutura internacional a qual seja o tipo de poder, ou forma de governo, coordenativo. Enquanto Khanna (2016) afirma que o sistema só quer a conectividade, o realismo ofensivo acrescenta que o foco dos Estados componentes do sistema está nas maiores vantagens para a aquisição de poder. Se o poder que mais estabelece conexões no sistema adquire maior “alavancagem” para a projeção de poder, os Estados perseguirão as estratégias dessa perspectiva. Acerca disso, a China tem se tornado um poder bem-vindo e popular nas regiões da África e da América Latina. Isso tem ocorrido porque, com singular sutileza estratégica, a China tem vendido e, por vezes, até mesmo construído para esses países, as bases de uma maior interação no sistema internacional. Essa articulação chinesa também expressa a atuação de seu “*soft power*” de ascensão no equilíbrio de poder.

À luz do avanço da participação chinesa na economia de outros países no cenário internacional, a China poderia ser considerada como um *rising power*: potência global-chave, que utiliza seu dinamismo econômico e sua competitividade global para moldar os contornos da economia internacional com implicações substanciais para a governança global (BRESLIN

2007, COHEN 2001, HENDERSON E NADVI, 2011 apud KNORRINGA E NADVI 2016, p. 56). Assim como assevera Tank (2012, p. 2) sobre o conceito de potências ascendentes, a relevância global chinesa está intrinsecamente relacionada ao papel que o país desempenha no mercado externo. No entanto, há outros critérios que um poder emergente precisa cumprir para a medição de sua relevância internacional, como *rising power*: 1- assumir papel de liderança, especialmente em função da relevância geral que as regiões representam para a geopolítica; 2- projetar seu poder mediante *soft power*, de modo a levar outros atores internacionais a “fazerem o que se quer que façam”, por meio de valores culturais, políticas estratégicas e instituições (TANK, 2012, p. 3). Para além da emergência, na concepção de Ewing (2003, p. 17), o alcance da potência global perpassaria pela liderança no crescimento econômico; a posse de armas nucleares e o assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Em se tratando de China, Yan (2011) avalia o poder a partir da junção dos aspectos militar, econômico, cultural e político. Nessa perspectiva, o poder político fornece as bases para o desenvolvimento dos demais supracitados aspectos do poder, a capacidade política é a base que integra poder estatal abrangente (YAN, 2011, p. 53). Sendo assim, a atual ascensão da China se configuraria também como uma questão de governança, tanto interna quanto externa. A questão interna trata de como construir uma sociedade civilizada e próspera, enquanto a questão externa pensa em como estabelecer uma nova ordem internacional (YAN, 2011, p. 216).

A concepção de “*One Belt, One Road*”⁴⁴ da China é considerada uma estratégia acertada para fins de superação do reequilíbrio estadunidense com a Ásia, assim como para fins de integrar as economias da Eurásia sob os auspícios da China (KHANNA, 2016. p. 2). Não obstante, as estratégias comerciais chinesas se entrelaçam diretamente aos seus desafios territoriais marítimos; estima-se que “cerca de 90% do comércio chinês passa pelo mar, sendo 20% deste destinado à União Europeia e à Índia” (DUARTE, 2014, p. 75). Sendo assim, a China tem se movido em busca de uma política mais robusta no Mar da China Meridional. Em termos geopolíticos, a expansão das ligações chinesas projeta a sombra do país em regiões do mundo onde a sua presença tem sido relativamente modesta. O fortalecimento dos laços com a Europa e com outros países ao longo das rotas, pode contrabalancear as relações potencialmente conflitantes com os EUA. Para que esse plano funcione, a China precisará se fazer receptível, estabelecendo relações cada vez mais cooperativas com muitos vizinhos, fato que torna a sua

⁴⁴ Expressa um projeto ambicioso e de longo prazo, com vistas na expansão das ligações terrestres e marítimas entre a China e a Europa. O objetivo é o de promover o desenvolvimento do oeste da China e, conseqüentemente, ajudar a transformar as relações econômicas em grandes partes da Eurásia (FERDINAND, 2016, p. 941).

estratégia tão perigosa quanto a sua ambição (FERDINAND, 2016, p. 941). É válido ressaltar novamente o papel estratégico que a cooperação pode exercer, mesmo em mundo guiado pelo realismo; nisto se expressa mais uma vez como os Estados podem ser pragmáticos para favorecer posteriores ações ofensivas.

Para além das relações cooperativas, a modernização de sua marinha armada faz-se relevante para a melhor atuação chinesa em pontos distantes de seus portos. O objetivo é criar uma “marinha de águas profundas”, capaz de intervenção para além da costa, conduzindo operações viabilizadas pelas águas profundas a fim de inibir a detecção dos submarinos chineses por parte dos inimigos. Nesse aspecto, reintegrar Taiwan se configura como estratégia imprescindível à China. O controle sobre Taiwan abre à China duas passagens essenciais: o Estreito de Taiwan e as linhas marítimas de comunicação ao leste da ilha. A partir desse controle, a China poderia instalar uma força nuclear credível em face aos Estados Unidos e seria capaz de responder a um segundo ataque (WACHMAN, 2007, p. 147-148 apud DUARTE, 2014, p. 84). Contudo, acerca dos planos nucleares, entre os quais os submarinos nucleares lança-mísseis, a China não apresenta ainda suficientes condições de contra-ataque nessa magnitude. Assim, Taiwan novamente se apresenta como peça chave à estratégia marítima chinesa para a projeção de potência, mediante o deslocamento para além da “primeira cadeia de ilhas”. Com o domínio de Taiwan, os submarinos chineses poderão transitar despercebidos, rumo às zonas do Pacífico Central e Oriental, nas quais o seu ataque atinge os EUA, atual *hegemon* marítimo.

Segundo Mearsheimer (2006), dada a importância estratégica de Taiwan para o exercício do controle sobre as rotas marítimas na Ásia Oriental, dificilmente os Estados Unidos e o Japão, seu aliado, permitirão a reintegração dessa grande ilha à China. Contudo, para que a China alcance o *status* de hegemonia regional, não há outra maneira que não inclua ter Taiwan de volta. Isso se explica porque, para a continuidade da ascensão, a China precisa se fortalecer na Ásia de modo similar a aquilo que os Estados Unidos fizeram no hemisfério ocidental. E para que se assegure de ser tão poderoso que nenhum Estado na Ásia tenha os meios para ameaçá-lo, precisará “ditar as fronteiras do comportamento aceitável para os países vizinhos, da mesma forma que os Estados Unidos deixam claro para outros Estados da América que é o padrão” (MEARSHEIMER, 2006, p. 162). Para Mearsheimer (2006), conseguir o domínio regional pelas vias do fortalecimento militar não será o caminho mais exequível à China, contudo, essa é uma hipótese que não se pode excluir.

No pragmatismo chinês, há variação entre as ações estratégicas mais brandas e as mais ofensivas, e certamente o caráter bélico desperta a maior preocupação dos atores mais

fortes no sistema internacional. A China tem se voltado nos últimos anos à modernização de sua armada e, desde os anos 1990, a sua estratégia tem sido a adoção de uma postura mais ofensiva para a conquista de Taiwan, materializada na concentração das forças militares mais desenvolvidas em face da ilha (DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS EUA, 2006 apud DUARTE, 2014). O caráter mais bélico, que contraria os discursos de desenvolvimento harmonioso chinês, encontra base no fato de ser Taiwan vital aos interesses de potência chinesa. Não reintegrar Taiwan ao território, resultaria também no prejuízo de que os EUA manteriam mais um forte ponto de apoio na Ásia, permaneceria o embargo para a estratégia chinesa sobre as linhas marítimas, além de que comprometeria a credibilidade do regime (DUARTE, 2007, p. 81). É possível considerar que todos os acordos e alianças firmados entre os EUA e os países da região asiática configuram-se como ameaça para a estratégia marítima chinesa, sobretudo com Tailândia, Filipinas, Singapura, Indonésia, Brunei, Malásia e Japão. Não obstante, as bases e as alianças estadunidenses com Guam, Austrália e Nova Zelândia também se constituam em fortes embargos para a competição naval chinesa (DUARTE, 2007, p. 83).

A análise dos recursos dispostos à marinha chinesa, há cerca de 10 anos, ainda explicitavam muitas fraquezas e contrariavam as estimativas de dominância chinesa no pacífico até 2025 (HOLTZINGER, 2008, p. 2 apud DUATE, 2007, p. 76). Contudo, as percepções sobre o avanço da marinha chinesa divergem, assim como a percepção de seu potencial de ameaça. Duarte (2014, p. 76) afirma que a China ainda apresenta uma marinha antiquada em mais de sua metade e que o seu exército, além de pobre, é mal equipado e mal treinado, frente às outras potências. Nessa perspectiva, mesmo que o país esteja se movendo para a produção de novas armas e incremento do potencial ofensivo, há um longo caminho de modernização a percorrer, o qual é repleto de entraves à ofensividade chinesa. Se a China é uma ameaça, ainda não é uma grande ameaça em face aos Estados Unidos. Entre as fragilidades do poder militar chinês, é possível elencar também a carência de fragatas e de *destroyers*, além de meios antiaéreos. Entretanto, essa visão de uma China com o crescimento precário, tal como assevera Duarte (2014), encontra contrapontos, inclusive com documentos e literatura que mostram o avanço militar chinês; não expressa, por exemplo, o entendimento estadunidense quanto aos riscos que o crescimento chinês apresenta aos seus interesses vitais na Ásia e no globo (INDEX OF U.S. MILITARY STRENGTH, 2017).

Segundo, o Index of U.S. Military Strength (2017, p. 144-145), qualquer planejamento para operações no Pacífico passa pela “tirania da distância”, devido a qual extensas forças devem ser desdobradas: as unidades da Força Aérea levam um ou mais dias para serem desdobradas e os navios, semanas. A interferência nesses percursos constitui-se em

um risco que os Estados Unidos não estão dispostos a correr. Daí, “as crescentes capacidades anti-acesso/negação de área (A2/AD) da China, que vão desde uma frota crescente de submarinos modernos a mísseis balísticos e de cruzeiro anti-navio” (INDEX OF U.S. MILITARY STRENGTH, 2017, p.145), aumentarem a ameaça operacional na implantação de forças estadunidenses em caso de conflito. Para os EUA, os incrementos nas capacidades da China se constituem em uma ameaça logística à sua influência na Ásia, colocando ao mesmo tempo em risco as forças de combate americanas que fluiriam para um combate inicial. Os EUA continuam vendo o comportamento da China como cada vez mais agressivo, afetando as políticas de aliados estadunidenses de longa data. Não é de se estranhar às perspectivas realistas que os esforços pró modernização militar e robustecimento político chineses desagradem ao *hegemon* ocidental, que busca controlar aliados e adversários na Ásia, para que nenhum outro ator internacional se torne similiar equilibrador externo. Como descreve Mearsheimer (2006, p 1961), os Estados Unidos se empenham em mitigar os recursos militares e colocar debaixo do seu controle, qualquer Estado que tente traçar seu caminho para a ascensão, tal como fizera à Alemanha e ao Japão, em 1945, e à União Soviética, em 1980.

A China, em contraposição ao pensamento de insuficiente ameaça, tem apresentado capacidade credível, mediante mísseis nucleares que fornecem suporte a outros elementos do poder nacional chinês. Acerca disso, os EUA inserem a China em patamar de ameaça paralelo aos mísseis balísticos da Coreia do Norte.⁴⁵ Não obstante, essas duas fontes de ameaça de mísseis aos EUA são de naturezas distintas, variam em termos de sofisticação e de integração em estratégias mais amplas para a atenção de metas nacionais.

A China detém muito mais armas nucleares, assim como múltiplos meios de ataque, os quais já foram demonstrados e testados por meio de sistemas mais sofisticados. As forças de mísseis balísticos nucleares da China incluem: mísseis terrestres com um alcance de 13.000 quilômetros e submarinos com mísseis, podendo tocar o território estadunidense (INDEX OF U.S. MILITARY STRENGTH, 2017, p 225).⁴⁶ Apesar de sua maior força em relação a Coreia do Norte, a China se apresenta como um ator mais estável e que compartilha de uma variedade de interesses que tocam as relações cooperativas com os Estados Unidos, bem como com o sistema internacional.

Já a Coreia do Norte, embora detenha um número menor de armas e meios questionáveis de ataque, é um ator problemático no cenário, em virtude de apresentar menor estabilidade e previsibilidade. Sua ameaça pode ser ainda mais acentuada em função dos

⁴⁵ Ver figura 2.

⁴⁶ Ver anexo D.

interesses conflitantes e pouco cooperativos no cenário internacional e com a preeminência estadunidense, impactando as relações de poder estabelecidas na região asiática. Contudo embora a China seja mais estável, a estabilidade pelas vias da ascensão não deixa de ser motivo de contrariedade aos EUA; quanto à Coreia do Norte, ameaça de modo mais ativo e direto (INDEX OF U.S. MILITARY STRENGTH, 2017, p. 228).

Existe muita especulação e desacordo sobre a que passo se encontra o processo de modernização das capacidades ofensivas chinesas. E embora o que se projetava em meados de 2007 fosse um avanço significativo dos projetos de sofisticação do poderio chinês, o que já se apresenta, cerca de 10 anos depois, configura-se como séria ameaça para um reequilíbrio na balança de poder regional, passo importantíssimo para uma escalada de poder posterior e em nível internacional. Segundo Mearsheimer (2006, p. 161), uma breve olhada para a história da política externa estadunidense pode explicar o caminho que os Estados devem trilhar, na busca por ascensão internacional via maximização de poder que lhe assegure maior segurança. Quando os Estados Unidos conquistaram a sua independência da em 1783, era um país pequeno e fraco, inserido em um ambiente perigoso e cheio de ameaças. Mas, ao longo dos 115 anos seguintes, os líderes estadunidenses investiram em expandir o seu território e a sua influência, mediante a política do “Destino Manifesto”. As conquistas territoriais, contudo, não eram o bastante para a hegemonia e, cientes desse fato, os decisores políticos dos EUA foram além da construção de território poderoso, empenharam-se em expulsar as grandes potências europeias do hemisfério ocidental que exerciam influência na região. Essa política, conhecida como a Doutrina Monroe, conduziu ao colapso, em 1898, do último império europeu nas Américas, tornando os Estados Unidos a primeira hegemonia regional na história moderna.

Primeiro e único equilibrador de poder regional, os EUA estão atentos aos passos da China, porque “o trabalho de uma grande potência não é feito quando atinge a hegemonia regional. Deve então certificar-se de que nenhum outro grande poder se adapte e domine sua área do mundo” (MEARSHEIMER, 2006, p. 161). Assim, a China enfrenta o desafio de maximizar as suas capacidades relativas, expandindo o seu poder com a estratégia necessária para driblar as ofensivas estadunidenses. Será preciso mais que só acúmulo de poder ou expansão territorial, a China precisará ir além do que o Japão imperial e a Alemanha imperial e nazista e a União Soviética já tentaram infrutiferamente fazer no século passado. O caminho para ascensão não surpreende aos Estados que se comportam sob uma mesma lógica de ameaça estrutural, prova disso é que o *hegemon* regional percebeu o processo de ascensão de outros atores e boicotou as suas escaladas. O pragmatismo chinês tem levado em conta as lições deixadas pela história de outras potências. Em virtude disso e como boa estrategista milenar, a

China tem estabelecido relações cautelosas com os Estados Unidos, as quais mesclam moderadamente cooperação com rivalidade internacional. A forma como as suas economias se estreitam apresentam um bom potencial dissuasivo econômico, mas o processo de sofisticação das forças nacionais chinesas, bem como o crescimento contínuo de seus gastos na defesa, como se demonstra no quadro abaixo, requerem maiores cuidados; sobretudo, tendo em vista as intenções chinesas de aquisições territoriais para rotas marítimas que interferem diretamente aos interesses vitais estadunidenses, como já fora dito acerca de Taiwan.

Quadro 8- Gastos com Defesa em Milhões de Dólares

PAÍSES	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Canadá	16540	17099	16260	15030	15275	17561	18132	20567
Alemanha	41488	40301	41263	38881	38705	39892	41579	44329
França	54570	53236	52500	52368	53142	55288	57358	57770
Reino Unido	57088	54677	52347	50136	48830	47873	48119	47193
Itália	32291	31687	29434	28273	26295	25192	28206	29236
Índia	48600	49071	48896	48536	50909	51393	56638	63924
Coreia do Sul	31117	31544	32347	33157	34638	35983	36934	39153
Japão	45595	46209	45653	45459	45944	46754	46471	45387
EUA	768466	758988	715838	659064	618341	603625	600106	609758
China	138028	149022	161797	176860	191917	204505	216031	228231

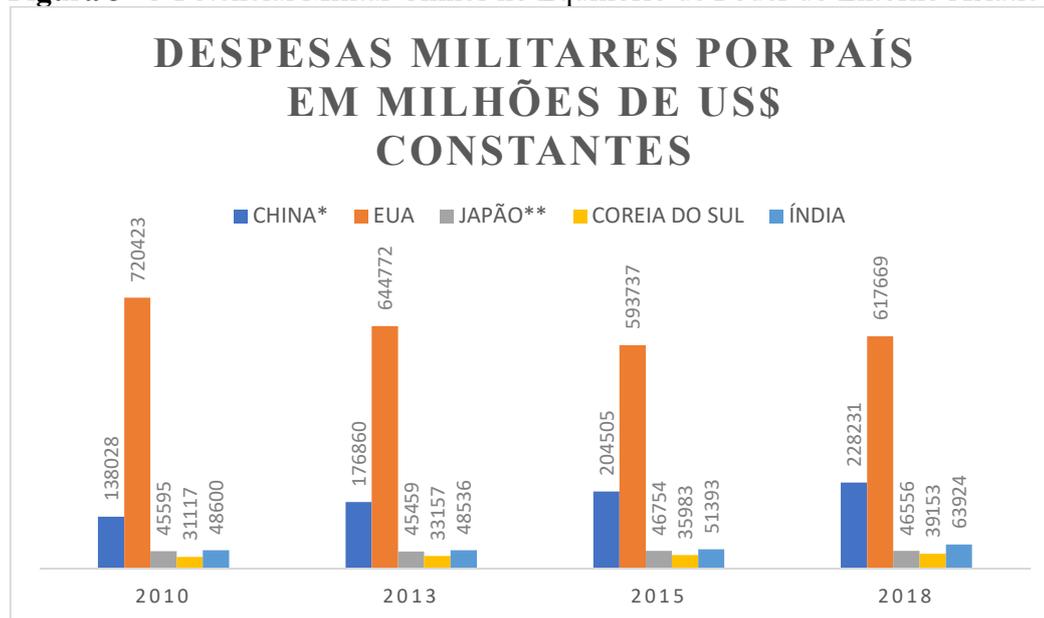
Fonte: SIPRI 2018. Elaboração própria.

Se a China ainda não é adversário pário para os Estados Unidos ou para um confronto direto com conjunturas asiáticas que lhe são contrárias, ao menos, o país configura-se como um alerta sério para a possibilidade de tornar-se uma ameaça mais factível nos próximos anos. No entorno asiático, a estratégia da China passa pela implantação de uma série de capacidades sobrepostas: mísseis balísticos anti-navio, submarinos e mísseis de cruzeiro de longo alcance, satélites e armas cibernéticas. Entre os principais objetivos chineses está evitar a intervenção americana no apoio aos aliados no Pacífico Ocidental, sobretudo a Taiwan. Como explica Mearsheimer (2006), assim como os EUA expulsaram as potências europeias da América para tornar-se um *hegemon*, a China busca mitigar paulatinamente a influência americana na Ásia. A China utiliza como argumento para a reintegração de Taiwan o discurso identitário e o nacionalista, mas, como já fora explicitado, Taiwan é peça-chave nas rotas marítimas de poder na Ásia. Ao manter em risco as principais plataformas e sistemas americanos, como os porta-aviões, os chineses buscam retardar ou até mesmo impedir a intervenção americana no apoio aos aliados importantes, fato que reitera a tensão estadunidense sobre o crescimento de suas capacidades militares na Ásia. A busca por ascensão hegemônica

regional da China passa pelo combate da capacidade dos EUA de ajudar na defesa de Taiwan e demais países asiáticos (INDEX OF U.S. MILITARY STRENGTH, 2017, p. 232).

A postura mais firme e ativa da China sobre Ásia, especialmente no que tange às reivindicações territoriais concorrentes nos mares do leste e do sul da China (FERDINAND, 2016, p. 942), pode sugerir tensões regionais contínuas, sobretudo, enquanto a China segue na construção de postos avançados e expansivos no Mar da China Meridional. Relatórios de defesa estadunidenses atestam da ameaça representada pela China, o país apresenta altos índices de capacidade de agressividade aos interesses vitais dos EUA (INDEX OF U.S. MILITARY STRENGTH, 2017, p. 256-257). Contudo, essa ameaça se averigua mais precisamente quando contrastada com as estruturas de poder na Ásia. Como é demonstrado na figura abaixo, ainda existe um grande abismo entre as potencialidades militares de China e dos Estados Unidos. No entorno asiático, a China é o país que apresenta maior e crescente gasto militar anualmente, mas a discrepância inferior de seus gastos em relação aos EUA é ainda acentuada pelo fato de que vizinhos asiáticos poderosos, como o Japão, são aliados americanos.

Figura 3- O Potencial Militar Chinês no Equilíbrio de Poder do Entorno Asiático



*Os números referentes à China são estimativos

** Os números referentes ao Japão não incluem pensões militares.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados SIPRI, 2018.

É sabido que diversos outros fatores podem ser levados em conta na explanação sumária do processo de ascensão chinesa, sobretudo, no que toca as estratégias pró-hegemonia regional. Não obstante, esta seção se ateve a elucidar alguns dos principais pontos que são considerados e discutidos entre os decisores políticos como fontes indicativas do crescimento da China, como um bom aliado e/ou uma séria ameaça para a atual configuração de poder no cenário externo.

A próxima seção busca explicar o discurso chinês de ascensão harmoniosa, o qual vem sendo ao longo dos anos adaptado às percepções de ameaça sistêmica. Assim, como fora feito nesta seção, o realismo ofensivo auxiliará a compreensão do comportamento pragmático estatal para fins de maximização de potência. Ademais, é sob o aspecto do discurso harmonioso que a mentira estratégica aponta a sua relevância para a China, a qual tenta crescer em meio aos abrolhos de uma região efervescente e, em grande medida, aliada da maior potência internacional, que tem capacidade e disposição para impedir o surgimento de uma paridade hegemônica regional no sistema. Através da mentira inter-Estados, descrita por Mearsheimer (2012), é possível examinar o comportamento da China no que tange a sua necessidade de moldar as percepções externas sobre o seu crescimento acelerado, bem como sobre a sua postura política mais firme nos últimos anos. Entre os anos de 2010 e 2018, serão concentrados os esforços analíticos sobre os discursos chineses em prol de uma estabilidade regional e internacional, que se afirma buscar e manter, a despeito das disputas territoriais, da modernização militar e da política mais ativa da China.

4.2 CONSTRUÇÃO E DELIMITAÇÃO TEÓRICA III

Antes de adentrar à articulação discursiva chinesa nos últimos 10 anos, convém a reiteração de como se manifesta as múltiplas atuações da mentira inter-Estados, a fim de propiciar a compreensão de como a China pode se aproveitar desse recurso enquanto empreende o seu projeto de maximização de potência. As mentiras inter-estatais, são assim apontadas por Mearsheimer (2012), como um dos principais tipos de mentiras estratégicas, utilizadas, como o nome já diz, no âmbito internacional, mas podendo também tocar a política doméstica. É o tipo de instrumentalização da mentira mais versátil dentre a lista de mentiras estratégicas já enunciadas nos últimos capítulos, pois pode manifestar-se de sob múltiplas formas, com variados joguetes no processo de obtenção de determinado fim, mesmo sendo de um mesmo tipo. As ações estratégicas estatais, através das mentiras inter-Estados podem envolver:

- 1- Exagerar o seu poderio para deter ou forçar o outro acerca de determinado assunto;
- 2- Minimizar sua potência militar para inibir ataques;
- 3- Mitigar suas intenções hostis sobre o outro para despreveni-lo;
- 4- Diminuir suas intenções ofensivas simplesmente para não instigar provocações desnecessárias;
- 5- Mentir ao ameaçar o outro para conseguir coagi-lo a algo;

- 6- Mentir para incitar o ataque de outro a um terceiro;
- 7- Mentir sobre a ameaça do seu rival para obter o favor de seus aliados;
- 8- Mentir para propiciar a espionagem e a sabotagem em tempos de paz, além de minimizar os danos de serem pegos em flagrante;
- 9- Mentir objetivando possíveis vantagens em tempos de guerra;
- 10- Mentir para receber maiores vantagens em acordos formais (MEARSHEIMER, 2012, p. 52-64).

No caso da China, embora não se possa negar outras possibilidades de atuação dessa mentira no processo de busca por ascensão internacional, a mitigação da hostilidade para desprevenir os demais Estados, bem como para evitar problemas desnecessários, se sobressai como a principal estratégia. A utilização do discurso harmonioso é um dos principais modos pelos quais a China instrumentaliza a mentira no sistema internacional. Esse ardil é uma arma de poder, que serve para a defesa, à medida que protege a China da retaliação externa, bem como serve para o ataque, à medida que permite o avanço de sua ascensão, que em si só já se configura em prejuízo aos demais atores em um ambiente competitivo e anárquico.

Nesse processo, a discricção atua como “uma ferramenta consagrada para o desenvolvimento de armas e estratégias que podem oferecer a um país vantagem sobre seus rivais” (MEARSHEIMER 2012, p. 45). Como mais um sinal de sua versatilidade, a escolha desse tipo de mentira passa pelo contexto geopolítico em que o Estado se insere, se mais seguro ou mais perigoso, e transita entre configurações externas mais propensas à paz ou à guerra. Envolvendo também situações difíceis de crise ou de risco a interesses vitais, a mentira interestatal da China considera as complexidades decorrentes das conjunturas de poder no entorno asiático, a atenção estadunidense para a ascensão de possível novo *hegemon* regional, assim como a necessidade de fazer do país um ator receptivo aos vizinhos desconfiados de seu crescimento acelerado.

A China precisa ter o que oferecer aos Estados menos poderosos, mas nem por isso inofensivos, da Ásia, assim como precisa favorecer, em certa medida, às exigências da ordem estabelecida. Para Nye (2005, p. 1), “embora a China continue sendo autoritária, o sucesso de sua economia política em triplicar o produto interno bruto nas últimas três décadas a tornou atraente para muitos países em desenvolvimento”. A China configura-se atualmente como um jogador internacional atraente aos países em busca de maior projeção internacional, não obstante sejam menos poderosos que as grandes potências. Sua atratividade na atuação de captação de poder se constitui em uma perigosa jogada estratégica que envolve favorecer e prejudicar aos demais Estados. Enquanto coopera economicamente e, concomitantemente,

disputa espaços territoriais imprescindíveis ao controle da região, se envolve em projetos de pacificação internacional e, ao mesmo tempo, moderniza as suas forças armadas.

Sua maior aposta tem sido convencer o cenário externo de que não se interessa por uma reviravolta na balança de poder e na ordem internacional, enquanto caminha para cada vez maior possibilidade de desenvolver essa empreitada. Está claro que os Estados, sobretudo os menos desenvolvidos, aceitarão qualquer vantagem estratégica econômica, ou de qualquer outra natureza, decorrente do estabelecimento de acordos com a China. Contudo, sendo racionais, se por uma mão os Estados recebem, por outra se armam contra as investidas chinesas de inserção internacional. Embora o risco pressuponha as grandes chances de que a mentira estratégica saia pela culatra, o seu disfarce e a sua sutileza, aliados às facilidades resultantes de fazer acordos com uma potência emergente muito mais flexível do que a potência ocidental, se constituem em pontos fortes para a sua efetivação. No mínimo, o acréscimo de tempo antes de um ataque e a formação de novas conjunturas de poder favoráveis à emergência da China podem ser pensados ao manobrar as acusações da “China-ameaça” com o discurso de desenvolvimento sem interesse de reequilíbrio e para a construção de um mundo cada vez mais adaptável e harmonioso.

O pragmatismo e a experiência milenar chinesa têm tornado as suas jogadas estratégicas cada vez mais cautelosas e correspondentes às percepções dos ânimos dos demais atores influentes no cenário internacional. Segundo Nye (2005, p. 1), “a China sempre teve uma cultura tradicional atraente, mas agora está entrando no reino da cultura popular global também”. A amplitude que o discurso chinês vem adquirindo e o modo pelo qual os seus argumentos pacíficos evoluem, ao longo dos anos, adaptando-se aos riscos que a expansão de seu poder tem imputado aos concorrentes, aponta para a realidade descrita pelo realismo ofensivo: “o sistema internacional pode apresentar diferentes formas de configuração, a depender do número de potências e de como o poder é distribuído entre elas [...] essas diferenças estruturais, por vezes, poderiam provocar importantes variações no comportamento do Estado” (MEARSHEIMER, 2001, p. 459). Com prudência, a China tem se mostrado sensível à percepção de ameaça externa do meio internacional, a sutileza de seu discurso brando, contudo, não lhe tem furtado as ações ofensivas contundentes ao seu projeto de ascensão. Tais ações, no entanto, são viabilizadas por uma evolução discursiva da política externa chinesa, na qual a mentira estratégica encontra margem para atuar como arma de poder em meio a um mundo realista.

Em 2004, Hu Jintao firmou a estratégia conhecida como “O Caminho de Desenvolvimento da Ascensão Pacífica da China”, cujo objetivo era estabelecer uma política

externa estável de um “mundo harmonioso”, nomenclatura que surgiu em 2006, com o mesmo propósito. Em 2013, Xi Jinping anunciou como objetivo nacional a denominação de “o sonho da China”, cujo significado e esforços a serem empreendidos para a sua consecução têm gerado profícuos debates internos e externos (CARRIÇO, 2013, p. 24). A incerteza sobre os limites estabelecidos pelas nomeclaturas chinesas se relacionam com a sua forma de traçar uma “grande estratégia”. Os estrategistas chineses, tendem a focar na distinção de sua “visão particular”, no entendimento de sua grande estratégia para a defesa dos interesses nacionais. Embora a referência oficial de uma grande estratégia chinesa inexista, dada a imprevisibilidade e a fluidez associada à gestão estratégica, a condução da política externa é “entendida como a aplicação de meios diplomáticos, militares e econômicos por parte de um Estado com o objetivo de desenvolver e proteger os seus interesses, um instrumento fundamental”. A China lida com um conjunto de consensos políticos e analíticos, tais como o “desenvolvimento pacífico” em um “mundo harmonioso”, os quais operacionalizam ações benéficas ao Estado. “Suas atuais e potenciais tendências evolutivas das forças dialéticas do sistema internacional” se inserem em “uma janela de oportunidade vantajosa para o país (até 2020)” (CARRIÇO, 2013, p. 23-24). É exatamente neste ponto em que a mentira inter-Estados se constrói para a viabilização da ascensão chinesa em meio a um mundo realista atento aos esforços de qualquer potência emergente, sobretudo, em se tratando de um gigante asiático.

Segundo Carriço (2013, p. 24), “ascensão pacífica”, “mundo harmonioso” e “sonho chinês” são conceitos que representam uma continuação evoluída daquilo que Deng Xiaoping, legou ao país em 1989: “observar calmamente as situações; defender a sua posição; fazer face às mudanças com confiança; dissimular as suas capacidades e aguardar pela sua oportunidade; manter um *low profile* intencional; evitar protagonismos; e ser proativo”. A descrição dessa postura chinesa se encaixa na percepção de ameaça que a ascensão de novos poderes no cenário internacional instiga nos demais jogadores. Assim como discorre Mearsheimer (2006, p. 162), “a política internacional é um negócio desagradável e perigoso, e nenhuma quantidade de boa vontade pode melhorar a intensa competição de segurança que se instala quando um aspirante a *hegemon* aparece na Eurásia.” Nesse sentido, a competitiva pressão externa requer os cuidados tais como mitigar a percepção alheia do poder, resguardar-se de uma postura hostil e, inclusive, a “dissimulação das capacidades”, que se relaciona diretamente ao potencial de ameaça. A evolução de conceitos chineses tem respondido às demandas desse cenário hostil. Mediante o *soft power*, a China busca a persuasão protetiva necessária de combate a imagem ofensiva, enquanto, por outro lado, o país executa as obrigações de todo Estado realista em ação: captação de mais poder para a garantia de sua própria sobrevivência e estabilidade. Com

a instrumentalização da mentira, a China alia atratividade e coercitividade, condicionando a vontade dos outros atores à imagem da realidade mais favorável aos propósitos chineses.

As declarações oficiais da China em reuniões da ONU expressam, sob certa medida, a evolução do discurso pacífico chinês, equilibrando as tensões internacionais e esquivando-se da aparência de ameaça chinesa. Em 2010, Wen Jiabao, primeiro-ministro da China, afirmou que o desenvolvimento do país não representaria uma ameaça para ninguém, porque não seguiria os passos de poderes que “buscavam a hegemonia quando cresciam fortes”.⁴⁷ Contudo, a China não flexibilizaria os cuidados em se tratando de comprometimento quanto à soberania, à unidade nacional e à integridade territorial. Em 2011, Yang Jiechi, ministro dos negócios estrangeiros, acresceu que a China se empenharia no aprimoramento da cooperação mutuamente benéfica e baseada na igualdade com outros países que também vivenciam o processo de desenvolvimento.⁴⁸ O país compreendia a paz mundial a partir das oportunidades de desenvolvimento mútuo. Os ganhos coletivos continuaram sendo o tema do discurso internacional chinês, em 2012.⁴⁹ Yang Jiechi, ministro dos negócios Estrangeiros, ressaltou a necessidade da manutenção de um regime de não proliferação nuclear, elevando as responsabilidades chinesas quanto à paz e à segurança para além da região Ásia-Pacífico. O foco global da China seria o compartilhamento de oportunidades de desenvolvimento com outros atores, para a promoção de um desenvolvimento pacífico.

Em 2013, Wang Yi, ministro dos negócios estrangeiros, ao fazer menção do temor externo decorrente do rápido desenvolvimento chinês nos últimos anos, reiterou o que fora dito por Wen Jiabao, em 2010: que a China seguirá o antigo padrão de riqueza, com produção de ganância que ruma à hegemonia pela força.⁵⁰ O ministro fez menção também ao que fora dito há mais de 40 anos por Deng Xiaoping: o país nunca buscaria a hegemonia. Como resposta ao incremento de poder sob o argumento de negação da hegemonia e busca pela paz, Wang Yi associou o temor externo sobre a China com a mentalidade desatualizada da era da Guerra Fria; contudo, a globalização desmistificaria tal percepção de perigo, em vista de novas noções de segurança, cada vez mais, interdependentes no meio internacional. Desse modo, a China vem levantando o discurso de país historicamente distinto por abraçar intercâmbios internacionais e comércio, mediante a determinação patriótica de defender a sua pátria e não uma doutrina colonialista de conquistar. Em 2014, o mesmo ministro argumentou que o mundo estava longe

⁴⁷ ONU, *General Assembly of the United Nations, 65th Session.*

⁴⁸ ONU, *General Assembly of the United Nations, 66th Session.*

⁴⁹ ONU, *General Assembly of the United Nations, 67th Session.*

⁵⁰ ONU, *General Assembly of the United Nations, 68th Session.*

de ser pacífico, mencionando os conflitos ao redor do globo e as infrações do direito internacional em prol do direito interno.⁵¹ Entre as situações específicas narradas, o Wang Yi, mencionou a preocupação da China com a península coreana e a questão nuclear iraniana.

Em 2015, Xi Jinping, presidente da China, fez menção a necessidade de observação do espelho da história para que o mundo possa evitar futuros conflitos.⁵² Esse posicionamento alude diretamente ao olhar pragmático realista para a resolução ofensiva estatal em perseguir a própria segurança. A despeito disso, Xi Jinping, suaviza seu discurso com os ideais de segurança interrelacionada e igualdade formal dos Estados. A globalização tem se tornado um elemento dissuasivo da percepção de ações hostis chinesas. Quando o sistema internacional aponta a preocupação com o desenvolvimento acelerado chinês logo surge de ideia de “ninguém pode se proteger sozinho na era da globalização” e “uma China mais forte produz parcerias mais fortes”. O crescimento coletivo a partir da ascensão chinesa é ancorado pela ideia de que o futuro poderia ser moldado, abolindo o pensamento que permeava a Guerra Fria. Desse modo, “não importa como a paisagem internacional tenha evoluído ou quão forte a China possa se tornar, ela nunca buscaria hegemonia ou esferas de influência. Em vez disso, buscaria o desenvolvimento e a estratégia de abertura para o sucesso”. Esse discurso de “unidos cresceremos” é particularmente interessante aos demais Estados em desenvolvimento na América Latina e na África, mas também a alguns vizinhos asiáticos. Contudo, mais precisará ser feito para convencer a percepção estadunidense.

Em 2016, Li Keqiang, primeiro-ministro do Conselho de Estado, voltou a focar na defesa de desnuclearização da Península Coreana e de busca por manutenção do regime de não-proliferação.⁵³ A China também defenderia a cooperação com todos os países com base na coexistência pacífica, resolvendo até mesmo disputas territoriais marítimas por meio das negociações. Juntamente com o argumento de desinteresse no ataque, surge a ideia de intensificação da cooperação com outros países em desenvolvimento. À medida que a China crescesse seria utilizada para favorecer a aceitação de sua maximização de poder. Em 2017, permanece o discurso pacífico, atribuindo às Nações Unidas o papel de auxiliar a aceleração do desenvolvimento de outros países, em vista de propiciar o intercâmbio de cooperação externa.⁵⁴ Wang Yi, ministro das Relações Exteriores da China, afirmou que os benefícios da evolução tecnológica aliada à globalização inseriu o mundo “mais uma vez em uma encruzilhada”, na

⁵¹ ONU, *General Assembly of the United Nations, 69th Session.*

⁵² ONU, *General Assembly of the United Nations, 70th Session.*

⁵³ ONU, *General Assembly of the United Nations, 71th Session.*

⁵⁴ ONU, *General Assembly of the United Nations, 72th Session.*

qual os países poderiam escolher entre as oportunidades advindas da unidade ou o desequilíbrio de poder decorrente das divisões. É nesse ponto que as convergências às ações multilaterais das Nações Unidas resguardariam a paz mundial. Permanece, nessa perspectiva, a negativa para o surgimento de novos poderes nuclearmente armados, enquanto a China assume o compromisso de sempre votar no conselho de segurança pela paz internacional.

A despeito de toda a paz que se prega nos foros internacionais nos últimos dez anos, no 19º Congresso Nacional do PCC, no dia 2 de março de 2018, Xi Jinping enfatizou a relevância da estratégia de integração militar-civil que possibilite construir sistemas e capacidades estratégicas nacionais integradas. Essa diretriz trouxe consigo um plano de trabalho da comissão central para o desenvolvimento militar e civil integrado em 2018, assim como um planejamento de construção de zonas demonstrativas da inovação militar-civil nacional integrada. A atualizada estratégia nacional já alcança grande desenvolvimento e vem apoiada na orientação do pensamento de Xi Jinping sobre o “socialismo com características chinesas para uma nova era”. O objetivo de Xi é o de fortalecer as forças armadas para executar a integração militar-civil.⁵⁵

Em janeiro, o presidente da China instruiu as forças armadas quanto a fortalecer o treinamento de combate real para a melhoria de sua capacidade de vitória na guerra. Xi Jinping se pronunciou a esse respeito em uma reunião de mobilização realizada pela Comissão Militar Central (CMC), sendo a primeira vez em que a comissão realiza uma reunião com a mobilização de todas as forças armadas. O propósito de ênfase das forças armadas passa pela implementação do espírito do 19º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (PCC)⁵⁶: a formação de um exército forte na nova era. Xi tem orientado o exército, em todos os níveis, para melhoria do treinamento militar, no sentido de assumir a prontidão de combate. O treinamento militar deve assumir uma posição estratégica e como o trabalho central, resultados efetivos. Tão firme é a postura ofensiva adotada pelo presidente, que nem a manutenção da vida deve se configurar como um empecilho para a vitória em combate. Os comandantes devem implementar com rigidez as decisões e instruções do Comitê Central do PCC e do CMC, “através de um espírito de luta, que não temem dificuldades nem morte”, disse Xi.⁵⁷ Ainda em janeiro deste ano, Xi Jinping, ordenou à força policial armada a defesa da liderança absoluta do

⁵⁵ Xi enfatiza integração militar-civil em nova era. Ministério da Defesa Nacional da República Popular da China (MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2018).

⁵⁶ Presidente Xi pronuncia discurso de Ano Novo prometendo reforma resoluta em 2018 (XINHUA, 2018).

⁵⁷ Xi enfatiza treinamento de combate real. Ministério da Defesa Nacional da República Popular da China, (MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2018).

Partido Comunista da China (PCC), suas declarações concernentes a esse tema foram realizadas em uma cerimônia do CMC, na qual foi conferida uma bandeira à força policial armada.

Em Xi, ainda que primando pelo âmbito doméstico, a estratégia chinesa de ascensão, no plano externo, se constitui em uma “primeira tentativa de alteração da estratégia de preservação de um *low profile*” chinês. A China tem ciência de que a sua atuação estratégica não pode seguir indefinidamente para fins de combate às contradições entre os seus objetivos de desenvolvimento nacional aliados à instável dinâmica da região Ásia-Pacífico (CARRIÇO, 2013, p. 30). Embora a China não desconstrua o discurso pacífico pacientemente elaborado e adequado às circunstâncias externas, o governo de Xi Jinping parece pressupor uma postura ainda mais ativa do país na aquisição de poder e no fortalecimento também de seu *hard power*. Essa nova guinada de recrudescimento ativo das forças chinesas enfatiza o valor da instrumentalidade da mentira estratégica como fator dissuasivo de hostilidades, porque se a China é um gigante na Ásia, os seus vizinhos encontram sombra protetiva na projeção de poder estadunidense por meio das alianças estabelecidas na região.

O conceito de “mundo harmonioso” foi divulgado em 22 de abril de 2005, na Cimeira Ásia-África e, posteriormente, melhor explicitado por Hu Jintao, em 15 de setembro do mesmo ano, na Assembleia Geral da ONU, sob o discurso intitulado “*Strive to Construct Harmonious World of Lasting Peace and Common Prosperity*”. Esta nova proposição corresponderia a construção de uma nova ordem internacional. Os conceitos de “ascensão pacífica” e de “mundo harmonioso” evocam a construção clássica dos princípios que orientam a China a um desenvolvimento gradualista, que se harmoniza com as tendências e evita o conflito aberto. Foi nesse sentido que, refletindo uma mesma postura mais ponderada, o termo “ascensão pacífica” foi ajustado nos pronunciamentos oficiais chineses para o “desenvolvimento pacífico”, o propósito era impedir que a noção de “ascensão” soasse como ameaçador ou triunfalista (KISSINGER, 2011, p. 672).

Em vista dos rumores internos e externos de que a China estivesse utilizando do discurso pacifista para a adoção posterior de uma política ofensiva, em dezembro de 2010, o Conselheiro de Estado Dai Bingguo fez uma declaração abrangente, intitulada “Persistindo em seguir o caminho do desenvolvimento pacífico”. Dai argumenta que a China não está empregando um truque, como estrangeiros desconfiam, ou uma ilusão ingênua que solapa oportunidades estratégicas, como tem sido cobrado por determinada parcela doméstica. O desenvolvimento pacífico trata-se de uma política genuína e duradoura da China, adotada por corresponder à identidade do país, assim como se encaixa melhor à situação estratégica internacional. Dai chega, até mesmo, a negar a existência de imaginação subjetiva que se

relacione a cálculos de poder, antes disso, a política externa adotada corresponderia ao profundo reconhecimento nacional das mudanças que o mundo e a China têm vivenciado concomitantemente. A configuração global tem exigido tamanho nível de interação com outros atores que não convém a China avançar a uma política puramente nacional, daí a afirmação da paz e cooperação (KISSINGER 2011, p. 682-683).

A China, não obstante negue o pensamento realista e a utilidade material de que cálculos de poder sejam elaborados para a mínima segurança de qualquer Estado formalmente reconhecido no sistema internacional, lidera o aumento contínuo de gastos militares na Ásia e na Oceania, cuja a parte que lhe toca aumentou pelo 29º ano consecutivo. A China, continua entre os países que mais gastam com militarização, assumindo o segundo lugar entre esses a nível global e aumentando os seus gastos militares em 5,6% para US \$ 228 bilhões em 2017. Os gastos da China como parcela das despesas militares mundiais aumentaram de 5,8%, em 2008, para 13% em 2017. Os poderes concorrentes regionais também têm participado dessa corrida armamentista, em um misto de cooperação com rivalidade. A Índia gastou US \$ 63,9 bilhões com suas forças armadas em 2017, um aumento de 5,5% em comparação com 2016, enquanto os gastos da Coreia do Sul, de US \$ 39,2 bilhões, aumentaram 1,7% entre 2016 e 2017. “As tensões entre a China e muitos de seus vizinhos continuam impulsionando o crescimento de gastos militares na Ásia”,⁵⁸ as despesas militares da China aumentaram novamente em 2017, continuando uma tendência ascendente nos gastos que duraram mais de duas décadas. Os gastos militares da Rússia caíram pela primeira vez, desde 1998, enquanto os gastos dos Estados Unidos permaneceram constantes pelo segundo ano consecutivo. Os aumentos nos gastos militares mundiais, nos últimos anos, justificam-se em grande medida pelo crescimento substancial dos gastos dos países da Ásia, Oceania e do Oriente Médio, como China, Índia e Arábia Saudita.⁵⁹ É fato que fortalecer o poder militar, não necessariamente comprova intenções hostis, mas em um mundo anárquico e competitivo, nenhum Estado pagará para ver as confirmações de intenções pacíficas.

Essa busca implacável de poder significa que as grandes potências estão inclinadas a procurar oportunidades para alterar a distribuição do poder mundial a seu favor. Eles aproveitarão essas oportunidades se tiverem a capacidade necessária. Simplificando, grandes poderes estão preparados para ofender. Mas não apenas um grande poder busca ganhar poder à custa de outros Estados, mas também tenta impedir que rivais se empenhem em ganhar poder à sua custa. Assim, uma grande potência defenderá o equilíbrio de poder quando a mudança iminente favorecer outro Estado, e tentará minar o

⁵⁸ *Global military spending remains high at \$1.7 trillion* (SIPRI, 2018).

⁵⁹ *Global military spending remains high at \$1.7 trillion* (SIPRI, 2018).

equilíbrio quando a direção da mudança estiver a seu favor (MEARSHEIMER, 2001, p. 17).

O temor sobre a China pode ser, em parte, atribuído ao Japão, que também se utiliza de mentira estratégica para se fortalecer em termos militares. O Japão contribui em muito para o exagero da ideia de “China-ameaça”, mediante a profusão de mensagens alarmistas e sobrestimação da potência chinesa (HOLTZINGER, 2008, p. 12 apud DUATE, 2007, p. 76. Em discurso na ONU, no ano de 2012, Yang Jiechi, ministro dos negócios estrangeiros, acusou o Japão de mais uma vez, descaradamente, distorcer a história sobre as disputas das ilhas Diaoyu Dao e afiliadas, que haviam sido historicamente parte integral da China. A confusão sobre as intenções chinesas, propagada pelo Japão se explicaria no fato de que, segundo o ministro chinês, o Japão ainda se agarra a sua mentalidade colonial, intencionando confundir a opinião pública internacional quanto aos direitos referentes à soberania chinesa e à sua atuação pacífica em buscar de rever esses direitos. A situação da China é delicada, como um país que infla crescimento internacional em uma região peculiarmente instabilizada por interesses globais. Daí, a necessidade da China de conquistar os interesses externos, aliando-os à sua própria desenvoltura internacional. Assim como geralmente ocorre em acordos estabelecidos por poderes assimétricos, ainda que ambos em nível de processo de desenvolvimento, os países com os quais a China acorda são beneficiados pela cooperação, mas é a China quem expande a projeção de poder.

Em resposta às acusações de ameaça, na reunião de encerramento da primeira sessão da 13ª Assembleia Popular Nacional (APN), Xi Jinping reafirmou que: “a China jamais buscará a hegemonia ou a expansão”, bem como alegou que “apenas os que estão acostumados a ameaçar os outros é que veem os outros como ameaça”. O presidente da China se posiciona com firmeza contra os argumentos de atores internacionais como Japão, que em seu livro branco respalda na suposta ameaça chinesa um motivo para a sua remilitarização, e como os EUA, em cuja política de defesa vê no crescimento chinês uma alta ameaça aos seus interesses vitais. Mas Xi Jinping defende a postura pacífica que a China visa aparentar, afirmando que “o desejo sincero e a ação prática do povo chinês de contribuir para a paz e para o desenvolvimento da humanidade não devem ser mal interpretados, nem distorcidos [...] a justiça vai prevalecer!”. Desse modo, o presidente chinês busca apresentar a China trilhando um caminho de desenvolvimento pacífico, que permanecerá à procura de estratégias de abertura de ganhos mútuos com outros países.⁶⁰

⁶⁰ Presidente chinês pronuncia discurso principal da reunião de encerramento da sessão da 13ª APN (XINHUA, 2018).

Para Mearsheimer (2006, p. 160), a resposta para o questionamento sobre a possibilidade de uma ascensão pacífica chinesa é: não. Essa impossibilidade se relaciona diretamente às premissas, anteriormente, explanadas do realismo ofensivo. Tomando a perspectiva realista, se a China continuar nesse ritmo de crescimento nas próximas décadas, a tendência é que os Estados Unidos intensifiquem a concorrência por segurança, processo que propicia a deflagração de conflitos. Ademais, não seria prudente ignorar a possibilidade de que a maioria de seus vizinhos, entre os quais, Índia, Japão, Singapura, Coreia do Sul, Rússia e Vietnã tentem conter a expansão chinesa por meio do apoio aos EUA.

Considerando as vantagens estratégicas da geografia asiática, Mearsheimer (2006) acredita que Taiwan poderá ser um importante integrante em uma eventual coalizão anti-China, fato que intensificará a hostilidade chinesa, aumentando também a competição de segurança entre Pequim e Washington. Sob o viés realista ofensivo, o modo pelo qual a China reintegraria Taiwan ao seu território seria mediante a sua elevação ao posto de *hegemon* regional, não obstante a conquista de Taiwan pareça localizar-se no meio do processo de tal ascensão, haja vista as estratégias marítimas já referidas. É possível que a mentira estratégica chinesa se estenda a uma futura negação de potência, até ao ponto em que a China se fortaleça o bastante para expulsar as forças estadunidenses da região, assim como analisa Mearsheimer (2006). Contudo, como já fora apontado, o caminho para essa posição de poder chinês é longo e cheio de empecilhos.

Kissinger (2011, p. 670) acredita que a China, de fato, não percorre o caminho da Alemanha ou do Japão nas guerras mundiais, tampouco das grandes potências na Guerra Fria, talvez seja este o escape promovido pelo *soft power* chinês, de cultura pacífica, pacientemente milenar e voltada a outros objetivos, em relação a uma possibilidade de contenção de crescimento provocada pelos EUA. Segundo Carriço (2013, p. 25), o “desenvolvimento pacífico” da China se executa em três fases sequenciais: 1- fase preparatória, na qual o país busca preservar uma periferia pacífica e estável, evitando ações separatistas e instabilidade interna; 2- fase de modelação, iniciando a recuperação dos territórios perdidos; 3- fase econômica estratégica, em que a comunidade internacional “aceitará a justiça e a igualdade da nova ordem política e econômica”. Embora a China já se enquadre na segunda fase dessa sequência de ascensão estratégica cognominada “pacífica”, realisticamente falando, não se deve precipitadamente desconsiderar as grandes chances de que o país volte ao estágio inicial em virtude de toda a concorrência ocidental relativa a retomada de territórios, sobretudo no que tange aos interesses ocidentais sobre Taiwan. A descrição sequencial apresentada por Carriço

(2013), configura-se claramente como um processo utópico quanto ao ideal de efetivação de objetivos mediante a paz.

Assim como afirma Nye (2005, p. 2), “essa nova diplomacia, juntamente com o slogan de ‘ascensão pacífica da China’, ajuda a aliviar os temores e reduzir a probabilidade de outros países se aliarem para equilibrar uma potência em ascensão”. Contudo, a China se distancia dos EUA não apenas em termos militares, mas também em termos de *soft power*. A construção de discurso pacífico, harmonioso e sonho chinês em mundo de cooperação internacional ainda tem muito o que dizer a nível global. A exportação dos valores chineses, atrelada a cooperação com países em busca de desenvolvimento ainda precisa pavimentar um caminho de cálculos estratégicos, em grande medida dissuasivos e sensíveis às percepções globais. A inferência de que a China joga como qualquer outro ator internacional, a despeito do que se diga sobre as suas distinções do Ocidente, encontra sentido na descrição de ameaça internacional do realismo ofensivo. Seu caráter milenar, incide muito mais sobre a forma como a China atua, com estratégia, tempo e modo peculiar, que sobre o objetivo final de cada ação cooperativa e discurso pacifista; à luz do realismo ofensivo, a cooperação para um ambiente pacífico só será admitida se for caminho para a obtenção de maior vantagem.

A China está em ascensão e, embora longe de igualar-se aos EUA em *soft power*, “seria tolice ignorar os ganhos que ela está obtendo” (NYE, 2005, p. 2), assim como seria tolice, desprezar o fato de que a experiência chinesa auxilia a forma como o país instrumentaliza a mentira estratégica, despendendo recursos e traçando rotas aparentemente indiretas, mas em rumo à ascensão hegemônica. A partir da análise da mentira estratégica, Mearsheimer (2012, p. 138) alerta que os EUA continuarão na posição de Estado mais poderoso do mundo, não havendo mudança quanto a isso até onde se pode prever; contudo, se há um ator internacional que poderá vir a desafiar a primazia americana, esse é a China. Não obstante feita essa observação, Mearsheimer reitera: a China ainda se distancia de um confronto direto à posição dos EUA e, além disso, enfrenta problemas que podem impedi-la de avançar.

4.3 AS IMPLICAÇÕES DAS MENTIRAS INTER-ESTATAIS

A mentira inter-Estados utilizada pelo pragmatismo chinês é o tipo de engano estratégico versátil, contudo, não frequente em geral no cenário internacional. Dados os riscos elencados nas últimas seções, os Estados precisam ser muito sutis e, continuamente, atentos a efetividade dessa mentira para a garantia de sua funcionalidade política. Em si, mentira inter-estatal decorre em prejuízos mínimos no âmbito doméstico, portanto, apresenta pouco risco de

ricochete. Mas o fato de a China ser questionável quanto à liberdade de expressão interna, revelando certa diferença de importância da opinião pública do que se apresenta em países democráticos, torna a mentira inter-Estados ainda menos nociva à coesão interna. Nisso difere das mentiras estratégicas da difusão do medo e dos acobertamentos estratégicos, vistas nos últimos capítulos, que são bastante nocivas para a coesão interna, se incorrem em falhas na sua aplicação. Outra razão pela qual a mentira inter-Estados apresenta pouco perigo aos interesses internos é que existe um consenso geral de que “o conjunto de regras utilizadas na política internacional é diferente daquele utilizado na política interna” (MEARSHEIMER, 2012, p. 120). Sendo assim, as mentiras inter-estatais são mais aceitas pela população, que compreende os riscos que conduzem os líderes a procurar meios pouco convencionais para assegurar o benefício do coletivo nacional, sobretudo, em situações de perigo.

Outro risco da mentira inter-estatal é o “transbordamento”, a possibilidade de que a mentira estratégica perca a sua funcionalidade: sendo tão bem formulada que acaba acarretando em prejuízo ao emissor, pois passa a legitimar o engano em âmbito interno, minando as necessárias relações de confiabilidade para a gestão dos interesses públicos. Nesse sentido, seria possível traçar um limite razoável de aceitabilidade da mentira em âmbito externo, vez que protege os interesses e a segurança nacional, e aceitabilidade interna, pouco exequível em função de que, em geral, a população precisa confiar em seus líderes. Sendo esse tipo de mentira estratégica considerado como o mais contado para rivais do que para aliados (MEARSHEIMER, 2012, p. 68), a ofensividade da concorrência por poder internacional explica a dicotomia de cooperação e rivalidade que permeia as relações da China com boa parte dos países da Ásia e com os Estados Unidos, para os quais mentir sobre as intenções de hegemonia regional seria bem conveniente.

Para Mearsheimer (2012), em se tratando de *low politics*, a reputação de um país importa para a manutenção da credibilidade deste na realização de acordos e tratados, bem como em questões econômicas e de interesse nacional. Já no *high politics*, ser considerado um país pouco confiável não prejudica seriamente a posição internacional deste Estado, devido ao fato de que, quando questões de segurança nacional estão em jogo, os Estados do sistema anárquico utilizaram do que dispuserem para garantir a sua sobrevivência (MEARSHEIMER, 2012, p. 123-124). Contudo, contrariando o que postula Mearsheimer (2012), é possível conceber como de grande seriedade ser considerado um país mentiroso em situações de também *high politics*, porque a segurança das posições de outros atores pode influenciar a visão depreciativa acerca do ator propagador do engano. Os efeitos de ser considerado um país que ameaça a ordem internacional reverberam para além dos embargos presentes, as retaliações

internacionais disciplinam até mesmo as ações futuras de um Estado que falha na atuação em *high politic*. O impedimento de desenvolvimento bélico japonês exemplifica os danos de ser considerado uma ameaça por atores mais fortes, “quando os líderes lidam com questões que envolvem segurança nacional, eles descontam grande parte do comportamento passado” (MEARSHEIMER, 2012, p. 124).

Sendo a China um país que se torna cada vez mais poderoso, militarizado e economicamente conectado com diversas partes do globo, eleva a problemática da questão de mentir sobre as intenções de reversão da ordem internacional. A possibilidade de modificação da balança de poder, mesmo que a nível regional, é o suficiente para insuflar os temores das grandes potências. Sendo a região asiática o lugar de uma Coreia do Norte que baseia a sua defesa na detenção de armas nucleares, de um Japão que alega a ameaça chinesa para fortalecer o seu próprio processo de remilitarização e de ilhas estrategicamente apoiadas pelos EUA, a questão da segurança se sobressai quando se pensa uma liderança regional chinesa. Por isso, ainda que a mentira inter-Estados não apresente os mesmo riscos de utilização que a difusão do medo ou que os acobertamentos estratégicos possam oferecer, o contexto em que ela é utilizada e o ator que a utiliza crescem muito sobre os riscos nela incidentes.

As consequências internacionais apontam diretamente ao risco de a mentira “sair pela culatra”: se imediatamente descoberta, o que tornaria impossível o efeito esperado por sua instrumentalização, ou se tão bem contadas, a ponto de que, após um período de efetividade do resultado esperado, passa sustentar uma política falha, colocando o país promulgador do engano em uma condição pior que a anterior a mentira (MEARSHEIMER, 2012, p. 125). Em se tratando de China e de seu discurso de desenvolvimento harmonioso, ao longo dos anos, a validade desse discurso vem sendo debatida por diversos atores. Apesar disso, a mentira chinesa não é combatida ao ponto de ser desmascarada e inviabilizada em virtude do comportamento estratégico chinês nas ações práticas de cooperação externa e em ações teóricas de readequação e reiteração do discurso sob quais novos pressupostos sejam necessários a sua manutenção. No que tange à possibilidade de que a mentira saia pela culatra em razão de política falha, a pouca probabilidade decorre do fato de que a concorrência pela maior aquisição de poder relativo se constitui, na ótica do realismo ofensivo, como a política mais acertada que um Estado pode empreender. Entretanto, o erro pode surgir sobre até que ponto a China deveria sustentar o discurso pacífico e a cooperação intensiva, evitando a materialização de ataques mais ofensivos, em vista de o país se encontrar cercado de países que também estão se militarizando e pouco dispostos condescenderem aos interesses chineses.

Em que momento guerrear por Taiwan, sob quais estratégias adquirir necessária força para mover os EUA para fora da região, sob quais subterfúgios cativar o interesse negociativo de uma atual possível frente anti-China asiática, são questões pontuais e imprescindíveis, mas que estão para além do que se propõe esta análise. O que se pode pontuar é que o realismo fornece subsídios teóricos suficientes para a compreensão de que a China se encontra em um cenário geopolítico cada vez mais sensível e que se constitui em um lugar perigoso para as tentativas de modificação na balança de poder e alcance de hegemonia regional. A mentira estratégica em distorcer a percepção da ameaça de desenvolvimento pode ser considerada funcional até o ponto em que conflitos preemptivos não são eclodidos, nem recursos necessários à hegemonia escoados para a contenção do temor externo. Todavia, os riscos de um boicote da atual e única hegemonia regional sobre a tentativa paulatinada de paridade chinesa sinalizam as fragilidades passíveis de colocar a China em lugar estratégico inferior a aquele que o país já tem alcançado atualmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mentira estratégica é uma ferramenta política, historicamente utilizada pelos Estados na busca por maximização de suas capacidades relativas. Embora esta análise não detenha absolutamente a intenção de fazer louvável o uso da mentira na formulação da política externa, não há como ignorar que seu uso na política internacional é um recurso estratégico utilizado para moldar o comportamento do Estado. O realismo ofensivo não traz boas notícias aos atores inseridos em uma competição contínua, na qual nem mesmo a continuação de sua existência pode ser garantida. Não é sem razão que o formulador dessa teoria, nomeou a obra que a introduziu de “A Tragédia das Grandes Potências Políticas”, e a tragédia consiste em que os Estados estão em contínua luta e ameaça externa. Se no cenário externo a guerra se torna a política por outros meios, como não esperar a trapaça, o engano e a mentira? Se instrumentalizar a mentira se refere as questões cruciais de segurança e defesa, guerra e paz, coesão interna e estabilidade externa, este objeto é digno da análise científica. Contudo, ainda são poucas as produções realizadas sobre a atuação da mentira na política internacional, este estudo intenciona dar consecução ao pontapé inicial realizado por Mearsheimer (2012), apresentando o diálogo de suas concepções com as de outros autores e aplicando o entendimento sobre o tema às realidades práticas do cenário internacional.

O realismo ofensivo fornece adequada base teórica à análise da mentira estratégica porque apresenta os pressupostos correspondentes à utilidade e ao modo pelo qual sua atuação possa vir a fornecer alguma vantagem estratégica a determinado Estado. De fato, existem benefícios decorrentes da instrumentalização da mentira, sua capacidade de reverter difíceis circunstâncias políticas com otimização de tempo e de recursos materiais comprovam isso. Contudo, suas vantagens não podem negar a seriedade das consequências dessa ação e os grandes riscos estratégicos, tanto para o ator ao qual o engano se destina quanto para o próprio formulador do engano, caso a mentira se revele falha em seu propósito político. Desse modo, embora seja um instrumento utilizado por qualquer Estado, independentemente de qual seja sua forma de governo, a mentira requer consideráveis cálculos de poder e significativa habilidade política por parte dos promulgadores do engano. Assim, a relevância estratégica evidente deve ser categoricamente considerada no uso de mentiras estratégicas, de modo que o rigor da urgência circunstancial determinará a eficácia de sua utilidade.

A estratégia da cúpula estadunidense, incutida nas mentiras que envolveram a guerra do Iraque em 2003, intencionava o convencimento de sua própria população sobre a necessidade de invasão do Iraque, a partir do exagero da ameaça representada por Saddam

Hussein. Com esse propósito, os Estados Unidos culpabilizaram o Iraque pelo 11 de setembro, condicionando a garantia da segurança nacional na empreitada de erradicação do terrorismo internacional. A acusação de que o Iraque possuía ADM's acentuou a sensação de insegurança internacional sob o risco de que o Iraque desenvolvesse uma forma de terrorismo nuclear. O objetivo da difusão do medo estadunidense era gerar um genuíno sentimento nacional de aceitação ao ataque para consecução dos interesses políticos. Apesar de todo o mal causado pela difusão do medo ao povo estadunidense e às nações, culminando no conflito que matou milhares de iraquianos, a visão realista ofensiva não considera a mentira estratégica como uma ação sórdida e egoísta de determinado governo. A razão de Estado prevê o benefício de um coletivo nacional como o objetivo final, de modo que os princípios morais relativos à coletividade estatal, acima do que comumente se atribui como corretamente aplicável nas relações sociais, é o que se tem em vista. A lógica do realismo ofensivo explica que a maximização do poder relativo de um Estado, necessariamente, implicará no prejuízo dos outros atores. Assim, a instrumentalização da mentira na política internacional à luz do realismo ofensivo convida à análise do comportamento estatal para além da ótica liberal predominante.

As mentiras do Japão e China, bem como as suas respectivas razões são bem parecidas: ambos os países são da mesma região; ambos estão cercados por estruturas complexas de poder; ambos estão sofisticando as suas capacidades militares; ambos estão, portanto, em risco de iminente conflito; ambos mentem para defender as suas respectivas estratégias de ataque e ambos se utilizam do discurso pacífico-cooperativo, não obstante insiram suas específicas trajetórias de política externa para legitimar as suas ênfases de negação de ofensa. O Japão tem o histórico de derrota em guerra mundial seguida de desastre nuclear, fatos que acarretaram na construção de uma Constituição proibitiva da indústria bélica, bem como desencadearam, ao longo dos anos, um mito nacionalista de apego à paz com base na extinção das armas. Essa falácia vem sendo estrategicamente combatida pelo governo japonês, que além de precisar esconder o seu real poderio militar, precisa cuidadosamente disfarçar as aparições questionáveis de seu poder bélico tanto às nações externas quanto a uma população, em grande parte, ainda resistente à remilitarização. Ademais, o Japão tem um aliado histórico que, à medida que encoraja, sob específicas condições, a remilitarização japonesa, também controla os seus aliados na Ásia e no mundo, constituindo-se em um grande desafio e empecilho à proeminência japonesa no cenário internacional.

A China, por seu turno, embora apresente similiaridades ao caso do Japão, não é restringida por leis constitucionais sobre a proliferação de armamentos e recursos ofensivos. O país precisa lidar minuciosamente com a parceria-concorrente do único *hegemon* regional,

complementamente disposto a impedir um poder similar em outra região do globo. Além disso, a China vivencia outra realidade construída sobre um discurso pacífico, não lhe ocorre a mesma necessidade de aceitação populacional de uma política mais robusta, como ocorre no Japão, a menos, não para além da organização política de poder chinês. Portanto, a mentira inter-Estados cobre com maior abrangência as formas estratégicas pelas quais a China se articula: disfarçando intenções ofensivas, para não propiciar que os adversários se armem à sua espreita; mitigando a hostilidade para livrar-se também de pequenos conflitos regionais desnecessários no processo de busca por objetivos estratégicos mais amplos. É possível que o discurso harmonioso chinês se utilize dos ensejos militares-nucleares de países problemáticos na região, como a Coreia do Norte, para manter a modernização militar do país sob os bons olhos do Ocidente. Sem excluir as ações cooperativas chinesas de desenvolvimento regional, como caminho para a boa recepção de uma potência alternativa à formação de uma frente combativa aliada estadunidense, como já fora advertido.

Em face as análises realizadas nos últimos capítulos acerca da instrumentalização da mentira, nos casos de difusão do medo dos Estados Unidos na invasão do Iraque; acobertamento estratégico do Japão no crescimento da proibida indústria bélica e nas mentiras inter-estatais chinesas para ascender sem um confronto impeditivo pela ordem estabelecida, seguem-se considerações finais específicas, em suas respectivas abrangências, e passíveis às reconfigurações estratégicas, como se tem visto ao longo dos anos.

No caso dos Estados Unidos, acredita-se que a instrumentalização da mentira foi eficaz à medida que, de fato, infundiu o terror doméstico e internacional, propiciando o apoio populacional e, em grande parte, o apoio externo, para a invasão do Iraque. E embora, posteriormente, as mentiras empregadas tenham sido uma a uma explicitadas, os efeitos que se esperavam para a aquisição de vantagens foram alcançados: o Iraque foi invadido, o regime de Saddam Hussein foi extinto, a reestruturação da indústria petrolífera foi realizada e sob os olhos estadunidenses com o estabelecimento de um governo muito mais favorável aos projetos de Washington. É fato que os Estados Unidos foram marcados negativamente pela guerra contra o terror, o que, a longo prazo, descredenciou significativamente as administrações estadunidenses seguintes diante da comunidade internacional. Assim, com o caso dos Estados Unidos ressalte-se o cálculo do que pode vir a ser mais proveitoso em uma ação estratégica pelas vias do uso da mentira na política, a instrumentalização possui as faces do sucesso e do fracasso. Postos na balança, cabe ao Estado descobrir se a vantagem política da instrumentalização da mentira pesa mais que o dano estratégico que dela possa decorrer.

O Japão tem sido bem sucedido em suas articulações de acobertamento estratégico por meio de operações de paz e de atuação bilateral com os Estados Unidos. Tornar-se um Estado normal é uma busca mais que esperada em qualquer análise realista, contudo, driblar a oposição externa e manter estruturas de governo internas e resistentes à remilitarização é um desafio a se enfrentar para a afirmação da soberania e para a garantia de sobrevivência estatal. E é nesse sentido que o Japão tem avançado. Embora todos os Estados desconfiem de qualquer ator que busca recrudescimento militar, a estratégia do realismo ofensivo atua na margem mínima de confiança que os Estados buscam manter uns com os outros para viabilizar acordos e alianças necessários à aquisição de maiores vantagens no sistema internacional. Nesse mesmo espectro de confiança mínima do realismo ofensivo, a mentira estratégica insere-se para provar que os Estados são capazes de trair, mentir, atacar e guerrear tantas quantas forem as oportunidades para isso.

Se o Japão tem vivenciado a transição paulatina da aceitação das FADs e da remilitarização do país, mesmo que sob o estandarte da paz, o acobertamento estratégico já terá sido vitorioso em concessão de vantagem estratégica. É preciso lembrar que, na mentira estratégica, os líderes mentem para a o benefício do coletivo estatal e que nenhum Estado é realisticamente beneficiado sem poder aprimorar o seu poderio militar. Sendo assim, a condução da população à aprovação de um estilo de governo mais proativo pela normalização do Japão já se configura em uma relevante vantagem estratégica para a aquisição de poder. Tenha-se em vista também que o apoio populacional pode incidir diretamente sobre o sucesso ou fracasso de determinadas mentiras estratégicas e determinadas formas de governo, como ocorre aos acobertamentos estratégicos e ao Japão. Outra vantagem de acobertar o crescimento bélico no Japão é o apoio dos Estados Unidos enquanto não sentem a ameaça que isso vem a representar. Os EUA são o maior responsável possível pela desmilitarização e controle do Japão, concordando que o país venha a se fortalecer em termos bélicos somente até onde fornece suporte aos propósitos estadunidenses na Ásia. As instabilidades regionais, decorrentes do crescimento da China e das ameaças nortecoreanas, ajudam na ênfase de armas para a paz japonesa. Até que ponto esconder o real poderio militar e as reais intenções ofensivas, inerente à cada Estado, não se pode precisamente fixar. No entanto, compete ao Japão a astúcia de desenvolver tanto quanto possível à sutileza os recursos necessários para uma futura atuação internacional, não necessariamente contrária aos Estados Unidos, mas independente e propícia à livre perseguição de poder.

O mesmo do que fora dito aos Estados Unidos pode se empregar à China. Sendo esta o Estado mais próximo de uma escalada de poder rumo à hegemonia regional, à luz do

realismo ofensivo, o prospecto é de um conflito futuro, capaz de não apenas impedir o alcance do *status hegemon* regional, como também inflingir tamanho fracasso que conduza o país a uma condição ainda mais inferior a que ele apresentava antes de começar a crescer. Os casos históricos supracitados de outras potências em crescimento contínuo, combatidas e desmilitarizadas pelos Estados Unidos, alerta sobre o risco maior de a China não se fazer convencer pelo engano que induza ao erro de cálculo estratégico externo, em tempo de adquirir força suficiente para gerir a região asiática. A despeito dos riscos corridos, a mentira estratégica aplicada na continuidade da perseguição por modernização da armada, por expansão econômica e por controle territorial se justifica no realismo ofensivo que afirma: se os Estados detêm condições para maximizar capacidades relativas, eles o farão, eles inclusive atacarão, assim que possível para uma reversão no equilíbrio de poder. Mas nem mesmo o realismo ofensivo encorajará ação estatal desvinculada de cuidadosos cálculos estratégicos.

A instrumentalidade da mentira estratégica chinesa valida-se enquanto o país prossegue estabelecendo acordos cooperativos, à nível regional, internacional e, sobretudo, com os Estados Unidos. A não deflagração de um conflito direto, capaz de ameaçar a atual posição chinesa já pode indicar algum sucesso temporário do discurso harmonioso no processo de busca por poder para a maior segurança da China. Contudo, é possível afirmar que enfrentar o apoio estadunidense a Taiwan pode ser um proveitoso momento para que forças externas tentem suprimir o poder da China, caso a sua base de segurança não estiver devidamente solidificada para evitar o contrário. Avançar é a aposta chinesa e a mentira da paz e da harmonia, na manutenção da presente ordem do cenário internacional, é o suporte estratégico para a aquisição de força necessária em face aos desafios de crescimento presente e às ações subversivas futuras.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, G. B. de. **O Reatamento das Relações Sino-Americanas (1969-1972): Um Estudo Tripartido da Maximização do Poder Rumo à Hegemonia Norte-Americana na Ásia**. 2014. 188 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, 2014.
- AGOSTINO, S. **On Lying**. [354-430]. Logos Virtual Library. Disponível em: <<http://www.logoslibrary.org/augustine/lying/index.html>>. Acesso em: 30 out 2017.
- _____. **Against Lying**. Logos Virtual Library. Disponível em: <<http://www.logoslibrary.org/augustine/lying1/index.html>>. Acesso em: 30 out 2017.
- ALTERMAN, E. **When Presidents Lie: A History of Official Deception and Its Consequences**. Nova York, Viking, 2004.
- ARAÚJO, C. **Bentham, o utilitarismo e a filosofia política moderna**, in A. Boron (ed.), *Filosofia política moderna: de Hobbes a Marx*, Buenos Aires/São Paulo, Clacso/USP, 2006.
- ARON, R. **Paz e Guerra Entre as Nações**. Brasília, Editora UNB, 2002.
- ATANASSOVA-CORNELES, E. **Japan and the “Human Security” Debate: History, Norms and Proactive Foreign Policy**: In: *Graduate Journal of Asia Pacific Studies*, 3:2, 58-74, 2005.
- BARNES, J. A. **A Pack of Lies: Towards a Sociology of Lying**. Cambridge, Reino Unido. Cambridge University Press, 1994.
- BERGER, T. U. **Abe’s Perilous Patriotism Why Japan’s New Nationalism Still Creates Problems for the Region and the U.S.-Japanese Alliance**. CSIS, 2014. Disponível em: <https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/publication/141003_Berger_AbePerilousPatriotism_Web_0.pdf>. Acesso em: 23 mai 2018.
- BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília, UNB, 1998.
- _____. **Teoria Geral da Política: A Filosofia e as Lições dos Clássicos**. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- BOK, S. **Lying: Moral Choice in Public and Private Life**. 2ª ed. Nova York, Vintage Books, 1999.
- BRIGHAM, R. K. **Iraq, Vietnam, and the Limits of American Power**. New York, Public Affairs, 2006.
- CARR, E.H., **Vinte Anos de Crise, 1919-1939**. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado Universal de Brasília. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2001.

CARRIÇO, A. **Grande estratégia e o “sonho da China” de Xi Jinping**. *Relações Internacionais*, 38, p. 23-33, 2013.

CAVAGNARI, G.L.F. (2013). **China e Japão e a Segurança no Leste Asiático**. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/cavagnarifilhochinaeja.pao.pdf>>. Acesso em: 25 Jan 2016.

CERVO, A. L. **A Guerra de Bush contra o Iraque**. *Meridiano 47*, N°s 32/33, Março-Abril, 2003.

CHANG, H. J. **Chutando a Escada: a Estratégia de Desenvolvimento em Perspectiva Histórica**. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHOONG, W. *Revising Japan's Article 9: Yes, but not now*. *The Straits Times*, 16 mar 2018.

CLAUSEWITZ, C. V. **On War**. Trad. and Ed. Michael Howard e Peter Paret. Princeton, NJ: Princeton University Press. Esp. books 1, 8, 1976.

COTRIM, G. **Fundamentos da filosofia: história e grandes temas**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2002

CONSTANT, B. **Das reações políticas**. (1797). Tradução de Josemar Machado de Oliveira. *Revista de História* 146, 71-121, 2002.

CHOMSKY, N. **Poder e Terrorismo**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Editora Record, 2005.

COONEY, K. J. *Japan's foreign policy since 1945*. Nova York, M. E. Sharpe, 2007.

COURTINE, J. J. **O Mentir Verdadeiro**. In: SWIFT, J. *A Arte da Mentira Política*. tradução Mônica Zoppi-Fontana e Roberto Leiser Baronas. Campinas: Pontes, 2006.

CRENSHAW, M. *Terrorism and Global Security*. In: CHESTER A. CROCKER, FEN OSLER HAMPSON AND PAMELA AALL. *Leashing the Dogs of War*. Washington, United States Institute of Peace, p. 67 – 82, 2008.

DANTAS, C. A. **SEGURANÇA NACIONAL JAPONESA: o desenvolvimento das Forças de Autodefesa Japonesas e o impacto do discurso de segurança humana**. 2014. 110 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, 2014.

DUARTE, P. **Metamorfoses no poder: rumo à hegemonia do dragão?** São Paulo: Chiado Editora, 2014.

DEFENSE OF JAPAN 2017. *Defense of Japan*. Disponível em: <http://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/2017.html>. Acesso em: 23 mai 2018.

DERRIDA, L. **História da Mentira: Prolegômenos**. São Paulo, Estudos Avançados da USP, 1996.

DEPALMA, A. *THREATS AND RESPONSES: AN OVERVIEW: MARCH 10, 2003; Support at Home but Not in France, Battle Plans and Basketball*. *New York Times*, 11 mar 2003.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. **China crítica livro branco japonês sobre defesa**. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/szxw/t1180790.htm>>. Acesso em 19 mai 2018.

EVERA, S. V. *Offense, Defense and the Causes of War*. *International Security*, Vol 22, No. 4, (Spring), pp. 5 – 43, 1998.

EWING, R. D. *Hu Jintao: The Making of a Chinese General Secretary*. *The China Quarterly*. No. 173, pp. 17-34, 2003.

FERDINAND, P. *Westward ho—the China dream and ‘one belt, one road’: Chinese foreign policy under Xi Jinping*. *International Affairs*, v 92, p. 941–957, 2016.

FMI. *Is Productivity Growth Shared in a Globalized Economy?* In: *World Economic Outlook, April 2018 Cyclical Upswing, Structural Change*. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2018/03/20/world-economic-outlook-april-2018>>. Acesso em: 01 jun 2018.

FORSBERG, A. *America and the Japanese Miracle. The Cold War Context of Japan’s Postwar Economic Revival, 1950-1960*. *The University of North Carolina Press*, 2000.

FOUCAULT, M. *El Poder Psiquiátrico*. Curso en el Collège de France (1973-1974). 1ª ed. La reimp - Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 448 p., 2007.

HEIDEGGER, M. **A essência da verdade**. [s.l.]: Livraria duas Cidades, [s.d.]
_____. *El ser e el tiempo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1951.

HENG, K. S. *Heng on Revising Japan’s Pacifist Constitution*. *The New York Times*, 8 mai 2017.

HENSHALL, K. G. **História do Japão**. Tradução: Victor Silva. Lisboa, Ed 70, 2008.

HOBBS, T. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. (1651). Trad. João Paulo Monteiro e Maria Nizza da Silva. Ed. Martins Fontes. São Paulo, 2003.

_____. *The Elements of Law Natural and Politic*. Cambridge, Cambridge University Press, ASIN: B001R93ELA, 1928.

HURREL, A. *Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers?* *International Affairs*, v. 82, n. 1, pp. 1-19, 2006.

INDEX OF US MILITARY STRENGTH. (2017). *Assessment Threats Asia*. Disponível em: <http://ims-2017.s3.amazonaws.com/2017_Index_of_Military_Strength_WEB.pdf>. Acesso em: 23 mai 2018.

INOBUCHI, T.; BACON, P. *Japan's emerging role as a global ordinary power*. In: *International Relations of the Asia-Pacific*. v.6, p 1-21, 2006.

IISS. *The Military Balance: The annual assessment of global military capabilities and defence economics*. Disponível em: <<https://www.iiss.org/en/publications/military%20balance/issues/the-military-balance-2018-545f/mb2018-02-headline-tables-09cb>>. Acesso em: 23 mai 2018.

JAPÃO. **Constituição Japonesa**. 1946. Disponível em: <<http://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/pdf/constituicao.pdf>>. Acesso em: 19 mai 2018.

KANT, I. **Metafísica dos Costumes**. (1785). Tradução [primeira parte] Clélia Aparecida Martins, tradução [segunda parte] Bruno Nadai, Diego Kosbiau e Monique Hulshof. – Petrópolis, RJ: Vozes ; Bragança Paulista, SP : Editora Universitária São Francisco, – (Coleção Pensamento Humano), 2013.

_____. **Sobre um Suposto Direito de Mentir**. (1797). Tradutor: Artur Morão. Lusofia: press. Disponível em: <www.lusosofia.net>. Acesso em: 20 set. 2017.

KHANNA, P. *Connectography: Mapping the Future of Global Civilization*. 1^o Ed. New York: Random House, 2016.

KISSINGER, H. **Diplomacia**. Editora Gradiva. 3^a Edição. Lisboa, 2007.

_____. **On China**. New York: The Penguin Press, 2011.

KNORRINGA, P.; NADVI, K. *Rising Power Clusters and the Challenges of Local and Global Standards*. *Journal of Business Ethics*, v. 133, n. 1, p. 55–72, 2016.

KRAUSE, K. *Towards a practical Human Security Agenda*. Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces (DCAF). Policy Paper – N^o 26, 2007.

KRAUTHAMMER, C. *The Unipolar Moment Revisited*. *The National Interest* 70: p. 5-17, 2002.

KURASHINA, Y. *Peacekeeping Participation and Identity Changes in The Japan Self Defense Forces: Military Service as 'Dirty Work'*. Tese de Doutorado em Filosofia. Faculty of the Graduate School of the University of Maryland, College Park. Estados Unidos, 2005. Disponível em: <<https://drum.lib.umd.edu/bitstream/handle/1903/2967/umi-umd-2760.pdf;jsessionid=89F4CD72E717F3E888D8FEDA50D61362?sequence=1>>. Acesso em: 22 mai 2018.

LAYNE, C. *The Unipolar Illusion: Why New Great Powers Will Rise*. *International Security*, vol. 17, No. 4, pp. 5-51, 1993.

LEITE, A. C. C.; SILVA, R. K. S. **A Instrumentalização da Mentira na Política Internacional**. Revista de Estudos Internacionais v. 7, n. 2, 2016.

LIND, W. et. al. **The Changing Face of War: Into the Fourth Generation**. *Marine Corps Gazette*, October 1989. Disponível em: <[www.mca-marines.org/files/The Changing Face of War - Into the Fourth Generation.pdf](http://www.mca-marines.org/files/The%20Changing%20Face%20of%20War%20-%20Into%20the%20Fourth%20Generation.pdf)>. Acesso em: 25 maio de 2015.

LYRIO, M. C. **A Ascensão da China como Potência: Fundamentos Políticos Internos**. Brasília: FUNAG, 2010.

MANNING, B. **The Congress, the Executive and Intermestic Affairs: Three Proposals**. *Foreign Affairs*, vol. 55, no 2, pp. 306-324, 1977.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe** (1469-1527). Tradução de Dominique Makins a partir da edição inglesa de W. K. Marriott. São Paulo: Hunter Books, 2011.

_____. **Os Pensadores**: Escritos políticos: Descrição do modo de que se serviu o duque Valentino para matar Vitellozzo Vitelli, Oliverotto da Fermo e o duque de Gravina Orsini. Trad. de Lívio Xavier. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MAZARIN, C. **Breviário dos Políticos**. [1602-1661]. In: Isócrates ... et al. **Conselhos aos Governantes**. --.841 p. -- (Coleção clássicos da política). Brasília: Senado Federal, 1998.

MEARSHEIMER, J. J. **China's Unpeaceful Rise**. *Current History, Research Library*, p.160-163, 2006.

_____. **Por que os Líderes Mentem: Toda a Verdade Sobre as Mentiras na Política Internacional**. Rio de Janeiro: Zahar. ISBN 978-85-378-0610-4. 2012.

_____. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York – London: Norton Company, 2001.

MINGST, K. A. **Princípios de Relações Internacionais**. 4. ed. Trad. Arlete Simille Marques. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. **Xi enfatiza integração militar-civil em nova era**. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/cmc/2018-03/03/content_4805775.htm>. Acesso em 29 mai 2018.

_____. **Xi enfatiza treinamento de combate real**. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/news/2018-01/03/content_4801406.htm>. Acesso em 29 mai 2018

_____. **Xi ordena que policiais armados defendam a liderança absoluta do CPC**. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/news/2018-01/10/content_4802173.htm>. Acesso em: 29 mai 2018.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. (2016). **Contribución Proactiva a la Paz y Legislación por la Paz y la Seguridad**. Disponível em: <http://www.es.emb-japan.go.jp/major_policies/security/index.html>. Acesso em: 23 mai 2018.

MOHAN, C. R. *China's "Peaceful Rise": The Ryme of the Ancient Mariner*. *Economic and Political Weekly*. Vol 39, n.33, p. 36999-2702, 2004. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4415413?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em 31 mai 2018.

MOREIRA, R. R. **RESENHA: o Mentir Verdadeiro**. Disponível: <<http://www.artista.sgauchos.com/conexao/3/cap11.pdf>>. Acesso em: 29 jun 2017.

MORGENTHAU, H. **A Política entre as Nações**. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado. Editora Universal de Brasília. Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais, 2003.

NIETZSCHE, F. **Verdade e Mentira no Sentido Extramoral**. (1873). Rio de Janeiro: Comum, v. 6, nº 17, p. 5-23, 2001.

NYE, J. S. *The rise of China's soft power*. *Wall Street Journal Asia*, 2005.

OLIVEIRA, A. C. G. **O poder militar do Sol Nascente: o Japão, a militarização e o entorno regional**. *Rev. Bra. Est. Def.* v. 4, nº 1, jan./jun., p. 203-228, 2017.

OLIVEIRA, H. A. de. **China: perspectivas e desafios**. III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. Brasília: FUNAG, 2008.

ONU. *General Assembly of the United Nations. General Debate of the 65th Session. China, H.E. Mr. Wen Jiabao, Prime Minister, 23 September 2010*. Disponível em: <<https://gadebate.un.org/en/65/china>>. Acesso em: 1 jun 2018.

_____. *General Assembly of the United Nations. General Debate of the 66th Session. China, H.E. Mr. Yang Jiechi, Minister for Foreign Affairs, 26 September 2011*. Disponível em: <<https://gadebate.un.org/en/66/china>>. Acesso em: 1 jun 2018.

_____. *General Assembly of the United Nations. General Debate of the 67th Session. China, H.E. Mr. Yang Jiechi, Minister for Foreign Affairs, 27 September 2012*. Disponível em: <<https://gadebate.un.org/en/67/china>>. Acesso em: 1 jun 2018.

_____. *General Assembly of the United Nations. General Debate of the 68th Session. China, H.E. Mr. Wang Yi, Minister for Foreign Affairs, 27 September 2013*. Disponível em: <<https://gadebate.un.org/en/68/china>>. Acesso em: 1 jun 2018.

_____. *General Assembly of the United Nations. General Debate of the 69th Session. China, H.E. Mr. Wang Yi, Minister for Foreign Affairs, 27 September 2014*. Disponível em: <<https://gadebate.un.org/en/69/china>>. Acesso em: 1 jun 2018.

_____. *General Assembly of the United Nations. General Debate of the 70th Session. China, H.E. Mr. XI Jinping, President, 28 September 2015*. Disponível em: <<https://gadebate.un.org/en/70/china>>. Acesso em: 1 jun 2018.

_____. *General Assembly of the United Nations. General Debate of the 71th Session. China, H.E. Mr. Li Keqiang, Premier of the State Council, 21 September 2016.* Disponível em: <<https://gadebate.un.org/en/71/china>>. Acesso em: 1 jun 2018.

_____. *General Assembly of the United Nations. General Debate of the 72th Session. China, H.E. Mr. Wang Yi, Minister for Foreign Affairs, 21 September 2017.* Disponível em: <<https://gadebate.un.org/en/72/china>>. Acesso em: 1 jun 2018.

PETERSON, J. B. **Mapas do Significado: a Arquitetura da Crença.** Trad. Augusto Cesar. São Paulo, É Realizações, 2018.

PLATÃO. **República** (427-347 a. C.). Tradução de Leonel Vallandro. –2016 [Edição Especial] - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

PYLE, K. B. *Japan Rising: The Resurgence of Japanese Power and Purpose.* New York: Public Affairs, 2007.

RALSTON, S. J. *Pragmatism in International Relations Theory and Research.* Eidos n° 14, p. 72-105, 2011.

REFERENCE. (2017). *“Public Opinion Survey on the Self Defense Forces and Defense Issues” (excerpt) (Public Relations Office of Cabinet Office).* Disponível em: <http://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/pdf/2017/DOJ2017_reference_web.pdf>. Acesso em: 24 mai 2018.

RICHE, M. *Shinzo Abe Announces Plan to Revise Japan’s Pacifist Constitution.* *New York Times.* 3 mai 2017.

RICHELIEU, C. D. **Testamento Político.** [1635-1638] Online: Ridendo Castigat Mores, 2002. Disponível em: <<http://www.portalabel.org.br/images/pdfs/o-testamento-politico.pdf>>. Acesso em: 10 set 2017.

RITCHIE, N; ROGERS, P. *The Political Road To War With Iraq: Bush, 9/11 and the drive to overthrow Saddam.* New York, Routledge, 2007.

RUDZIT, G. NOGAMI, O. **Segurança e Defesa Nacionais: conceitos básicos para uma análise.** Revista Brasileira de Política Internacional 53 (1), p. 5-24, 2010.

SAID, E. W. *They Call All Resistance “Terrorism”.* *International Socialist Review, Aug/Sep,* 2001.

SAKURAI, C. **Os Japoneses.** 2ª Edição, Pão Paulo: Contexto, 2011.

SCHALLER, M. *The American Occupation of Japan: The Origins of the Cold War in Asia.* Oxford: Oxford university press, 1987.

SCHMITT, E. **THREATS AND RESPONSES: INTELLIGENCE; Rumsfeld Says U.S. Has ‘Bulletproof’ Evidence of Iraq’s Links to Al Qaeda.** *New York Times,* 28 set 2002.

SINGH, B; SHETLER-JONES, P. *Japan's Reconceptualization of national security: the impact of globalization*. In: *International Relations of the Asia Pacific*, 11 (3), 2011.

SINGH, B. *Security Identity, Policymaking Regime and Japanese Security Policy Development*. In: *Rajaratnam School of International Studies (RSIS)*, nº 255, 2013.

SIPRI. *Global military spending remains high at \$1.7 trillion*. Disponível em: <<https://www.sipri.org/media/press-release/2018/global-military-spending-remains-high-17-trillion>>. Acesso em 19 mai 2018.

_____. *SIPRI Military Expenditure Database*. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/milex>>. Acesso em: 19 mai 2018.

SMITH, M. *The Real News in the Downing Street Memos*. *Los Angeles Times*, 23 jun 2003.

SMITH, S. *The End of the Unipolar Moment? September 11 and the Future of World Order*. *International Relations Copyright*, vol 16, n 2, 171–183, 2002.

SOUSA, M. R. **Prefácio**. In: DUARTE, P. *Metamorfoses no poder: rumo à hegemonia do dragão?* São Paulo: Chiado Editora, 2014.

SWIFT, J. **A Arte da Mentira Política** - precedido pelo texto “O Mentir Verdadeiro” de Jean-Jacques Courtine -- Jonathan Swift, Jean Jacques Courtine; tradução Mônica Zoppi-Fontana e Roberto Leiser Baronas Campinas: Pontes, 2006.

TANK, P. *The concept of “rising powers”*. NOREF, 2012. Disponível em: <[http://noref.no/Themes/Emerging-powers/Publications/The-concept-of-rising-powers/\(language\)/eng-US](http://noref.no/Themes/Emerging-powers/Publications/The-concept-of-rising-powers/(language)/eng-US)>. Acesso em: 10 Jan de 2017.

THE DIPLOMAT. **Japan Set to Boost East China Sea Troop Presence**. Disponível em: <http://thediplomat.com/2015/11/japan-set-to-boost-east-china-sea-troop-presence/?utm_content=bufferbe015&utm_medium=social&utm_source=facebook.com&utm_campaign=buffer>. Acesso em: 01 Dez 2017.

THE SPECTATOR INDEX. **Gastos Militares do Japão, Índia e China**. Disponível em: <<https://twitter.com/spectatorindex/status/968576475682062336>>. Acesso em: 27 fev 2018.

UEHARA, A. R. **A política externa do Japão no final do século XX: o que faltou?** São Paulo: Annablume. Fundação Japão, 2003.

VILLARI, P. *The Life and Times of Niccolò Machiavelli*. 2 vols. Scholarly Press, 1972.

XINHUA. **Presidente chinês pronuncia discurso principal da reunião de encerramento da sessão da 13ª APN**. Disponível em: <http://portuguese.xinhuanet.com/2018-03/20/c_137053279.htm>. Acesso em: 29 mai 2018.

_____. **Presidente Xi pronuncia discurso de Ano Novo prometendo reforma resoluta em 2018**. Disponível em: <http://portuguese.xinhuanet.com/2017-12/31/c_136863441.htm>. Acesso em: 29 mai 2018.

WALTZ, K. **Teoria das relações internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

WEBER, Max. (1919). **A Política como Vocação**. In: WEBER, Max. *Ciência e Política, Duas Vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, p. 53-124, 1996.

WHITE PAPER (2017). **Minister of Defense Itsunori Onodera**. Disponível em: <http://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/pdf/2017/DOJ2017_foreword_web.pdf>. Acesso em: 23 mai de 2018.

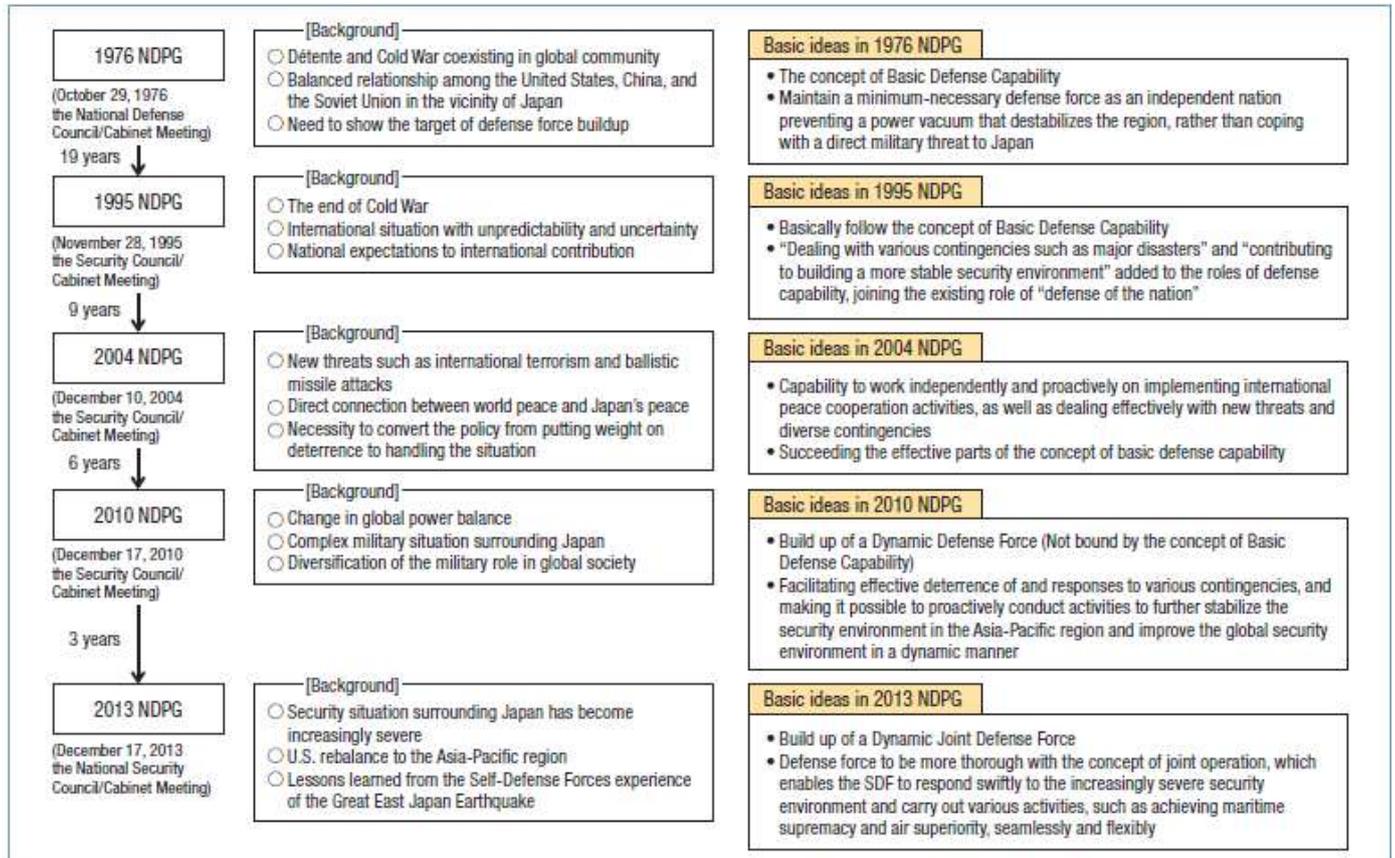
WORLD BANK. **Global Financial Development Report 2017/2018: Bankers without Borders**. Washington: The World Bank Group, 2018. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/28482/9781464811487.pdf>>. Acesso em: 01 jun 2018.

YAN, X. **Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2011.

YERGIN, D. **A busca: Energia, Segurança e Reconstrução do Mundo Moderno**. Tradução: Ana Beatriz Rodrigues. – 1ª edição – Rio de Janeiro, Intrínseca, 2014.

ANEXOS

ANEXO A- MUDANÇAS DAS VISÕES SOBRE A CAPACIDADE DE DEFESA JAPONESA



Fonte: Defense of Japan (2017, p. 219).

ANEXO B- O REGISTRO DAS FAD EM ATIVIDADES INTERNACIONAIS DE COOPERAÇÃO PARA A PAZ

Reference 64 The SDF Record in International Peace Cooperation Activities

(1) Activities based on the Special Measures Law for Humanitarian and Reconstruction Assistance in Iraq

(As of June 30, 2017)

	Place of Dispatch	Period of Dispatch	Number of Personnel	Description of Principal Tasks
GSDF	Southeast Iraq, etc.	Jan. 2004 – Jul. 2006	Approx. 600	• Medical treatment, water supply, reconstruction and maintenance of public facilities, etc.
	Kuwait, etc.	Jun. – Sep. 2006	Approx. 100	• Operations required for evacuation of vehicles, equipment and others
MSDF	Persian Gulf, etc.	Feb. 20 – Apr. 8, 2004	Approx. 330	• Maritime transport of vehicles and other equipment required for the GSDF's activities
ASDF	Kuwait, etc.	Dec. 2003 – Feb. 2009	Approx. 210	• Transportation of materials for humanitarian and reconstruction assistance

(2) Cooperative activities based on the Anti-Terrorism Special Measures Law

	Place of Dispatch	Period of Dispatch	Number of Personnel	Description of Principal Tasks
MSDF	Indian Ocean	Nov. 2001 – Nov. 2007	Approx. 320	• Materials supplies for foreign vessels
ASDF	U.S. Forces in Japan, etc.		–	• Transportation of materials

(3) Replenishment activities based on the Replenishment Support Special Measures Law

	Place of Dispatch	Period of Dispatch	Number of Personnel	Description of Principal Tasks
MSDF	Indian Ocean	Jan. 2008 – Feb. 2010	Approx. 330	• Materials supplies for foreign vessels

(4) Anti-Piracy Operations (including dispatches as Maritime Security Operations)

	Place of Dispatch	Period of Dispatch	Number of Personnel	Description of Principal Tasks
MSDF (Maritime Force)	Off the coast of Somalia / Gulf of Aden	Mar. 2009 – Dec. 2016	Approx. 400	Escort of vessels, zone defense, etc.
		Dec. 2016 –	Approx. 200	Escort of vessels, zone defense, etc.
MSDF (Air Unit)	Off the coast of Somalia / Gulf of Aden Djibouti	May 2009 – Jul. 2014	Approx. 120	Surveillance activities in the Gulf of Aden and tasks related to general affairs, accounting, public relations, health, etc.
		Jul. 2014 – Jul. 2015	Approx. 70	Surveillance activities in the Gulf of Aden, etc.
		Jul. 2015 –	Approx. 60	Surveillance activities in the Gulf of Aden, etc.
MSDF (Support Unit)	Djibouti	Jul. 2014 –	Approx. 30	Communication and coordination with the relevant authorities of the Republic of Djibouti and other authorities and supports necessary for Air Unit to conduct anti-piracy operation, etc.
MSDF (Combined Task Force 151 Command Unit)	Bahrain, etc.	Aug. 2014 –	Under 20	Communication and coordination with units of various countries participating in CTF151
MSDF (Local Coordination Center)	Djibouti	Jul. 2012 – Jul. 2014	3	Communication and coordination with the relevant authorities of the Republic of Djibouti and other authorities necessary for Maritime Force and Air Unit to conduct anti-piracy operation
GSDF (Air Unit)	Djibouti	May. 2009 – Jul. 2014	Approx. 70	Security of activity base and P-3C
GSDF (Support Unit)	Djibouti	Jul. 2014 –	Approx. 80	Communication and coordination with the relevant authorities of the Republic of Djibouti and other authorities and supports necessary for Air Unit to conduct anti-piracy operation, etc.

(5) International Peace Cooperation Activities

		Period of Dispatch	Number of Personnel	Total Number of Personnel	Description of Principal Tasks	
PKO	United Nations Transitional Authority in Cambodia (UNTAC)	Ceasefire monitors	Sep. 1992 – Sep. 1993	8	16	• Monitor custody of weapons collected and observation of ceasefire
		Engineer unit	Sep. 1992 – Sep. 1993	600		1,200
PKO	United Nations operation in Mozambique (ONUMOZ)	Headquarters staff	May 1993 – Jan. 1995	5	10	• Repair roads, bridges and other infrastructure
		Transport coordination unit	May 1993 – Jan. 1995	48		144
Humanitarian aid	Humanitarian Relief Operation for Rwandan Refugees	Rwandan refugee relief unit	Sep. – Dec. 1994	260	188	• Supply food and accommodation, provide facilities
		Air transport unit	Sep. – Dec. 1994	188		• Draft mid- and long-term plans, plan and coordinate transport operations at UNUMOZ Headquarters
PKO	United Nations Disengagement Observer Force (UNDOF) (Golan Heights)	Headquarters staff	Feb. 1996 – Feb. 2009	1st-3th personnel: 2	38	• Support customs clearance work and provide other transport related technical coordination in the allocation of transport
			Feb. 2009 – Jan. 2013	14th-17th personnel: 3		
		Transport unit	Feb. 1996 – Aug. 2012	1st-33rd personnel: 43		1,463
	Aug. 2012 – Jan. 2013	34th personnel: 44		• Transport food and other supplies		
Humanitarian aid	Humanitarian Relief Operations in Timor-Leste	Air transport unit	Nov. 1999 – Feb. 2000	113		• Store goods at supply warehouses, repair roads and other infrastructure, maintain heavy machinery, conduct firefighting and snow clearance
Humanitarian aid	Humanitarian Relief Operations for Afghanistan Refugees	Air transport unit	Jan. 2001	138		• Air transport of aid materials for UNHCR
PKO	United Nations Transitional Administration in Timor-Leste (UNTAET) (United Nations Mission in Timor-Leste (UNMISSET) from May 20, 2002)	Headquarters staff	Feb. 2002 – Jun. 2004	1st rotation: 10 2nd rotation: 7	17	• Air transport of relief supplies for UNHCR
		Engineer unit	Mar. 2002 – Jun. 2004	1st and 2nd rotation: 680 3rd rotation: 522 4th rotation: 405		2,287
						• Maintain and repair roads and bridges that are necessary for PKO unit activities
						• Maintain reservoirs used by units of other nations and local inhabitants that are in Dili and other locations Civic assistance
						• Public welfare support operations

Humanitarian aid	Humanitarian Relief Operations for Iraqi Refugees	Air transport unit	Mar. – Apr. 2003	50		• Air transport of relief supplies for UNHCR
Humanitarian aid	Humanitarian Relief Operations for Iraqi victims	Air transport unit	Jul. – Aug. 2003	98		• Air transport of materials for the relief of Iraqi victims
PKO	United Nations Mission in Nepal (UNMIN)	Arms monitors	Mar. 2007 – Jan. 2011	6	24	• Monitor management of weapons of Maoist soldiers and those of the Nepalese government force
PKO	United Nations Mission in Sudan (UNMIS)	Headquarters staff	Oct. 2008 – Sep. 2011	2	12	• Coordination in UNMIS concerning overall logistics of the military sector • Database management
PKO	United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH)	Headquarters staff	Feb. 2010 – Jan. 2013	2	12	• MINUSTAH headquarters carries out coordination of overall military logistics, which includes the prioritization of engineering activities such as coordinating facility-related duties, and procurement and transport of military items
		Engineer unit	Feb. 2010 – Jan. 2013	1st rotation: 203 2nd rotation: 346 3rd and 4th rotation: 330 5th and 6th rotation: 317 7th rotation: 297 Withdrawal support unit: 44	2,184	• Remove rubble, repair roads, construct simple facilities, etc.
PKO	United Nations Integrated Mission in Timor-Leste (UNMIT)	Military liaison officer	Sep. 2010 – Sep. 2012	2	8	• Intelligence gathering on the security situation across Timor-Leste
PKO	United Nations Mission in the Republic of South Sudan (UNMISS)	Headquarters staff	Nov. 2011 –	4	29	• Coordination within the UNMISS units regarding the demand of overall military logistics • Management of database • Planning and coordination of engineering duties • Planning and coordination of aircraft operation supports
		Engineer Unit	Jan. 2012 – May 2017	1st rotation: 230 2nd – 4th rotation: 349 5th and 6th rotation: 401 7th – 10th rotation: 353 11th rotation: 354 Withdrawal support unit: 58 (Number of personnel for 1st to 4th rotations includes personnel at the local support coordination center)	3,912	• Development of infrastructure such as roads (The following duties were added after 5th personnel) • Consultation and coordination with UNMISS regarding engineer unit activities • Coordination regarding logistics
		Local support coordination center	Jan. 2012 – Dec. 2013	1st rotation: approx. 30 2nd – 4th rotation: approx. 20	approx. 90	• Consultation and coordination with UNMISS regarding engineer unit activities • Coordination regarding logistics

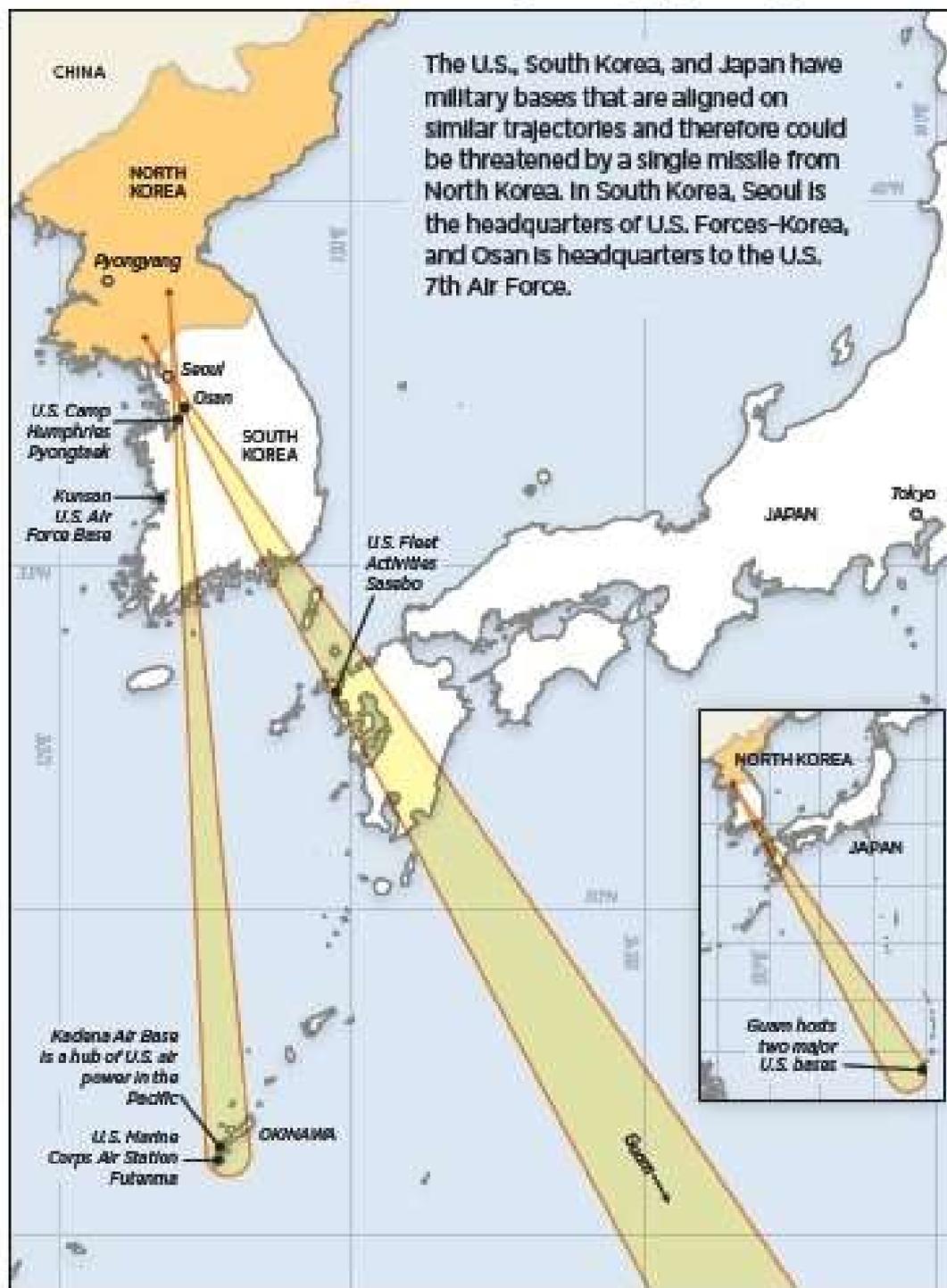
Notes: 1. Other operations have included support activities in the areas of transport and supply carried out by units of the MSDF (in Cambodia and Timor-Leste) and the ASDF (in Cambodia, Mozambique, the Golan Heights, Timor-Leste, and Afghanistan).

2. An advance unit of 23 people was additionally sent as part of the Rwandan refugee relief effort.

Fonte: Defense of Japan (2017, p. 507 - 509).

ANEXO C- BASES MILITARES AMEAÇADAS PELA COREIA DO NORTE

U.S. and Allied Military Bases Align Geographically



SOURCE: Heritage Foundation research.

heritage.org

Fonte: Index of Us Military Strength (2017, p. 227).

ANEXO D- ALCANCE DE MÍSSEIS ENVELOPE CHINESES NA REGIÃO ASIÁTICA

U.S. Forces Operate In Chinese Missile Envelope



NOTE: Although not shown, China also has the ability to strike targets within the continental United States with its inventory of intercontinental ballistic missiles (ICBMs) equipped with nuclear warheads. The CSS-3/DF-4, with a range of 5,400 km, can reach Alaska, while the DF-31A (11,000 km) and DF-5 (13,000 km) ICBMs can reach the entire U.S.

SOURCE: U.S. Department of Defense, Office of the Secretary of Defense, *Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2014*, April 24, 2014, p. 85, http://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2014_DoD_China_Report.pdf (accessed January 13, 2015).

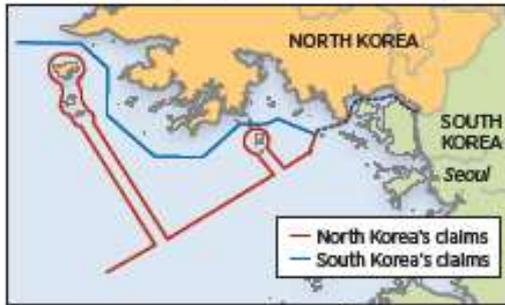
Fonte: Index of Us Military Strength (2017, p. 229).

ANEXO E - ÁREAS DE DISPUTA NO MAR DA CHINA ORIENTAL

Areas of Dispute In the East China Sea

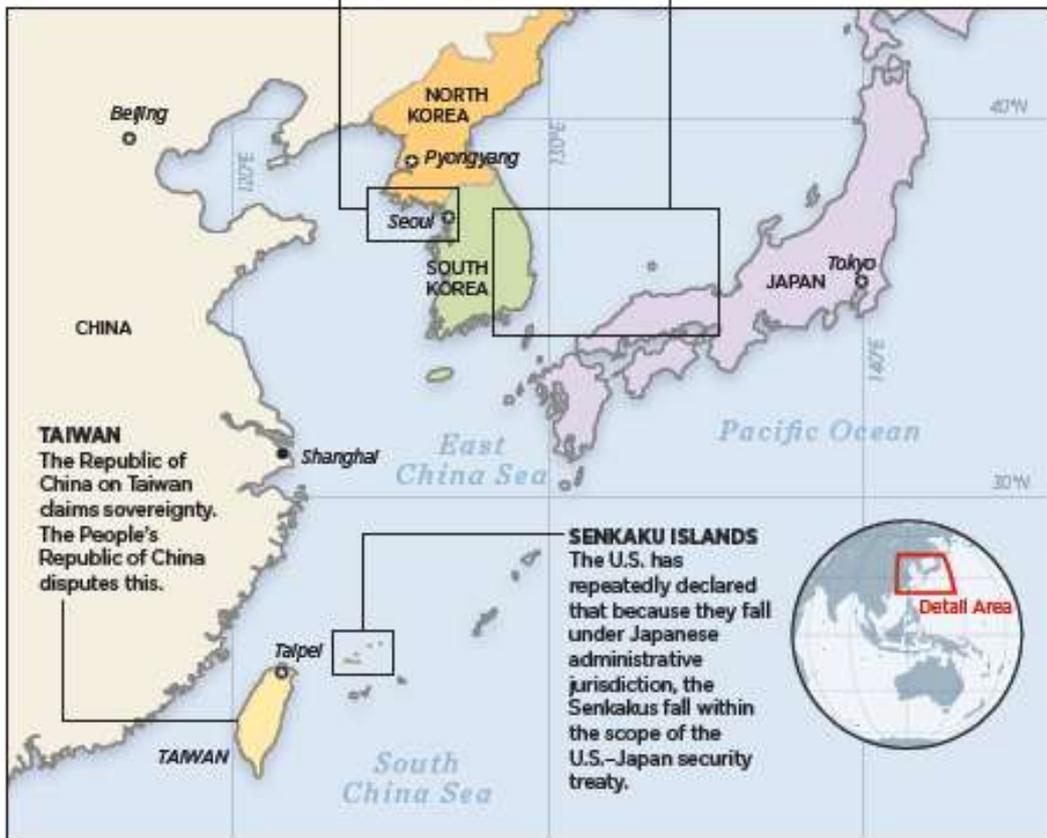
KOREAN MARITIME BOUNDARIES

South Korea's claim constitutes the Northern Limit Line, which serves as an operational maritime border between North and South. However, sovereignty over the area is in dispute.



LIANCOURT ROCKS

Known as "Dokdo" in South Korea and "Takeshima" in Japan, the two disputed islands—better measured in acres than in square kilometers—evoke considerable emotion.



SOURCE: Heritage Foundation research. Korean maritime boundaries are from Political Geography Now, "What is North Korea?" April 11, 2013, <http://www.polgeonow.com/2013/04/what-is-north-korea.html> (accessed January 5, 2015).

Fonte: Index of Us Military Strength (2017, p. 242).